



Revista Brasileira de Sociologia

Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS

Vol 01, No. 01 Jan/Jul/2013

Modos de Pensar:
A Sociologia Como Artesanato Intelectual



RBS – REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

ISSN 2317-8507

Diretoria (Gestão 2011-2013)

Presidente

Irllys Alencar Firmo Barreira, UFC

1º Vice Presidente

Soraya Maria Vargas Cortes, UFRGS

2º Vice Presidente

Angela Maria Carneiro Araújo, UNICAMP

Secretário Geral

Luiz Claudio Lourenço, UFBA

Tesoureiro

Antonio Cristian Saraiva Paiva, UFC

1º Secretário

Rogério Proença Leite, UFS

2º Secretário

Emil Albert Sobottka, PUC-RS

Diretores

Ana Luisa Fayet Sallas, UFPR

André Pereira Botelho, UFRJ

Carlos Benedito Martins, UnB

Renan Springer de Freitas, UFMG

Marcos César Alvarez, USP

Conselho Fiscal

Maria Eduarda da Mota Rocha, UFPE

Renato Sérgio de Lima, FBSP

Maria Izabel de Medeiros Valle, UFAM

Publicação Semestral da SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Coordenação Editorial

Irllys Barreira, UFC

Editor executivo

Rogério Proença Leite, UFS

Comissão Editorial

Soraya Maria Vargas Cortes, UFRGS

Celi Scalón, UFRJ

Emil Sobottka, PUC-RS

Renato Sérgio de Lima, FBSP

Tom Dwyer, UNICAMP

Conselho Editorial

Abdelafid Hamouch, Universidade de Lille I

Ana Luisa Fayet Sallas, UFPR

André Pereira Botelho, UFRJ

Arturo Morato, Univ. Barcelona

Carlos Benedito Martins, UnB

Carlos Fortuna, Univ. Coimbra

Cesar Barreira, UFC

Franz Josef Brüseke, UFS

Gabriel Cohn, USP

Jacob Lima, UFSC

José Machado Pais, ICS/Lisboa

José Vicente Tavares, UFRGS

José Ricardo Ramalho, UFRJ

Lúcio Oliver Costilla, UNAM, México

Marcos César Alvarez, USP

Margareth Archer, EPFL- University of Warwick

Maria Stela Grossi, UnB

Michel Burawoy, Berkeley University

Renan Springer de Freitas, UFMG

Sérgio Adorno, USP

Secretária de Editoria: Simone Araújo

Revisão: Raquel Meister Ko Freitag

Diagramação: Adilma Menezes

Capa: Allan Veiga Rafael

RSB: Revista Brasileira de Sociologia / Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS. – Vol. 1, n.1 (jan./jul. 2013)- . –
Sergipe: SBS, 2013-
Semestral
ISSN 2317-8507

1. Sociologia – Periódicos. I. Sociedade Brasileira de Sociologia

CDU 316(051)

Ficha Catalográfica elaborada pela UFS

Sumário

05	Editorial Irllys Barreira
13	Males Privados, Sociologia Pública: o legado de Wright Mills Gabriel Cohn
35	Contribuições teóricas e à pesquisa empírica da Sociologia às políticas públicas Soraya Vargas Côrtes
57	Reflexões sobre a internacionalização da Sociologia brasileira Tom Dwyer
89	Trabalho e os desafios da pesquisa sociológica José Ricardo Ramalho
107	O cotidiano e a prática artesanal da pesquisa José Machado Pais
129	Em defesa da sociologia : o economicismo e a invisibilidade das classes sociais Jessé Souza
159	Artesanato do saber na ideia de universidade: comparações internacionais Franz Josef Brüseke
187	Redes e movimentos sociais projetando o futuro Ilse Scherer-Warren
219	Violência difusa, medo e insegurança: As marcas recentes da crueldade César Barreira
243	Revisitando os fundamentos das modernidades periféricas: dádiva, mercado e pacto colonial Paulo Henrique Martins
275	O trabalho intelectual sob a óptica do artesanato e a cidade como campo de pesquisa Irllys Barreira
297	Resumos/Abstracts/ Resumes
312	Contents
313	Sommaire

Irllys Alencar Firmo Barreira*

Presidente da SBS

EDITORIAL

Foi em ambiente acadêmico de efervescência intelectual que a Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS cultivou o desejo de criação de um periódico compatível com os padrões das diversas publicações na área.

A ideia de um periódico capaz de dar vazão à produção sociológica já vinha ganhando corpo ao longo dos anos, constituindo uma espécie de sonho que se foi tecendo de forma artesanal e laboriosa. Desde 2003, a evidencia de amplas pesquisas e ensaios temáticos, difundidos durante os congressos da entidade, já apontava a necessidade de crescer, à publicação de livros, um novo canal de expressão do saber sociológico.

A Revista Brasileira de Sociologia incorpora-se a um acervo editorial consistente que provém da produção regular de livros e da edição do caderno eletrônico SBS Resenhas. Agrega também a experiência de publicações difundida no site da entidade que contém todos os textos apresentados nos congressos.

Expressa também a Revista Brasileira de Sociologia a condição inaugural de um periódico especializado, apoiando-se no contexto de produções editadas na área. De fato, a expansão dos periódicos no Brasil tem sido marcante nos últimos anos, inserindo-se no quadro de crescimento das pesquisas e no contexto dos sistemas de produção científica associados a critérios

* Doutora em Sociologia pela USP (1988), com Pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris, 1990) e no Instituto de Ciências Sociais ICS da Universidade de Lisboa (2008). É professora titular de sociologia do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará e pesquisadora do CNPq. Prioriza em suas pesquisas o estudo dos rituais, práticas políticas e valores sócio-culturais em diferentes contextos. Atualmente, é a Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS (2011-2013)



de avaliação de produtividade. Nesse sentido, a Revista Brasileira de Sociologia reflete particularmente o desenvolvimento científico das ciências sociais no País, em sintonia com outros ambientes científicos internacionais.

Incorporando a agenda dos desafios sociais contemporâneos, o periódico pretende também valorizar o saber sociológico como prática processual. Pesquisas em andamento e experimentos sociológicos em fase de maturação serão convocados à publicação, pensando o conhecimento como padrão cumulativo de experiências. Nesse sentido, a Revista Brasileira de Sociologia segue a rotina de outras áreas acadêmicas tais como saúde e ciências exatas nas quais a perspectiva experimental é valorizada, agilizando a troca mais mais veloz de informações.

O atual momento no qual o periódico é criado é bastante propício à realização desta empreitada intelectual, uma vez que a sociologia tem sido alvo de interesse cada vez maior, em função de uma série de razões. Na esfera acadêmica e de ensino, a recente aprovação pelo MEC da obrigatoriedade do ensino da disciplina no Nível Médio e o movimento crescente de descentralização dos programas da área de Ciências Sociais são fatores que vem impulsionando o patrimônio dos estudos de caráter sociológico em nosso país. Ao mesmo tempo, é inegável o fato de que cada vez mais a sociedade brasileira apresenta o desafiante contexto dos processos internos e recentes de mobilização e lutas por cidadania, tornando cada vez mais complexas as teias interativas que envolvem as diversas esferas da vida nacional no âmbito econômico, político, científico, cultural e religioso.

A ideia de um periódico fomentado e patrocinado pela SBS busca atender às demandas de um crescente número de pessoas interessadas em discutir, avaliar e intervir nas transformações que se processam na vida contemporânea. Demandas que se efetivem seja produzindo ideias a partir das diversas teorias sociológicas existentes, seja enfocando os problemas e possíveis soluções protagonizadas por agentes, contribuindo, assim, para o debate de temas e assuntos indispensáveis para todos nós, sociólogos e cientistas da área das

humanidades. Incluem-se também, nessa interlocução extensiva de leitores estudantes, jornalistas, juristas e ativistas sociais.

A configuração dialógica do periódico supõe o estabelecimento de reflexões acerca de temas polêmicos, abrindo a possibilidade de autores com perspectivas teóricas distintas, contribuindo dessa forma para a ampliação do debate sociológico. Em síntese, a Revista Brasileira de Sociologia busca explorar no âmbito nacional e internacional as potencialidades da sociologia e áreas afins para compreensão, análise e intervenção na sociedade contemporânea.

Autores

Gabriel Cohn

Doutor em Sociologia, FFLCH/USP (1971) e professor Livre-docente em Sociologia FFLCH/USP (1977), é Professor emérito da FFLCH/USP (2011). Foi presidente da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo (1983-85); Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS (1985-87), e Presidente da ANPOCS (2005-2006). Foi editor da revista Lua Nova do CEDEC (1991-2003) e atualmente é Professor Visitante Sênior na UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo, na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pelo Programa Professor Visitante Nacional Sênior da CAPES. Sua área de atuação acadêmica é teoria social com ênfase em teoria da ação (Max Weber) e em Teoria Crítica da Sociedade

Soraya Vargas Cortes

PhD em Social Policy and Administration - London School of Economics and Political Science, em 1995, atualmente é professora do Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, Pesquisadora do CNPQ, e coordenadora adjunta do Comitê de Avaliação da Pós-Graduação da Capes, na Sub-Área de Sociologia. Exerce a 1ª Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia -SBS. Suas atividades de docência e pesquisa concentram-se na área de sociologia, com ênfase em sociologia política e políticas públicas.

Tom Dwyer

Doutor em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (1978), pos-doutorado pela University Of Canterbury (1983) e pos-doutorado pela Cornell University (1990). Atualmente é professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade



Estadual de Campinas, líder do Laboratório Interdisciplinar Informática e Sociedade (Unicamp), membro do Executive Committee da International Sociological Association (2010-2014). Foi presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) 2005-2009. Vice Presidente (Latin America), Research Committee 34 - Sociology of Youth - International Sociological Association, 2006-2010. Tem experiência na área de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia do trabalho, acidentes do trabalho, sociedade de informacao, informatica e interdisciplinaridade.

José Ricardo Ramalho

Doutor em Ciência Política (USP, 1987), com pós-doutorado em International Centre For Labour Studies University Of Manchester (1996), no Bellagio Study Center - The Rockefeller Foundation (2004) e Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung (2007). É professor titular do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFRJ e pesquisador do CNPq. Seu tema focal de pesquisa é trabalho e desenvolvimento.

José António Machado da Silva Pais

Doutor em Sociologia pelo Sociologia pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Portugal (1991). Possui Especialização/Pós-Graduação em Sociologia pela Universidad Autonoma de Madrid, Espanha (1983) e atualmente é Prof. Associado Convidado – ISCTE, onde desenvolve pesquisas e publica sobre Sociologia do Cotidiano, da Educação e da Cultura.

Jesse Jose Freire de Souza

Doutor em Sociologia pela Karl Ruprecht Universität Heidelberg, Alemanha (1991) e livre docência em sociologia pela Universität Flensburg, Alemanha (2006). Realizou estágios pós-doutorais na New School for Social research de Nova Iorque, EUA (1994-1995) e, como Professor visitante, na Universität Bremen, Alemanha (1999-2000). Atualmente é Professor titular de sociologia da UFJF e coordenador geral do CEPEDES/UFJF (Centro de pesquisa sobre desigualdade social). O foco dê sua abordagem acadêmica recai sobre a teoria social crítica, voltada para a modernidade central e periférica.

Franz Josef Brüseke

Doutor Phil pela Universidade de Münster, Alemanha (1982), com pós-doutorado na Technische Universität Berlin (2012). Foi coordenador de departamento da Volkshochschule Hamm, Alemanha (1982-1987), perito integrado do CIM/GTZ (1987-1990), professor da Universidade Federal do Pará (1987-1997), da Universidade Federal de Santa Catarina (1998-2006). Atualmente, é professor na Universidade Federal de Sergipe, onde atua no PPGS e coordena o grupo de pesquisa Sociedade, Ciência e Técnica. É pesquisador do CNPq e tem como foco de pesquisa a técnica moderna e suas relações com a sociedade contemporânea, tendo publicado diversos livros na Alemanha e no Brasil sobre a temática.

Ilse Scherer-Warren

Doutora em Sociologia pela Université de Paris X, Nanterre (1973), com pos-doutorado na Universidade de Londres (1986-87). Pesquisadora Visitante na UNB (2004-05) e professora adjunto na UFRJ (1974-81). Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia especiais, atuando principalmente nos seguintes temas: movimentos sociais, redes, cidadania, globalização, ações coletivas, democracia, participação, exclusão e inclusão social, direitos humanos e multiculturalismo

Cesar Barreira

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1987), com pós-doutorado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales - Paris (1990) e pós-doutorado pelo Instituto de Ciências Sociais - Lisboa (2008). Professor Titular em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, coordena o Laboratório de Estudos da Violência da UFC. Pesquisador do CNPq, foi Diretor da ANPOCS (1986-1988), Secretário Executivo (1997- 2001) e Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS (2001- 2003) Foi professor visitante na Universidade Lumière Lyon 2 (2000) e Diretor Geral da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (2011-2012). Atua nas Linhas de pesquisa: Sociologia da violência e dos conflitos sociais; Segurança Pública e Sociedade; Poder e processos sociais agrários.

Paulo Henrique Martins

Doutor em Sociologia - Universite de Paris I (Pantheon-Sorbonne) (1980 e 1991) com Pós-doutorado na Universidade de Paris-Nanterre (2001); É Professor Titular de Sociologia da UFPE e atual Presidente da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS) (2011-2013). É Vice-Presidente da Associação Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (MAUSS) e Coordenador do NUCEM (Núcleo de Cidadania e Processos de Mudança (UFPE). É pesquisador do CNPq e tem produção acadêmica na área de Sociologia, particularmente nas áreas de Teoria Sociológica e Estudos Pós-Coloniais, Estudos sobre a Dádiva; Sociologia da Saúde e Sociologia do Poder.

Irllys Barreira

Doutora em Sociologia pela USP (1988), com Pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris, 1990) e no Instituto de Ciências Sociais ICS da Universidade de Lisboa (2008). É professora titular de sociologia do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará e pesquisadora do CNPq. Prioriza em suas pesquisas o estudo dos rituais, práticas políticas e valores sócio-culturais em diferentes contextos. Atualmente, é a Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS (2011-2013)

Gabriel Cohn*

MALES PRIVADOS, SOCIOLOGIA PÚBLICA O LEGADO DE WRIGHT MILLS

RESUMO

O Artesanato Intelectual era a bandeira brandida por Mills em defesa de uma ciência social capaz de enfrentar aquilo que um autor que ele conhecia muito bem designava como “o semblante severo da época” sem cair nas perversões burocráticas, tecnocráticas e teorocráticas (se me permitem o deselegante neologismo) às quais oferecia combate. Artesanato, contudo, não é trabalho solitário. Sua marca não é o isolamento e sim a individualidade formada no exercício cuidadoso da criatividade. Cuidadoso, neste contexto, refere-se não apenas ao esmero na execução da obra, na *craftmanship* tanto prezada por Mills, mas também ao desvelo na atenção ao objeto, que não pode ser negligenciado em nome de alguma forma de narcisismo acadêmico.

Palavras-Chave: Artesanato intelectual. Wright Mills. Sociologia Pública.

PRIVATE UNEASE, PUBLIC SOCIOLOGY: THE LEGACY OF WRIGHT MILLS

Gabriel Cohn

ABSTRACT

Intellectual Craftsmanship was the concept paraded by Mills in his defence of a social science capable of responding to what one author he knew very well called “the severe semblance of the period” without succumbing to the bureaucratic, technocratic and theorocratic (if the reader will pardon this inelegant neologism) distortions his approach looked to confront. Craftwork, however, is not a solitary activity. It is marked not by isolation but by an individuality formed in the careful exercise of creativity. Careful, in this context, refers not only to the skill in fashioning the work, the craftsmanship so highly valued by Mills, but also the concern to remain attentive to the object, something that cannot be neglected in the name of some kind of academic narcissism.

Keywords: Intellectual Craftsmanship. Wright Mills. Public Sociology.

* Doutor em Sociologia, FFLCH/USP (1971) e professor Livre-docente em Sociologia FFLCH/USP (1977), é Professor emérito da FFLCH/USP (2011). Foi presidente da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo (1983-85); Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS (1985-87), e Presidente da ANPOCS (2005-2006). Foi editor da revista Lua Nova do CEDEC (1991-2003) e atualmente é Professor Visitante Sênior na UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo, na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pelo Programa Professor Visitante Nacional Sênior da CAPES. Sua área de atuação acadêmica é teoria social com ênfase em teoria da ação (Max Weber) e em Teoria Crítica da Sociedade



MAUX PRIVÉS, LA SOCIOLOGIE PUBLIQUE, L'HÉRITAGE DE WRIGHT MILLS

Gabriel Cohn

RÉSUMÉ

L'artisanat intellectuel était l'étendard brandit par Mills pour la défense d'une science sociale capable d'affronter, ce qu'un auteur qu'il connaissait très bien, désignait comme « l'aspect sévère de l'époque » sans tomber dans les perversions bureaucratiques, technocratiques et théocratiques (si je puis me permettre ce néologisme peu élégant) auxquelles il offrait le combat. L'artisanat, cependant, n'est pas un travail solitaire. Sa marque n'est pas celle de l'isolement, mais celle de l'individualité formée dans l'exercice attentif de la créativité. Attentif, dans ce contexte ne se réfère pas uniquement au soin de l'exécution de l'œuvre, à la craftmanship si chère à Mills, mais aussi au zèle de l'attention à l'objet, qui ne peut être négligé au nom d'une quelconque forme de narcissisme académique.

Mots-clés: Artisanat intellectuel. Wright Mills. Sociologie publique.

Gabriel Cohn

MALES PRIVADOS, SOCIOLOGIA PÚBLICA O LEGADO DE WRIGHT MILLS

Os homens anseiam, no mundo atual, por uma “qualidade de espírito” que lhes permita “perceber o que está ocorrendo no mundo e o que pode estar acontecendo dentro deles mesmos”. Posta em uso com a devida lucidez, essa qualidade é a “imaginação sociológica”. O homem que há pouco mais de meio século escreveu isso, num manifesto em prol da imaginação racionalmente exercida, é reconhecido como um dos mais importantes sociólogos de meados do século passado. Tanto que, quando a International Sociological Association promoveu, em 1997, às vésperas do seu cinquentenário, uma enquete entre seus associados para indicar os “Books of the Century” na área, *The Sociological Imagination* obteve nada menos do que 59 votos, o que o colocava no segundo lugar na classificação geral, referente a título e não a autor. Não há surpresa na primeira colocação, de Max Weber, com 95 votos para *Economia e Sociedade*, e mais 47 distribuídos por outras obras suas, o que lhe dá, como autor, um total de 142 indicações. É verdade que o arquiadversário de Wright Mills, Talcott Parsons, somou 66 indicações, mas distribuídas por 11 títulos, dos quais nenhum chegou perto do obtido por *Imaginação Sociológica*. (E os outros dois porquinhos da tríade famosa? Durkheim e Marx ficam longe, empatados com 22 votos cada). Estranho reconhecimento, é preciso admitir. Pois



Mills quase não é mais lembrado e não serão poucos os estudantes que mal sabem da sua existência. Parece que sua presença, em especial no contexto norte-americano, ainda se dá de modo difuso em toda uma geração formada no embate que ele sustentou em duas frentes, a do “empirismo abstrato” e a da “grande teoria”.

Minha argumentação será bifronte. Pelo lado luminoso sustentarei que o programa de trabalho proposto por Mills merece, aqui e agora, muito mais atenção do que lhe tem sido dada. Tanto é assim que me atrevo a afirmar que a votação dada à *Sociological Imagination* (e, por extensão, ao conjunto da obra de Mills) exprime a percepção, ainda que difusa, de que esse livro é, sim, um clássico, mesmo quando de proporções mais “artesaniais” – mas não foram “artesãos” todos os grandes clássicos? Pelo lado sombrio, admitirei que ele não logrou levar até o fim a sua proposta, nem poderia fazê-lo, dada a sua natureza e as condições nas quais ela se apresentava. Isso me levará a afirmar que os avanços que outros tentaram obter após ele, por altamente meritórios que sejam, não capturam o potencial da sua posição básica: aquela segundo a qual cabe à imaginação sociológica captar “história e biografia e as relações entre ambas no interior da sociedade”; ou, em enunciado alternativo, captar “os problemas da sua intersecção no interior da estrutura social”. Formulação poderosa, talvez a mais forte da Sociologia na sua época. Ninguém antes se atrevera a por na mesa proposta dessa ordem desde a transição do século XIX para o XX, mais precisamente, desde Dilthey, ele próprio arquiadversário da Sociologia no estilo durkheimiano, que, no entanto, teria apreciado a posição de Mills e, ao seu modo, Simmel. Propõe-se nela que história e biografia são inseparáveis, num sentido muito forte. Não se trata somente de apontar relações entre elas, mas chega-se a identificar uma relação específica, que é sua intersecção num campo também específico, a estrutura social. Com isso, vai-se além de meras referências aos processos de socialização ou aos agentes no interior da sociedade. Na realidade, abre-se o caminho para ultrapassar o problema do contraste entre estrutura e agência, ao se reservar à estrutura social a condição de cenário no qual se projetam as relações entre história e biografia.

Essa última afirmação certamente é arriscada. Para confirmá-la de modo cabal seriam necessários a Mills conceitos mais poderosos de história e biografia do que os disponíveis na bibliografia corrente e recursos analíticos não menos poderosos para estabelecer as relações postuladas pela teoria. E não se poderia exigir de um autor que, praticamente isolado, não somente propusesse com força como também completasse tarefa de tal magnitude. Meio século depois ainda pouco avançamos, por qualquer ângulo, naquilo que aquela proposta encerra, que é uma teoria da experiência social ajustada ao seu tempo. Como esperar isso de um artesão em plena época da produção em massa? Artesanato, afinal, era a bandeira brandida por Mills em defesa de uma ciência social capaz de enfrentar aquilo que um autor que ele conhecia muito bem designava como “o semblante severo da época” sem cair nas perversões burocráticas, tecnocráticas e teocráticas (se me permitem o deselegante neologismo) às quais oferecia combate. Artesanato, contudo, não é trabalho solitário. Sua marca não é o isolamento e sim a individualidade formada no exercício cuidadoso da criatividade. Cuidadoso, neste contexto, refere-se não apenas ao esmero na execução da obra, na *craftmanship* tanto prezada por Mills, mas também ao desvelo na atenção ao objeto, que não pode ser negligenciado em nome de alguma forma de narcisismo acadêmico. A expressão *craftmanship*, aliás, tem longa história na língua inglesa. Mais do que uma forma de organização do trabalho, ela designa a excelência do produto e a qualidade do esforço – no caso, a imaginação sociológica – nele incorporado. É muito característico de Mills que o artesanato seja contraposto à pesquisa que Lazarsfeld – seu colega em Columbia e respeitável adversário – em outro contexto denominaria “administrativa”, contrapondo-a à “crítica”, que Mills preferiria. Importa, sobretudo, que esse contraste se fazia em termos da qualidade e, em especial, da relevância da reflexão no tocante às grandes questões da sociedade, ficando os reparos à organização e aos resultados da sociologia corrente subordinados a esse tema central.

A associação da imaginação sociológica ao artesanato intelectual assim concebido permite a Mills emprestar à imaginação uma potên-

cia que, se não é a da mera rigidez do método, tampouco é livre jogo da fantasia. É “fantasia exata”, na expressão de Valéry depois emprestada por Adorno e, entre nós, por Celso Furtado. É forma aprendida de sensibilidade: flexibilidade, mobilidade, receptividade com timbre racional. Seu exercício exige uma disciplina peculiar: encharcar-se no tema, cultivar a imersão atenta, sem, contudo, perder a capacidade do analista, que é a de manter aquele distanciamento que permita entender a objetividade precisamente como respeito ao objeto. Rose Goldsen, colaboradora de Mills em pesquisa em bairro de imigração porto-riquenha, relata como ele percorria as ruas, não para fazer entrevistas ou algo do gênero, mas para assimilar por todos os poros o ambiente no qual se moviam as pessoas às quais se dirigia a pesquisa. Procedimentos como esse lhe permitiam captar sinais de mudanças e crises naquilo que era seu foco de atenção, eventualmente realizando o que denominava “mudança de perspectiva”. Esse último termo evocará nos leitores brasileiros de Florestan Fernandes recurso que este usava em momentos cruciais de trabalhos seus, em especial nesse modelo de imaginação sociológica que é *A integração do negro na sociedade de classe*: a “rotação de perspectiva”. Não se trata de procedimentos idênticos e como concepção são independentes, mas a afinidade é clara, no mínimo na abertura e mobilidade intelectual. A propósito, a referência a Florestan permite evocar mais um caso de desenvolvimento paralelo de concepções e estilos de trabalho, com padrão análogo: assimilação crítica de grande clássico na área (no caso, mais Marx do que Weber) e impregnação por problemas da sociedade local. Trata-se de Octavio Ianni, que no seu modo de trabalhar pareceria estar usando literalmente a proposta de artesanato intelectual de Mills, embora o fizesse inteiramente por sua conta. Ambos, aliás, Florestan e Ianni, junto com outros intelectuais latino-americanos de esquerda, não pouparam Mills de críticas por ocasião do importante seminário organizado por Luiz Costa Pinto, no Rio de Janeiro, em 1959, sobre o grande tema do momento, “resistências à mudança”.

Qual é, afinal, o déficit mais saliente da sociologia convencional? É a incapacidade de identificar e formular do melhor modo os *pro-*

blemas relevantes numa ordem social. Pois é disso que se trata. Os transtornos privados e as questões públicas não estão aí dados como evidências: é a imaginação bem conduzida que permite detectá-los e converter os laços entre ambos em problema. Quando se fala em formular “do melhor modo”, o que está em jogo é esse aspecto decisivo da atitude de Mills: o respeito pelos envolvidos no problema detectado. Não por acaso, então, quando ele se junta a Hans Gerth para fazer uma “psicologia das instituições sociais” e quando já havia ido a Mead para buscar intuições básicas para sua obra, o que vem à tona é a ideia de “caráter” mais do que de “personalidade”. Caráter, na sua raiz grega, remete ao que é próprio dos homens nas suas associações, o seu *ethos*. Por esse ângulo, a sociologia proposta por Mills tem funda impregnação ética; mais funda do que aquela que se encontra nas obsessões normativas de Parsons. Que o subtítulo do livro *Caráter e estrutura social* também não seja tomado demasiado ao pé da letra: não é de “psicologia social” que se trata, mas exatamente de “caráter”, do timbre social que ressoa em cada indivíduo. Assim como, de resto, seria precipitado interpretar como mera aberração “psicologista” o título dado por ambos à introdução a texto clássico de Max Weber, que ficou “Psicologia social das religiões mundiais” (no lugar da referência original à “ética econômica”). Creio ser possível sustentar que, na cabeça deles, em especial na de Mills, a transição daquilo que denominam psicologia social àquilo que Weber denominava ética (uma orientação persistente de conduta compartilhada por muitos) se fazia sem problema.

Sabemos no que isso vai desembocar, em termos programáticos. Talvez a distinção mais frutífera com que opera a imaginação sociológica, escreve Mill, seja entre “transtornos pessoais” e “questões públicas”. Os transtornos em questão são pessoais num sentido muito preciso. Dizem respeito à pessoa, não como indivíduo isolado e sim como caráter, vale dizer, ao indivíduo socialmente formado. São privados ao se restringirem ao âmbito das suas relações com o meio mais próximo no interior do qual se movem. Já as questões têm índole pública, no sentido de temas controversos, potencialmente conflitu-

osos (que Mills associa a ameaças a valores cultivados). Remetem ao âmbito maior das instituições, que ultrapassam os limites privados precisamente ao permitirem, na sua condição de organização de papéis, a passagem do privado ao público. Temos, assim, dois pares de distinções. Por um lado, história e biografia; pelo outro, transtornos e questões. Qual é a relação entre eles, e no interior de cada qual? História e biografia são categorias de grande amplitude e entre elas há uma heterogeneidade de escala que não admite relação direta – até porque Mills não propõe nada do tipo de relação causal, menos ainda de homologia estrutural. Mas há, sim, uma relação forte, que não somente incide sobre aspecto fundamental do pensamento de Mills, como também sobre o modo como ele soube absorver contribuições dos grandes mestres das ciências sociais (ou dos estudos sociais, como ele aceitaria de bom grado). “As perguntas mais importantes a fazer, em qualquer esfera da sociedade, são: que tipos de homens e mulheres tende a criar, que estilos de vida pessoais inculca e reforça”, escrevia ele, em 1953, bem antes das suas obras principais. Impossível não perceber nessa passagem a marca de autor que em momentos cruciais está presente no modo de pensar de Mills, seja por inspiração direta ou por “afinidade eletiva”. Max Weber, no escrito sobre a isenção valorativa nas ciências sociais: “Na avaliação de toda e qualquer ordenação das relações sociais, seja qual for seu formato, cumpre também inquiri-la sobre o *tipo humano* ao qual ela, no processo de seleção de motivos externos ou internos, oferece oportunidades ótimas para ocupar posição dominante”. Essa poderosa passagem de Weber – no meu entender a mais importante na sua teoria (para além da metodologia e quando associada à ideia de condução da vida) – está presente, como referência implícita, em momentos cruciais na obra de Mills. De certa forma, atravessa toda sua reconstrução do universo da classe média norte-americana em *White Collar* e não poderia estar ausente, na posição central que reserva à seleção dos dominantes, em *The Power Elite* – esse manifesto da paradoxal mescla de Mills, que, à falta de melhor termo, poderia ser denominada “elitismo democrático”. Pois Mills conseguiu isso: fundir elitismo teórico e paixão democrática prática.

Paradoxal, sim, mas característico de um modo de pensar e de ser muito peculiar, que transparece ao longo de toda a sua obra, marcada por essa figura retórica que o crítico literário seu contemporâneo, Kenneth Burke, designava como “perspectiva por incongruência”. (Merece atenção, aliás, a afinidade, mais por conta de universo intelectual compartilhado do que por qualquer aproximação efetiva, entre Mills e Burke). Essa mesma “perspectiva por incongruência”, que junta proveitosamente temas opostos, se encontra, aliás, em outro *maverick* da vida intelectual norte-americana do período de formação de Mills, Thorstein Veblen. É a ele que se deve a expressão “incapacidade treinada”, forjada como que por encomenda para caracterizar a sociologia convencional rejeitada por Mill.

É no mesmo estilo de pensamento que Kenneth Burke forjou o conceito de “vocabulário de motivos” para designar o horizonte, num contexto dado, da capacidade individual para dar expressão linguística (e, por essa via, significado) ao mundo que percebe e à sua ação nele. Esse conceito está presente em Mills numa variação do tema de Weber que vimos antes – algo que pode sugerir, de resto, quanto o pensamento de Mills é uma síntese heteróclita da teoria europeia, especialmente Weber e o elitismo, e do pragmatismo norte-americano na tradição de Mead e Dewey. Isso ocorre na *Imaginação sociológica*, quando ele escreve que “as motivações dos homens, e mesmo as proporções nas quais os diferentes tipos de homens estão tipicamente conscientes delas, devem ser compreendidas em termos dos vocabulários de motivos que predominam numa sociedade e de modificações sociais e confusões entre esses vocabulários”.

A relevância dessa ideia para entender o pensamento de Mills fica patente ao longo de sua obra sobre a classe média norte-americana, talvez o seu texto mais refinado ou, pelo menos, mais próximo à sua proposta teórica. Ela ajuda a entender o modo como ele se preocupa com a vulnerabilidade dos integrantes desse estrato social à “alienação”. Sobre tudo, aplica-se às mais notáveis conclusões que Mills tira das suas análises nessa área, em especial aquela relativa à propensão à *indiferença* como um dos fenômenos sociais mais preocupantes.

Nesse ponto cabe ouvir um dos seus melhores comentadores, Fred H. Blum (na indispensável obra coletiva em homenagem a Wright Mills editada por Irving L. Horowitz, *The New Sociology*): “Ele viu claramente que a alienação, e a abdicação da razão nela implícita, poderia ser tão severa ao ponto de manifestar-se na forma de insanidade. ‘Encontramos-nos em um momento curioso na história da insanidade humana’, escreveu ele [naquele livro impressionante no qual trata das “causas da terceira guerra mundial”]. ‘Em nome do realismo os homens estão inteiramente loucos, e precisamente aquilo que chamam de utópico é agora a condição da sobrevivência humana’. Ele analisou corretamente aspectos decisivos da insensibilidade do nosso tempo em termos de uma consciência esquizofrênica. Ele soube discernir uma ‘atmosfera paranoide de medo’ no impulso capitalista a ir ao perigo extremo, e a abdicação a qualquer papel possível da razão e mesmo da sanidade nos negócios humanos era um fato central do qual tinha consciência”.

Essa posição de Mills permitiu-lhe chegar ao limite da análise sociopsicológica de orientação pragmatista na sua época. De passagem, permitiu-lhe cunhar frases que Adorno poderia ter acolhido em *Minima Moralia*. Como quando, ao analisar os tipos polares de relação com o dinheiro em passagem de *The Power Elite*, conclui o diagnóstico do perdulário, em contraste com o avaro, escrevendo que “ele consome conspicuamente para mostrar que está acima das considerações pecuniárias, e nisso revela quanto as preza”. Encontram-se na bibliografia referências ao efeito em Mill do contato com os exilados da Teoria Crítica da Sociedade, em particular naquilo que tange à análise da sociedade e da cultura “de massas” (contrapostas, em Mills, às “de público”). Há, porém, afinidade muito mais funda entre o gigantesco texano e o diminuto frankfurtiano Adorno. Ambos, por detrás do seu ar severo, compartilhavam funda sensibilidade para as mais sutis vibrações no mundo social e mal contida compaixão pelos efeitos da ordem social sobre o curso da vida, na biografia dos seus integrantes. Ouça-se Mills falando da comunicação em massa: “O indivíduo torna-se o espectador de tudo, mas testemunha humana de

nada”. Ou, se quisermos ir até o fim, “hoje a compaixão sem amargura e terror é mero sentimento de mocinha e não digno de um homem inteiramente adulto”, como escreveu no livro sobre as causas da terceira guerra mundial.

Perspectiva por incongruência, sim, mas com uma tensão entre os dois termos que confere singular pungência à análise. Em *White Collar* Mills escreve: “Pois o problema da apatia política, visto sociologicamente, é parte do problema mais amplo da autoalienação e carência social de significado. Ela repousa numa ausência de legitimções firmes e, portanto, de recompensas aceitas e duráveis por papéis desempenhados – e, todavia, no exercício continuado, compulsivo mesmo, desses papéis”. Aproxima-se, nesse particular, ao chamado grupo de Palo Alto, que desenvolveu, na mesma época, conceito assimilável por ele sem reservas, como se pode discernir nas análises da classe média e nos seus desdobramentos: o de duplo vínculo, *double bind*. Refere-se ele a dilemas comunicativos em que a pessoa fica paralisada diante de exigências mutuamente incompatíveis às quais não consegue escapar a não ser por uma rota de fuga que ameaça levá-la ao limite da esquizofrenia. (“Você é negro, cara. Vá lá e mostra que é branco”). A solução para essa arapuca psicossocial consiste em perceber que os dois termos do enunciado estão em níveis diferentes de significado e que não há solução linear para a sua justaposição direta. Muito do que Mills denomina “alienação” assemelha-se a isso.

Falei antes do “elitismo democrático” de Mills. Quanto à questão da elite, Mills nunca contestou a tese da tendência à concentração do poder (entendido como capacidade de decisão) no topo, vinculada à maior capacidade de acesso ao poder das minorias detentoras de recursos sociais, econômicos e culturais. Há muito na sua construção da análise da “elite do poder” que evoca o tema proposto por Marx no exame do “18 Brumário de Luís Napoleão”, da *coterie*, do pequeno grupo compactamente ligado por relações e interesses comuns, que entre nós foi assimilado nas análises políticas de Oliveiros Ferreira.

Isso suscita de imediato a questão do poder. E, por esse prisma, a coerência parece perfeita entre a incorporação de elementos cen-

trais da teoria das elites e o entendimento por Mills do poder, como capacidade de decisão antes do que de dominação. Entretanto, isso não se faz sem a introdução de perturbações que apontam para outro sentido. Na perspectiva da sociologia política que lhe é própria, Mills vincula o poder a “quaisquer decisões que os homens tomam a respeito dos arranjos sob os quais vivem e dos eventos que constituem a história dos seus tempos”. E acrescenta: “Na medida em que tais decisões são tomadas, o problema de quem está envolvido em fazê-las é o problema básico do poder. Na medida em que poderiam ter sido feitas mas não o foram, o problema converte-se no de quem deixa de fazê-las”. A questão central nisso tudo é o da decisão como núcleo da questão do poder. Decisão, mais do que supremacia ou dominação. Vale dizer, um modo de intervenção ativa mais do que um estado de coisas. Dominantes são aqueles que detêm a capacidade de decisão. E o termo é levado a sério: antes da capacidade de estabelecer como válida e vigente uma opção no interior de um conjunto em disputa, decidir implica capacidade de separar, de discernir, de selecionar. O problema do poder, que numa eventual sociedade de públicos equipotentes diria respeito à capacidade distribuída por todo o conjunto social, apresenta-se, numa sociedade complexa de massas, como o do padrão de seleção dos selecionadores, daqueles que comporão as elites setoriais e o seu conjunto. Onde quer que se encontre concentração de renda e de poder político encontra-se a concentração da capacidade de seleção de opções e de decisão em círculos cada vez menores de elites. É nisso que Mills adota o critério “elitista” de análise. Não para fazer dele o seu, todavia, e sim para melhor descrever uma realidade social dada e torná-la acessível ao exame racional e à crítica por todos os concernidos.

Encontramos antes dois pares de termos a serem relacionados. Entre questões privadas e públicas há um intermediário, as instituições. Estas, por sua vez, são compostas por papéis, por desempenhos de agentes situados. Papéis organizam socialmente as condutas, assim como instituições organizam papéis. O ele decisivo, portanto, é dado pelos papéis. A questão é mais complexa quando se trata de rela-

cionar biografia e história. Isso se deve, em parte, pelo descompasso entre os dois termos no pensamento de Mills. Preocupado como ele está com a figura do indivíduo na sua configuração social de pessoa e caráter, sua concepção de biografia é mais densa do que a de história, que acaba reduzida à mudança social. A grande oposição, tal como escreve na *Imaginação sociológica*, é entre “ordem e mudança, ou seja, estrutura e história”. Mudança é termo tênue demais para dar conta do problema da história. É verdade que também não caberia buscar solução no culturalismo histórico de um Dilthey, apesar da sua contribuição no estudo da conexão entre história e biografia pela via da cultura. Não será nele que encontraremos uma versão densa e ao mesmo tempo flexível do conceito de história. Pois na formulação teórica da qual ele é representante eminente, a história aparece como dada na construção da biografia, não é ela própria construída. Em Mills a conexão procurada tende mais a caminhar no sentido oposto e mais promissor, da gradativa construção da história pelo entrelaçamento de biografias situadas nesse cenário específico que é a estrutura social. “Ter consciência da ideia de estrutura social e utilizá-la com sensibilidade é ser capaz de identificar as ligações entre uma grande variedade de ambientes de pequena escala. Ser capaz de usar isso é possuir imaginação sociológica”, escreve ele, já nos primeiros passos da sua obra. A ideia da multiplicidade de relações é muito importante, mas de onde retiram elas sua dinâmica? Embora estrutura não seja em Mills um ente estático, há um vácuo entre ela e a história. Mills opera com três níveis articulados de organização: papéis como organização da conduta, instituições como organização de papéis e estrutura como organização de instituições. E a história, é organizada como? E organiza o quê? Talvez se pudesse avançar nesse ponto mediante o uso de propostas teóricas do marxismo, mas não é esse o esquema de referência de Mills, e não caberia exigí-lo dele, até porque não há garantia de que resolvesse o impasse.

Melhor seria, então, retomar os dois pares de termos e perguntar sobre a conexão entre eles (e não mais no interior de cada qual). Como se conecta o par história/biografia ao par distúrbios/questões?

Por aquilo que traz a marca inconfundível da herança pragmatista de Mills: a formulação em termos de *problema*. Trata-se, em primeiro lugar, de referências heurísticas. Elas apontam para problemas e não para soluções. Cabe à imaginação sociológica exercer sua capacidade própria para que problemas relevantes possam ser formulados e o complexo conjunto de relações entre níveis de organização e desenvolvimentos ao longo do tempo ganhe sentido, não só para o pesquisador como (para usar termo central em Mills) para o público. A ciência social não é um empreendimento autorreferido. Tem importância política direta, e só tem importância quando leva isso em conta. “O papel educacional e político da ciência social numa democracia consiste em ajudar no cultivo e na constituição de públicos e indivíduos que sejam capazes de desenvolver definições adequadas de realidades pessoais e sociais, de viver com elas e de agir sobre elas”, escreve ele. É nesse sentido que “devemos agir como intelectuais políticos” e nos unirmos aos intelectuais em todo lugar. Esta última formulação soa como uma evocação politizada da comunidade ilimitada de estudiosos na qual pensava Peirce (que Mills estudou bastante, junto com sua referência mais próxima, Dewey, ao escrever *Sociology and Pragmatism*).

Mills soube tirar pleno proveito da vitalidade e da intensidade do envolvimento social que se encontra nas grandes correntes do pragmatismo norte-americano, não só de um Dewey como até de um William James, com sua aberta oposição ao expansionismo dos EUA de Theodor Roosevelt. Para James, a posição pluralista era essencial; para Dewey, o fundamento inequívoco do pensamento e da ação era a democracia. Para ambos, como depois para Mills, isso não se resumia num quadro institucional. Consistia numa posição perante o mundo e num fundamento para a ação. Falando da democracia, John Dewey, citado por Mills, escreve: “Ora, esta ideia não pode ser aplicada a todos os membros de uma sociedade, exceto onde a relação do homem com o homem seja mútua e onde haja adequada provisão para a reconstrução dos hábitos e instituições sociais por meio de amplo estímulo que deriva de interesses equitativamente distribuídos. E

isto significa uma sociedade democrática”. Comentando essa passagem, Heloísa Fernandes formula argumento fundamental (no volume que organizou na coleção “Grandes Cientistas Sociais): “E, do mesmo modo, democracia já não é mais uma forma de regime político, mas um *modo de ser*, um *modo de vida*: aquele que permite a constante reorganização da experiência. Idéia que calibra toda a obra de Mills – não só na sua crítica à sociedade americana e soviética como nos seus programas práticos de mudança”. Talvez se possa refinar essa formulação mediante a afirmação de que a ideia que calibra todo o pensamento de Mills é a de *experiência* e que é a partir desta que ele coloca a democracia, nos termos apontados por Heloísa, no centro da sua atenção e dos seus esforços. Não por meras razões de eficiência, mas porque é somente por essa via que se poderá superar a “indiferença de massa” e a “insensibilidade moral” (o termo “moral” sendo usado muito mais no sentido, central para Mills, de responsável do que de normativo costumeiro).

A referência à responsabilidade como referência fundamental, no mesmo nível que autonomia e liberdade e de democracia como o meio no qual ambas se realizam, confere nitidez ao grande projeto de Mills, de uma sociologia pública, capaz de elevar o nível de percepção e de racionalidade no interior da cidadania, sem restrições. Por isso a ênfase no público: não como olhar nostálgico e sim como alvo a ser perseguido numa reconstrução da experiência social, na qual a Sociologia tem sua parte.

Encerrada a participação direta de Wright Mills com sua morte em 1962, seu grande projeto de uma sociologia atenta ao seu compromisso público ameaçava perder-se naqueles anos de confrontação e insegurança no cenário norte-americano (crise dos mísseis em Cuba entre os EUA e a URSS, assassinato de John Kennedy, esgotamento do modelo de sociedade estável após a segunda grande guerra e a da Coreia, chegada à idade adulta da coorte do *baby boom*, coincidindo com a mobilização pelos direitos e o envolvimento no Vietnã). Dadas as tendências de desenvolvimento na área, corria o risco de ser sufocado pela expansão do *mainstream* sociológico, dividido entre a

hegemonia estrutural-funcional macro e as modalidades emergentes de interacionismo micro. Essa situação somente poderia ser rompida por alguém com perfil muito peculiar, que associasse desenvoltura teórica em ambas essas correntes à reconhecida contribuição em áreas centrais da pesquisa empírica; em estudos de organização do trabalho e da burocracia, por exemplo. As últimas indicações já sinalizam o nome que tenho em mente como sucessor à altura (embora não oficialmente) de Wright Mills. Trata-se de Alvin W. Gouldner, talvez o mais brilhante sociólogo norte-americano da sua geração, que, à semelhança de Mills, também não está tão presente no cenário recente e contemporâneo como mereceria. (Aliás, no levantamento da ISA obteve magras quatro indicações, nenhuma delas ao livro que vai nos interessar aqui).

Doze anos após *The Sociological Imagination*, o livro de Gouldner, de 1970, sobre *The Coming Crisis of Western Sociology*, tem outro tom, como seu título já indica. Estamos mais diante de um diagnóstico, militante sem dúvida, porém num espírito que já se manifesta na abertura do livro. Nada de “promessa”, como ainda se encontra em Mills. Logo na abertura temos um encaminhamento “para a crítica da Sociologia” para só no final encontrarmos um capítulo programático. Após 1968, Gouldner pisava em terreno mais escorregadio do que Mill na virada dos anos 50. A Sociologia *mainstream* prosseguia sem grandes abalos; mas à esquerda da sociedade e da academia novas forças se avolumavam e as confrontações se tornavam cada vez mais abertas. É significativo que um livro da mais elevada *scholarship* dirigido a um público acadêmico norte-americano naquele momento tivesse como primeira citação no texto uma frase do *soixante-huitard* Daniel Cohn-Bendit. Nada menos do que “teóricos são ridículos” – é verdade que seguida da proclamação de que, diante do hiato entre teoria e prática, “estamos tentando desenvolver uma teoria”. Igualmente significativo é que, com grande *fair play* de resto, relate as duras palavras dirigidas aos participantes do encontro da Associação Americana de Sociologia, em Boston, em agosto de 1968, pelo porta-voz dos jovens dissidentes na profissão, Martin Nicolaus (cujo nome acabou tendo

posição assegurada pela proeza intelectual da tradução para o inglês dos *Grundrisse* de Marx). Em “tom gélido e medido”, relata Gouldner, os presentes ouviram coisas como “a profissão de sociólogo é um sub-produto do tradicionalismo e conservantismo europeu novecentista casado com o liberalismo das corporações americano do século XX (...) os olhos profissionais do sociólogo dirigem-se ao povo de baixo e sua palma profissional estende-se para o povo de cima (...) ele é um Pai Tomás não apenas para este governo e esta classe dirigente, mas para todos”.

Está em jogo, portanto, a crítica radical da Sociologia. A posição de Gouldner é clara. Consiste em afirmar o caráter desejável da crítica radical, lembrando ao mesmo tempo em que sua versão mais séria (deixando de lado o anti-intelectualismo tosco) provém do próprio campo sociológico. “Meu argumento é, então, que a Sociologia pode produzir e não meramente recrutar radicais; que ela pode gerar, e não simplesmente tolerar, radicalização”, escreve ele. Posto isso, a questão que se põe para Gouldner consiste em ultrapassar o âmbito de apontar as limitações da Sociologia convencional, para chegar a assinalar os pontos nos quais ela se abre para o novo, ao invés de perder-se em labirintos criados por ela mesma. Diante disso, nossa questão é: para onde conduz o esforço de Gouldner e em que medida ele representa um avanço em relação a Wright Mills?

Gouldner tem uma vantagem importante em relação a muitos críticos da vertente dominante na Sociologia norte-americana no terço final do século passado. Além de conhecê-la em profundidade, tem contribuição original no campo da teoria e da pesquisa de índole funcionalista, sem perder-se na ortodoxia. Isso o coloca no mesmo plano de um Lockwood, por exemplo. Enquanto Lockwood deixava sua marca ao elaborar a distinção entre integração social e integração sistêmica, Gouldner buscava abrir e oxigenar a teoria a partir de seus artigos *Reciprocity and Autonomy in Functional Theory*, de 1959, e *The Norm of Reciprocity*, de 1960. Um exame crítico das concepções de complementaridade e interdependência na teoria funcional ortodoxa leva-o a propor as concepções alternativas de reciprocidade e

de autonomia funcional. Busca, com isso, aliviar a carga do sistema como ente unitário, cujos elementos se vinculam como complementares entre si num esquema de dependência mútua que os faz integralmente subordinados ao sistema envolvente. A ideia de autonomia funcional é realmente inovadora, pela perspectiva que adota. Trata-se de atribuir mais relevo às partes componentes do que ao sistema como unidade dada, e de ver as conexões entre elas como variáveis e problemáticas, com graus diferentes de dependência ou autonomia. É de reconhecer-se que isso introduz um apreciável grau de flexibilidade numa teoria usualmente tida como rígida, quando não simplesmente conservadora. Além disso, a atenção ao problema da reciprocidade tornou Gouldner mais receptivo à expansão de modalidades do interacionismo então em curso, com vertentes tão diversas como as de Goffman e Garfinkel. (Aqui, não resisto a trazer episódio narrado pelo próprio Gouldner. Saindo de uma editora com seu amigo Goffman, ele comenta: “Você viu como eles nos tratam como mercadorias?”. Retruca Goffman: “Por mim tudo bem, desde que seja mercadoria cara”).

Por que introduzir neste ponto essas referências a remotos avanços teóricos? Simplesmente porque elas permitem visualizar a estratégia adotada por Gouldner ao longo de toda sua obra para conduzir uma crítica interna ao padrão dominante de Sociologia, até permitir-lhe formular uma proposta programática, que depois encontraria suporte, ainda que indireto, na importante revista que fundou em 1974, *Theory and Society*, com o significativo subtítulo *Renewal and critique in social theory*. Pois é isso que está em jogo para Gouldner: crítica a serviço da renovação. O termo renovação é central. É ele que informa sua reconstrução da presença na Sociologia do pensamento romântico (pelo qual não esconde simpatia e no qual, claro, inclui Wright Mills), no seu importante artigo *Romanticism and Classicism: deep structures in social Science* (publicado na sua coletânea de artigos *For Sociology*). Um dos grandes temas do pensamento social crítico é associado, nesse artigo, ao romantismo, quando Gouldner lhe atribui caráter “emancipador”.

É nessa prática de trabalhar por dentro, na busca de aperfeiçoamentos na teoria social mais do que no enalço de concepções al-

ternativas, que residem a força e também a debilidade da posição de Gouldner. A força se encontra na sua atenção às condições históricas (incluindo nisso o presente) que informam a produção de conhecimento social pelo ângulo do estilo de pensar e de fazer dos seus produtores. Gouldner leva muito a sério que a sociologia é feita por sociólogos. Interessam-lhe a organização do trabalho (não fosse essa área uma das que primeiro explorou como pesquisador) e a formação e inserção social do sociólogo – essa figura que, para além de ser um profissional especializado, é um intelectual envolvido, queira ou não, nos grandes debates sobre a forma presente e as tendências da sociedade. Não será por acaso que suas últimas obras enfrentam por vários ângulos o problema dos intelectuais como categoria social. Sobre isso ele tem muito a dizer, mesmo em termos bastante severos, quando se refere à profissão sociológica como cada vez mais fundida ao aparato do Estado de bem-estar, tornando-se “uma espécie a mais de quadro perito e burocrata”. É verdade que sua ênfase na centralidade do Estado de bem-estar norte-americano, em *The Coming Crisis*, assim como sua aposta na convergência entre sociologia convencional e marxismo, revelou-se equivocada e constitui o ponto fraco substantivo da sua obra (como demonstrou Brasília Sallum Jr., em mesa na Anpocs, em 2004, e, em seguida, na revista portuguesa *Sociologia, Problemas e Práticas* – título bem a propósito para nosso tema). Isso não afeta, porém, o cerne do seu trabalho. Característico nele é o último passo que não hesita em dar na sua análise, quando concentra toda a atenção numa renovação da Sociologia na figura do seu praticante. Sua proposta de uma Sociologia Reflexiva acaba muito mais centrada na figura do sociólogo do que na imaginação reclamada por Mills. “A missão histórica de uma Sociologia Reflexiva como a concebo seria a de *transformar* o sociólogo, de penetrar profundamente na sua vida e no seu trabalho cotidiano, enriquecendo-os com novas sensibilidades, e de elevar a auto-percepção do sociólogo a um novo nível histórico”, escreve ele. Neste passo, a dimensão pública da Sociologia parece ser concebida como internalizada pelo sociólogo, sempre que ela exerça a reflexibilidade que a ciência social à altura do seu tempo propicia.

Essa aposta, um tanto “romântica” talvez, na renovação da Sociologia pela via da renovação do sociólogo, a despeito de vir no bojo de uma análise brilhante, acaba não justificando a esperança de real avanço em relação à promessa de Wright Mills. Tem, contudo, o mérito de explicitar um dos termos da equação que se vai construindo para dar suporte a uma Sociologia crítica com efetiva presença social. Já temos a imaginação e a reflexão. Falta trazer à cena o terceiro componente da promessa, a dimensão pública.

Onde Wright Mills via uma Sociologia à qual faltava imaginação e Alvin Gouldner a via carente de flexibilidade, Michael Burawoy vê quatro, das quais uma é nova e proposta por ele. Na realidade, trata-se de quatro correntes no interior da mesma ciência, que se distinguem entre si pela orientação imprimida ao trabalho e pelo tipo de interlocutores com os quais contam, ou pelo menos que esperam ter. A Sociologia Pública, da qual ele é o principal formulador e paladino, desde memorável discurso presidencial na Associação Americana de Sociologia, em 2005, apresenta-se como uma espécie de ponto de condensação do conjunto. Junto com ela estão a vertente profissional (a Sociologia acadêmica convencional), a voltada para políticas públicas junto a instituições de diversa natureza e a vertente crítica, que se preocupa com o alcance às implicações da teoria e da prática sociológicas.

Burawoy é pesquisador reconhecido num campo nevrálgico da profissão, o estudo da organização e das relações de trabalho (cabe lembrar que Wright Mills e Gouldner também o frequentaram). Não será de causar espanto, então, que ele veja o empreendimento sociológico com olhar atento e também crítico às formas de qualificação e divisão de trabalho. Organização, processo e produto parecem ser os registros que norteiam seu escrutínio, crítico em todos os passos. O que era a Sociologia inteira em Mills vira profissional; o que era (ou deveria ser) reflexivo em Gouldner vira crítica; o envolvimento externo da pesquisa vira orientação para políticas públicas; e o envolvimento com segmentos bem definidos da sociedade com viés emancipador forma o campo da Sociologia Pública propriamente dita.

O que há de público na sociologia pública (para além da participação em políticas, por exemplo)? Creio que a resposta mais direta é que ela se propõe a exigência básica de dirigir-se a públicos (áreas e organizações da sociedade) como *interlocutora* e não como parceira numa relação perito-cliente, menos ainda como hierarquicamente diferenciada, acima ou abaixo. Nesse sentido, sua interlocução básica é extra-acadêmica mais do que no interior do campo dos pares profissionais. Tudo isso, claro, sem tornar-se diletante e ao mesmo tempo buscando independência em relação aos constrangimentos intra-acadêmicos e das agências poderosas externas. Um conjunto severo de exigências, por certo. Não admira que tenha suscitado imediatas contestações. Ao invés de resolver os pontos de fratura no interior da disciplina a Sociologia Pública só faz piorá-los, sustentam autores como Jonathan Turner, nos EUA, e John Scott, na Inglaterra; não adianta dirigir-se a públicos que são e continuarão surdos ou indiferentes ao que a Sociologia lhes queira dizer, emenda Scott (nessa linha, poderiam ter aventado o risco de que seus praticantes passassem a só se dirigir a públicos amistosos); a hostilidade à Sociologia já presente no interior da sociedade e a desconfiança em relação a pregações ideológicas só farão aumentar, sustentam esses opositores e tantos outros. Em posição mais favorável, um autor como Touraine (ao qual esforços dessa natureza nunca foram alheios) vê na Sociologia Pública uma espécie de ponta avançada no exercício daquilo que lhe parece próprio da melhor Sociologia, que consiste em desenvolver um estudo de atores, em contraste com sistemas, rumo ao reconhecimento de sujeitos de direitos no interior de movimentos e organizações. (Não tentarei aqui apresentar ou discutir a Sociologia Pública. Isso vem sendo feito exemplarmente entre nós por autores como Ruy Braga. Veja-se, por exemplo, o dossiê no número 56/2009 do *Caderno CRH* e também o número 87/2012 de *Lua Nova*).

A Sociologia Pública representa uma proposta vigorosa e digna da maior atenção. À primeira vista, seria a plena explicitação do potencial de programas de trabalho como os de Mills e Gouldner. Difícil, contudo, evitar a impressão de que ainda não estamos diante da reali-

zação de uma promessa de há meio século. Pelo contrário, a sensação é de que algo se perdeu no caminho. Comparada com o que se poderia esperar dela, a proposta da Sociologia Pública tem algo de desencarnado, excessivamente focado, unilateral mesmo. De onde virá essa impressão? Talvez sua fonte esteja numa polarização mal resolvida. Por um lado, ela se dirige com toda a força para o debate no interior do campo sociológico; pelo outro, concentra toda a atenção nos públicos externos. Falta a conexão teórica e de método que poderia transformar essa polarização em tensão fecunda, criativa – exatamente o que Wright Mills procurava. Mills não está primordialmente preocupado em designar tarefas para a Sociologia, mas em *qualificá-la* (“uma qualidade do espírito”), tanto quanto Gouldner está voltado para *renová-la*. Diante disso, Burawoy dá o passo que lhe parece decisivo: trata-se de *politizá-la*. No caminho para isso, ele se vê diante da tarefa de uma prestação de conta com o velho mestre. O resultado é um documento notável, que merece atenção (bem maior do que lhe será dada aqui).

Em 2008, Burawoy publica, na revista de “geografia radical” inglesa com o belo título *Antipode* uma *Open Letter to C. Wright Mills* (em seguida publicada entre nós na revista *Outubro*). O tom da carta é de respeito e admiração, temperados por uma ponta de condescendência. Mills foi vítima de algumas ilusões, adverte ele. A primeira seria a de julgar que o conhecimento é liberador. “Você pensava que, se os sociólogos fossem independentes, a sua imaginação sociológica seria liberadora. Não é necessariamente assim”. É verdade, prossegue, que “compreender a relação entre *milieu* e estrutura pode não ser liberador de per si, mas bem pode ser necessário para tal liberação. Ademais de imaginação sociológica também se faz necessária uma *imaginação política*”. Mills tinha em mente um programa político, baseado num partido trabalhista, controle da produção pelos trabalhadores e planejamento democrático, afirma Burawoy, para comentar que esse era de fato um programa radical, mais de impossível realização. “Sua imaginação política era utópica”, escreve ele, para concluir: “Sua imaginação política não lograva conectar distúrbios pessoais a questões públicas”. Aqui há um evidente deslocamento. Mills falava

da imaginação *sociológica* e lhe atribuía certa capacidade. Burawoy não se pronuncia sobre o sucesso ou não daquele empenho. Desloca, entretanto, a exigência para o campo político, como se fosse homólogo ao sociológico no tocante a isso. Antes de discutir a “imaginação política”, contudo, caberia discutir se foi cumprida a missão da imaginação sociológica tal como proposta por Mills. No caso afirmativo, como; no caso negativo, se ainda merece atenção.

Um segundo ponto no qual Burawoy encontra grave insuficiência em Mills consiste em que, embora sendo um pioneiro da sociologia pública, “sua visão ainda está presa no passado”. A imagem do sociólogo que inspira Mills é equivocada, afirma ele. “Voltando-se para os clássicos do século XIX e sustentando a mitologia do intelectual desvinculado e sem amarras, você nos apresenta o sociólogo bifronte – olhando para fora está o intelectual independente dirigindo-se soberanamente a públicos e a reis, olhando para dentro está o artesão absorvido em si mesmo e afastando as patologias da profissionalização”. Hoje é diferente, prossegue. “Agora nós substituímos o seu mô-nada individual por uma divisão de trabalho sociológico – uma matriz de sociologias – profissional, ligada a políticas, crítica e pública –, na qual o florescimento de cada uma depende do florescimento de todas, uma matriz que busca uma interdependência orgânica e, pelo menos nos Estados Unidos, luta contra a hegemonia da sociologia profissional e da ligada às políticas”.

Texto respeitoso, mas em várias passagens à beira da injustiça, quase diria deslealdade. O que aconteceu nesse período para tamanho desencontro? Por que reconhecer que a proposta sobre a conexão de males privados e questões públicas ainda é digna de atenção (supõe-se que para além de “entoada como mantra”, para usar expressão de Burawoy) para em seguida reclamar que essa conexão não é resolvida numa suposta imaginação política de Mills? Por que sequer se cogita a questão de como levar adiante projeto tão forte no seu campo específico, a Sociologia? Pois é precisamente disso de que se trata. Mills não teve condições para resolver o problema que propôs e, “mantras” à parte, ninguém realmente se empenhou a fundo nisso, mesmo com

os novos recursos teóricos e analíticos posteriores à sua obra. Isso não se resolve praticando a “divisão de trabalho” (fordista?) na reflexão e na pesquisa. A Sociologia ainda não encontrou solução, nas condições contemporâneas, para a questão de o que realmente significa a dimensão *pública* do seu trabalho; coisa que não se fará sem retomar em profundidade a questão decisiva da *relevância* da pesquisa. Limitar-se a perguntar “para que” e “para quem” pode facilmente resultar em mais uma “mantra”.

Parece que de Mills para cá o debate sobre as questões centrais da ciência social não avançou na mesma proporção que a expansão institucional dessa área do conhecimento (e o aumento dos controles institucionais sobre ela). Enquanto isso, a atenção, como vimos, tende a incidir sobre a figura do sociólogo nas suas motivações, referências e capacidade reflexiva. Enquanto deixarmos de lado uma proposta substantiva, relativa ao núcleo duro da Sociologia como pesquisa científica e prática social como a de Wright Mills, e agirmos como se ela pudesse ser guardada na sala de troféus de eras passadas em nome do realismo da divisão do trabalho, nos escapará a chance de promover reais avanços nos fundamentos do conhecimento social e na sua prática. Basta, para isso, um pequeno ato de coragem: o de admitir que a proposta da “imaginação sociológica” está longe de ter sido resolvida e deve ser retomada nos novos tempos, por difícil que seja. Se a questão é o legado de Mills, ele está aí inteiro e vivo, para quem tiver força (e imaginação) para recolhê-lo.

Artigo recebido em julho de 2013 | Aprovado em agosto de 2013

Soraya Vargas Côrtes*

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E À PESQUISA EMPÍRICA DA SOCIOLOGIA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO

A Sociologia é uma das disciplinas constitutivas do campo interdisciplinar de análise de políticas públicas. Nesse sentido, a proposta da presente reflexão é apresentar, inicialmente, três dimensões analíticas para as quais a Sociologia oferece contribuição teórica para o campo das políticas públicas. Entre estas, aquelas que examinam o papel, nas sociedades contemporâneas, dos grupos sociais, dos imperativos cognitivos e normativos e das instituições e estruturas sociais. Em seguida, propõe-se apresentar evidências de como a questão das políticas públicas está presente no centro da agenda de pesquisas da Sociologia no Brasil.

Palavras-Chave: Sociologia. Política Pública. Análise.

THEORETICAL CONTRIBUTIONS AND EMPIRICAL RESEARCH IN SOCIOLOGY ON PUBLIC POLICIES

Soraya Vargas Côrtes

ABSTRACT

Sociology is one of the disciplines making up the interdisciplinary field of analysis of public policies. This in mind, the article firstly presents three analytic dimensions where Sociology offers a theoretical contribution to the field of public policies. These include examining the role of social groups in contemporary societies, as well as those of cognitive and normative imperatives and social institutions and structures. Next the text presents evidence of how the questions of public policies is found at the centre of the research agenda of Sociology in Brazil.

Keywords: Sociology. Public Policy. Analysis.

* PhD em Social Policy and Administration - London School of Economics and Political Science, em 1995, atualmente é professora do Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, Pesquisadora do CNPQ, e coordenadora adjunta do Comitê de Avaliação da Pós-Graduação da Capes, na Sub-Área de Sociologia. Exerce a 1ª Vice-Presidência da Sociedade Brasileira de Sociologia-SBS. Suas atividades de docência e pesquisa concentram-se na área de sociologia, com ênfase em sociologia política e políticas públicas.



DES CONTRIBUTIONS THÉORIQUES ET RECHERCHES EMPIRIQUES DE LA SOCIOLOGIE AUX POLITIQUES PUBLIQUES

Soraya Vargas Côrtes

RÉSUMÉ

La sociologie est une des disciplines constitutives du champ interdisciplinaire de l'analyse des politiques publiques. Dans ce sens, notre réflexion est de présenter, initialement, trois dimensions analytiques pour lesquelles la sociologie offre une contribution théorique dans le domaine des politiques publiques. Parmi ces dernières, celles qui examinent le rôle dans les sociétés contemporaines, dans des groupes sociaux, des impératifs cognitifs et normatifs ainsi que dans des institutions et structures sociales. Ensuite, présenter des preuves de la manière dont la question des politiques publiques est présente au centre de l'agenda de recherche de la sociologie au Brésil.

Mots-clés: Sociologie. Politique publique. Analyse.

Soraya Vargas Côrtes

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E À PESQUISA EMPÍRICA DA SOCIOLOGIA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Introdução

A Sociologia é uma das disciplinas constitutivas do campo interdisciplinar de análise de políticas públicas. Por um lado, as teorias sociológicas oferecem instrumentos analíticos empregados pelos estudiosos das políticas (*policies*). Cientistas políticos que se dedicam ao estudo das políticas recorrem com maior frequência às ferramentas teóricas da *Policy Analysis* (SOUZA, 2006) do que às disponibilizadas pelas teorias sociológicas contemporâneas. Entretanto, mesmo na área de Ciência Política, estudos sobre políticas públicas que tratam de redes sociais (Marques, 2010) ou que incorporam variáveis cognitivas à análise de políticas públicas (FARIA, 2003; MENICUCCI e BRASIL, 2010) reconhecem explicitamente a importância da Sociologia Relacional e dos imperativos culturais na explicação dos padrões estruturados de ação individual e coletiva.

Por outro lado, no Brasil, a Sociologia também tem se dedicado a examinar as políticas públicas paralelamente à pesquisa sobre o tema que se desenvolve em outras áreas acadêmicas. Quando de sua institucionalização acadêmica no país, a disciplina teve no centro de suas preocupações o modo como as relações políticas de âmbito societal explicavam as características



fundamentais das instituições políticas e do Estado brasileiros. Se o mesmo não se verifica atualmente, dada à diversidade dos interesses de pesquisa dos sociólogos contemporâneos, ainda assim boa parte das pesquisas na área de Sociologia trata de políticas públicas ou de temas muito correlatos, tais como a democracia, a participação social, as políticas sociais e as relações sociedade e Estado.

O artigo está organizado em duas seções. Na primeira, são apresentadas três dimensões analíticas para as quais a Sociologia oferece contribuição teórica para o campo das políticas públicas: aquelas que examinam o papel, nas sociedades contemporâneas, dos *grupos sociais*, dos *imperativos cognitivos e normativos* e das *instituições e estruturas sociais*. Na segunda, apresentam-se evidências de como a questão das políticas públicas está presente no centro da agenda de pesquisas da Sociologia no Brasil.

Contribuição da Sociologia para a análise de políticas¹

Como foi demonstrado em outras ocasiões (CORTES, s/d; CORTES & LIMA, 2012), a contribuição da disciplina para a análise de políticas públicas encontra-se principalmente na ênfase da disciplina no polo societal das relações entre Estado e Sociedade. Isso não quer dizer que atores estatais, processos políticos e estruturas formais e reais de poder existentes nas organizações do Estado não sejam objetos de pesquisa. Para o sociólogo, uma principais questões de pesquisa, quando se enfoca o interior do Estado, é entender como as relações políticas entre grupos e instituições sociais, ocorram elas no espaço societal, estatal ou na conexão entre ambos, impactam nas políticas públicas.

Nesse sentido a contribuição da Sociologia é particularmente relevante para as análises sobre os *grupos sociais*. O termo que aqui se refere de modo genérico aos "coletivos" formados por secções da sociedade, que são denominados de diferentes maneiras conforme o

1 Esta seção apresenta trechos e argumentos que já foram desenvolvidos em outros dois estudos (Cortes, s/d; Cortes & Lima, 2012).

problema de pesquisa construído ou a teoria social empregada. Os grupos sociais focalizados neste artigo se referem a três tipos de vertentes analíticas da Sociologia que fornecem instrumental teórico para o exame das políticas públicas: a das ‘identidades sociais’, a dos ‘atores’ e a das ‘redes sociais’.

A primeira vertente engloba estudos que examinam a constituição de grupos sociais que podem demandar ou ser objeto de políticas e que, em geral, acentuam o caráter relacional da construção de identidades sociais. A produção de uma identidade específica está vinculada ao compartilhamento de uma matriz cognitiva e normativa que é fonte de coesão grupal e do estabelecimento de fronteiras com outros grupos identitários (MULLER e SUREL, 2002). As teorias do reconhecimento e da construção de identidades e alteridades sociais têm colaborado para o entendimento do fenômeno, pois tratam das relações intersubjetivas nas quais sujeitos se impõem e se contrapõem a outros, afirmando identidades individuais e coletivas (FIGUEIREDO, 2008; FRASER, 2001; HONNETH, 2003; TAYLOR, 1994). Estudos sobre políticas públicas, em geral inspirados pelo ‘construcionismo social’, examinam as ideias desses atores, os discursos produzidos por e sobre eles, sua ação política e o próprio processo de construção desses grupos a partir da ação estatal que os reconhece, hierarquiza e os institui como beneficiários de políticas e como atores sociais (INGRAM et alii, 2007).

A vertente analítica dos ‘atores’ tem empregado frequentemente os conceitos de atores estatais e sociais – sociais e de mercado – para denominar os grupos sociais que agem na esfera política. Embora tenham emergido da interface entre os debates sobre sociedade civil, movimentos sociais e a teoria democrática (COHEN e ARATO, 1992), sua fonte teórica são os estudos de Gramsci (2004), Touraine (1981) e Melucci (1985) sobre a sociedade civil e, principalmente, a concepção deliberativa da esfera pública de Habermas (1989) e seus seguidores (COHEN e ARATO 1992, COHEN, 2003). O conceito de atores estatais abarca indivíduos e grupos que ocupam cargos de direção em organizações governamentais do Executivo e de outros poderes. O conceito de atores sociais compre-

ende tanto os atores sociais como os de mercado. Enquanto os primeiros estão associados ao conceito de sociedade civil, os segundos estão relacionados com a noção de economia de mercado. Os atores sociais não visam tomar o poder do Estado ou organizar a produção, mas, sim, “exercer influência por meio da participação em associações e movimentos democráticos” (COHEN, 2003, p. 427). Os atores estatais e de mercado seriam compelidos a agir em ambientes regidos pelo poder e pelo dinheiro, procurando controlar e administrar a produção e maximizar seus lucros no ambiente de trocas mercantis (COHEN, 2003).

A terceira vertente de análises trata das ‘redes sociais’. Nas últimas duas décadas do século XX, a Sociologia tem privilegiado o estudo de redes sociais (CASTELLS, 1999; MCADAM, 2003; MELLUCI, 2001; SCHERER-WARREN, 1993), conceito difundido na sociologia contemporânea pela obra de Elias (1994, 2000). A noção de ‘rede’ se tornou paradigmática, tanto na Sociologia quanto na análise de políticas públicas. Nos anos 1990, paralelamente ao surgimento de uma Sociologia Relacional (EMIRBAYER, 1997), na área de políticas públicas o termo *network* se tornou “o novo paradigma para a arquitetura da complexidade” (BÖRZEL, 1998, p.1). Atores ‘em rede’ não podem ser posicionados rigidamente no Estado, no mercado ou na sociedade civil. Denominados “como triângulos de ferro, nichos temáticos, sub-sistemas políticos, redes temáticas” (TRUE, JONES e BAUMGARTNER, 2007, p. 157-8), conformam-se como comunidades de especialistas que atuam em campos específicos de políticas públicas, atravessando fronteiras estatais e societais.

O outro conjunto de contribuições da Sociologia para a análise de políticas públicas se refere aos *imperativos cognitivos e normativos*, convenções, regras e expectativas instituem as normas sociais, que são condição para os relacionamentos e para estruturação de redes que funcionam como os “esqueletos” de campos nos quais *políticas* se desenvolvem. Tema clássico da Sociologia, central na obra de Durkheim e de Weber, as normas sociais foram definidas de maneiras diversas conforme as abordagens teórico-epistemológicas dos analistas. Existem divergências básicas sobre se normas são regras, orientações

ou regularidades empíricas, se elas envolvem necessariamente imperativos morais (FELD, 2002; WILSON, 1993) ou sobre que grupos são por elas beneficiados. Mas, independentemente da perspectiva teórica adotada, não há dúvida entre os sociólogos de que as normas sociais, principal fonte de ordem social e predictibilidade, são caracterizadas pela regularidade de comportamento e por sanções àqueles que não as seguem (FELD, 2002).

No campo das políticas públicas, são sobretudo os autores identificados com a corrente do neoinstitucionalismo sociológico que têm tratado as categorias cognitivas e das normas sociais como explicativas da propensão à inovação e das tradições políticas. Nessa literatura, as categorias normativas são usualmente tratadas como instituições não formalizadas, as regras do jogo informais, que constituem e regulam o comportamento social (DIMAGGIO, 1994; OSTROM, 2007). Os imperativos cognitivos são derivados dos paradigmas cognitivos, os quais são “descrições e análises que especificam relações de causa e efeito consideradas como inquestionáveis” (*taken-for-granted*) (CAMPBELL, 2002, p. 22). Os imperativos normativos estão associados aos quadros de referência normativos, e às ideias normativas, que “consistem em pressupostos inquestionáveis sobre valores, atitudes, identidades e expectativas coletivamente compartilhadas” (CAMPBELL, 2002, p. 23). O neoinstitucionalismo sociológico chamou atenção dos analistas de políticas públicas para possibilidade das organizações políticas derivarem seus modelos de funcionamento dos imperativos culturais provenientes do ambiente societal (MILLER e BANASZAK-HOLL, 2005).

A influência da Sociologia, através da atribuição de capacidade explicativa para elementos encontrados no setor societal – atores sociais e imperativos cognitivos e normativos –, manifesta-se também entre os estudiosos que examinam como certos ‘problemas’ passam fazer parte da agenda governamental (KINGDON, 2009; MULLER e SUREL, 2002; SABATIER e JENKINS-SMITH, 1993; SABATIER e WEIBLE, 2007). Mesmo que admitam que os constrangimentos institucionais e eventos macroestruturais limitem as possibilidades de problemas se tornarem objeto de política, esses analistas, em certa

medida, examinam os processos cognitivos e as dimensões normativas envolvidas na formação da agenda governamental. Isso porque consideram que ‘problemas’ não são dados, mas sim construídos em um processo através do qual as pessoas os definem como tal (KINGDON, 1995). Atores da sociedade constroem determinadas questões como problemáticas e procuram despertar o interesse dos decisores políticos para elas (SABATIER e JENKINS-SMITH, 1993). Tal processo depende dos valores, crenças, posições e, também, dos interesses de atores que disputam a sua definição - ao procurar qualificá-los sob um ângulo particular e formular certas explicações e soluções para eles - visando a sua ascensão à agenda governamental (SABATIER e WEIBLE, 2007).

Estudos sobre *estrutura social*, estratificação e desigualdade social e suas relações com as instituições políticas vêm sendo objeto de análise da Sociologia desde os clássicos. Um dos resultados dessas investigações foi a constatação de que existem oportunidades desiguais de acesso a bens e serviços individuais e coletivos e que disso decorrem possibilidades diferenciadas de exercício de influência sobre os processos políticos. Se por um lado, o marxismo atribui ao sistema econômico capitalista a explicação fundamental para tais desigualdades, teorias sociológicas inspiradas na obra de Durkheim e Weber as associam, respectivamente, a processos de diferenciação social que asseguram a integração funcional das sociedade e a fatores econômicos e extraeconômicos como status social e afiliação político partidária. No entanto, mesmo as vertentes teóricas neomarxistas incorporam os ‘recursos de poder’, derivados da esfera política, na explicação de alterações na estratificação social nas sociedades contemporâneas (KORPI, 2000; OFFE, 1989; TOURAINE, 1981). Isso porque consideram que a ação política amplia os recursos organizativos dos trabalhadores ou dos movimentos sociais e assim, através da ação coletiva, os integrantes de estratos sociais inferiores, ao aumentar seu grau de influência política nas democracias, podem produzir políticas que favoreçam a redução de desigualdades sociais.

Para explicar a produção, reprodução e mudanças em sistemas sociais estratificados, sociólogos contemporâneos como Bourdieu (1989), Giddens (1989) e Luhmann (1991) analisam com lentes teóricas diversas, como os vários ‘campos’², sistemas e subsistemas sociais se instituem como estruturas sociais assimétricas baseadas em critérios especializados, pertinentes ao conteúdo em questão (educação superior, hospitais, por exemplo), e em regras de distinção entre os que ocupam posições nessas estruturas. Os critérios de diferenciação e de estabelecimento de hierarquias sociais são considerados, em geral, como fundamentados na posse desigual de recursos e posição social que os indivíduos e grupos ocupam uns em relação aos outros nas estruturas sociais. Em geral, aqueles que estão no topo das hierarquias sociais de um dado campo, sistema ou subsistema têm mais facilidade de ocupar posições superiores em outros, através de mecanismos de conversão de seus estoques de recursos através de fronteiras sistêmicas (PIELLON, 1999). Esses indivíduos e grupos podem mais facilmente expressar suas preferências, exercer influência sobre os decisores políticos em macrossistemas ou subsistemas políticos, participar da formação de agendas governamentais e exercer certo controle sobre o modo como são implementadas as políticas públicas.

Fundamentais para a análise, formulação e implementação de políticas públicas, instituições podem tanto designar normas sociais em si mesmas, ‘regras’, “prescrições compartilhadas (deve, não deve, ou pode) que são mutuamente entendidas e previsivelmente implementadas em situações particulares por agentes responsáveis por monitorar a conduta e por impor sanções” (OSTROM, 2007, p. 23) como organizações responsáveis por inculcar normas sociais em indivíduos e grupos.

O estudo de instituições como organizações, mas também como normas sociais, tem referências importantes na Sociologia contem-

2 Um espaço cujas características são definidas pela configuração das inter-relações entre atores individuais e coletivos, interessados e atuantes nesse campo, e pelas lutas travadas por esses atores ao disputarem por posições superiores na configuração (HARKER et al., 1990; OWEN-SMITH e POWELL, 2008).

porânea. A obra de Goffman (1959, 1961) e de Foucault (1979, 1987), embora tenham raízes teóricas contrastantes – Goffman, durkheimiano, e Foucault, pós-estruturalista –, compartilham da preocupação em construir explicações para o modo como os indivíduos são e agem nas sociedades contemporâneas. Instituições sociais compelem os indivíduos a assumirem papéis sociais a elas adequados, e a sociedade a se manter integrada (GOFFMAN, 1959), e por meio do poder disciplinar e do biopoder constroem as pessoas a serem normais, e a sociedade a aumentar sua produtividade nas fábricas, na produção do saber, de serviços de saúde (FOUCAULT, 1987). Porém, os indivíduos que assumem papéis e posições em hierarquias sociais nas diferentes interações em que se envolvem, procuram afirmar e preservar sua autonomia e dignidade pessoal diante do poder de forças estruturais, mediante uma variedade de pequenas estratégias de resistência, mesmo que não consigam obter um autodomínio absoluto de seus atos (MARTINS, 2008; COLLINS, 1994).

Dada a perspectiva microssociológica de boa parte desses estudos – mesmo se a dimensão microssocial é vista como reflexo de macroestruturas –, os instrumentos teóricos por eles desenvolvidos são particularmente úteis para o exame de processos de implementação de políticas públicas. Podem ser utilizados para analisar as relações entre os responsáveis diretos pela oferta de bens e serviços públicos e beneficiários. Ou, ainda, para o estudo de burocracias governamentais ou institucionais.

Perspectivas teóricas muito influentes na análise de políticas públicas, que atribuem causalidade às macroestruturas, concebem com instituições as regras, convenções e expectativas de como agir. Instituições definem as ações consideradas apropriadas e as posições de indivíduos e grupos em estruturas sociais hierarquizadas, tratadas como sistemas macropolíticos, campos, sistemas ou subsistemas setoriais (HOWLETT e RAMESH, 1998; MCCOOL, 1998; ORR, 2006; SABATIER, 1988; WORSHAM, 1998).

Os modelos analíticos neoinstitucionalistas são provavelmente hoje a referência teórica mais importante para o estudo de políticas

públicas. Eles visam entender o papel da arquitetura institucional – que estrutura as interações e as transações que acontecem na arena política – na determinação de resultados sociais e políticos. O pressuposto central é o de que as regras institucionais, os procedimentos e as convenções moldam as preferências individuais e estimulam ou limitam as opções de comportamento de indivíduos e organizações por meio de certos mecanismos de incentivo ou de sanção (HALL e TAYLOR, 1996; IMMERGUT, 1998; OSTROM, 2007; SCHARPF, 1997). O neoinstitucionalismo sociológico tem uma interlocução mais intensa com a Sociologia, na medida em que acentua o papel dos imperativos culturais na construção de políticas públicas (MILLER e BANASZAK-HOLL, 2005). Entretanto, as diferentes abordagens neoinstitucionalistas têm crescentemente reconhecido que os atores, as instituições com as quais eles operam e o senso comum que informa a ação são condicionados por imperativos cognitivos e normativos (HALL e TAYLOR, 1998).

Nesta seção foram destacados três tipos de contribuição que a Sociologia oferece para o campo da análise de políticas públicas: a que examina os grupos sociais, particularmente as correntes que os tratam como ‘agentes’ que influenciam a formação e implementação de políticas; a que acentua a importância dos imperativos culturais que participam na produção das *policies*; e a que ressalta a relevância das estruturas sociais e das instituições na construção e desenvolvimento de políticas. Porém, no Brasil, as políticas públicas também têm sido estudadas no interior do campo disciplinar da Sociologia, de modo que a contribuição da disciplina verifica-se ainda na construção de um corpus de conhecimento empírico sobre as políticas e temas correlatos, tais como, Estado, políticas públicas, instituições e democracia, como será visto a seguir.

Políticas públicas no centro da agenda de pesquisas da Sociologia no Brasil

No Brasil, somente a partir dos anos 1990, a Sociologia – e também a Ciência Política – incluiu as políticas públicas, e os debates teóricos específicos desse campo disciplinar, no centro de sua agenda de pesquisa. Paradoxalmente, a Sociologia no Brasil constitui-se inicialmente como uma Sociologia Política, preocupada com as políticas e com o processo político (REIS, 1996; SALLUM JR., 2002). Apenas depois da metade dos anos 1960 é que a Sociologia e a Ciência Política começaram a ser ensinadas como campos de conhecimento distintos. Segundo Reis (1996), a não diferenciação verificada anteriormente refletia ao mesmo tempo um baixo grau de especialização acadêmica e uma visão altamente politizada da sociedade. Engajados no projeto construção da nação e do Estado e, principalmente depois da segunda metade dos anos 1960, com a promoção do desenvolvimento (SALLUM JR., 2002), os cientistas sociais brasileiros produziam uma Sociologia politizada. Os estudos “sobre estratificação e mobilidade social, urbanização, industrialização, migração rural-urbana ou outros fenômenos sociais usualmente acentuavam as implicações políticas dos processos sociais” (REIS, 1996, p. 81).

O alto grau de politização do debate combinado à grande influência do Marxismo, mesmo que de um Marxismo ‘enriquecido’ (SALLUM JR., 2002, p. 84), e a resistência ao Regime Militar favoreceram à proliferação de interpretações que consideravam as políticas públicas como estruturalmente opressivas das classes subalternas ou funcionais à manutenção do regime autoritário e a permanência e reprodução do sistema capitalista. Pouca atenção era direcionada às regras institucionais, aos imperativos normativos ou cognitivos, às disputas políticas que ocorrem no interior do aparelho estatal ou às possibilidades de existência de conexões entre atores estatais e sociais. O inovador conceito de anéis burocráticos, empregado por Cardoso (1972), pode ser entendido como mecanismo de ligações de atores em rede. Trata-se, porém, de conexões estabelecidas entre a burocracia

estatal, do governo ou de suas empresas, com a burocracia do setor privado, empresas, sindicatos, agências nacionais e internacionais. Eventuais relacionamentos entre atores estatais e sociais - da sociedade civil – somente passaram a ser admitidos como possíveis quando abordagens gramscianas, nos anos 1980 (COUTINHO e NOGUEIRA, 1985; GOMES, 2010), enriqueceram as análises predominantemente marxistas do Estado e das políticas.

No Brasil, a constituição da análise de políticas públicas como um campo de conhecimento específico remonta ao final dos anos 1990. Até então, observava-se uma fragmentação organizacional e temática, em torno de poucos centros de produção acadêmica, com destaque para o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, fundado em 1982, sob a coordenação de Sonia Draibe, junto à Faculdade de Economia da UNICAMP e junto às “burocracias públicas” (MELO, 1999, p. 66). Passada pouco mais de uma década, essa apreciação não parece mais retratar a realidade da área (FARIA, 2011). O campo não apenas se instituiu como se expandiu muito. A mudança foi impulsionada, entre outras razões, pelo crescimento de novos paradigmas teóricos nas ciências sociais, que reduziram a importância das abordagens marxistas, e pela relevância que assumiu na agenda governamental a questão da promoção do desenvolvimento conjugado a políticas sociais (DRAIBE e RIESCO, 2009). Houve também expressivo aumento dos empregos na administração pública ou em organizações não governamentais e privadas³, especialmente naquelas envolvidas na provisão de serviços sociais. Paralelamente a isso se observou a expansão acelerada da formação graduada e pós-graduada na área de políticas públicas (FARIA, 2011).

3 Em 1992, 4,5% das pessoas ocupadas, com dez anos ou mais, estavam empregadas no setor público, enquanto em 2007 o percentual subiu para 8,6% (IBGE, PNAD, 2008). No entanto, há muito mais pessoas ocupadas em atividades relacionadas à provisão de serviços ou bens públicos, uma vez que grande parte dessa provisão é realizada por organizações da sociedade civil e de mercado. Os postos de trabalho do grupamento “educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social”, utilizado pelo IBGE (2010), representavam 21,5% do total de pessoal ocupado, em 2007, no Brasil. O grupamento estava entre os que apresentavam os maiores níveis de rendimento e teve um aumento de 2,7% nos postos de trabalho, entre 2005 e 2006.

A expansão acelerada das políticas públicas no Brasil, nos anos 2000 (FARIA, 2011), tem se processado com a participação de diversas disciplinas correlatas. A classificação de áreas do conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) considera as políticas públicas como uma subárea da Ciência Política. De fato, sua institucionalização mais consistente ocorreu junto a essa área disciplinar, haja vista a crescente estruturação da área temática ‘Estado e Políticas Públicas’ junto à Associação Brasileira de Ciência Política. Porém, o GT Políticas Públicas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), em funcionamento desde 2001, tem se constituído como um polo irradiador do debate interdisciplinar sobre a temática (HOCHMAN et al, 2007). Na área de Sociologia foi criado um GT de Sociedade e Políticas Públicas no XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, que se realizará em 2013. O caráter interdisciplinar do tema manifesta-se também na dispersão dos cursos de políticas e de gestão públicas pelas diversas áreas de avaliação da Capes (CAPES, 2013) e nos diferentes departamentos de instituições de ensino superior e de pesquisa envolvidas na docência e na investigação.

A Sociologia no Brasil tem participado da consolidação do campo das políticas públicas no país, embora ainda seja incipiente no ambiente acadêmico da disciplina a conjugação das teorias sociológicas contemporâneas com os debates teóricos da *Policy Analysis*. No entanto, como Fligstein e McAdam (2012) o demonstraram, esse isolamento disciplinar não é peculiaridade das Ciências Sociais no Brasil. É uma característica do modo como se estruturaram as relações entre essas disciplinas, que somente agora vem sendo modificado, no sentido de integrar abordagens teóricas sobre os mesmos fenômenos sociais que se desenvolveram de modo paralelo.

Mesmo que utilizando recursos teóricos que incorporam limitadamente as contribuições da *Policy Analysis*, parcela considerável da pesquisa sociológica no Brasil está voltada ao exame de temas direta ou indiretamente relacionados ao campo das políticas públicas. Evidências disso são as linhas de pesquisa dos programas de

pós-graduação da área de Sociologia e os trabalhos apresentados nos Congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia.

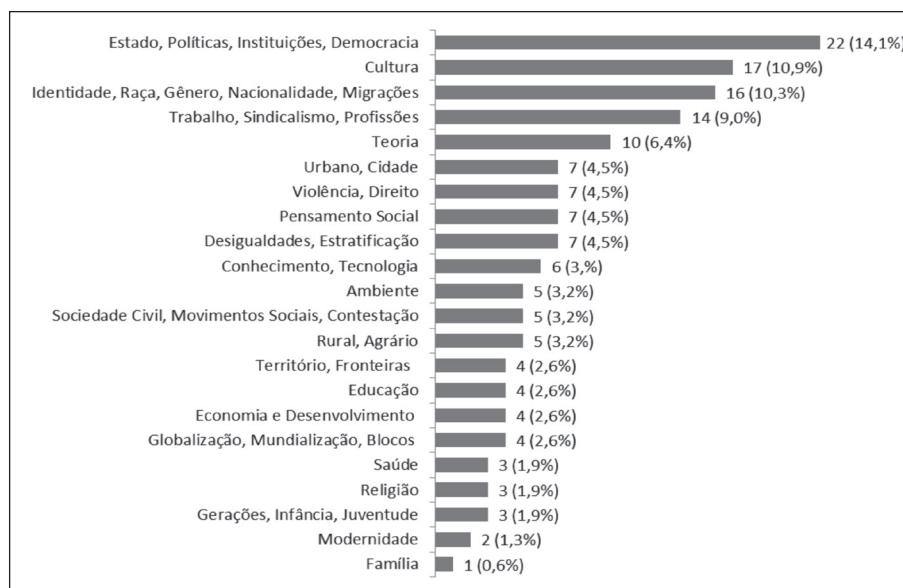
A pós-graduação expressa o estado da arte de uma disciplina, porque os temas que organizam os esforços de pesquisas e as disciplinas ministradas indicam as tendências em termos de investigação e de formação de profissionais habilitados a capacitar outros profissionais em nível de pós-graduação e de graduação. A avaliação da pós-graduação em Sociologia e Ciências Sociais na Capes, em 2013, é integrada por 54⁴ programas em Ciências Sociais, em Sociologia, em Sociologia Política, em Planejamento e Políticas Públicas e em Sociologia e Antropologia. A análise aqui empreendida sobre 100 linhas de pesquisas se refere somente a 18 Programas de Sociologia⁵ e a um de Sociologia e Antropologia. O objetivo dessa redução foi o de isolar a eventual distorção que o foco disciplinar em Ciência Política poderia produzir.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição das 100 linhas de pesquisa por 22 temáticas. Como uma linha pode abordar temas variados, 57 linhas foram classificadas em uma única categoria temática, mas 33 foram classificadas em duas, sete, em três e três em quatro temas de investigação diferentes, perfazendo um total de 156 classificações. O tema ‘Estado, Políticas, Instituições e Democracia’, diretamente relacionado às políticas públicas, foi o mais frequente, presente em 22 das 100 linhas analisadas. Nos 19 PPGs examinados, foi o tema mais recorrente, encontrado em 16 deles. Se considerarmos que ‘Economia, Desenvolvimento’ está muito relacionado às políticas públicas, teríamos a presença da questão em 18 dos 19 PPGs. Considere-se ainda que, dada a transversalidade do tema políticas públicas, é possível supor que a questão seja abordada em estudos realizados em outras linhas de pesquisa.

4 São 54 Programas ativos e o Programa de Sociologia Políticas da UFMG, em extinção.

5 São 19 Programas de Sociologia, mas no momento da pesquisa o sitio na internet do Programa da UFMG estava inacessível.

Gráfico 1. Distribuição das linhas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Sociologia e Antropologia por 22 temas de investigação – Brasil, 2013



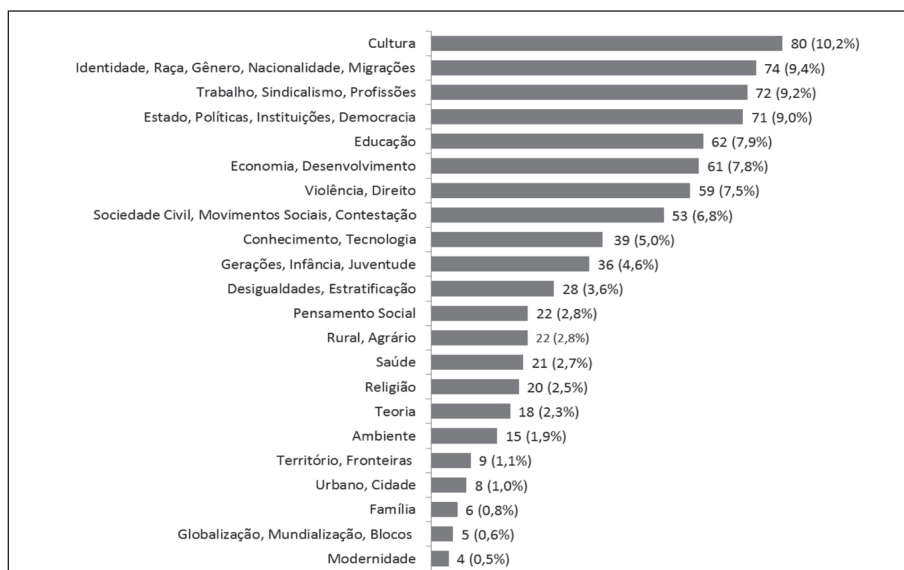
Fonte: Sites dos 18 PPGs em Sociologia e do PPG em Sociologia e Antropologia da Área de Avaliação Capes 'Sociologia e Ciências Sociais', em 2013.

O Gráfico 2 mostra a distribuição, por 22 temáticas, dos 513 trabalhos apresentados em Grupos de Trabalhos (GTs)⁶ durante o XV Con-

6 GT01: A questão agrária no Brasil contemporâneo: redefinições teóricas e dilemas políticos; GT02: Ciência, tecnologia e inovação social; GT03: Conflitos socioambientais; GT04: Consumo e Cidadania; GT05: Desigualdade e Estratificação Social; GT07: Educação e Sociedade; GT06: Economia social e solidária: alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva; GT08: Educação Superior na Sociedade contemporânea; GT09: Ensino de Sociologia; GT10: Gerações e Contemporaneidade; GT11: Memória e Sociedade; GT12: Mercados Ilícitos e Processos de Criminalização: desafios metodológicos; GT13: Movimentos Sociais na atualidade: reconfigurações das práticas e novos desafios teóricos; GT14: Movimentos sociais, organizações de representação e lutas por direitos no campo; GT15: Novas configurações do trabalho nos espaços urbano e rural; GT16: Novas Sociologias: pesquisas interseccionais feministas, pós-coloniais e queer; GT17: Ocupações e profissões; GT18: Pensamento Social no Brasil; GT19: Religião e Modernidade; GT20: Saúde e Sociedade; GT21: Segregação social, políticas públicas e direitos humanos; GT22: Sexualidades, corporalidades e transgressões; GT23: Sociologia da Arte; GT24: Sociologia da Cultura; GT25: Sociologia do conhecimento e metodologias qualitativas; GT26: Sociologia do esporte; GT27: Sociologia e Imagem; GT28: Sociologia e Juventude: questões e estudos contemporâneos; GT29: Sociologia Econômica; GT30: Teoria sociológica; GT31: Trabalho, Sindicalismo e Ações Coletivas; GT32: Violência e Sociedade.

gresso Brasileiro de Sociologia. Também neste caso, como os trabalhos podiam ter interfaces com temas variados, 270 foram classificados em uma única categoria temática, 215 em duas, 27 em três, um em quatro, em um total de 785 classificações. O tema ‘Estado, Políticas, Instituições e Democracia’ foi o quarto mais frequentemente, presente em 71 dos 513 trabalhos, sendo superado pelas temáticas ‘Cultura’, ‘Identidade, Raça, Gênero, Nacionalidade, Migrações’ e ‘Trabalho, Sindicalismo, Profissões’, encontradas em 80, 74 e 72 dos estudos, respectivamente. Entretanto, agregando-se as categorias ‘Estado, Políticas, Instituições e Democracia’ e ‘Economia e Desenvolvimento’, a temática estaria presente em 116 trabalhos (132 classificações, menos 16 trabalhos classificados nas duas categorias). Como a ementa e a denominação de GTs tendem a induzir os autores a apresentar trabalhos que a elas se conformem, provavelmente a partir do próximo Congresso, com a criação do GT Sociologia e Políticas Públicas, crescerá a proporção de apresentações de estudos sobre políticas públicas. Mas se isso realmente acontecerá, somente saberemos futuramente.

Gráfico 2. Distribuição dos trabalhos apresentados nos GTs do durante o XV Congresso Brasileiro de Sociologia, por 22 temas de investigação – Brasil, 2011



Fonte: Site do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013.

A concentração de pesquisas em questões relacionadas à esfera da política chama a atenção. Mesmo não tratando diretamente de ‘políticas públicas’, a Sociologia no Brasil colabora com a consolidação desse campo de estudos ao investigar objetos fortemente relacionados a políticas setoriais, tais como o trabalho, as profissões, a educação, a violência, a ciência e tecnologia, a saúde, o meio ambiente, o rural e o urbano. Além disso, tanto nas linhas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação como nos trabalhos apresentados no Congresso da SBS de 2011, há temas de pesquisa sociológica transversais que tratam da coesão social, ainda que segmentada, e da estruturação das sociedades em estratos hierarquizados, tais como as desigualdades e a estratificação social, a mobilidade social, as identidades sociais, sejam elas relacionadas às classes sociais, à raça, ao gênero ou às nacionalidades, cujo o exame é indispensável para a análise de políticas públicas.

Conclusões

O artigo tratou da contribuição da Sociologia para a análise de políticas públicas. Destacou a importância dos recursos teóricos que a disciplina oferece ao focalizar em seus estudos o polo societal das relações entre Estado e sociedade. Embora tenham sido mencionadas as raízes clássicas dos estudos que tratam dos grupos sociais, dos imperativos culturais e das instituições e estruturas sociais, a análise destacou as perspectivas contemporâneas. Foram ressaltadas também as convergências entre teorias sociológicas contemporâneas, o neoinstitucionalismo sociológico e as teorias da formação da agenda na medida em que essas abordagens teóricas têm chamado atenção para os processos de legitimação social de determinadas formas de conceber e explicar problemas e de considerar moralmente aceitáveis certas ações e políticas.

Observou-se ainda que objetos de pesquisa relacionados às políticas públicas têm lugar relevante na agenda de pesquisas da Sociologia no Brasil. Constatou-se que temas como ‘Estado, Políticas, Instituições e Democracia’ e ‘Economia e Desenvolvimento’ aparecem

recorrentemente tanto nas linhas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia, em 2013, como entre os trabalhos que foram apresentados no XV Congresso Brasileiro de Sociologia, em 2011.

Os estudos sociológicos sobre políticas públicas não são avaliações de ‘políticas’: são análises da sociedade e do Estado e das relações sociais e políticas. Como tal, não produzem recomendações ou propostas acabadas de solução para ‘problemas’ identificados por gestores ou analistas de políticas públicas ou organizações. Seus principais objetivos são os de descrever, explicar ou compreender objetos sob perspectivas teóricas da Sociologia. Entretanto, são exatamente esses estudos que têm a capacidade de produzir análises sobre a realidade social e política que, em alguma medida, reconstituam a complexidade de nossas sociedades oferecendo assim aos analistas e gestores de políticas públicas informações e interpretações sobre tal realidade que permitam aos mesmos fazer escolhas consistentes sobre as políticas sobre as quais têm poder decisório.

Referências

BÖRZEL, T. (1998), “Organizing Babylon: on the Different Conceptions of Policy Networks”. *Public Administration*, v. 76, n. 2, pp. 253-273.

BOURDIEU, P. (1989), *O poder simbólico*. Lisboa: Difel/Bertrand.

CAMPBELL, J.L. (2002), “Ideas, Politics, and Public Policy”. *Annual Review of Sociology*, v. 28, pp. 21-38.

CARDOSO, Fernando Henrique. (1975), *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CAPES, (2013). Multidisciplinar: Interdisciplinar: Ciências Humanas, Ciência Humanas e Sociais, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Sociais e Humanas <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarles&codigoArea=90100000&descricaoArea=MULTIDISCIPLINAR+&descricaoAreaConhecimento=INTERDISCIPLINAR&descricaoAreaAvaliacao=INTERDISCIPLINAR>; Ciências Humanas: Ciência Política, Sociolo-

gia <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarArea&codigoGrandeArea=70000000&descricaoGrandeArea=CI%CANCINAS+HUMANAS+> On Line. Acesso em 14 de abril de 2013.

CASTELLS, M. (1999), *Sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra.

COHEN, J. (2003), “Sociedade civil e globalização: repensando categorias”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 46, n. 3, pp. 419-459.

COHEN, J.; ARATO, A. (1992), *Civil society and political theory*. Cambridge: MIT Press.

COLLINS, R. (1994), *Four Sociological Traditions*. Oxford: Oxford University Press.

CORTES, S.V. (s/d). “Sociologia e Políticas Públicas”. In: MARQUES, E.; FARIA, C.A. (orgs.). *A política pública como campo multidisciplinar*. No prelo.

CORTES, S.V.; LIMA, L.L. (2012), *A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas*. *Lua Nova*, São Paulo, n. 87.

COUTINHO, C.N.; NOGUEIRA, M. (eds.). (1985), *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

DIMAGGIO, P. (1994.), “Culture and economy”. In: SMELER, N.; SWEEDBERG, R. (orgs.). *Handbook of Economic Sociology*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

DRAIBE, S.M.; RIESCO, M. (2009), *El Estado de Bienestar Social en América Latina. Una nueva estrategia de desarrollo*. Madrid: Fundación Carolina.

ELIAS, N. (1994), *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

EMIRBAYER, M. (1997), “Manifesto for a Relational Sociology”. *The American Journal of Sociology*, v. 103, n. 2, pp. 281-317.

FARIA, C.A.P. (2003), “Idéias, Conhecimento e Políticas Públicas: Um Inventário Sucinto das Principais Vertentes Analíticas Recentes”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, pp. 21-30.

FARIA, C.A.P. (2011), “Implementação: ainda o ‘elo perdido’ da Análise de Políticas Públicas no Brasil?” Trabalho apresentado no 35º Encontro Anual da ANPOCS. GT Políticas Públicas. Caxambu.

FELD, S.L. (2002), “On the emergence of social norms”. *Contemporary Sociology*, v. 31, n. 6, pp. 638-640.

FLIGSTEIN, N.; MCADAM, D. (2012), *A Theory of Fields*. New York: Oxford University Press.

FIGUEIREDO, A. L. V. (2008), “O Caminho Quilombola: Interpretação constitucional e reconhecimento de direitos étnicos”. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPRJ.

FOUCAULT, M. (1987), *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes.

FOUCAULT, M. (1979), *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

FRASER, N. (2001), “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era Pós-socialista”. In: SOUZA, J. (org). *Democracia hoje*. Brasília: UnB.

GIDDENS, A. (1989), *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

GOFFMAN, E. (1961), *Asylums: Essays on the Social Situation of Mental Patients and Other Inmates*. New York: Doubleday Anchor.

GOFFMAN, E. (1959), *The Presentation of Self in Everyday Life*. New York: Anchor Books.

GOMES, V.O. (2010), Os intérpretes de Gramsci no Brasil: um estudo sobre a apropriação do conceito de revolução passiva. Comunicação Seminário Internacional ‘Gramsci e os Movimentos Populares’. Niterói, FEUFF.

GRAMSCI, A. (2004), *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HABERMAS, J. (1989), *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Cambridge: MIT Press.

HALL, P.; TAYLOR, R. (1996), “Political Science and the Three New Institutionalisms”. *Political Studies*, v. 44, n. 3, pp. 936–957.

HARKER, R., MAHAR, C., WILKES, C. (1990), *An Introduction to the Work of Pierre Bourdieu: the practice of theory*. Londres: Macmillan Press.

HOCHMAN, G., ARRETCHE, M., MARQUES, E (eds.). (2007), *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

HONNETH, A. (2003), *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34.

HOWLETT, M.; RAMESH, M. (1998), "Policy subsystem configurations and policy change: operationalizing the postpositivist analysis of the politics of the policy process". *Policy Studies Journal*, v. 26, n. 3, pp.466-481.

IMMERGUT, E. (1998), "The Theoretical Core of the New Institutionalism". *Politics and Society*, v. 26, n. 1, pp. 5-34.

INGRAM, H.; SCHNEIDER, A. L.; DELEON, P. (2007), "Social construction and policy design". In: SABATIER, P. A. (org.). *Theories of the policy process*. Cambridge, MA: Westview Press.

KINGDON, J. W. (1995), *Agendas, Alternatives and Public Policies*. New York: Addison, Wesley Longman.

KORPI, W. (2000), "The power resources model". In: CASTLES, F.; PIERSON, C. (orgs.). *The welfare state reader*. Cambridge: Cambridge Polity Press.

LUHMANN, N. (1991), *Sistemas sociológicos: lineamentos para una teoría general*. Madri: Alianza Editorial/Universidad Iberoamericana.
MARQUES, E.C. (2010), *Redes sociais, segregação e pobreza*. São Paulo: Unesp.

MARTINS, C. (2008), "Notas sobre o sentimento de embaraço em Erving Goffman". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.23, n. 68, pp. 137-144.

McADAM, D. (2003), "Beyond structural analysis: toward a more dynamic understanding of social movements". In: DIANI, M.; McADAM, D. (orgs). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press.

McCOOL, D. (1998), "The subsystem family of concepts: a critique and a proposal". *Political Research Quarterly*, v. 51, n. 2, pp. 551-570.

MELO, M. A. (1999), “Estado, Governo e Políticas Públicas”. In: MICELI, S. (org.). *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995). Ciência Política, Vol.III*. São Paulo: Sumaré/ Anpocs&Capes.

MELUCCI, A. (2001), *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes.

MELUCCI, A. (1985), “The Symbolic Challenge of Contemporary Movements”. *Social Research*, v. 53, n. 4, pp. 798-816.

MENICUCCI, T.M.G.; BRASIL, F.D. (2010), Construção de agendas e inovações institucionais: análise comparativa da reforma sanitária e da reforma urbana. *Estudos de Sociologia*, v. 15, p. 369-396.

MILLER, E. A.; BANASZAK-HOLL, J. (2005), “Cognitive and Normative Determinants of State Policy Making Behavior: Lessons from the Sociological Institutionalism”. *Publius*, v. 35, n. 2, pp.191–216.

MULLER, P.; SUREL, Y. (2002), *A análise de políticas públicas*. Pelotas: Educat.

Neil Fligstein and Doug McAdam. (2012), *A Theory of Fields*. New York: Oxford University Press. Doug McAdam and Hilary Boudet. 2012.

OFFE, C. (1989), *Capitalismo desorganizado. Transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense.

ORR, S. (2006), “Policy subsystems and regimes: organized interests and climate change policy”. *The Policy Studies Journal*, v. 34, n. 2, pp. 147-169.

OSTROM, E. (2007), “Institutional rational choice”. In: SABATIER, P. (org.). *Theories of the policy process*. Cambridge, MA: Westview Press.

OWEN-SMITH, J.; POWELL, W. W. (2008), “Networks and Institutions”. In: GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; SAHLIN, K.; SUDDABY, R. (orgs.). *The Sage handbook of organizational institutionalism*. London: Sage Publications.

PIELLON, M.(1999), “Bourdieu’s Field and the Sociology of Welfare”. *Journal of Social Policy*, v. 27, n. 2, pp. 213–229.

REIS, E. (1996), “Political Sociology in Brazil: Making Sense of History”. *Current Sociology*. V. 44, n. 3, pp. 81-107.

SABATIER, P. (1988), "An advocacy coalition framework of policy change and the role of policy-oriented learning therein". *Policy Sciences*, v. 21, n. 2-3, pp. 129-168.

SABATIER, P.; JENKINS-SMITH, H. (1993), *Policy change and learning: an advocacy coalition approach*. Boulder: Westview.

SABATIER, P.; WEIBLE, C. M. (2007), "The advocacy coalition framework: innovation and clarifications". In: SABATIER, P (org.). *Theories of the policy process*. Cambridge, MA: Westview Press.

SALLUM JR., Brasílio. (2002), "Notas sobre o surgimento da sociologia política em São Paulo". *Política & Sociedade*. n. 1, pp. 73-86.

SCHARPF, F. W. (1997), *Games Real Actors Play: Actor-Centered Institutionalism in Policy Research*. Boulder, CO: Westview Press.

SCHERER-WARREN, I. (1993), *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola.

SOUZA, C. (2006), "Políticas Públicas: uma revisão da literatura". *Sociologias*, ano 8, n. 16, pp. 20-45.

TAYLOR, C. (1994), *Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget.

TOURAINE, A. (1981), *The voice and the eye: An analysis of social movements*. Cambridge: Cambridge University Press.

TRUE, J.L.; JONES, B.D.; BAUMGARTENER, F.R. (2007), "Punctuated-Equilibrium Theory: Explaining Stability and Change in Public Policy Making". In: SABATIER, P.A. (org.). *Theories of the Policy Process*. Boulder, CO: Westview Press.

WILSON, J. (1993), "The Moral Sense: Presidential Address, American Political Science Association". *The American Political Science Review*, v. 87, n. 1, pp. 1-11.

WORSHAM, J. (1998), "Wavering equilibriums: subsystem dynamics and agenda control". *American Politics Quarterly*, v. 26, n. 4, pp. 485-512.

Artigo recebido em maio de 2013 | Aprovado em julho de 2013

Tom Dwyer*

REFLEXÕES SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA BRASILEIRA

RESUMO

Um dos custos da globalização cultural é o de termos que nos comunicar com o outro. Por toda parte se entende o diálogo entre cientistas como uma necessidade para o desenvolvimento de ciências mais robustas e de um mundo menos fragmentado. A opção de internacionalização pela via da língua inglesa levou à incomunicação nas ciências sociais. A abertura de novas frentes de internacionalização da sociologia que não se comunica nem em português (como no meio lusófono), nem em espanhol ou “portunhol” (como nas relações com a Espanha e América Latina), nem em inglês (como na globalização ampla), abre novas possibilidades de interlocução. Este artigo discute esses processos e aponta para uma reflexão acerca da necessidade de ampliação dos níveis de internacionalização.

Palavras-Chave: Internacionalização. Sociologia brasileira. Produção científica.

REFLECTIONS ON THE INTERNATIONALIZATION OF BRAZILIAN SOCIOLOGY

Tom Dwyer

ABSTRACT

One of the costs of cultural globalizations is that we have to communicate with the other. Everywhere dialogue between scientists is understood to be a necessity for the development of more robust sciences and a less fragmented world. The option to internationalize through the English language has led to a lack of communication in the social sciences. The development of new alternative forms of internalizing sociology that are not communicated in Portuguese (as in the Lusophone environment) or in Spanish or ‘Portunish’ (as in the relations between Spain and Latin America) or indeed in English (as in globalization more broadly) affords new possibilities for interlocution. This article discusses these processes and points to a reflection on the need to expand the levels of internationalization.

Keywords: Internationalization. Brazilian Sociology. Scientific Production.

*Doutor em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (1978), pós-doutorado pela University Of Canterbury (1983) e pos-doutorado pela Cornell University (1990). Atualmente é professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, líder do Laboratório Interdisciplinar Informática e Sociedade (Unicamp), membro do Executive Committee da International Sociological Association (2010-2014). Foi presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) 2005-2009. Vice Presidente (Latin America), Research Committee 34 - Sociology of Youth - International Sociological Association, 2006-2010. Tem experiência na área de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia do trabalho, acidentes do trabalho, sociedade de informação, informática e interdisciplinaridade.

O autor gostaria de agradecer muito a ajuda de Eugênio Braga (IBGE) e Maria Lígia Barbosa (UFRJ), também de Patrícia Gimeno (IPEA). Uma parte importante deste artigo é derivada diretamente de Dwyer (2010).



RÉFLEXIONS SUR L'INTERNATIONALISATION DE LA SOCIOLOGIE BRÉSILIENNE

Tom Dwyer

RÉSUMÉ

Un des coûts de la mondialisation culturelle est celui de communiquer avec l'autre. Partout, le dialogue entre scientifiques est compris comme une nécessité pour le développement de sciences plus robustes et d'un monde moins fragmenté. L'internationalisation par la langue anglaise conduit à la non communication dans les sciences sociales. L'ouverture de nouveaux fronts d'internationalisation de la sociologie qui ne communique ni en portugais (comme dans le monde lusophone), ni en espagnol ou « portug-nol » (comme dans les relations avec l'Espagne et l'Amérique Latine), ni en anglais (comme dans le monde globalisé), permet de nouvelles possibilités d'interlocution. Cet article traite de ces processus et montre l'intérêt d'une réflexion sur la nécessité d'étendre les niveaux d'internationalisation.

Mots-clés : Internationalisation. Sociologie brésilienne. Production scientifique.

Tom Dwyer*

REFLEXÕES SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA BRASILEIRA

Introdução

O Aurélio define "internacionalização" como "o ato ou efeito de internacionalizar-se", "Tornar-se internacional". A palavra "internacional" comporta quatro definições: "Que se realiza entre nações. Relativo às relações entre nações. Que se espalha por várias nações. Cujo renome se estende a diversas nações." (1986, 959) Dentro desta definição, gostaria de refletir sobre a internacionalização da Sociologia brasileira, sobre seu passado e, também, apontar caminhos para o futuro.

O primeiro ponto é a ideia de "nação" que, no caso brasileiro, corresponde, quase 100%, ao Estado-nação. Em muitos outros países, como Espanha, Índia, Rússia e até os EUA, este grau de correspondência é bem menor. Então, é preciso dizer que o sentido que se dá à internacionalização depende do contexto. No caso brasileiro, o termo sempre se refere às nossas relações com cientistas sociais e com as Ciências Sociais de outros países. É um processo de, por um lado, importação de saberes e de

* O autor gostaria de agradecer muito a ajuda de Eugênio Braga (IBGE) e Maria Lígia Barbosa (UFRJ), também de Patrícia Gimeno (IPEA). Uma parte importante deste artigo é derivada diretamente de Dwyer (2010).



recebimento de alunos e professores e, por outro lado, de exportação de saber, professores e alunos, assim como de cooperação em empreendimentos internacionais.

Importação - Fontes internacionais na Sociologia brasileira

Uma primeira dimensão da internacionalização se refere ao local onde foram feitos os estudos superiores. Em 2009, um *survey* foi aplicado entre os associados da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Entre os respondentes, 2,6% tinham feito os estudos de graduação fora do país, 9,3% tinham feito o mestrado (n=454) e 16,5% seus doutorados (n=418). Ou seja, os sociólogos brasileiros são essencialmente produtos de universidades brasileiras. Portanto, existe um contingente muito significativo de professores, um em cada sete associados, que completou seu doutorado no exterior. Sabemos que as circunstâncias destes estudos foram as mais diversas. Alguns foram realizados com bolsas de agências brasileiras (que sofreram uma forte redução a partir dos anos 1980), outros com bolsas de instituições estrangeiras, alguns dos pesquisadores estavam no exílio e outros foram ao exterior por vontade própria. Estes profissionais, por causa de suas experiências pessoais, têm uma abertura à internacionalização que não é feita através dos livros, mas através da vivência, ou seja, de uma experiência internacional muito diferente da de seus colegas formados no país.

A receptividade das ideias – a internacionalização importação

Uma segunda dimensão da internacionalização influencia a atividade científica e a construção dos problemas de pesquisa. O *survey* aplicado entre os associados da SBS mostra que eles trabalham com toda a gama clássica de problemas e temas da sociologia. Ao examinar as bibliografias empregadas pelos colegas nos seus escritos, é possível observar que existe, como padrão, um grande uso de autores estrangeiros. Desde a década de 1930, formou-se, no país, a tradição

de importar livros estrangeiros. A leitura intensiva desses livros foi feita e tentou-se, a partir dela, ver a aplicabilidade das ideias apresentadas para a compreensão da sociedade brasileira. O trabalho de Florestan Fernandes é exemplar neste quesito, já que às muitas fontes nacionais que ele empregou foram acrescentadas outras da sociologia internacional, tais como Comte, Spencer, Durkheim, Weber, Sombart, Tönnies, Mannheim, Merton e outros, sem esquecer autores internacionais e nacionais da tradição marxista. Ou seja, a sociologia brasileira bebe em muitas fontes, mas quase todas, quando não são brasileiras ou latino-americanas, são da Europa ocidental ou norte-americanas. Até hoje, esta orientação existe no coração da formação sociológica no país. Manuel Palacios da Cunha e Mello (1999, p. 75-6) confirma isto ao demonstrar que entre os dez autores mais citados em teses brasileiras em Ciências Sociais, cinco eram franceses, dois alemães, dois brasileiros e um norte americano. O ingresso nos programas de pós-graduação fica dependente da habilidade do aluno de ler em uma ou duas línguas estrangeiras. Esta obrigatoriedade permite aos professores empregarem um leque amplo de fontes estrangeiras e dar uma orientação cosmopolita a seus alunos. Com frequência, misturam-se ricas bibliografias internacionais e nacionais. Minhas próprias observações à sociologia brasileira são mais abertas a variadas influências estrangeiras do se costuma ver na maioria dos países anglófonos, francófonos e hispanófonos. Ou seja, tenho a impressão de que nossos trabalhos são influenciados por uma bibliografia internacional mais ampla do que a que influencia os trabalhos dos autores daquelas comunidades linguísticas e tradições.

Bibliotecas

Alguns alunos brasileiros observam que estes bancos de dados ignoram, por exemplo, uma grande parte da produção intelectual latino-americana e, por esta razão, questionam sua legitimidade. Alice Abreu observou que apenas 3% das revistas de sociologia indexadas no *Latindex* aparecem no *Institute for Scientific Information* (ISI, a ins-

tuição que produz a *Social Science Citation Index*) Abreu (2007). Este enviesamento me fez decidir não trabalhar com os dados do ISI ao construir minha reflexão sobre a internacionalização da sociologia brasileira. Todos nós sabemos que o mundo é desigual. Internacionalizar a produção sociológica brasileira requer que os membros de nossa disciplina busquem estratégias, individuais ou coletivas, de combate a este tratamento desigual.

Movimentos coletivos e contra-hegemônicos

Por causa dos problemas que acabei de elencar, autoridades científicas e pesquisadores em vários países elaboraram políticas para construir suas próprias bases de dados. França, China e Polônia estão entre eles. Temos o mais tradicional “Latindex” (www.latindex.unam.mx), e na última década surgiu “Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal” - Redalyc (<http://redalyc.uaemex.mx>) um outro indexador. No Brasil, o SCIELO (<http://www.scielo.br>) é resultado de um grande esforço para disponibilizar a produção nacional e internacional on-line. Na medida em que bancos de dados alternativos se firmam, crescem e aumentam os números de fontes indexadas e de usuários e é possível imaginar a emergência de inéditos horizontes para a internacionalização das Ciências Sociais. Porém, a capacidade dos sistemas hoje dominantes de reagir e incorporar os emergentes projetos não deve ser desprezada.

Exportação e intercâmbio – A Internacionalização estreita

A internacionalização da Sociologia brasileira tem várias dimensões, entre as quais a que chamo de “internacionalização estreita”, que se relaciona prioritariamente com os países próximos, em termos geográficos ou linguísticos. Ou seja, é uma estratégia muito diferente da “internacionalização ampla”, que busca publicar e interagir com os centros de poder, já que ela corre em paralelo a estes centros.

A vida associativa é um importante articulador da internacionalização estreita. A Associação Latino-americana de Sociologia (ALAS) teve um papel importante ao longo dos últimos 50 anos, seja no período das ditaduras, seja nos períodos democráticos. Durante a ditadura, permitiu aos sociólogos brasileiros manter contatos regulares com colegas latino-americanos e, no decorrer do processo de redemocratização, estabeleceu um espaço para se debater a fundo as diversas transições à democracia que ocorreram de modo quase simultâneo em nossa região. Vários artigos, livros e intercâmbios foram produzidos neste período. (TRINIDADE et alii, 2006) Hoje, a democracia se consolidou como forma de governo em quase toda a região e, em vários países, cientistas sociais passaram a fazer parte das elites políticas.

Existem duas áreas geográficas no Brasil, muito diferentes entre si, de onde se pode esperar uma construção de distintas agendas de ensino e pesquisa internacionais. A primeira é a região pan-amazônica e a segunda é a região de fronteira dos países do cone sul. Uma associação regional, tal como a ALAS, e outras instâncias, especialmente a Clasco e a Flasco, permitem a construção de um espaço comum. Universidades de vários países se organizaram e constituem espaços formalizados para esta cooperação regional: na região norte, a Associação das Universidades Amazônicas (Unamaz) e, no cone sul, o Conselho de Reitores da Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM). A formação de alunos, os intercâmbios entre docentes e uma multiplicidade de contatos se fazem, alguns dos quais institucionalizados e outros menos. Ainda me parece cedo para falar na construção de agendas específicas de ensino e pesquisa em Sociologia, mas, em questões pontuais, tais como migração, interculturalidade, tráfico de drogas e meio ambiente é possível perceber o espaço para esta cooperação.

A construção de uma internacionalização lusófona

Na língua fica o coração das culturas e das relações entre os povos. O desenvolvimento das Ciências Sociais lusófonas reflete uma estra-

tégia de internacionalização em bases linguísticas. Criado em 2005, o Programa de Cooperação em Ciências Sociais para os Países de Língua Portuguesa conta com o apoio do CNPq. Renato Lessa (2009) avaliou o programa numa entrevista: “não estamos preparados ainda para aceitar o fato – não a ideia, o fato – de que a língua portuguesa é uma língua internacional, uma língua que conecta comunidades intelectuais diferentes, que praticam modalidades diferentes até do português, tem sensibilidades diferentes, tratam de objetos diferentes, tem diversidade teórica interna, ou seja, tem os requisitos mínimos para você chamar de comunidade científica internacional...” Acredito que ainda é cedo para falar da construção de um meio onde a unidade linguística permite o estabelecimento de uma comunidade sociológica lusófona. Porém, existe um movimento intelectual e institucional, ao mesmo tempo, identitário e anti-hegemônico, que busca criar esta comunidade (ALMEIDA, 1998). Já foram organizados onze congressos bienais Luso-Afro-Brasileiros de Ciências Sociais. Existe uma consciência de que seria necessário estimular pesquisas comparativas entre estes países, avançar no intercâmbio de docentes e alunos e investir na qualidade do jornal científico *Revista Travessias*. O sistema Scielo é um recurso que contribui para o fortalecimento do movimento lusófono, porque é construído em português. A nova “Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa” (<http://www.ailp.ics.ul.pt>) foi fundada por ocasião da 11ª edição deste congresso, em 2011, em Salvador, BA, e foi registrada em março de 2012.

A exportação e o intercâmbio – A ‘Internacionalização “ampla”

A ampla internacionalização da sociologia pressupõe uma comunicação humana cujos limites são negligenciados na maioria das reflexões conduzidas sobre o tema. Nas ciências naturais e exatas, em que a formalização é muito maior e nas quais muitos objetos científicos independem do contexto cultural, a comunicação se faz por

equações, taxonomias e fórmulas que fazem parte de seu patrimônio comum e o inglês tem o papel de língua franca.

Segundo o índice *Translationum*, da UNESCO, “a língua a partir da qual se traduz mais, desde 1979, é a inglesa (813,739 obras), seguida pela francesa (154,739 obras), pela alemã (136,597 obras) e, depois, pelas línguas russa, italiana e espanhola. Apesar de a língua inglesa ser a principal língua a partir da qual se traduz, verifica-se que, ao mesmo tempo, muito pouco se traduz para o inglês. As línguas para as quais se traduz com maior frequência são a alemã (241,364 obras), a espanhola (183,420 obras), a francesa (164,366 obras) e a inglesa (102,366 obras), seguidas pelas línguas japonesa, holandesa, portuguesa e russa” (CALVET, 2007, p. 52-3) Ou seja, o pensamento (que sejam romances, ciências sociais ou livros de auto-ajuda) publicado em inglês em forma de livros se espalha pelo mundo, enquanto o pensamento elaborado em outras línguas não tem a mesma receptividade no mundo anglófono.

Leeuwen et al, (2001) examinaram revistas incluídas na *Science Citation Index* (SCI) da ISI. Descobriram que textos publicados em línguas diferentes da inglesa têm um impacto muito abaixo do impacto dos artigos publicados em inglês. O fato repercute de maneira negativa sobre a avaliação das instituições, o que acaba forçando a publicação em revistas indexadas e publicadas em inglês. Na base da análise das publicações em uma faculdade de medicina alemã, observou-se que, aproximadamente, 80% das fontes indexadas são publicadas em inglês.

No Brasil, Renato Ortiz (2006, 2008) elaborou uma reflexão profunda e sofisticada sobre a questão da língua franca nas Ciências Sociais. Seu raciocínio leva-nos a concluir que é impossível desenvolver ciências sociais de qualidade através de recurso a uma língua franca. Para explicar a sociologia que se faz em um país para alguém de outro país é necessário prestar atenção à narrativa e ao desenvolvimento conceitual e situar os dois em seus contextos linguísticos e sócio-históricos. Um resultado prático desta reflexão é a necessidade de adoção de uma estratégia muito mais complexa de internacionalização do que o

“tudo em inglês” que envolva, apesar de todos os custos financeiros e das dificuldades envolvidas, o emprego de uma mistura de recursos tecnológicos e traduções de alta qualidade.

A Associação Internacional de Sociologia (ISA) e a questão linguística

Embora a ISA tenha o espanhol e o francês como suas línguas oficiais, é o inglês que funciona como a língua dominante em todas as instâncias da entidade: em quase todos os comitês de pesquisa, na grande maioria das apresentações, na direção e nas revistas internacionais. A questão linguística tem sido objeto de debate na ISA desde antes de 1998, quando Alain Touraine presidiu uma comissão que preparou um relatório sobre a questão. A comissão alertou sobre o duplo risco de criar, de um lado, uma torre de Babel e, de outro, uma exclusão linguística. Existe uma tensão permanente em torno destes dois polos. “[P]ara evitar o isolamento, professores e estudantes de todos os países devem apreender o inglês e pelo menos mais uma língua estrangeira.... ao estudar um autor ou escola de pensamento, autoridades universitários e de centros de pesquisa devem garantir que têm conhecimento suficiente, pelo menos passivo, da língua na qual as obras originais foram publicadas.” (Touraine, 1998, 13p.?) Aliás, quem perde com o monolinguismo são as pessoas e as sociologias que são monolinguísticas. Para elas, falta tudo: acesso a textos não traduzidos, a noção de alteridade linguística, uma ideia sobre as complexidades da comunicação humana e uma apuração conceitual. Um relatório da *British Academy* constatou que “a falta de capacidade linguística inflige uma real desvantagem em acadêmicos em muitas partes do sistema universitário britânico, e diminui a capacidade competitiva do sistema como um todo.” (British Academy, 2009) Touraine (1998, 10) dá uma ilustração: “Muitas vezes usamos a mesma palavra para realidades diferentes. O que provoca repetidos e sérios erros e também obstáculos à comunicação. *State, Etat, Staat, Estado* não se referem à mesma realidade.... A dificuldade pode ser vencida pelo uso de noções na sua

língua original. Em todos os países devemos falar de *Handeln, Stand, raison d'Etat, conscience collective, desarrolismo, Establishment, dharma* etc.”

Na visão da comissão, a ISA também deve facilitar o desenvolvimento de relacionamentos entre países não-ocidentais, sobretudo através do compartilhamento de perspectivas e de pesquisas comparativas. A Sociologia é uma disciplina com capacidade de esclarecer o que pode ser transmitido de uma cultura para outra e, também, o significado de um mesmo termo (ex. violência, juventude, idoso) em culturas diferentes. Também tem capacidade de esclarecer como a atividade intelectual é contingente e repousa sobre a sociedade e a história do lugar onde é produzida. Na visão da comissão, a ISA deve formar um grupo encarregado de investigar estes temas e, a partir disso, contribuir na redefinição da relação entre o universal e o particular.

A ISA e o Brasil

A ISA foi estabelecida no clima do pós-segunda grande guerra e a UNESCO teve um papel fundamental nos seus primeiros anos. Um dos frutos da fundação da ISA foi um estímulo à formação de sociedades científicas de sociologia em bases nacionais. O objetivo foi aumentar a cooperação científica entre as nações e a compreensão mútua. No primeiro momento, as associações foram fundadas, principalmente, na Europa. A SBS nasceu em 1950, após a Sociedade de Sociologia de São Paulo ter recebido uma carta da ISA, convidando-a a fundar uma sociedade nacional e a se associar.

Nos últimos congressos mundiais de sociologia organizadas pela ISA, uma das maiores delegações tem sido a brasileira: em Gotemburgo, no ano de 2010, foi a nona com 185 inscritos, em Durban, em 2006, foi a sétima com 109 inscritos e em Brisbane, em 2002, a oitava com 78 inscritos. Nossas agências de fomento apoiam muito generosamente esta participação. Em 2002, o número de brasileiros associados a ISA era 75, em 2012, chegou a 250. Enquanto a ISA teve um aumento geral de 63% no número de associados, entre 2002

e 2012, os associados brasileiros cresceram em 233%, uma das taxas de crescimento mais expressivas no mundo. (fonte: dados da ISA) Gerações de jovens pesquisadores do mundo inteiro se iniciam na sociologia internacional através dos congressos da ISA e também da participação nas reuniões anuais ou bienais dos comitês de pesquisa temáticos. Ao longo dos anos, sociólogos brasileiros foram eleitos para a direção de vários comitês de pesquisa da ISA e, também, para a direção da entidade. Membros da alta direção da ISA têm sido convidados para os congressos bienais da SBS desde, pelo menos, o de Brasília, em 1999.

Outras iniciativas de internacionalização ampla

O arcabouço internacional descrito até agora não contemplou todos os tipos de apoio de agências governamentais à internacionalização, nem as outras formas que as sociedades científicas buscam para estimular o intercâmbio entre pesquisadores e estudantes de diferentes países. O apoio ao financiamento busca estimular intercâmbios com universidades e centros nos países ricos, mas proporciona muito pouco as trocas sul-sul. Há cátedras para docentes brasileiros em várias universidades no norte e os acordos tais como CAPES -DAAD-CNPq e Capes-Cofecub buscam incentivar parcerias entre universidades.

Identificamos uma grande estrutura de poder e de apoio, além de alguns elementos cruciais no sistema. Agora, resta saber como os sociólogos brasileiros se comportam. A diretoria da SBS, na gestão 2007-2009, decidiu conhecer melhor um conjunto de aspectos de seus associados. Para isso, realizou um *survey on-line* com todos os 911 associados, no primeiro semestre de 2009. No formulário, preenchido via internet, constavam 39 perguntas, respondidas, total ou parcialmente, por 477 membros, ou seja, um pouco mais que a metade (52%) dos associados da época. Com base nas respostas do perfil geral dos associados, é possível dizer que é um grupo predominantemente constituído por acadêmicos.

Dificuldades de se publicar em inglês

A sociologia publicada em língua inglesa, em vez de se basear nas obras de uma comunidade poliglota que cruza as fronteiras linguísticas, é monoglota e estreita, apesar de ser considerada "internacional". Esta é uma equação que não fecha, pela qual os menos internacionalizados, se tomamos a variedade de fontes usadas como critério de internacionalização, são considerados os mais internacionalizados porque publicam em inglês. É uma questão que tem pouco a ver com o mérito, e mais com o poder de definir o que é mérito. O antropólogo português Pina Cabral explica a situação de maneira sucinta e que é condizente com a experiência de muitos colegas brasileiros. "Ora, poder-se-ia dizer que só é possível ultrapassar a falta de «futuridade» «publicando e sendo citado no índice ISI»" (PINA CABRAL, 2007, p. 235) Para o autor, os limites na capacidade de publicar daqueles cientistas sociais que não fazem parte do circuito de poder central são dados nos centros de poder. "Não basta «descobrir» coisas importantes para ganhar prêmios Nobel e fazer patentes milionárias — e nas ciências sociais por maioria de razão. A actividade científica... é uma actividade social e como tal está imersa em todo um esquema de reprodução que passa pela existência de hegemonias — o poder militar, político, económico e o poder cultural, intelectual e científico cruzam-se. Não basta publicar obras consideradas de valor em língua inglesa para assegurar a futuridade do que publicamos. Mais cedo ou mais tarde se revela que as coisas que os colegas citam (e que, portanto, têm futuridade) têm menos a ver com o que lá está escrito e mais a ver com o que eles próprios «ganham» ao citá-las.... Por exemplo, é mais interessante/chique citar Foucault (e isto porque Foucault é a coqueluche americana, nada a ver com francofilia) do que Thales de Azevedo, mesmo quando o que se está a dizer tem mais a ver com a brilhante obra deste último — que, aliás, a maioria de nós simplesmente desconhece." (PINA CABRAL, 2007, p. 235-6)

Ele também observa, junto com colegas brasileiros, que muitas vezes, mesmo sendo um intelectual cuja obra é publicada em inglês, ao

enviar artigos, ele é frequentemente avaliado por assessores que não têm um nível suficiente para fazer um trabalho sério. Isso faz com que os artigos sejam avaliados “como se fossem obras de iniciantes”. “Temos de produzir obras de elevado nível científico, empiricamente correctas e teoricamente consequentes, plenas da melhor *scholarship*. Tal, porém, não chega para assegurar que a nossa obra tenha futuridade. Para isso, teremos sempre de passar por um trabalho de constituição social, porque a ciência é uma actividade social.” (PINA CABRAL, 2007, p. 236)

Uma profecia que se auto-realiza

A formulação genial de W. I. Thomas, de que, se as pessoas definem uma situação como sendo real, será real nas suas consequências, contribui para explicar o reduzido nível de internacionalização da sociologia brasileira. Não publicamos em inglês porque sabemos que as cartas estão marcadas contra nós e, quando publicamos, existe uma grande probabilidade de que o texto será ignorado.¹ Submeter qualquer artigo para publicação é sempre um trabalho que exige muito tempo e preparar artigos numa língua estrangeira requer despesas importantes em tradução e revisão. Porém, aquelas revistas científicas que usam um sistema de “assessores anônimos” [*blind referees*] não permitem ao autor ter um grau razoável de certeza de que ele alcançará seu objetivo. Não somos atores ingênuos, sabemos que muito do rico contexto da sociedade brasileira não interessa àqueles que detêm o poder de definir o “universal” em termos do paradigma ocidental dominante. Por esta razão, colegas enxergam a publicação em inglês como não sendo um objetivo realista.

Se as pessoas definissem a publicação internacional como um empreendimento difícil, árduo, mas que deve ser um objetivo de qualquer cientista, o resultado, conforme a visão de W. I. Thomas seria o

1 It is important to note that there exist specialists on Brazil who are called ‘Brazilianists’. They normally (especially the more junior ones) write ignoring Brazilian production, and do so using concepts that are those of the central countries to fit their writings about Brazil into a supposedly ‘international’ (but usually North American) perspective.

oposto, ou seja, resultaria em estímulo ao trabalho e uma abertura ao diálogo internacional amplo.

O impacto internacional da Sociologia Brasileira

Há alguns anos, a Associação Internacional de Sociologia fez uma votação das mais importantes obras do século 20. Apenas um autor brasileiro estava entre os primeiros cem. O livro escolhido não é de nenhum dos “três porquinhos”, que foram pouco traduzidos em inglês e até hoje são pouquíssimo conhecidos nos centros metropolitanos.² O livro “Dependência e Desenvolvimento na América Latina”, de Fernando Henrique Cardoso, em coautoria com Enzo Faletto (1970), empatou na 40ª posição com livros de Giddens, Schutz, Bourdieu, Dahrendorf, Kanter e Goffman.³ Este livro, e outros de teóricos da dependência, tiveram um grande impacto nas Ciências Sociais ocidentais na década de 70.

Neil Smelser escreveu: “...linhas de teoria constituíram um assalto na validade universal da teoria da modernização. Várias teorias sobre o desenvolvimento na América Latina (Frank, 1967; Cardoso e Faletto, 1979) argumentaram que o processo de desenvolvimento, ou a falta deste, não deve ser descoberto nos mecanismos internos à sociedade (ex. empreendedorismo, a resistência das instituições tradicionalistas) mas, em vez disso, na situação internacional do país sob investigação. Estes teóricos argumentaram que o processo de desenvolvimento nas sociedades dependentes (antigas colônias, países de desenvolvimento recente) era freado e formatado com frequência pelo fato de que as sociedades dominantes (EUA e Europa

2 Uma busca na Amazon.com revela a tradução para o inglês apenas dos volumes a seguir: Prado jnr., C. *The Colonial Background of Modern Brazil*. University of California Press, 1967; Holanda, S. B. de *Roots of Brazil*, foi publicado pela primeira vez em inglês em outubro de 2012 pelo Kellogg Institute of International Studies; **Gilberto Freyre** *The Masters and the Slaves: A Study in the Development of Brazilian Civilization*, foi publicado em 1987. Em 2012 “*Brazil an Interpretation*” foi republicado após quase 9 décadas.

3 Books of the Century. http://www.isa-sociology.org/books/vt/bkv_000.htm

Ocidental) constrangeram suas economias, os sistemas de classe e o sistema político através de políticas de dominação, da penetração de corporações multi-nacionais e da manipulação de capital internacional e do crédito.... Os exemplos também demonstram a natureza da tentativa e a fragilidade dos esforços nas ciências sociais a gerar conhecimento que atinge o status de aplicabilidade internacional.” (SMELSER, 1991, 29) Ou seja, uma das grandes contribuições deste caso de internacionalização do conhecimento sociológico brasileiro foi demonstrar que a pretensa universalidade da teoria de modernização, tão cara à sociologia ocidental, era falsa.

Enquanto uma nova e importante inovação teórica feita no Brasil não chegar aos ouvidos da “Sociologia mundial”, somos obrigados a falar do impacto internacional da Sociologia brasileira através de outros meios: publicações de artigos indexados e participações em congressos internacionais.

Sociological Abstracts é o mais completo banco de dados do mundo de artigos publicados em revistas de Ciências Sociais e de *papers* apresentados em congressos selecionados. A grande maioria das publicações incluídas é em língua inglesa. Ao examinar duas dimensões da presença da Sociologia brasileira nestas bases, ou seja, o número de autores radicados no Brasil e o número de artigos classificados como tendo o Brasil como seu assunto, conseguimos fazer um cálculo cru sobre o peso da produção brasileira e sobre o Brasil dentro do total dos artigos e *papers* indexados. A Tabela 1 é fruto destes cálculos.

Tabela 1 - Brasil no Sociological Abstracts 1980-2010⁴

	No de autores de artigos/papers radicados no Brasil	% de todas as produções indexadas no ano	No de artigos/papers cujo assunto é Brasil	% de todos os artigos/papers indexados no ano
1980	20	0,12%	41	0,25%
1990	97	0,44%	132	0,60%
2000	250	0,90%	339	1,22%
2010	269	0,44%	969	1,59%

⁴ Esta pesquisa foi feita de maneira simples, on-line, selecionando as variáveis ‘instituição do autor Brasil’ e ‘assunto Brazil’ e anotando as contagens.

Embora o número bruto de autores que trabalham em instituições brasileiras tenha aumentado mais de 13 vezes entre 1980 e 2010, a porcentagem que eles representam entre todos os autores indexados nunca chegou a ultrapassar 1 por cento do total. Observamos um enorme crescimento no número de textos cujo assunto é o Brasil (um aumento de quase 25 vezes no período). Os dados sugerem que este crescente interesse pelo Brasil não é acompanhado por um aumento equivalente de publicações por autores que trabalham em instituições brasileiras! Ou seja, em termos relativos, a conclusão provisória, com base em uma tabela que precisaria ser reconstruída com uma apuração mais exaustiva, é de que a sociologia brasileira é cada vez menos relevante como produtor de conhecimento indexado internacionalmente sobre o Brasil!

Para tentar examinar mais profundamente dimensões da internacionalização da Sociologia brasileira, recorri ao *survey* feito em 2009 com os associados da SBS.

Tabela 2: Publicação acadêmica nos últimos 10 anos, por tipo de veículo, no Brasil ou no exterior

	Publicou	%	Não publicou	%	Respostas válidas
Periódicos nacionais	350	77,4	102	22,6	452
Periódicos no exterior	120	27,3	320	72,7	440
Capítulos nacionais	325	74,4	112	25,6	437
Capítulos no exterior	121	27,8	314	72,2	435
Livros nacionais	226	51,8	211	48,2	437
Livros no exterior	30	6,9	404	93,1	434

Perguntou-se a respeito da publicação de artigos, capítulos e livros no Brasil e no exterior ao longo da última década. Em torno de 70% dos associados publicaram artigos e 70% publicaram capítulos no Brasil, porém apenas 25% tem produção internacional em cada uma destas modalidades, no total 61,7% não publicaram nada no exterior em uma década! O *survey* revelou que é grande o número de membros com artigos e capítulos publicados no país: 226 dos membros publicaram livros no Brasil, 30 no exterior; 320 capítulos de livros no Brasil e 118 no exterior; 341 artigos em revistas acadêmicas nacionais

e 120 no exterior. Ou seja, sociólogos brasileiros dão maior importância, de modo parecido a sociólogos em outros países, à publicação de artigos e capítulos no seu próprio país e língua. Esta opção pode ser interpretada de diversas maneiras. Pode ser vista como parte da tradição brasileira de querer ser relevante no próprio país, ou pode ser vista com uma fuga do rigor, das cartas marcadas e das possíveis humilhações de uma avaliação internacional de seu trabalho. Ou, simplesmente, da aceitação de artigos e capítulos por assessores brasileiros quando estes não são solicitados ou aprovados no exterior. Uma pequena parte desta produção no país circula internacionalmente, seja no mundo lusófono, seja entre brasilianistas alojados nas universidades, sobretudo norte-americanas. Porém, resta saber mais sobre a natureza “internacional” de nossa produção científica.

Internacionalizar o conhecimento produzido no Brasil virou uma prioridade das mais diversas autoridades na área da ciência e tecnologia, inclusive para as Ciências Sociais. Até agora, demonstramos que três quartos dos associados da SBS publicam dentro das fronteiras nacionais. Em algumas poucas disciplinas (ex. matemática, física) o grau de internacionalização – medida em citações por artigo⁵ – se aproxima daquele observado nos países desenvolvidos de língua inglesa. Porém, nas ciências sociais, estamos muito distantes desta situação. A produção nacional e internacional varia de maneira sistemática, não sabemos por que, nem como.

Parece-me que há uma assimetria nítida entre os sociólogos que se formaram em uma instituição nacional e uma internacional. Estes últimos têm horizontes mais amplos e maior familiaridade com as linguagens e os códigos envolvidos com as atividades em ambiente internacional, também têm redes de contatos que levam a convites. Uma consequência disso é que serão mais motivados a publicar e participar em congressos porque sabem mais, ao enviar seus traba-

5 As tentativas de quantificação chegam ao ridículo, estatísticas sem sentido, as quais se atribui sentido. Infelizmente os científicos do mundo inteiro se entregam ao domínio dos indicadores e, com isto, se normaliza tudo. É preciso quebrar este domínio dos indicadores e das burocracias científicas.

lhos, a respeito das chances reais de sua publicação ou aceitação internacional. O contraste com os colegas formados no país é grande: nem conhecimento, nem redes de contatos, nem formação no padrão internacional a maioria parece ter.

Separei a amostra em dois grupos, aqueles com mestrado e/ou doutorado no exterior, e aqueles cuja formação foi feita no país. Depois, busquei descobrir se os primeiros tinham uma inserção internacional diferente dos demais. As variáveis escolhidas para mensurar o grau de internacionalização foram: publicação em livros internacionais, publicação em revistas indexadas no exterior e publicação de livros no exterior. Descobri que, em todos os casos, ter um diploma superior no exterior está associado de maneira significativa com uma maior internacionalização da produção.

Tabela 3: Capítulos de livros publicados no exterior x local de pós-graduação do autor

	Publica no exterior	%	Não publica	%	Total	Chi quadrado
Pós-grad Internacional	39	52	36	48	75	26,398 1 df
Pós Brasil	82	22,8	278	77,2	360	P<.000
Total	121	-	314	-	435	

Tabela 4: Artigos indexados publicados no exterior x local de pós-graduação do autor

	Publica no exterior	%	Não publica	%	Total	Chi quadrado
Pós-grad Internacional	39	50,6	38	49,4	77	25,714 1 df
Pós Brasil	81	22,3	282	77,7	363	P<.000
Total	120	-	320	-	440	

Tabela 5: Livros publicados no exterior x local de pós-graduação do autor

	Publica no exterior	%	Não publica	%	Total	Chi quadrado
Pós-grad internacional	13	17,6	61	82,4	74	15,74 1 df
Pós Brasil	17	4,7	343	95,3	360	P< .000
Total	30	-	404	-	434	

Algumas análises mais apuradas foram feitas, excluindo-se os 17 estudantes associados a SBS do cálculo. Em primeiro lugar, descobriu-se que 62% dos membros da SBS não tinham publicado nada fora do país nos últimos 10 anos! Aproximadamente 1/3 (27 em 72) daqueles que se formaram no exterior tinham dois ou mais tipos de publicações internacionais (capítulos, artigos ou livros), contra apenas 15% (53 em 348) daqueles formados no Brasil. Destes formados no país, 67,5% não publicaram nada no exterior nos últimos 10 anos, enquanto 33% daqueles formados no exterior tiveram este fim. Ou seja, a correlação entre formação no exterior e publicação no exterior é alta.

Existe uma vasta bibliografia internacional que examina os problemas e as dificuldades do processo de internacionalização do conhecimento sociológico: a falta de domínio da língua inglesa, as diferenças entre os padrões de produção científica estabelecidos nos países centrais e nos países de periferia, a falta de uma ousada produção teórica e científica brasileira, a burocratização da vida universitária no país ou, simplesmente, falar da resistência à concorrência científica internacional. O teor desta bibliografia diz respeito às grandes dificuldades enfrentadas por intelectuais dos países em desenvolvimento para publicar nas principais revistas editadas nos países centrais, mesmo quando, como é o caso da Índia e outras antigas colônias britânicas, as pessoas dominam a língua inglesa. (OOMAN, 1991, SMELSER, 1991 E 2003, DWYER, 2010, ABREU, 2011)

De um lado, a política científica nacional privilegia a formação no país e, de outro lado, a internacionalização da disseminação da ciência. Os dados demonstram que, para a sociologia, na medida em que a formação é feita cada vez mais no país, deve-se esperar uma produção sociológica ao mesmo tempo mais nacional e menos internacional.⁶ Parece que estamos diante de um impasse, diferente das chamadas ciências

6 Embora não constitua um objetivo deste artigo, existe um grupo de associados da SBS, a grande maioria formada no país, que não publicou absolutamente nada nos últimos 10 anos. Destes, alguns participam em congressos nacionais e internacionais e outros não participam em nenhum evento científico. É preciso fazer uma investigação aprofundada a respeito das causas - desta falta de produtividade.

exatas em que as equações e algoritmos substituem o vernáculo como meio de expressão.

Mas onde se publica internacionalmente e o que isto diz sobre a Sociologia brasileira? Construída a partir da indicação de até três revistas internacionais por cada entrevistado, a tabela 6 tenta averiguar se isto está acontecendo. As porcentagens são calculadas a partir do total das revistas mencionadas e cujo nome foi identificado durante o processo de tabulação (n=120).

Tabela 6 - Revistas internacionais nas quais os associados da SBS publicaram dois artigos ou mais

Periódicos internacionais onde mais se publicou	Ocorrências	%
Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo (ALAST)	5	3,5
Revista Crítica de Ciências Sociais (Portugal)	5	3,5
Sociologia – Problemas e Práticas (Portugal)	4	2,8
Cahiers du Brésil Contemporain (França)	2	1,4
Daedalus (Estados Unidos)	2	1,4
Estudios Sociológicos (México)	2	1,4
EURE (Chile)	2	1,4
International Journal of Sociology of Agriculture and Food (ISA-RC)	2	1,4
International Journal of Urban and Regional Research (FURS, UK)	2	1,4
Latin American Perspectives (Estados Unidos)	2	1,4
Migrations Société (França)	2	1,4
Philosophy of the Social Sciences (Canadá)	2	1,4
Prismas (Argentina)	2	1,4
Revista Iberoamericana de Educación (OEI)	2	1,4
Revue du Mauss (França)	2	1,4
Revue Tiers Monde (França)	2	1,4
Sociología del Trabajo (Espanha)	2	1,4
Sociologie du Travail (França)	2	1,4

A Tabela 6 revela uma nítida preferência por publicação em revistas regionais (5 das revistas são especializadas na América Latina ou no Brasil) e treze são em línguas latinas: quatro são publicadas em espanhol, cinco em francês, duas em português e duas são bilingües, espanhol-português. Apenas cinco das 18 revistas preferidas são publicadas em língua inglesa que, por melhor ou pior, virou a lín-

gua franca da Sociologia mundial. Com uma exceção (Daedalus), as revistas mencionadas são especializadas. Esta dupla face, de muitas publicações em todos os tipos de veículos nacionais e a publicação internacional concentrada em línguas latinas, contribui para esconder a Sociologia brasileira do crivo de um público internacional.

Parece que a situação é complicada, os sociólogos brasileiros publicam muito pouco nas revistas internacionais indexadas pela *Sociological Abstracts* e quase todos ignoram as mais conceituadas revistas internacionais, por exemplo, usam pouco esta bibliografia em seus cursos. As bibliografias dos programas de pós-graduação testemunham o fato. Grosso modo, nossa produção indexada, mesmo sendo pequena, adquire pouca visibilidade fora de nossa vizinhança, porque não é publicada nos veículos de maior prestígio e em língua inglesa⁷.

Agora, vou passar a verificar se as instâncias que regulam a sociologia mundial dão algum sinal de estar cientes dos impasses detectados. Eloísa Martín, antopóloga e professora da UFRJ é editora da revista *Current Sociology*, (ISA), escreveu: o “*World Social Science Report* (UNESCO, 2010, p.143-4, 153) notou que a internacionalização das publicações favoreceu as regiões dominantes: Europa e os EUA. De fato, mais que 80% das revistas acadêmicas nas ciências sociais são publicadas em língua inglesa, de dois terços das publicações mais influentes na área são publicadas em apenas quatro países: EUA, Inglaterra, Holanda e Alemanha. Em mesmo tempo Oceania, América Latina e a África contribuem menos que 5% dos artigos no mundo.” *Current Sociology* tem acompanhado esta tendência. Porém, ela notou que 6% dos autores da revista eram da América Latina, 3,2% africanos e 2% do Oriente Médio e, no seu papel de editora, ela assumiu o compromisso de tornar o jornal cada vez mais

7 Para muitas agências de fomento do mundo, a principal medida de prestígio hoje é o ‘fator de impacto’: Sci-Bytes> Highlighted Journals: Sociology, July 17, 2011, listou cinco revistas com o maior “Fator de impacto” na Sociologia: American Sociological Review, Annual Review of Sociology, American Journal of Sociology, Gender & Society e Sociological Methods & Research. http://archive.sciencewatch.com/dr/sci/11/jul17-11_1/ (acesso em 5.04.13) As revistas nas quais os sociólogos brasileiros mais publicam são ausentes desta lista!

plural e aberto do ponto de vista geográfico. (Martin, 2013) São muito poucas revistas que têm uma política expressa de apoiar ativamente autores cuja língua materna não é o inglês,⁸ a conceituada *International Journal of Urban and Regional Research* é uma delas onde autores brasileiros publicam.

No congresso Mundial de Sociologia, em Durban, em 2006, aprendemos que, para publicar "internacionalmente", nossos colegas israelenses são obrigados a escrever sobre a única coisa que interessa a chamada 'Sociologia internacional', o conflito entre os povos israelense e palestino. Assim, temas tradicionalmente importantes de ponto de vista da produção de conhecimento e da formulação de políticas públicas perdem espaço porque não resultam em publicações que "contam pontos" (AZARYA, 2006). Em Taipei, aprendi, em uma reunião de presidentes das associações nacionais de sociologia patrocinada pela Associação Internacional de Sociologia (ISA), em 2005, que os sociólogos formados nos Estados Unidos são quase os únicos que conseguem publicar naquelas revistas que a agência de avaliação nacional considera como "internacionais", ou seja, as publicações de qualidade internacional dos cientistas sociais formadas no próprio Taiwan, na França, na Alemanha ou no Japão não são reconhecidas como internacionais. (CHANG et ali. 2010)

No livro *Southern Theory*, Raewyn Connell reflete sobre como pesquisadores originários de países da periferia, mesmo quando dominam o inglês, como é o caso dos seus compatriotas australianos, enfrentam severas dificuldades em se fazer ouvir nos debates internacionais e publicações (sobretudo de livros). Ela escreve, "textos são também objetos materiais produzidos por editoras e sujeitos à legislação de direitos autorais. Aquelas obras publicadas na periferia sempre conheceram dificuldades de circular nos centros metropolitanos e em outras partes da periferia." (CONNELL, 2007, p. 219)

8 http://www.ijurr.org/SpringboardWebApp/userfiles/ijurr/file/Language_Standards_Policy.pdf

Congressos e a internacionalização

Na tabela 7, podemos ver que a ampla maioria dos associados da SBS participou de congressos nacionais e internacionais ao longo da última década. Mais que dois terços participaram ativamente nos congressos da ANPOCS e/ou da SBS. Uma proporção ligeiramente menor apresentou *papers* em congressos internacionais, ou seja, o número bruto de pessoas que apresentaram em congressos e seminários é mais que o dobro daqueles que publicaram internacionalmente em periódicos ou capítulos de livros.

Até agora, vimos que a publicação internacional é difícil para aqueles pesquisadores que residem no Brasil, especificamente, e na periferia do sistema de produção científica, de maneira mais geral. Porém, muito menos difícil é participar em eventos internacionais. Infelizmente, o *survey* não permite saber se os seminários e congressos internacionais são regionais, linguísticos ou se têm uma abrangência internacional maior. É necessário perguntar a respeito de seu impacto sobre a cultura geral dos colegas e do ponto de vista da abertura intelectual. Ou seja, se a exposição intelectual nestes congressos contribui para fazer uma diferença na vida intelectual do pesquisador. Além disso, precisamos compreender a natureza da ligação entre estas participações e a internacionalização dos conhecimentos produzidos pela sociologia brasileira. Infelizmente, não temos evidências de que estas apresentações são transformadas em publicações internacionais.

Tabela 7 Participação em eventos científicos

Participação ativa nos encontros promovidos pela SBS ou ANPOCS	Frequência	Porcentagem
Não	118	27,2
Sim	316	72,8
Total	434	100,0
Apresentação de trabalhos congressos ou seminários no exterior	Frequência	Porcentagem
Não	152	3w5,5
Sim	276	64,5
Total	428	100,0

Aproximadamente 14% dos associados não participaram nos últimos anos nem de eventos internacionais tampouco de eventos nacionais. Dos que participam de congressos nacionais, 70% também participam em eventos internacionais. Porém, o mesmo não pode ser dito para publicações, a maioria daqueles que publicam nacionalmente não publicam internacionalmente. No total, descobrimos que, excluindo-se os alunos, 42% dos ativos em eventos nacionais e internacionais, não publicam no exterior. Se participar em congressos internacionais e nacionais, as chances de não publicar no exterior são 42%; 96% daqueles que não participam de eventos nacionais e internacionais, não publicam no exterior (Deste último grupo, 47% não publicam no país, enquanto entre aqueles que participam dos dois tipos de congresso apenas 5% não publicam no país, estes são os que mais publicam em todas as 3 modalidades nacionais, 59%). 98% daqueles que não publicaram nada nos últimos 10 anos eram formados no país, enquanto apenas 2% daqueles formados fora faziam parte deste grupo.

Os dados demonstram que a participação em eventos nacionais e internacionais é altamente correlacionada com a formação internacional. Isto sugere que devemos iniciar duas investigações mais amplas, uma sobre as outras disciplinas para ver em qual medida variam do padrão da sociologia, e outra sobre as estratégias e as qualificações daqueles formados no país que têm uma inserção internacional. A Tabela 8 demonstra um significativo grau de correspondência entre o associado ter sido formado no exterior e sua participação em congressos internacionais. Todavia, mesmo entre os associados que não se formaram no exterior, há um alto grau de participação internacional, 60% deles apresentaram pelo menos um trabalho em um congresso internacional nos últimos dez anos.

Tabela 8 Trabalhos apresentado em eventos internacionais

	Sim	%	Não	%	Total	Chi quadrado
Pós-grad Internacional	61	85,9	10	14,1	71	17,07 1 df P< .000
Pós nacional	215	60,2	142	39,8	357	
Total	276	-	152	-	428	

Um novo horizonte da ‘internacionalização mais ampla’ - com países não ocidentais

A emergência da noção do “Sul Global” levou a um certo redirecionamento da internacionalização da Sociologia brasileira que chamo de “internacionalização ainda mais ampla”. O livro “Diálogos Tropicais: Brasil e Índia” foi precursor de uma série de esforços que aumentaram ao longo dos últimos anos. Os organizadores se inspiram em um texto de Gilberto Freyre que compara a Índia (sobretudo Goa) e o Brasil, “os numerosos orientalismos dissolvidos no complexo brasileiro da cultura. Mais numerosos do que a que geralmente supomos. (...) Donde o brasileiro vir encontrar na Índia a imagem de muito traço de sua cultura e muito valor de sua paisagem.” (1980, 256 e 261) Eles comentam que é uma “tese original que merece a consideração séria, muito além de lusotropicalismos de historiadores e cientistas sociais.” (LOUNDO e MISSE, 2003, p.16) Na ocasião do XII Congresso Brasileiro de Sociologia (CBS), uma socióloga indiana, Sujata Patel, proferiu uma das conferências, em que buscou expor elementos da teoria social indiana, na esperança de estabelecer um diálogo com o Brasil (PATEL, 2006).

Imediatamente após o fim do Apartheid, houve um interesse mútuo de sociólogos da África do Sul e do Brasil em conhecer os países melhor. Dentre as questões científicas que permitem imaginar pesquisas comparativas entre estes países, desigualdades, raça, educação, violência e trabalho se destacavam. A fundação do Fórum de diálogo IBAS, uma associação política de três das maiores democracias multiculturais entre os países em desenvolvimento – Índia, Brasil e África do Sul –, ajudou a consolidar a ideia de que seria possível desenvolver novos horizontes de cooperação (<http://www.ibsa-trilateral.org>). Ao introduzir o livro “States of Mobilisation?”, os organizadores escreveram “Dadas as amplas similaridades de estruturas políticas democráticas, as economias emergentes que fazem os três estados de renda média na presença de desigualdades persistentes nestes países, uma análise de relações entre a sociedade e o estado nos países IBAS tem um valor

para a compreensão de como democracias podem ser aprofundadas para transformar a capacidade de resposta dos estados às demandas da cidadania.” (MOHANTY, THOMPSON e COELHO, 2010, p. 1-2)

Em 2007, no XIII CBS, uma mesa redonda discutiu a “Sociologia nos países BRICS”. Assim, abriu-se um campo de interlocução com a Rússia, China e África do Sul (não havia representação indiana prevista). Este esforço teve desdobramentos no XIV CBS, quando Li Peilin, então presidente da Sociedade Chinesa de Sociologia, proferiu uma conferência sobre os migrantes na China, seu status econômico e visão de mundo, e demonstrou o excelente nível técnico da sociologia chinesa (LI e LI, 2011). Desde sua vinda ao Brasil, o diálogo entre sociólogos dos países BRICS se intensificou e levou a uma série de projetos de publicação, da qual o primeiro livro já saiu em inglês (LI et alii, 2013) e mandarim. Mais dois livros estão sendo planejados e a ISA acolheu propostas de mesas redondas sobre estes projetos no congresso de Goemburgo (2010) e Yokohama (2014). As associações científicas de Sociologia em cada país membro estão apoiando a intensificação deste diálogo. Assim, abre-se uma nova e possível interlocução, um novo campo de diálogo internacional.

A interlocução com a China e a Rússia demonstra que o tema da língua pode ser tratado de maneira diferente. Quando as discussões são multilaterais recorre-se ao inglês para evitar a Torre de Babel. Porém, em três dos cinco países BRICS, o domínio da língua inglesa é mais a exceção do que a regra, mesmo entre os intelectuais. Na ocasião do lançamento da versão em mandarim do livro “Estratificação Social nos Países BRIC”, a Academia de Ciências Sociais organizou um seminário em Pequim, no mês de outubro de 2011. As delegações russa e brasileira eram aproximadamente do mesmo tamanho, uma meia dúzia de pessoas cada, e a chinesa muito maior. Observei que um ponto de convergência foi estabelecido. Ao se falar em inglês, os erros de um e de outro acabavam sendo nivelados, por isto, houve mais vontade de falar porque, na ausência de pesquisadores anglófonos, houve menos medo de errar.

Porém, para produzir um bom nível de diálogo científico, recorrer à tradução parece ser uma estratégia necessária, sobretudo, em diá-

logos bilaterais. Em dezembro de 2012, um outro seminário de dois dias foi organizado em Pequim para discutir os primeiros resultados de um *survey* comparado sobre valores, estilos de vida e horizontes de jovens universitários chineses e brasileiros. Seis pesquisadores compunham a delegação brasileira, entre os quais apenas três tinham fluência em inglês. Nas reuniões preparatórias para este projeto recorreu-se à tradução consecutiva português-mandarim-português, para garantir a qualidade da interlocução. No seminário, a estratégia era a mesma, assim, cada um tinha o direito de se exprimir na sua língua materna, misturando poesia e humor com fluência (o que é muito difícil de se fazer em outra língua), se exprimindo da melhor maneira possível. Neste seminário, os membros da delegação brasileira só usaram o inglês para se comunicar em ocasiões sociais! A Torre de Babel é sempre um grande risco nos processos de internacionalização, também a estratégia de “tudo em inglês” carrega, como vimos, riscos de outra natureza. Ambas as estratégias levam à “incomunicação” – à impossibilidade da comunicação (WOLTON, 2009). É neste contexto que os tradutores exercem seu papel estratégico.

O preço da globalização cultural é o de termos que nos comunicar com o outro. Por toda parte se entende o diálogo entre cientistas como uma necessidade para o desenvolvimento de ciências mais robustas e de um mundo menos fragmentado. Vimos que a opção de internacionalização “tudo em inglês” levou à incomunicação nas ciências sociais. A abertura de novas frentes de internacionalização da sociologia que não se comunica nem em português (como no meio lusófono), nem em espanhol ou “portunhol” (como nas relações com a Espanha e América Latina), nem em inglês (como na globalização ampla), abre novas possibilidades de interlocução. No futuro próximo, alguns cientistas sociais brasileiros e dos outros países BRICS vão aprender as línguas dos outros e, tanto a interlocução quanto a compreensão passarão a um outro nível.

Várias obras brasileiras já foram traduzidas para o mandarim e nossos colegas chineses já leram autores, tais como Celso Furtado, Teotônio dos Santos e Fernando Henrique Cardoso. Os cientistas sociais

chineses conhecem melhor o Brasil do que nós conhecemos a China! Acredito que este maior conhecimento dá à China uma vantagem sobre o Brasil nos negócios e em todas as formas de negociações bilaterais. Já expus longamente sobre o trabalho de Sun Leping que acho relevante para a construção do conhecimento sobre o Brasil (DWYER, 2012). No futuro, teremos mais intercâmbio. Novas pesquisas comparadas serão elaboradas. Ao aprender sobre os outros, aprofundaremos sobre nós mesmos. Por exemplo, alunos de pós-graduação na China são obrigados, como parte de sua formação, a fazer traduções reforçando o mercado editorial. Porque não se adota uma política parecida nas nossas pós-graduações? Temos muito a aprender!

Conclusão

A legitimidade da sociologia brasileira depende não apenas de sua capacidade de trazer contribuições para a compreensão do país. Me parece que a internacionalização da sociologia brasileira teria que se pautar na busca de responder a dois desafios: buscar construir o mais alto nível de diálogo científico, teórico e metodológico com os sociólogos (e outros cientistas) nas mais variadas regiões do mundo; e ajudar atores sociais brasileiros relevantes a compreender e a agir neste novo e complexo mundo no qual habitamos.

Nos centros tradicionais de poder no mundo, as definições e os critérios de excelência científica parecem ser definidos, mudanças serão normalmente incrementais, de vez em quando uma novidade aparecerá em cena. Paulo Freire e Fernando Henrique Cardoso são entre os poucos cientistas sociais brasileiros que conseguiram projetar uma identidade intelectual atraente, respostas às grandes questões dos seus tempos, uma ambição teórica e visão do mundo – ou seja ter influência sobre o movimento das ideias. O caminho mais seguro de internacionalização científica é apreender a jogar o jogo, desenvolver um alto nível de competências teóricas e metodológicas, colocar questões que estimulam pesquisas comparadas e diálogos teóricos, e (agora que o Brasil está na moda) ficar atento às demandas internacionais de conhecimento sobre o Brasil.

Tanto os professores quanto os alunos vão continuar a buscar “experiências internacionais amplas”, no começo a maioria vai favorecer os centros tradicionais de poder. Alguns vão optar para uma internacionalização estreita, quando feita em nome de altos valores científicos ou na busca da construção da compreensão intercultural, esta opção se justifica plenamente. Porém, se não mudamos o nosso padrão de produção científica poucos vão ter uma influência internacional ampla.

Nos últimos anos, grandes e rápidas mudanças globais que surpreenderam a todos, um novo horizonte se abre – uma “internacionalização mais ampla”. No primeiro momento devemos conhecer e aprender com nossos parceiros. A legitimidade interna desta internacionalização vai depender da capacidade da sociologia aumentar a compreensão que os atores sociais brasileiros relevantes tem do novo e complexo mundo no qual habitamos.

Referências

ABREU, A. A (Strong?) Voice from the South? Latin American Sociology Today, *Current Sociology*, vol. 51 no. 1, pp. 51-72, 2003.

ALMEIDA, A. N. D. (org.) *Terra Nostra: Pretexts for Lusophony*. Challenges, Controversies and Languages for Sociology and the Social Sciences in the 21st Century. Madrid, International Sociological Association. 1998. <http://www.isa-sociology.org/colmemb/nationalassociations/en/meetings/reports/lusophoneworld.html>

AZARYA, V. Academic Excellence and Social Relevance: Evaluation of sociology in Israeli Universities. Durban, Paper presented at Integrative Session 02-2, *XVI World Congress of Sociology*, 2006.

BRICEÑO-LÉON, R. e Sonntag, H. Sociology in Latin America. Challenges, Controversies and Languages for Sociology and the Social Sciences in the 21st Century. Madrid, International Sociological Association. 1998. <http://www.isa-sociology.org/colmemb/national-associations/en/meetings/reports/Latin%20American%20Sociology.pdf>

British Academy, *Language Matters*, (relatório), 2009. <http://www.britac.ac.uk/policy/language-matters.cfm>

BLANCO, A. Ciências sociais no Cone Sul e a gênese de uma elite intelectual (1940-1965). *Tempo Social*, Vol19 no 1, 2007. em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a06v19n1.pdf>

Cabral, J. de P. Língua e hegemonia nas ciências sociais *Análise Social*, vol. 182, 233-237. 2007

CALVET L.-J., « La mondialisation au filtre des traductions », *Hermès*, n°49, Paris, CNRS Éditions, p. 45-57. 2007.

CARDOSO, F. H. Faletto, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970.

CARDOSO, F. H. e Faletto, E. *Dependency and Development in Latin America*. Berkeley, University of California Press. 1979.

CONNELL, R. *Southern Theory: The global dynamics of knowledge in social reserch*. Crows Nest, Australia, Allen & Unwin. 2007.

DWYER, T. On the Internationalization of Brazilian Academic Sociology, in Burawoy, Michael. Chang, Mau-kuei e Hsieh, Michelle Fei-yu *Facing an Unequal World: Challenges for a Global Sociology*. Taipei, (Taiwan) Institute of Sociology, Academia Sinica Council of National Associations of the International Sociological Association, Volume 1, pp. 84-103. 2010.

DWYER, T. A China e o Brasil Mudanças e Permanências e Desafios para a Sociologia Brasileira, em *Mudanças e Desafios*, Scalon, C., Rasia, J. M. e Sallas, A. L. (orgs). Rio de Janeiro, 7 Letras e Sociedade Brasileira de Sociologia. pp. 179-202. 2012.

FRANK, A. G. *Capitalism and Development in Latin America*. New York, Monthly Review Press. 1967.

HIMMELSTRAND, U. The Role of the ISA in Internationalizing Sociology. *Current Sociology*, vol 39: 85-100, 1991.

LESSA, R. de A. (Rio de Janeiro CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL, 2010. 36 p. *depoimento de 2009*). http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cientistas_sociais/renato_lessa/TranscricaoRenatoLessa.pdf

LEEUEWEN, T. N. van , Moed, H. F., Tijssen, R. J. W. ,VISSER, M. S. e Raan, A. F. J. van, Language biases in the coverage of the Science Citation Index and its consequences for international comparisons

of national research performance. *Scientometrics*, Vol. 51, No. 1, pp. 335-346, 2001.

LI, P. e Li, W. O status econômico e as atitudes sociais dos trabalhadores migrantes na China. In Dwyer, Tom et ali. (orgs) *Consensos e Controvérsias*. Sociedade Brasileira de Sociologia e Tomo Editorial, Porto Alegre. pp. 31-49. 2011.

LI, P, Scalón, C., Gorshkov, M.K, e Sharma, K. (orgs) *Handbook on Social Stratification in the BRIC Countries*. Cingapura, World Academic Press. 2013.

MARTÍN, H. The Challenge of Internationalizing Sociology. *Global Dialogue*, vol. 3, no. 2. 2013. <http://www.isa-sociology.org/global-dialogue/2013/02/the-challenge-of-internationalizing-sociology/>

MOHANTY, R., Thompson, L. e Coelho, V. S, *States of mobilisation? A comparison of modes of interaction between states and social actors in India, Brazil and South Africa*. Bellville, (South Africa), African Centre for Citizenship and Democracy . 2010.

OOMEN , T. K. Internationalization of Sociology: A View from Developing Countries, *Current Sociology*, 39: 67-84, March 1991.

ORTIZ, R. *Mundialização Saberes e Crenças*. São Paulo, Brasiliense. 2006.

ORTIZ, R. *A diversidade dos sotaques: o inglês e as ciências sociais*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PATEL, S. Para além de um Pensamento Binário: Questões para uma Sociologia auto-reflexiva. em *Sociologia e Realidade: Pesquisa social no século XXI*. Brasília, Editora da UnB. Porto, M. S. G. e Dwyer, T. (orgs). pp. 37-50, 2006.

SMELSER, N. J. Problematics in the Internationalization of Social Science Knowledge. *Current Sociology*, 39, 1991.

SMELSER, N. J. On Comparative Analysis, Interdisciplinarity and Internationalization in Sociology. *International Sociology*, 18, 2003.

TRINIDADE, H. Ciências Sociais no Brasil em perspectiva: fundação, consolidação e expansão. In Trindade, H. et ali (ed) *As Ciências Sociais na América Latina em Perspectiva Comparada 1930-2005*. Porto Alegre, Editora da UFRGS. pp. 71-169. 2007.

MELO, M. P. da C. *Quem explica o Brasil?* Juiz de Fora, Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora. 1999.

PATEL, S. Para além de um Pensamento Binário: Questões para uma Sociologia Auto-reflexiva, *Sociologia e Realidade: Pesquisa social no século XXI*. Brasília, Editora da UnB. Maria Stela Grossi Porto e Tom Dwyer (orgs). 2006.

TOURAINÉ, A. *Social Knowledge and the Multiplicity of Languages and Cultures*. Report presented at the 14th World Sociology Conference, Montreal. 1998. http://www.isa-sociology.org/publ/social_knowledge_alain_tourain_1998.pdf

TRINIDADE, H. et ali (ed) *As Ciências Sociais na América Latina em Perspectiva Comparada 1930-Porto Alegre*, Editora da UFRGS. pp. 71-169. 2005.

WOLTON, D. *Informer n'est pas communiquer*. Paris, CNRS Editions. 2009.

Artigo recebido em julho de 2013 | Aprovado em agosto de 2013

José Ricardo Ramalho*

TRABALHO E OS DESAFIOS DA PESQUISA SOCIOLÓGICA

RESUMO

Discutir o trabalho na sociedade contemporânea é condição essencial para qualquer análise sociológica sobre processos de mudança social. Crises recentes do sistema de produção capitalista, a introdução de novos mecanismos de controle do trabalho e de organização nas empresas, o uso de tecnologias da informação, a submissão das atividades econômicas à lógica de um mercado globalizado, resultaram em alterações significativas nas formas de emprego assalariado e na disseminação de ocupações marcadas por atipicidade e precariedade. A proposta do texto é identificar e problematizar os principais desafios de interpretação e as principais fronteiras colocadas para a sociologia (do trabalho) nesse novo contexto e sugerir uma revisão de enfoques e de temas de pesquisa.

Palavras-Chave: Trabalho. Sociologia. Interpretação.

LABOUR AND THE CHALLENGES OF SOCIOLOGICAL RESEARCH

José Ricardo Ramalho

ABSTRACT

Discussion of labour in contemporary society is an essential condition for any sociological analysis of processes of social change. Recent crises in the capitalist production system, the introduction of new corporate mechanisms for controlling labour and organization, the use of information technologies, the subjection of economic activities to the logic of a globalized market, have resulted in significant alterations to the forms of paid work and the spread of occupations involving irregularity and uncertainty. The text seeks to identify and problematize the main interpretative challenges and the principal frontiers posed for a sociology of labour in this new context and suggests a review of research approaches and topics.

Keywords: Work. Sociology. Interpretation.

* Doutor em Ciência Política (USP, 1987), com pós-doutorado em International Centre For Labour Studies University Of Manchester (1996), no Bellagio Study Center - The Rockefeller Foundation (2004) e Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung (2007). É professor titular do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFRJ e pesquisador do CNPq. Seu tema focal de pesquisa é trabalho e desenvolvimento.



LE TRAVAIL ET LES DÉFIS DE LA RECHERCHE SOCIOLOGIQUE

José Ricardo Ramalho

RÉSUMÉ

Parler du travail dans une société contemporaine est la condition essentielle pour n'importe quelle analyse sociologique sur les processus de changement social. Les récentes crises du système de production capitaliste, l'introduction de nouveaux mécanismes de contrôle du travail et de l'organisation dans les entreprises, l'utilisation de technologies de l'information, la soumission des activités économiques à la logique d'un marché mondialisé a entraîné des changements significatifs des emplois rémunérés et la dissémination d'occupation atypiques et précaires. La proposition du texte est d'identifier et de problématiser les principaux défis de l'interprétation et les principales frontières placées par la sociologie (du travail) dans ce nouveau contexte et de suggérer une révision de cibles et de thèmes de recherche.

Mots-clés : Travail. Sociologie. Interprétation.

José Ricardo Ramalho

TRABALHO E OS DESAFIOS DA PESQUISA SOCIOLOGICA

Análises sociológicas sobre situações de mudança na sociedade contemporânea não podem prescindir da discussão sobre a contínua importância do trabalho na vida social. Crises do sistema de produção capitalista nas últimas décadas, a introdução de novos mecanismos de controle do trabalho e de organização das empresas, o uso de tecnologias da informação, a submissão das atividades econômicas à lógica de um mercado globalizado, resultaram em alterações significativas nas formas de emprego assalariado, clássico, e na disseminação de ocupações marcadas por uma atipicidade e precariedade (em tempo parcial, em domicílio, por tempo determinado, multifuncional).

O perfil do mercado de trabalho se alterou em função da implantação de um novo padrão de relações que surgiu como resposta à crise de produtividade do padrão fordista e que se apoia na flexibilidade dos processos e dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. (cf. Harvey, 1992, p. 140 entre outros). E o crescimento da participação feminina, a informalidade, as exigências de qualificação e de compromisso com os objetivos das empresas, em um contexto que combina intensificação do trabalho com insegurança no emprego, recolocaram no debate sobre o trabalho hoje o seu caráter de formador de identidade e de força política institucionalizada de contestação social.



Interpretar essas transformações exige da Sociologia (do trabalho) uma renovação da pesquisa empírica e uma atenção especial às novas estratégias de controle das empresas e dos empregadores e às novas manifestações de resistência por parte dos que vivem do trabalho. O substantivo corpo teórico construído a partir de investigação sobre a estruturação dos espaços fabris e sobre o estabelecimento de formas de controle do processo de trabalho tem encontrado dificuldades para explicar, nos dias atuais, a variedade das novas formas de dominação fabris e não fabris, a flexibilização como elemento central das relações de trabalho e a subcontratação de tipo “precário”, além dos argumentos que conferem às “leis do mercado” o poder de regulação do emprego em oposição a leis trabalhistas estabelecidas em outras épocas¹.

As alterações ocorridas nos últimos anos no universo do trabalho tiveram também o efeito de colocar em xeque as organizações dos trabalhadores e os mecanismos de resistência e contestação estabelecidos nos embates políticos dentro dos espaços restritos da produção ou no espaço público de reivindicações coletivas. Os sindicatos avaliam hoje a necessidade de repensar suas práticas e buscar novas formas de atuação. O acúmulo político obtido ao longo do século XX não tem sido suficiente para preservar sua capacidade de reação diante dos mecanismos renovados da acumulação capitalista; e a busca de estratégias inovadoras para enfrentar essa conjuntura tem exigido um intenso processo de discussão sobre a forma de manter a instituição como um polo de contestação e regulação das atividades laborais.

No caso do Brasil e da América Latina, outras questões se colocam para a investigação sociológica. O fato de boa parte da literatura sobre trabalho ter sido fruto de pesquisa baseada nas sociedades industriais europeias e norte-americanas revela que os estudos e orientações teóricas da Sociologia e da economia política têm estado referidos aos contextos de mercados de trabalho formalizados e de sociedades es-

1 Este texto foi elaborado a partir de resultados parciais de projetos de pesquisa apoiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, através do Programa Cientistas do Nosso Estado.

truturadas a partir da consolidação da indústria e das grandes empresas. O processo de globalização da economia, no entanto, despertou outros tipos de curiosidade, principalmente porque o enxugamento das empresas forçou a criação de estratégias de eficácia econômica que passaram a incluir entre suas prioridades o deslocamento geográfico e o aproveitamento de vantagens comparativas oferecidas por novas regiões e localidades que se transformaram em “nós” das cadeias produtivas globais. Estas análises sempre serviram de referência teórica indispensável para a sociologia do trabalho desenvolvida no Brasil, mesmo que utilizadas com a devida cautela pelo fato de terem sido elaboradas em outro contexto e de serem incapazes de captar as especificidades do emprego, do processo de industrialização tardio, de um mercado de trabalho marcadamente informal, ou da organização sindical.

Um dos principais desafios da Sociologia brasileira (e latino-americana) é justamente investigar a questão do trabalho tendo como pano de fundo, uma situação social marcada pela precariedade dos laços de emprego ou pela existência permanente do trabalho “não clássico”. O fato da Sociologia do Trabalho, desde sua origem, ter se dedicado a estudar principalmente o trabalhador industrial da grande empresa nas suas diversas reestruturações fez com que pouca atenção fosse dedicada aos trabalhadores de outros setores (inclusive do setor rural) de “tal maneira que a maioria dos conceitos formulados pela disciplina seguem arrastando suas origens industriais e modernas.” (DE LA GARZA, 2011, p. 12). Para este autor, a realidade social tem mostrado que “o emprego na indústria tem diminuído em favor dos serviços, as micro e pequenas empresas no Terceiro Mundo não diminuíram, os trabalhos precários aumentaram junto com a aparição das novas qualificações, ou seja, cresceu a importância dos trabalhos não-clássicos.”

Uma nova demanda, portanto, se coloca quando as elaborações das teorias clássicas da Sociologia do Trabalho não comportam as especificidades dos lugares e dos contextos econômicos e do trabalho, como, por exemplo, a emergência de serviços modernos e precários e de outras atividades precárias assalariadas ou não. De acordo com De la Garza (2011, p. 17),

se uma parte dos serviços implica que o produto não é separável de quem o produz ou quem o consome [...], isto implica em uma reformulação de quem são os atores no processo produtivo. Se o serviço é capitalista seguirão presentes trabalhadores assalariados e empresários [...] mas um terceiro ator entrará de maneira direta no processo de produção que não se apresenta nem como assalariado nem como patrão, que é o consumidor, o usuário, [...].

Os estudos sobre trabalho passaram também a reconhecer a necessidade de recriar parcerias com outras tradições de análise social, ampliando o seu escopo de investigação para contextos extra-fabris. A lógica da globalização econômica, por exemplo, atribui relevância aos “territórios produtivos”, às localidades e às regiões na estruturação em rede das empresas e introduz elementos para uma investigação sobre a ação dos atores econômicos e políticos que se reorganizam nesses espaços. Estimulada por pesquisas da geografia, da história, da ecologia, da antropologia, da ciência política e da economia, entre outras, a sociologia (do trabalho) tem condição de não só dialogar com essas disciplinas, como de aprofundar o seu conhecimento sobre a participação do mundo do trabalho, o que inclui trabalhadores e sindicatos, na constituição de novas ordenações econômicas locais e regionais, na estruturação do mercado de trabalho, nas instâncias de formação profissional e no poder de influência através das discussões públicas sobre projetos de desenvolvimento econômico².

Uma pauta de pesquisa sobre o trabalho nas sociedades contemporâneas

Como forma de estimular a pesquisa e de colaborar para a formulação de uma pauta para discussão sobre as perspectivas da ativi-

2 Cf. Ramalho, 2008; 2011 e 2012.

dade do trabalho face às transformações dos últimos anos, enumero a seguir algumas considerações e sugestões como contribuição para futuras investigações sociológicas.

A questão da flexibilidade

O debate sobre a consolidação de um padrão flexível na organização das empresas e nas relações de trabalho tornou-se um dos principais assuntos para a pesquisa e a problematização na área de estudos laborais, pelo seu caráter polêmico e pela elucidação de pontos de vista diferenciados sobre as consequências sociais dessas novas dinâmicas.

A defesa da flexibilidade ganhou relevância na prática e no discurso empresarial com o argumento de que a adoção da multifuncionalidade no trabalho valorizava o trabalhador. Embora o emprego industrial continue a ser uma referência importante no mercado de trabalho, estatísticas recentes mostram que houve uma redução nessas ocupações e o “emagrecimento” das fábricas fez o setor de serviços associados à indústria crescer de modo substantivo, alterando o perfil dos trabalhadores envolvidos em todo o processo de manufatura. A ênfase no caráter positivo dessas mudanças resultou também na construção de uma crítica e um discurso sociológico divergente. As interpretações que adotam o termo “precarização” para identificar as mudanças atuais avaliam que esse processo, na verdade, reafirma e sofisticava formas de exploração e dominação já existentes nos mecanismos de controle empresarial e com isso aprofundam a exclusão social. Da mesma forma, análises dos novos processos de trabalho têm constatado que, se por um lado há um aumento da margem de independência dos trabalhadores no que diz respeito à organização do trabalho, como resultado do desenvolvimento de novas tecnologias, dos investimentos em treinamentos e das gestões mais participativas, por outro lado, observa-se o agravamento da subordinação, através da subcontratação e de vários tipos de contrato temporário (Cf. RAMALHO, 2011).

Tempo de trabalho

Uma das características mais marcantes do atual contexto foi a alteração da concepção de “tempo de trabalho”. Na medida em que a jornada de trabalho regulada pela legislação foi sendo gradativamente burlada pela exigência de atividades que se estendem por horários pouco comuns, ocorreu uma intensificação do trabalho e um encurtamento do tempo para a execução das tarefas exigidas pelas empresas. Esta nova situação confirma a importância atribuída ao “controle do tempo” por parte dos empregadores e coloca em debate a autonomia real dos indivíduos para decidir sobre o seu tempo de trabalho e combiná-lo com outras esferas da vida. Enquanto a estrutura da produção se subordina ao “despotismo do mercado” (BURAWOY, 1985), a volatilidade da demanda afeta diretamente a organização do trabalho, apertando os horários e aumentando a pressão sobre os trabalhadores. Nos novos padrões organizacionais, o tempo de trabalho se transformou em uma variável que se ajusta às exigências da produção, e para os trabalhadores, a fronteira entre o território do trabalho e o território da vida privada, da casa, da família se tornou mais porosa, menos clara. (Cf. CARDOSO, 2009).

Essa mesma situação se reproduz em outras partes do mundo e, no Brasil, adquire um contorno agravado pela presença do emprego não formalizado e das formas precárias e até degradantes de trabalho. No entanto, o que aparece como ponto a ser discutido é a complexidade do controle do tempo de trabalho e a forma como foram criados novos mecanismos de subordinação. Todos esses aspectos revelam os detalhes das novas estratégias de controle gerencial e se tornam alvos inevitáveis de investigação tanto do ponto de vista das empresas e da lógica da produção como do ponto de vista dos trabalhadores e de seus órgãos de representação. (Cf. RAMALHO, 2011).

Trabalho fabril

Nesse caso, diante da implantação de estratégias gerenciais com a lógica da flexibilidade e da adoção de novas tecnologias, uma questão de pesquisa que se apresenta está referida não só ao desvendamento dos mecanismos de controle do trabalho, mas também à investigação sobre seu impacto nas práticas de resistência operária construídas e consolidadas no período fordista.

Se por um lado há experiências que indicam um aumento na margem de independência dos trabalhadores no que se refere à organização do trabalho, por outro lado, constata-se um agravamento da subordinação, principalmente nos novos tipos de contrato temporários, aumentando o poder de influência da empresa sobre o comportamento operário. Aos argumentos sobre as vantagens de uma maior autonomia contrapõe-se a estratégia de redefinição da articulação entre o coletivo e o individual, assim como por trás da redefinição de coletivo, de autonomia, estaria ocorrendo uma reapropriação da autonomia dos assalariados por parte das gerências (Cf. LINHARDT, 1996; COUTROT, 1998; APPAY, 1993; 1997).

A curiosidade inerente a este aspecto do controle fabril está na identificação de como ocorre o processo de reconstituição de uma cultura operária de resistência política nesse novo contexto: de que modo a exigência de mais escolarização e qualificação e de uma certa autonomia nas decisões coletivas relativas ao processo produtivo, vistas como uma estratégia para aumentar a subordinação e o poder de influência da empresa sobre o comportamento operário, podem também funcionar como uma oportunidade para se estabelecer um uso diferenciado e contestatório do sentido de coletividade imposto pelas empresas e assim recuperar um poder de reivindicação que se enfraqueceu com as transformações do mundo do trabalho.

Trabalho não clássico

O desenvolvimento teórico da sociologia do trabalho privilegiou na maior parte dos casos a investigação sobre mercados de trabalho, processos de trabalho e a regulação do trabalho assalariado, e induziu os pesquisadores a não atribuírem a importância devida à “extensão das atividades não assalariadas, assim como a extensão dos trabalhos informais, precários, inseguros, flexíveis, não estruturados, atípicos”, ou em outros termos o chamado “trabalho não clássico”. Para De la Garza (2011, p. 11-12), este descuido resultou em não se considerar essas categorias antigas e novas de trabalhadores como capazes “de constituir identidades coletivas, projetos ou sujeitos coletivos”, vislumbrando um futuro de fragmentação e redução ao individual. Para este autor, a questão que se coloca agora é “explicar as fontes da identidade e da ação coletiva entre trabalhadores situados em relações não claras de assalariamento”, e ao não se restringir ao trabalho assalariado discutir um conceito ampliado de trabalho”.

Trabalho imaterial

Outro aspecto que afeta a análise e as percepções futuras sobre o trabalho se relaciona ao trabalho imaterial. Segundo De la Garza (2011, p. 15-16), “se há algo que caracteriza e modifica os conceitos anteriores de trabalho e processo de trabalho do fim do século 20, é a extensão da produção imaterial e a transformação e geração de objetos puramente simbólicos.” O produto do trabalho imaterial comprime “as fases econômicas tradicionais de produção, circulação e consumo em um só ato”, complexificando as relações sociais de produção ao fazer intervir “um terceiro sujeito” (o consumidor) no processo de produção junto ao trabalhador e seu patrão.

Para Pochmann (2012, p. 1), esse “trabalho cujo resultado não é algo concreto, palpável, como o que predominou na antiga classe trabalhadora material, que envolvia a indústria, a agricultura e a construção civil”, tornou-se a base para a formação de um tipo diferente

de trabalhador. O crescimento desse tipo de atividade trouxe também uma desconexão com a regulação pública do trabalho. Para este autor,

o direito do trabalho tal como o conhecemos, leva em conta o local específico de atuação do trabalhador. Os direitos trabalhistas (jornada de trabalho, descanso semanal, férias, acidentes de trabalho, etc.) valem somente quando a pessoa está exercendo seu trabalho no local designado para isso. Quando ela não está nesse local, os direitos não estão conectados com ela. Como o trabalho imaterial vem sendo realizado de forma cada vez mais distante do espaço em questão, há um descolamento da regulação pública.

Gênero e trabalho

Relações de trabalho flexíveis alteraram o cotidiano e a organização das famílias e introduziram de forma definitiva a questão de gênero na pauta dos pesquisadores do trabalho. Conclusões de uma investigação recente realizada na Europa demonstraram a forte interferência do uso do tempo no equilíbrio entre a vida e o trabalho (WORKS, 2008). O mesmo se aplica a determinados tipo de emprego no Brasil e na América Latina. Fica demonstrado que o “trabalho em tempo parcial” está no centro do debate sobre flexibilidade por ser considerado uma disposição que faz aumentar os níveis de emprego, em particular o das mulheres. Do mesmo modo se recupera o trabalho a domicílio, comum nos primórdios da revolução industrial. Segundo Holzmann (2007, p. 326), “o trabalho industrial em domicílio ressurgiu como expediente do capital para flexibilizar o uso da força de trabalho”, consistindo “em tarefas simples e repetitivas, parte ou etapa da produção de um produto complexo, realizado diretamente para uma empresa que produza ou monte o produto final”.

Embora esse novo perfil do mercado de trabalho possa ser visto positivamente por parte das mulheres, por permitir conciliar o emprego com outras responsabilidades domésticas, quando se discute

a conciliação entre trabalho e necessidades da família, a maioria das mulheres tem problemas para lidar com as novas demandas. Tratar dos mecanismos de dominação através do trabalho no que diz respeito à vida familiar e à participação feminina tornou-se, portanto, um ponto de debate e de pesquisa essencial, no sentido de permitir avaliar a invasão do controle do tempo de trabalho em outras esferas da vida social, redefinindo diferenças tradicionais sobre o papel das mulheres na família e no emprego.

Trabalho, pobreza e exclusão social

As mudanças no universo do trabalho sugerem também uma inevitável articulação com as condições sociais para além dos muros da fábrica, associando as novas características de ocupação e emprego às questões relativas à pobreza e à exclusão social. Neste caso, está em jogo o questionamento da função integradora do trabalho na sociedade, frente à redução da presença do Estado e dos sistemas de proteção do emprego e a flexibilização das leis laborais. Cria-se, nesse contexto, uma diferenciação social importante entre o trabalhador empregado e o trabalhador pobre, com repercussão sobre diferentes setores da vida social.

Para Liedke (2007, p. 322-23), “as descontinuidades das atividades de trabalho e os longos períodos de desemprego conduzem à desestruturação de vínculos sociais outrora duradouros, no trabalho e na vida social”. Segundo Castel (1998, p. 34), o trabalho não pode ser pensado “enquanto relação técnica de produção, mas como um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social”. Para ele, existe “uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que ‘amparam’ um indivíduo diante dos acasos da existência”, possibilitando “zonas de coesão social”. Assim, associar trabalho estável/inserção relacional sólida vai caracterizar uma área de integração; enquanto a ausência de participação em qualquer atividade produtiva e o isolamento relacional vão ter como consequência os efeitos negativos da exclusão.

Essa nova lógica exige mais pesquisa: “A problemática da coesão social não é a do mercado, a solidariedade não se constrói em termos de competitividade e de rentabilidade” (CASTEL, 1997, p. 165-166; GUIMARÃES, 2003).

Trabalho e direitos humanos

A articulação das atividades empresariais em redes produtivas, muitas de caráter nacional e global, e a situação de precarização dos laços de trabalho ampliada pelas novas práticas da flexibilização, embora apresentadas como propostas de modernização da economia, não erradicaram as situações extremas de exploração do trabalho e a permanência injustificável de trabalho infantil e de formas de trabalho coercitivas e análogas à escravidão. Esta realidade brasileira, comum também a outros países, e que se apresenta tanto em áreas urbanas como em áreas rurais, repõe o debate sobre o uso desse tipo de prática que não só confirma a continuidade de estratégias de dominação sobre o trabalho, como também revela a face de estratégias que não respeitam direitos humanos básicos.

No Brasil, de acordo com Esterci e Figueira (2011), ao longo das décadas de 1980 e 1990, a discussão sobre “trabalho escravo” ganhou uma outra dimensão política ao servir como categoria para “designar toda sorte de exacerbação da exploração, da injustiça e da desigualdade entre os seres humanos nas relações de trabalho”. Os exemplos de degradação do trabalho se tornaram tão injustificáveis que o termo escravidão acabou servindo como denúncia de “uma forma de desigualdade no limite da desumanização; espécie de metáfora do inaceitável”, afetando a sociedade com um sentimento de indignação e que só recentemente “foi capturado por legisladores e incorporado às leis”. No final dos anos 1990 houve um avanço na interpretação sobre “trabalho escravo” no sentido de “criminalizar condutas” ainda não incluídas, legalmente, na categoria de crimes que eram, todavia, “mais nocivas” que aquelas já legalmente criminalizadas. Para estes autores, nas interpretações formais e conservadoras do direito, o conceito jurídico de

escravidão estava atrelado unicamente ao critério da liberdade formal. Fazia-se necessário incluir, na conceituação dos crimes, outras práticas, como as que atentam contra a dignidade da pessoa.

Trabalho e Sindicato

A reestruturação das empresas com vistas a melhor competir em mercados globalizados, além de ter flexibilizado relações trabalhistas, trazendo insegurança e precariedade de contratos, atingiu também as ações sindicais. A questão de pesquisa que se coloca é avaliar as alternativas políticas da instituição sindical nessa nova conjuntura. Qualquer discussão teórica sobre processos de ação coletiva associados à classe trabalhadora fabril e sobre o sindicato precisa levar em conta que antigas práticas políticas se mostraram defasadas diante das novas estratégias gerenciais e diante do modo como se reconstituiu o mercado de trabalho; e que novas práticas coletivas enfrentam as dificuldades relativas a uma desfiguração gradativa do trabalho como fator fundamental para a formação de uma identidade e de um sentimento de pertencimento social.

Investigações sociológicas sobre sindicatos realizadas nos últimos anos já apontam para a existência de alterações na pauta sindical, revendo práticas anteriores e elaborando outras formas de lidar com a vida do trabalhador em sua totalidade. A nova natureza do trabalho tem aproximado as instituições de defesa dos trabalhadores de outras esferas da vida social, em particular aquelas que se organizam com base nos interesses dos trabalhadores nos lugares onde vivem. Nos Estados Unidos fala-se de uma nova forma de exercer o poder coletivo (KALLEBERG, 2003), que representaria o exercício do interesse de classe não restrito à produção, mas em conjunto com o interesse de consumidores que moram em localidades.

Constata-se uma sensibilidade e, cada vez mais, uma preocupação com os destinos e a gestão das cidades e das regiões, com o meio ambiente, a saúde, a educação etc. Isso inclui, além de uma perspectiva diferente de organização e mobilização, a participação em fóruns de

debates e a proposição de temas, como o papel das empresas na sociedade, os problemas da educação, os investimentos econômicos e as questões regionais, associadas à preocupação central com a temática do trabalho (RODRIGUES; RAMALHO, 2007). Trata-se, portanto, da necessidade de voltar aos sindicatos para identificar sua adaptação aos novos contextos e sua mudança de rumos político-organizacionais e avaliar novas formas de ação coletiva, como a retomada, por exemplo, do trabalho de base através das comissões de fábrica como forma de enfrentar a conjuntura desfavorável.

Trabalho e movimentos sociais

A discussão sobre trabalho e emprego em contextos marcados por mudanças no processo produtivo e a preocupação dos sindicatos com o impacto das novas estratégias empresariais sobre a vida das populações que vivem em localidades atingidas pela reestruturação têm significado uma busca diferenciada de mecanismos de resistência e de confronto político, tendo em vista as dificuldades impostas pelo desemprego e pela redução dos postos de trabalho. Nesse sentido, novas formas de colaboração política têm sido articuladas para reivindicar direitos sociais e direitos de cidadania. Assim, por exemplo, movimentos organizados em função de demandas ambientais, de melhores condições de vida urbana (segurança, saúde, educação), se tornam parceiros naturais dos grupos que defendem os direitos do trabalho. Da mesma forma, movimentos sociais que atuam nas áreas rurais, em confronto com as estratégias das grandes propriedades voltadas para o mercado mundial, encontram uma identificação política com as lutas dos trabalhadores rurais e urbanos pelo fato de estarem também enfrentando uma mesma lógica que tem a marca predominante dos interesses do mercado capitalista. Ganha relevância, nesse contexto, uma investigação sobre essas novas formas de manifestação e sobre as possibilidades de que a reunião de diferentes repertórios de contestação possam resultar em novas formas de pressão social que envolvam trabalhadores e cidadãos.

Trabalho, espaço e territórios produtivos

A importância de novas experiências institucionais estimuladas pela incorporação das localidades e de suas vantagens comparativas às estratégias das empresas que seguem uma lógica internacional, assim como as questões relativas ao papel das pequenas e médias empresas no mercado globalizado, insere na discussão dos estudos do trabalho a questão do espaço e de sua construção social. Do mesmo modo, a questão do trabalho e do emprego se torna essencial no debate atual sobre os espaços urbanos, pois, como afirmam Cocco *et al.* (1999, p 23-24), “a transferência do ‘lugar’ da produção para os territórios das cidades extrapola a localização estritamente privada característica do regime de acumulação fordista. Afinal, o espaço da produção, ao deixar a fábrica e passar a se referenciar na cidade (no território), ganha uma conotação pública inexistente anteriormente”.

As localidades e as regiões experimentam de modo diferente os efeitos econômicos das mudanças ocorridas nas empresas; no entanto, essa nova conjuntura fez crescer o debate sobre estratégias de desenvolvimento econômico e social, ora para debelar a crise e decadência, ora para evitar a implementação de práticas gerenciais que resultem em redução de postos de trabalho e de desemprego. Esse processo demonstra que a questão do trabalho pode ser tratada também através da participação dos representantes dos que vivem do trabalho na constituição de novos mecanismos de organização institucional associados à problemática econômica e política regional; na ampliação do conceito de cidadania; na democratização de decisões políticas; e na maior participação da sociedade civil, o que sugere uma nova relação entre o público e o privado, baseada na negociação e na responsabilidade social dos vários atores para com a região.

Conclusão

Pesquisar e discutir o trabalho na sociedade contemporânea permanece uma tarefa essencial para os cientistas sociais preocupados em compreender a mudança social. Os novos usos, a complexificação da divisão do trabalho, a flexibilização das atividades produtivas, não reduziram a sua importância como fator essencial de manutenção do sistema capitalista e em diferentes contextos, o trabalho mantém seu caráter formador de identidades de classe. Por outro lado, os efeitos da introdução de novas estratégias empresariais e a imposição da flexibilidade como um novo padrão nas relações capital/trabalho colocaram em xeque e enfraqueceram a resistência dos trabalhadores e sindicatos ao uso continuado de práticas de emprego precário e desprotegido de regulação legal. No entanto, novas pautas foram introduzidas e questões relativas a formas de ação coletiva e de articulação institucional e política para assuntos relativos ao trabalho em territórios produtivos se tornaram parte importante das novas estratégias das instituições de representação dos trabalhadores.

Em resumo, o novo contexto deixa para os pesquisadores o desafio de rever conceitos e buscar novas interpretações sobre o funcionamento desse padrão produtivo e das formas de resistência que se constroem nos espaços de trabalho reformulados.

Referências

APPAY, Beatrice. (1993), Individuel et collectif: questions à la sociologie du travail, et des professions: l'autonomie contrôlée. *Cahier du GEDISST*, n. 6, pp. 20-21.

_____. (1997), Précarisation sociale et restructurations productives. In: Appay, Beatrice; Thébaud-Mony, Annie. (Org.). *Précarisation sociale, travail et santé*. Paris: Iresco, pp. 525-526.

BURAWOY, Michael. (1985), *The politics of production*. London: Verso.

CARDOSO, A.C. (2009). *Tempos de trabalho, Tempos de não-trabalho*. São Paulo, Annablume.

CASTEL, Robert. (1997), As transformações da questão social. In *Desigualdade e a questão social*. CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo; Belfiore-Wanderley, Mariangela (Org). São Paulo: EDUC, pp.165-166.

_____. (1998), *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Vozes.

COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Mirella de Carvalho. (1999), Desenvolvimento local e espaço público na terceira Itália. In, *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália*. COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO, Alexander Patez (Org.). Rio de Janeiro: DP&A, pp. 23-24.

COUTROT, Thomas. (1998), *L'entreprise néo-libérale, nouvelle utopie Capitaliste?* Paris: Éditions de la Découverte.

DE LA GARZA, E. (2011), Construcción de la identidad y acción colectiva entre trabajadores no clásicos como problema, in *Trabajo no clásico – organización y acción colectiva*. Cidade do Mexico: Plaza y Valdes Editores e UAM.

ESTERCI, Neide & FIGUEIRA, Ricardo (2011), « Efeitos legais e institucionais das lutas contra as formas atuais de escravidão no Brasil », in *Direito Federal*, Ano 20, Número 66, Brasília.

GUIMARÃES, Nadya. (2003), Por uma sociologia do desemprego: contextos societais, construções normativas e experiências subjetivas. In: *Além da fábrica*. SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). São Paulo: Boitempo, pp.179-212.

HARVEY, David. (1992), *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Edições Loyola.

HOLZMAN, Lorena (2007), Verbete *TRABALHO* em domicílio. In A.Cattani & L. Holzmann (orgs), *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: UFRGS Editora.

IHU – On Line. (2012) “Os sindicatos terminam defendendo mais o passado do que sendo protagonistas do futuro”. Entrevista especial com Marcio Pochmann, 29/04/2012.

KALLEBERG, Arne. (2003), Flexible firms and labor market segmentation: effects of workplace restructuring on jobs and workers. *Work and Occupations*, v. 30, n. 2, pp. 154-175.

LIEDKE, E. (2007). Verbete TRABALHO. In A.Cattani & L. Holzmann (orgs), *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: UFRGS Editora.

LINHARDT, D. (1996), Souffrance Individuelle et Action Collective. In: DURAND, J. P. (Org.), *Le Syndicalisme au Futur*. Paris: Syros, p.64-66.

RAMALHO, José Ricardo. (2008), Novas fronteiras de pesquisa na sociologia do trabalho. *Política & Sociedade*, Florianópolis, n. 13, pp.229-249.

_____. (2011), Sociologia do Trabalho: a necessidade de rever caminhos e tradições, in *As Ciências Sociais no mundo contemporâneo*. Gustavo Lins Ribeiro, Ana M. Fernandes, Carlos B. Martins, Wilson T. Filho – Orgs. Brasília, Editora da UnB/Letras Livres.

_____. (2012), Pesquisando o trabalho no mundo contemporâneo. São Paulo, DIEESE.

RODRIGUES, Iram; RAMALHO, José R. (2007), *Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos*. São Paulo: Annablume.

WORKS. (2008) *Working time, gender and work-life balance*. London: Works, 2008. (Thematic Report WP 12).

Artigo recebido em fevereiro de 2013 | Aprovado em abril de 2013

José Machado Pais*

O COTIDIANO E A PRÁTICA ARTESANAL DA PESQUISA

RESUMO

Na prática artesanal de pesquisa, o que se reclama é de uma sensibilidade sociológica atenta às experiências da vida cotidiana. O paralelo com a produção artesanal é exemplificado ao se explorarem os *segredos de almofada* das rendeiras de bilros. O social situado, com a sua trama de interações, é a *almofada* de afazeres da Sociologia da vida cotidiana, em que se *sentam* os rendilhados da vida social. As tramas da criatividade passam por uma aprendizagem processual e reflexiva, conjugando imaginação sociológica com rigor metodológico. Quem cria aprende com o que vai criando. Assim acontece na produção artesanal da Sociologia, em que o conhecimento é resultado de artes de pensar, de questionar e de fazer, cuja matéria-prima é uma espécie de barro social. Em sua forma mais bruta e realista, esse barro é o cotidiano. Com ele se bilram textos e ideias.

Palavras-Chave: Cotidiano. Prática. Social. Trama. Artesanato

EVERYDAY LIFE AND THE CRAFTING OF RESEARCH

José Machado Pais

ABSTRACT

In the research craft, what is demanded is a sociological sensibility attentive to the experiences of everyday life. The parallel with craftwork is exemplified in the exploration of the *cushion secrets* of bobbin lace makers. The situated social world, with its web of interactions, is the *cushion* of tasks of a Sociology of everyday life on which the laced designs of social life are *seated*. The weavings of creativity involve a processual and reflexive apprenticeship, combining sociological imaginations with methodological rigour. The person creating learns from what they are creating. This is what happens in the crafting of Sociology, where knowledge results from the arts of thinking, questioning and making, the primary material of which is a kind of social clay. In its rawest and most realist form, this clay is the everyday. With it researchers lace texts and ideas.

Keywords: Everyday Life. Practice. Social. Weaving. Craftwork.

* Doutor em Sociologia pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Portugal (1991). Possui Especialização/Pós-Graduação em Sociologia pela Universidad Autonoma de Madrid, Espanha (1983) e atualmente é Prof. Associado Convidado - ISCTE, onde desenvolve pesquisas e publica sobre Sociologia do Cotidiano, da Educação e da Cultura.



LE QUOTIDIEN ET LA PRATIQUE ARTISANALE DE LA RECHERCHE

José Machado Pais

RÉSUMÉ

Dans la pratique artisanale de la recherche, une sensibilité sociologique attentive aux expériences de la vie quotidienne est nécessaire. Le parallèle avec la production artisanale est illustré par l'exploration des secrets de coussin des dentellières. Le social situé, avec sa trame d'interactions, c'est le coussin des activités de la sociologie de la vie quotidienne sur lequel s'assoient les entrelacs de la vie sociale. Les trames de la créativité passent par un apprentissage processuel et réflexif, conjuguant imagination sociologique et rigueur méthodologique. Qui crée apprend en créant. C'est ainsi dans la production artisanale de la sociologie où la connaissance est le résultat des arts de penser, questionner et faire et dont la matière première est une espèce d'argile sociale. Dans sa forme la plus brute et réaliste, cet argile est le quotidien. Avec lui se tisse textes et idées.

Mots-clés : Quotidien. Pratique . Sociale. Trame. Artisanat

José Machado Pais

O COTIDIANO E A PRÁTICA ARTESANAL DA PESQUISA

Na prática artesanal de pesquisa, o que se reclama é de uma sensibilidade sociológica atenta às experiências da vida cotidiana. O paralelo com a produção artesanal é exemplificado ao se explorarem os *segredos de almofada* das rendeiras de bilros. O social situado, com a sua trama de interações, é a *almofada* de afazeres da Sociologia da vida cotidiana, em que se *sentam* os rendilhados da vida social. As tramas da criatividade passam por uma aprendizagem processual e reflexiva, conjugando imaginação sociológica com rigor metodológico. Quem cria aprende com o que vai criando. Assim acontece na produção artesanal da Sociologia, em que o conhecimento é resultado de artes de pensar, de questionar e de fazer, cuja matéria-prima é uma espécie de barro social. Em sua forma mais bruta e realista, esse barro é o cotidiano. Com ele se bilram textos e ideias.

Memórias rendilhadas: o saber da experiência

Em minhas memórias de infância há uma imagem reavivada em passeios de beira-mar. Dela fazem parte mulheres com almofadas ao colo, campo de um jogo com pauzinhos cuja finalidade não alcançava. Vim mais tarde a descobrir que os sons da batida dos bilros, dedilhados com perícia, ecoavam uma arte



em laboração, a renda de bilros. Em Portugal, a produção destas rendas sempre se concentrou na orla marítima (Vila do Conde, Viana do Castelo, Nazaré, Peniche, Setúbal) e nas ilhas (Madeira e Açores), justificando o aforismo que assegura que *onde há rede há renda*. Não admira que as artes de bilros tenham chegado ao Brasil nas mãos de mulheres de pescadores e marinheiros portugueses, disseminando-se pelo litoral nordestino e margens dos rios interioranos (como o São Francisco), estendendo-se ao sul, especialmente a Santa Catarina, região de forte colonização açoriana. Já como sociólogo, comecei a apreciar a arte de bilros com outros olhos, explorando os vínculos sociais que, na prática artesanal, se estabelecem entre quem produz e o que se produz. O que descobri foi que as rendeiras são mulheres cujas vidas se filiam nos filamentos de renda que vão fazendo, elas compõem novelas rendadas em vez de escrevê-las. Nessas novelas de vida há memórias rendilhadas que se enrolam em enredos de histórias de vida pessoais e comunitárias.

Enquanto seus homens andavam na faina do mar, as rendeiras esperavam-nos rendando nacos de realidades familiares, como as da praia: rendas de algas, conchas, lapas, peixes, búzios, estrelas-do-mar... Também no Brasil, os padrões trabalhados expressam realidades da natureza observada (*renda pé de coelho, bico da baratinha, renda de coentro, rabo de pavão, entremeios de jiboia, renda céu estrelado*) e de sentimentos de vida (*renda do amor despedaçado, do coração desconstruído, renda da esposa ou lembre-se de mim*). Ou seja, os moldes de renda refletem experiências de vida que entrelaçam heranças culturais num cotidiano vivido. Assim sendo, as rendas não são apenas entrançamentos de fios de algodão ou de linho, são também junções de fios de vida tecidos na urdidura da experiência. Por tal razão, nos *motivos* das rendas encontramos *razões* sociológicas que os explicam. O traçado das rendas não se traduz apenas numa diversidade de pontos, reproduz experiências de vida, traça também destinos prováveis de uso com marcas sociais. A renda mais acessível aos pobres é designada de *Alegria de Pobre*, com modelos simples e de rápida execução. Pechincha é também a renda *Sabão com Gás*, uns

quantos exemplares vendidos garantiam à rendeira a compra, na feira semanal, de sabão e gás (querosene) para a lavagem da roupa e a iluminação da casa (GIRÃO, 2002, p. 95). Outras rendas que escoam bem nas vendas – e por isso mesmo populares – ganham nomes como: *Aco-de Precisão*, *Compra Café*, *Ajuda Pobre*, *Bico do Povo* ou *Chega a Todos*. Já as rendas aristocráticas reivindicam nomes requintados, quer as de *renascença* (rendas *Van Dyck*, de *Puy* e de *Cluny*), quer as de *malhas de bilros* (rendas *Chantilly* ou *Lilly*).

Aqui chegados, a pergunta que se impõe: qual o propósito de uma prática artesanal de pesquisa? Quando se reivindica um modo artesanal de produção sociológica não se está propriamente a considerar o artesanato como uma ideologia ou uma estética, apenas uma forma de organização do trabalho, uma conjunção do “saber com o fazer”, uma convergência da “concepção com a execução” (LEITE, 2005, p. 36), um conjunto de conhecimentos e competências, artes de fazer que – imbuídas numa ética de trabalho – partem de um conhecimento prático, ancorado a observações do cotidiano. A recuperação do “espírito do artesanato” (SENNETT, 2008) para o campo da Sociologia passa por uma valorização da experiência. Também Mills (1965, p. 211-243) nos alerta para a necessidade de não separarmos o ofício de sociólogo das experiências de vida, aprendendo a usá-las como um artesão intelectual. Daí decorre que na prática artesanal da pesquisa se reivindique uma sensibilidade sociológica que valorize as experiências mundanas da vida cotidiana, tomando-as como uma fonte de inspiração para a reflexão sociológica (PAIS, 2009). Olhar o social através do cotidiano nos dá ensejo de entrelaçar experiências de vida (CLINTON, 1999) com vocação sociológica (WEBER, 1989).

A experiência é base fundamental do conhecimento cotidiano. É um conhecimento de factuaisidades e situações que busca o *como* do que acontece. Para perceber o *porquê* de *como* a vida acontece, o conhecimento sociológico não pode também deixar de se mover no mundo das experiências cotidianas. É esta devolução do mundo da vida ao mundo do conhecimento objetivo que Merleau-Ponty (1945) reivindica na sua *Fenomenologia da Percepção*, ao defender que o ato

metódico não se exprime numa atitude logocêntrica, dado trilhar o caminho que é caminhado pelo sujeito cognoscente do mundo que habita e que procura entender. A experiência cotidiana é evidentemente diferente da experiência sociológica, mas esta, como acontece com a experiência do artesão, pode inspirar-se naquela. Os artesãos têm essa capacidade de verterem experiências de vida na produção artesanal. Ou seja, a produção artesanal surge como uma recriação da vida cotidiana e esta como uma extensão da oficina. As peças de artesanato produzidas revelam experiências do cotidiano, “pedaços da vida diária, das práticas religiosas, das crenças, das festas, das tarefas domésticas, da dura luta pela sobrevivência” (ALEGRE, 1994, p. 136). Há tempos visitei uma conhecida ceramista paraguaia, Rosa Brítez, em sua casa de terra batida, em Itá. Surpreendeu-me a coleção de figurinhas de barro acasaladas, reproduzindo o ato sexual em variadíssimas posições. Perguntei-lhe de onde lhe tinha vindo a ideia. A resposta, sorridente, foi elucidativa: “*Es mi experiencia de vida, tengo trece hijos*”. É certo que, com a fama que viria a ganhar, a pressão “mercadológica” (LEITE, 2005) deu-lhe asas à imaginação. Com alguma frustração, vim a saber que o meu raríssimo acervo de vinte posições fora largamente superado por uma vasta coleção de mais de uma centena de figurinhas eróticas, logo açambarcadas pelo rei D. Juan Carlos, quando as viu na Expo de Sevilha, em 1982. Como quer que seja, e aqui queria chegar, foi a experiência de vida de Rosa Brítez que lhe despertou a criatividade.

O que levou Wright Mills a escrever sobre as elites? O próprio confessa que se inspirou em Balzac, na preocupação que este tinha em registar os tipos sociais que ia encontrando (1965, p. 216). Como na produção artesanal, há que se valorizar a vida cotidiana tal como a encontramos na experiência e na observação. Foram experiências de vida da adolescência que levaram Bourdieu (2004) a abraçar a Sociologia. A conversão, como o próprio o reconhece, deu-se quando decidiu pesquisar os bailaricos que ocorriam entre jovens de meio rural, de onde ele próprio era originário, com o propósito de questionar o celibato dos primogênitos (BOURDIEU, 2002). Para essa “conversão”,

muito ficou a dever a Raymond Aron que o introduziu na fenomenologia, através de Schutz. Eu próprio me interrogo por quê abracei a Sociologia tendo formação em Economia. Talvez porque sempre me deixei atrair por curiosidades, inquietudes e suspeitas suscitadas por observações do cotidiano. Em minha meninice lisboeta passava tardes ao triciclo, na varanda de casa, de olho em tudo o que pudesse perturbar a tranquilidade da rua. Dessas observações de balcão – como as do prostrado Jeff, da *Janela Indiscreta* de Hitchcock – me terá vindo a inspiração de um método que uso em minhas pesquisas sociológicas. Os pintores “futuristas” cultivavam-no. Quando pintavam uma casa, ao ver uma pessoa debruçada sobre uma varanda, subiam até ela para experimentarem as sensações plásticas que se descobrem quando alguém se debruça no balcão de uma varanda. Sentado no meu triciclo, comecei a ter apetite de rua. Mais tarde, já sociólogo, senti-me um etnógrafo urbano (PAIS, 2008; 2010), deambulando pelas cidades em busca de um conhecimento de selva (*arandú katy*), como era designado pelos índios guarani o conhecimento feito de experiências e observações diretas. Não posso também desvalorizar a minha experiência numa banda de garagem, os *Song's Boys*. Em bailes de coletividades populares não conseguia desviar o olhar do salão de dança, esquadrinhando os ritos de aproximação e as estratégias de sedução, tema de um dos meus primeiros livros, sobre rituais de galanteria (PAIS, 1986). Muitas de minhas pesquisas surgiram de uma de “curiosidade espontânea” (FREIRE, 1997, p. 97-98), ou “ociosa”, como a designava Veblen (BARAÑANO, 1993). Na Sociologia, como no artesanato ou na arte, o importante não é apenas buscar é também preciso criar disponibilidade para encontrar. O cotidiano é uma fonte de revelação do social.

Segredos de almofada

As rendas de bilros são executadas numa almofada onde se inscrevem os padrões. É nela que é *sentada a renda* (GIRÃO, 1984), isto é, é nela onde as rendeiras tramam as figurações de sua arte. As modelagens (*piques*) são feitas com papelão ou cartão grosso, ade-

quadamente perfurado com o desenho que se pretende inscrever. As perfurações são consumadas com o que mais se encontra à mão. No Brasil usavam-se espinhos de mandacaru e xiquexique, sendo os fios enrolados em ossos ou espinhas de peixe e os bilros feitos do fruto da palmeira de tucumã, caroços de buriti, macaúba, etc. Os *piques* ou *pinicados* ainda hoje fazem uso dos cartões de caixas de sapatos. Quando não se usam cópias de modelos já criados, as perfurações são um prenúncio de criatividade. O talento aparece associado à arte de *beliscar o papelão*, como o reconhece uma rendeira do nordeste brasileiro: “Quando chega gente, manda eu ‘beliscar’ o papelão. Agora mesmo, tem um pedaço para eu ‘inventar’ papelão de camiseta e de entrada de banho [...]. Vou então ‘beliscando’, e depois de ‘beliscando’ é que vou desenhar” (FLEURY, 2002, p. 269).

Estabelecendo um paralelismo com a Sociologia, a arte de *beliscar* encontra-se presente em muitos ensaios de Simmel, nos seus *snapshots*, retratos instantâneos da realidade que – quais *piques* ou *pinicados* – permitem chegar às formas elementares da interação social. Para Simmel, o desafio da Sociologia é a descoberta e identificação das formas de vida social. Em seus ensaios sobre a amizade, a coquetaria, a gratidão, a confiança ou a dependência revela uma inspiração criadora no modo como os comportamentos se inscrevem numa gênese social, ao serem lidos como formas sociais de existência que unem o passado ao presente, o simbólico ao real. Como a rendeira ou o oleiro que buscam em seus moldes formas criativas, também Simmel é um artesão que chega à ideia de “sociedade” trabalhando distintas formas de “sociação” (LEVINE, 1971). Norbert Elias não era indiferente a este formismo ao amalgamar o social com barro conceptual de suas imaginadas *configurações sociais* (LOYAL; QUILLEY, 2004).

No Brasil, enchidas com estopa ou palha de bananeira, as almofadas têm os chamados *ouvidos*, onde quase tudo se arrecada: bilros excedentes, linhas, tesoura, etc. (GIRÃO, 1966, 7). Na Sociologia como produção artesanal, os *ouvidos* das nossas almofadas de trabalho são baús onde se guardam observações que nos levam à descoberta das subjetividades cotidianas. Elas nos chegam através de múltiplos ca-

nais de comunicação, uma vez que a subjetividade é um fenômeno intramundano e não há comunicação sem intersubjetividade. É no cotidiano que se dá uma apreensão significativa do conhecimento intersubjetivo (SCHÜTZ, 1966). É na experiência cotidiana que descobrimos o conhecimento tácito das interações sociais. Os *ouvidos* registam todas as informações pertinentes para a decifração do que se pretende interpretar: entrevistas, observações, documentos pessoais, fotografias, etc. Da mesma forma que as rendeiras fabricam bilros com caroços de buriti ou espinhas de peixe, também a Sociologia pode produzir conhecimento através de pequenos achados do cotidiano. Em algumas pesquisas, tenho deitado mão de listas telefônicas, grafites, mensagens de pacotes de açúcar, rumores, fofocas, apelidos, anúncios publicitários ou adesivos com ditos colocados nos vidros traseiros dos automóveis (PAIS, 2010). São fragmentos do cotidiano deste tipo que me permitem, de forma imprevista, esboçar muitas pesquisas. Digo bem: esboçar pesquisas. Na lógica de descoberta, vale mais o *esboço* do que o *projeto*. O bom artesão entende a importância do esboço (SENNETT, 2008), na medida em que está receptivo às contingências e limitações do processo produtivo, que, desse modo, é um campo de metamorfoses. O real cria problemas, mas também oportunidades criativas. Na lógica demonstrativa, quando levada ao extremo pela Sociologia de pendor mais positivista o que se questiona é tudo o que se pressupõe. Todo o projeto é feito de conclusões prematuras. A obsessão pelos resultados previstos, ainda a alcançar, impede descobertas imprevistas, descobertas de terreno. Por isso, o bom artesão assenta o seu valor na experiência – na experiência de trabalho e na experiência de vida.

O trabalho do artesão dialoga com a sua trajetória de vida. Aliás, a vida é um gerúndio, muito mais que um particípio: um *faciendum* muito mais que um *factum*, uma existência profundamente ancorada a experiências sensíveis ou assimiladas. Por que Susan Sontag se insurge contra a interpretação? Porque a cultura contemporânea é uma cultura de excesso, de sobreprodução, amortecendo as nossas faculdades sensoriais. Antes de tentar perceber o que a realidade significa

é necessário mostrar “como é que o é”. Ou seja, há que se recuperarem os sentidos, mergulhar sociologicamente no cotidiano, aprendendo “a ver mais, ouvir mais, sentir mais” (SONTAG, 2004, p. 32). Como o que se experimenta como pessoa se projeta na produção de conhecimento sociológico? Através da captura de pensamentos marginais: “várias ideias que podem ser subprodutos da vida diária, trechos de conversa ouvidos na rua” (MILLS, 1965, p. 212) e por aí fora. Tudo vai parar aos *ouvidos da almofada* onde se urde a prática artesanal da produção sociológica. Mills sugere a constituição de arquivos onde se anotem observações, interrogações e ideias, de modo a que se desenvolvam hábitos de autorreflexão. Esse foi também o método sustentado por Paulo Freire (1997, p. 98) ao defender a *curiosidade espontânea*:

Um ruído, por exemplo, pode provocar minha curiosidade. Observo o espaço onde parece que se está verificando. Aguço o ouvido. Procuro comparar com outro ruído cuja razão de ser já conheço. Investigo melhor o espaço. Admito hipóteses várias em torno da possível origem do ruído. Elimino algumas até que chego a sua explicação.

Todas as rendas têm um ponto inicial chamado *trocado*. O ponto de partida é o chamamento do movimento dos bilros do qual resulta uma multiplicidade de *cruzados* e *torcidos*, variadíssimos *pontos* que diferenciam as rendas entre si (GIRÃO, 1984, p. 13). A criatividade se esboça nos padrões dos tecidos e nos lanços de linhas e figuras geométricas: ziguezagues, linhas cruzadas ou quebradas, quadrados emparelhados com losangos, numa diversidade de *pontos*: barata, tijolo, besouro, aranha, carreira de filó, ponto de ló, batuque, rengalho, pano aberto, fechado, traçado... (GIRÃO, 2002, p. 94). Qual é o *ponto de partida* da Sociologia como artesanato intelectual? É, claramente, a interrogação sociológica, os enigmas do cotidiano que nos impelem à sua decifração (PAIS, 2009). Já no terreno de pesquisa, o *ponto de partida* se dá num terreno de trocas, de reflexividade, de comutação. O *trocado* é a intersubjetividade que, como atrás se

sugeria, ocorre cotidianamente no domínio da comunicação e da interpretação.

O social situado, com a sua trama de interações, é a nossa *almofada* de afazeres onde se *sentam* os rendilhados da vida social. Mas o questionamento desta não se esgota em meros beliscos de interpretação microssociológica. Há que se ter em conta os *moldes* sociais, os chamados *piques* que nos permitem ver como o social se reflete na vida dos indivíduos, nos fios sociais que eles vão tecendo em interação. Para a Sociologia somente há fatos dentro de um marco conceptual específico. Aliás, o mesmo se passa na vida cotidiana corrente. As ocorrências do cotidiano aparecem incorporadas em estruturas de congruência e significado, aplicadas pragmaticamente à vida cotidiana, que Schutz (1966; 2001, p. 224-235) designava de *tipificações*: mapas de significação tipificada que se relacionam com padrões tipificados de comportamento, mas também com trajetórias de vida feitas de ziguezagues, linhas cruzadas ou quebradas, *turning points*, relações emparelhados numa diversidade de redes sociais. As *tipificações* que a Sociologia encontra na vida cotidiana, *in situ*, são as que Schutz designa de *construções de primeira ordem*, a partir das quais se chega às *de segunda ordem*, as do universo conceptual sociológico (NATANSON, 1986). Ou seja, os conceitos sociológicos devem ser laboriosamente trabalhados numa relação de inteligibilidade com as intenções significativas que dão sentido às interações cotidianas. Os dados sociológicos têm de se adequar a contextos de significado, os que brotam das experiências do cotidiano. Por isso mesmo, a máxima *sabemos mais do que conseguimos explicar* guia a imaginação, não apenas na produção do conhecimento tácito (POLANI, 1983, p. 04), mas também na produção do conhecimento sociológico.

Bilrar textos e ideias

Na produção sociológica, tudo o que se guarda nos *ouvidos da almofada*, vertido das escutas do cotidiano, tende a ser convertido em textos analíticos. A escrita é também uma produção artesanal

como, aliás, muitos escritores o reconhecem. Gabriel Garcia Márquez, num discurso pronunciado em Cartagena das Índias, não teve pejo em confessar que sua criatividade se confinava ao cenário de um quarto na companhia das 28 letras do alfabeto (os seus bilros) e das ferramentas de qualquer artesão: os dedos da mão (MARTÍNEZ, 2009, p. 18). As estratégias para lidar com “a angústia da página em branco” remetem, na opinião de alguns escritores portugueses, para uma prática de artífice. Margarida Vale de Gato confessa: “o texto é um barro fresco que eu estou sempre a transformar.” (SILVA, 2010, p. 23). João Tordo reforça a ideia da arte da escrita como um processo de transformação e aperfeiçoamento: “Prefiro sempre fazer uma primeira versão em bruto, a argamassa do livro, e depois, quando acabo, refazer tudo, capítulo a capítulo” (SILVA, 2010, p. 24). E como chegam as ideias? Elas surgem tão espontaneamente que urge pousá-las no papel para que não fujam. Hélia Correia afirma: “Sou capaz de escrever páginas inteiras dos meus romances em cadernos pequenos, em rebordos de revistas ou no que seja. Quando a ideia para um texto se intensifica, não a quero perder por nada e uso o que houver” (SILVA, 2010, p. 22).

Na produção artesanal da Sociologia, observações do cotidiano julgadas relevantes por uma sensibilidade teórica que se adquire muito mais pela experiência do que pelos manuais devem também ser anotadas no que esteja mais à mão: fichas, guardanapos de papel, agendas ou faturas de restaurante. Os *ouvidos da almofada*, onde a produção sociológica se processa, de bom grado acolhem pensamentos, ideias e dados em que se baseia a reflexão sociológica. Não é má ideia guardar sempre no bolso do casaco um pequeno bloco para anotações ou um diário de campo, como também propunha Wright Mills. Em sua biografia, quando Patrick Collinson (2011) foi indagado sobre o método de investigação que usava, acabou por confessar que não tinha nenhum método, apenas um caixote com um monte de informações selecionadas. Na verdade, o seu método consistia em examinar tudo o que remotamente pudesse considerar relevante para as suas pesquisas.

A recuperação de pedaços de tecido de outros trabalhos de costura é prática corrente das tecedeiras de colchas. Mas a coleta e arrumação dos materiais é feita com critério, obedecendo a sistemas de categorização apropriada, na base da experiência cotidiana, de um conhecimento prático. Nossos alunos tendem a sentir dificuldades na transposição para a prática da pesquisa empírica dos ensinamentos que absorvem dos manuais de Sociologia sobre os procedimentos de definição de categorias porque lhes falta esse conhecimento prático. Entre as tecedeiras de colchas, a organização dos materiais em categorias é criteriosa, sob inspiração do que lhes “vai na cabeça”. Embora, como outros artesãos, não disponham de uma linguagem que ascenda a sofisticadas abstrações e generalizações, o certo é que o que as tecedeiras produzem não é alheio ao que lhes “vai na cabeça” por sucessivas mediações da experiência cotidiana.

Ponho dentro de sacos todos os pedaços de tecido que a qualquer momento me poderão ser úteis. Quando já tenho uma quantidade considerável, começo a classifica-los. Depois, separo-os por diversas caixas, tal como se se tratasse de um arquivo (...). Colo uma etiqueta em cada uma delas e anoto a cor dos tecidos, ou então escrevo: quadrados, listras ou a forma dos motivos, quando os pedaços já foram cortados [...]. Sei sempre aquilo de que preciso para fazer o que me vai na cabeça (COOPER; BUFERD, 1977 *apud* BECKER, 2010, p. 216).

Toda a minha casa está habitada por centenas de fichas com anotações e outras em branco à espera de inscrições. Também no porta-luvas do carro o que lá guardo não são luvas, apenas documentos e fichas para anotar observações ou ideias que me surgem na cabeça, ao avançar, pachorrentamente, nas filas engarrafadas de trânsito. Quando reúno boas coleções de fichas separo-as por diferentes montes de categorias – *isotopias*, como as define Hiernaux (1997) – que vou estendendo pela mesa de trabalho, para melhor mergulhar em profundidade na informação reunida. O processo baseia-se na descober-

ta de afinidades entre os conteúdos das fichas, que passo a acasalar como o fazem as tecedeiras de colchas ao tecerem-nas com pedaços de tecidos que vão juntando por afinidade ou contraste de cores. A comparação do ofício intelectual ao das costureiras (ORTIZ, 2010, p. 178-198) remete, justamente, a traços partilhados de um semelhante labor artesanal: uma experiência de execução; operações de corte e recorte; alinhamento de bainhas ou de ideias.

Nesse trabalho de composição, quando procuro sequenciar as fichas de trabalho como prenúncio de um relato ou argumento, surgem-me questionamentos que vou anotando para futuras reflexões. Os ensaios analíticos devem ser guiados por uma indispensável sensibilidade teórica, sob pena de se afogarem numa acumulação incongruente de dados. Só assim é possível inscrever as “ideias que nos vão na cabeça” (imaginação sociológica) no processo de produção de conhecimento. Mas atenção aos usos perversos da teoria: é preferível ser ágil em processos de teorização do que ter a cabeça cheia de teorias, isto é, de ideias feitas a que teimosamente nos agarramos. Fazer teoria é diferente de usá-la como um produto ou, pior ainda, como um credo. A qualidade de um pesquisador vale mais por sua sensibilidade às exigências específicas de um problema do que por uma fidelidade cega a teorias usadas com rigidez e acriticamente.

Os mundos da arte, incluindo os do artesanato, estão sujeitos a sistemas de convenções, protocolos consensualizados de formas de agir, modos de fazer compartilhados que caracterizam hábitos de trabalho. (BECKER, 2010, p. 58-79). Contudo, na prática artesanal de pesquisa que toma o cotidiano como alavanca do conhecimento, as reconstruções descritivas da realidade derivam de uma vinculação do prescritivo (de ordem teórico-metodológica) ao situacional (decisões estratégicas tomadas no decurso de um processo de investigação). A desconfiança de Nisbet (1976) para com aquelas teorias que se apresentam como um conjunto didático de princípios e corolários de carácter abstrato, formal e totalizador radica na sua semelhança a uma versão primitiva da metafísica. Daí o alerta que nos faz para o uso ingênuo e ritualista da prova na produção sociológica. A ânsia demons-

trativa não legitima a validade absoluta das teorias que se usam. Se estas falham em explicar a realidade o problema não é, certamente, da realidade.

Um ganho em “pensar sobre o papel” (WOLCOTT, 2009) é o de fugirmos aos excessos de erudição, às citações sem nexos, à hipertrofia teórica. O lamento feito há mais de meio século por Mills (1965, p. 234) mantém-se atual: “Em muitos círculos acadêmicos, hoje, quem tentar escrever de forma simplesmente inteligível é condenado como ‘simples literato’ ou, pior ainda, ‘simples jornalista’”. Escrever de forma ininteligível continua a conferir *status* enquanto Sociologia bem escrita é identificada como “bom jornalismo” (HIRSCH, 1999). Esquece-se que a linguagem serve para comunicar. Por isso mesmo, a entrevista direta e presencial é um instrumento tão valorizado pela Sociologia. *Dar à língua* é uma forma artesanal de comunicação, um mergulho da coisa narrada na vida do narrador para logo depois sair dele como narração: “Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (BENJAMIM, 1987, p. 205).

A Sociologia nada perde em seguir algumas das técnicas descritivas usadas pela literatura. Procedimentos narrativos como os de Henri James, Dostoyevsky, Proust ou Joyce permitem-nos aceder indiretamente a aspetos secretos e sutis da vida cotidiana. Aliás, a constituição da Sociologia como um domínio científico não a impediu, desde as suas origens, de se inspirar em temas, estilos e impulsos criadores próprios da literatura, da pintura, da música, enfim, de múltiplos recursos do domínio artístico. É desse modo que se podem ler riquíssimos retratos sociológicos de tipos ideais (o burguês, o operário, o intelectual) ou paisagens sociais (as multidões, os pobres, as fábricas, as tribos). Por isso mesmo, Nisbet (1976) fala-nos da Sociologia como uma forma de arte. Contudo, a Sociologia não reproduz o visível, apenas torna visível a realidade. Mas há que se saber decifrar, apurando um modo de olhar que, na lógica da prática artesanal da pesquisa, não pode deixar de ser etnográfico (WOLCOTT, 2008). É suspeitosa a Sociologia que olha para o social como um espectador indiferente, de uma indiferença marcada por “frialdade”, bem evocada por Adorno

(1995) quando identificava a passividade que procede de uma pretensa neutralidade axiológica. Isto não significa que a Sociologia se deva transformar num ensaísmo superficial e especulativo, alheio ao rigor metodológico (CATAÑO, 1995). Deslizes provocados por excessos de entusiasmo ou negligência são uma permanente ameaça, e nem deles Mills se livrou quando a sua “imaginação sociológica” deu largas a uma tendência ficcionista, como no livro que escreveu sobre a revolução cubana (MILLS, 1960) ou nas cartas, escritas do Rio de Janeiro, a um imaginário colega russo (MILLS, 2000). Característica do artesanato intelectual, a vigilância epistemológica sobre a produção do saber é, sobretudo, um saber ser um severo crítico de si mesmo.

Na prática artesanal de pesquisa há uma ética de trabalho que reflete uma atitude de vida. Veja-se o que define a reputação de um bom artesão. Tomando o exemplo das rendeiras, a sua arte não é apenas um simples trabalho de mãos, é, sobretudo, obra “de mãos inteligentes, dominadas pela consciência de haver de realizar um trabalho caprichoso e capaz de ser elogiado” (OITICICA, 1966, p. 31). Daí o reconhecimento e a admiração pelo trabalho virtuoso: “Gosto dessa muié/ Porque ela é muié formosa/ Faz um bilhete bem feito/ E uma renda dificultosa...” (poeta desconhecido, *apud*: HOLLANDA, 2002, p. 5). Também na Sociologia as questões do método não aparecem dissociadas de uma vocação assente em princípios éticos, de uma *ética da responsabilidade* como Max Weber (1989) a designou. Quando Mills (2009, p. 76-80) discutia o *ethos* do sociólogo como artesão, o que o preocupava era, justamente, uma ética de trabalho, um modo de vida: o sentido do trabalho realizado, a satisfação intrínseca com o que se produz, a espontaneidade criativa sobrepondo-se à estereotipização banalizada, a experiência do vivido como vínculo do concebido, o conhecimento dos enredos da produção do social como estratégia de fuga às armadilhas da alienação. Por aqui também passa a imaginação sociológica cujo *ethos* não pode dissociar-se de uma *responsabilidade social* (HIRONIMUS-WENDT; WALLACE, 2009).

Qual o futuro da prática artesanal de pesquisa? Se o futuro é sombra do passado, vale a pena não perder de vista o paralelismo com o

artesanato. O que se constata é que, com o industrialismo e a sua crescente inserção nos circuitos comerciais, o artesanato transformou-se numa produção em série, num produto kitsch. O kitsch tornou-se parte integrante do sistema de produção mecânico, alastrando por domínios das culturas erudita e tradicional, apropriando-se delas, falsificando-as, inscrevendo-as nas engrenagens de uma reprodução massificada. Haverá na Sociologia um equivalente kitsch? Talvez, principalmente quando se empolam distâncias em relação ao que se observa para alcançar um suporte de pretensa objetividade; quando se apela a sofisticados testes estatísticos para legitimar interpretações duvidosas; quando se usa uma linguagem esotérica só ao alcance de quem a fala; quando uma falsa erudição se pretende afirmar num rol de citações sem nexo nem sentido; quando a adaptação subordinada impede a criação insubordinada. Veja-se o que se passa com alguns repentistas sertanejos. O respeito às métricas poéticas consagradas, ou ainda os versos de algibeira que se têm à mão para dar ares de uma genuína improvisação, podem transformar as regras num objetivo em si mesmo. Quando tal acontece, a criação poética pode perder o seu encanto e naturalidade, convertendo-se num produto de automatismos (SOLER, 1995, p. 104-106). O mesmo acontece quando a imaginação sociológica se acomoda à zona de conforto de inquestionáveis protocolos metodológicos e teóricos (BOHM; PEAT, 1989). Neste caso, pode surgir uma interferência negativa com o livre jogo da mente, essencial no processo de criatividade. Na arte, como na ciência, seguem-se rotinas convencionais, mas a originalidade pressupõe desprendimentos circunstanciais em relação aos moldes convencionais. A arte do artesanato – como a da produção sociológica – está na sua capacidade de se exceder, de conseguir alcançar resultados distintos dos previstos (MOUNCE, 1991). Quanto mais se concebe o método como uma sucessão rígida de passos, mais decisões se tomarão sem nos apercebermos dos seus efeitos perversos (KRIZ, 1988, p. 131). Por outro lado, as técnicas sociológicas de pesquisa não devem ser objeto de uma exaltação fetichista: elas são apenas um valioso instrumento de trabalho, um meio que não deve ser convertido num fim em si

mesmo; caso contrário, a realidade estudada tornar-se-ia um artefato das técnicas usadas para a sua compreensão. O rigor metodológico não é incompatível com a imaginação sociológica.

Rematando

No prólogo do seu conhecido livro sobre o artífice, ao discorrer sobre a concepção shakespeariana de que “cada um é criador de si mesmo”, Sennett mostra-nos que a ideia do artesanato vai muito para além do trabalho manual especializado. Ela é aplicável a quem trabalha no campo da programação informática, da medicina, da arte e, certamente, da Sociologia. E isto por quê? Por duas razões. Em primeiro lugar, porque o artesanato representa, segundo Sennett, um impulso duradouro e básico que se expressa no desejo de realizar bem uma tarefa. Daí deriva um sentimento de orgulho no trabalho realizado, a consciência de um bom desempenho e de um compromisso ético. Em segundo lugar, porque o trabalho do artesão assenta no domínio que ele tem do processo de produção. Por isso, Mills (1965) propõe a reabilitação do “artesão intelectual despretenso”, o que vai aprendendo com o que cria e o que vai criando com o que aprende, pois para o artesão as rotinas não são estáticas, evoluem, ajudando-o a progredir, na base das suas experiências cotidianas. As tramas da criatividade passam por essa aprendizagem processual e reflexiva. Quem cria aprende com o que vai criando. É esse conhecimento prático, do cotidiano, que permite que o mesmo avance quando se mira ao espelho do que vai produzindo. Assim acontece na produção artesanal da Sociologia, em que o conhecimento é resultado de artes de pensar, de questionar e de fazer, cuja matéria-prima é uma espécie de barro social. Em sua forma mais bruta e realista, esse barro é o cotidiano, fonte de revelação do social.

E porque assim é, na nossa *almofada* de trabalho – nos seus *ouvidos* – há que guardar as falas do dia-a-dia, apanhadas em contextos naturalísticos, pujantes de significado, produtoras de sentidos. As palavras são artefatos de subjetividade ao serem tricotadas nas intera-

ções cotidianas. Como nos sugere Mills (1965, p. 215), “dar simplesmente nome a uma experiência vivida nos convida a explicá-la”. Os nomes dão dessa forma origem a conceitos sensibilizantes (BLUMER, 1969). Há que se ver como os nomes rodopiam sentidos no linguarejo da vida cotidiana. O conhecimento do cotidiano não existe fora da intersubjetividade, por isso mesmo é um conhecimento socialmente partilhado, quer se expresse em linguagem, significados simbólicos ou em códigos de conduta. Se o objeto da Sociologia é o social e se não há social sem indivíduos, como poderia a Sociologia desprezar o cotidiano? A Sociologia do cotidiano centra-se nos indivíduos para melhor dar conta de como o social se reflete na vida deles, mas sem perder de vista a historicidade do cotidiano (HELLER, 1972; LEFEBVRE, 1981; MARTINS, 2002; 2008; 2011), que nos permite compreender como as sociedades dos indivíduos se transformam por força conjunta de estruturas sociais e predisposições individuais.

A sociedade dos indivíduos começou a ser valorizada a finais da Idade Média, com a prática de dissecação de cadáveres, o ritual da confissão religiosa, a difusão do espelho. O próprio traje aparecia estreitamente ligado ao íntimo, pondo em evidência etapas da vida, distâncias entre os sexos, distinções entre as classes sociais, hierarquias de moralidades. Fortaleceu-se então a vontade individual de distinção. A “invenção de si mesmo” requereu o aprendizado do cerimonial e da etiqueta (ARIÈS; DUBY, 1985-87). Mas se a Sociologia do cotidiano se centra nos indivíduos e suas interações, não pode deixar de ver como o social se traduz na vida deles. Este é um dos grandes desafios na prática artesanal da pesquisa: o de trabalhar, articuladamente, com moldes (teóricos e conceituais) e práticas sociais (experiências de vida). Para tanto, há que se reivindicar uma historicidade do cotidiano. Aliás, as formas da experiência têm sido crescentemente trabalhadas no campo da história social em cuja oficina se restauram manuais de civilidade, romances de costumes, diários, álbuns de fotografias, correspondência pessoal, documentos que possibilitam novas formas de conceber o social (LEPETIT, 1995). Paralelamente, a compreensão das estruturas sociais tem vindo a contemplar, crescen-

temente, as manifestações culturais da vida cotidiana: a alimentação, o vestuário, os corpos, a intimidade, os afetos, as sociabilidades, os ruídos, os odores, os consumos, os lazeres, as emoções, os sentimentos. Não como uma inventariação de curiosidades anódinas e triviais, mas com uma única preocupação, a da compreensão do social. De que modo? Cerzindo estruturas e ação, processos e experiência.

Referências

ADORNO, Theodor W. (1995 [1966]). *Negative Dialectics*. New York: Continuum Press.

ALEGRE, Sylvia Porto (1994). *Mãos de Mestre. Itinerários da Arte e da Tradição*. São Paulo: Editora Maltese.

ARIÈS, Philippe e Duby, Georges (1985-1987). *Histoire de la Vie Privée*. Paris: Le Seuil (5 volumes).

BARAÑANO, Margarita (1993). "Thorstein Veblen: un alegato en favor de la ciencia". *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, nº 61, pp. 201-212.

BECKER, Howard S. (2010 [1982]). *Mundos da Arte*. Lisboa: Livros Horizonte.

BENJAMIM, Walter (1987). "Magia e técnica, arte e política", *Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense (3ª edição).

BLUMER, H. (1969) [1954]. "What is wrong with social theory?" Cap. 8, pp. 140-152. In: Blumer, H., *Symbolic Interactionism: Perspective and Methods*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, Inc.

BOHM, David e Peat, F. David (1989). *Science, Order and Creativity*. New York: Routledge.

BOURDIEU, Pierre (2002). *Le Bal des Célibataires. La crise de la société paysanne en Béarn*. Paris: Seuil.

BOURDIEU, Pierre (2004). *Esquisse pour une Auto-analyse*. Paris: Raisons d'Agir.

CATAÑO, Gonzalo (1995). *La artesanía intelectual*. Bogotá: UPN y Plaza & Janés.

CLINTON, R. (1999). "Ear as you learn. Connections between doing qualitative work and living daily Life". In: Glassner, Barry & Hertz, Rosanna (Eds.), *Qualitative Sociology as Everyday Life*. London: Sage, pp. 41-48.

COLLINSON, Patrick (2011). *The History of a History Man: Or, the Twentieth Century Viewed from a Safe Distance*. Woodbridge, Suffolk: Boydell and Brewer for the Church of England Record Society.

FLEURY, Catherine Arruda Ellwanger (2002). *Renda de Bilros, Renda da Terra, Renda do Ceará: a Expressão Artística de um Povo*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult.

FREIRE, Paulo (1977). *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à Prática Educativa*. S. Paulo: Editora Paz e Terra.

GIRÃO, Valdelice Carneiro (1966). *A Renda de Bilros e seus Artífices*. Fortaleza, Ceará: Museu do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Ceará.

GIRÃO, Valdelice Carneiro (1984). *Renda de Bilros*. Fortaleza. Ceará: Edições Universidade Federal do Ceará.

GIRÃO, Valdelice Carneiro (2002). "Rendas e rendeiras do Ceará". In Chaves, Gilmar (org.), *Ceará De Corpo e Alma: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), pp. 93- 96.

HELLER, Ágnes (1972). *Historia y Vida Cotidiana*. México: Grijalbo, 1972.

HIERNAUX, Jean Pierre (1997). "Análise estrutural de conteúdos e modelos culturais: aplicação a materiais volumosos". In: Albarello, Luc et al., *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

HIRONIMUS-WENDT, Robert J. e Wallace, Lora Ebert (2009). "The sociological imagination and social responsibility", *Teaching Sociology*, vol. 37, 2009, 76-88.

HIRSCH, Paul M. (1999). "Qualitative sociology and good journalism as demystifiers". In Glassner, Barry Hertz, Rosanna (Eds). *Qualitative Sociology as Everyday Life*. London: Sage, pp. 251- 258.

HOLANDA, Violeta Maria de Siqueira (2002). *Minha Renda, Renda Minha. Um Estudo sobre as Transformações no Modo de Trabalho da “Mulher Rendeira”: o Caso da Prainha/CE*. Fortaleza, Dissertação de Mestrado – Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, datilo.

KRIZ, Jürgen (1988). *Facts and Artefacts in Social Science. An Epistemological and Methodological Analysis of Empirical Social Science Research Techniques*. New York: Mac Grow-Hill.

Lefebvre, Henri (1981). *La Critique de la Vie Quotidienne. De la Modernité au Modernisme (Pour une Métaphilosophie du Quotidien)*. Paris: L'Arche.

LEITE, Rogério Proença (2005). “Modos de vida e produção artesanal: entre preservar e consumir”. In: Autores Vários, *Olhares Itinerantes: Reflexões sobre Artesanato e Consumo da Tradição*, Cadernos ArteSol 1. São Paulo: Artesanato Solidário/ Central ArteSol, pp. 27-41.

LEPETIT, Bernard (Dir.) (1995). *Les Formes de L'Experience: une Autre Histoire Social*. Paris: Albin Michel.

LEVIVE, Donald (Ed.) (1971). *Simmel: On Individuality and Social Forms*. Chicago: Chicago University Press.

LOYAL S.; QUILLEY S. (2004). *The Sociology of Norbert Elias*. Cambridge: Cambridge University Press.

MARTÍNEZ, Miguel S. Valles (2009). “Hacerse investigador social: testimonios del oficio y artesanía intelectual del sociólogo”, *Política y Sociedad*, vol. 46, nº 3, pp. 13-36.

MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza (2004). “Metodologia qualitativa de pesquisa”, *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, nº 2, pp. 289-300.

MARTINS, José de Souza (2002). *Subúrbio. Vida cotidiana e História no subúrbio da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Editora da Unesp.

MARTINS, José de Souza (2008). *A Sociabilidade do Homem Simples. Cotidiano e História na Modernidade Anômala*. São Paulo: Editora Contexto.

MARTINS, José de Souza (2011). *Uma Arqueologia da Memória Social. Autobiografia de um Moleque de Fábrica*. São Paulo: Ateliê Editorial.

- MERLEAU-PONTY, Maurice (1945). *Phénoménologie de la Perception*. Paris: Gallimard.
- MILLS, C. Wright (1960). *Listen Yankee. The Revolution in Cuba*. Columbus (OH): McGraw Hill Publishing.
- MILLS, C. Wright (1965) [1959]. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MILLS, Kathryn e Mills, Pamela (2000). *C. Wright Mills: Letters and Autobiographical Writings*. Berkeley (Ca): University of California Press.
- MILLS, C. Wright (2009). *Sobre o Artesanato Intelectual e Outros Ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MOUNCE, A. O. (1991). "Art and Craft", *British Journal of Aesthetics*, vol. 31, nº 3, Julho de 1991, pp. 230-240.
- NATANSON, Maurice (1986). *Anatomy: A Study in the Philosophy of Alfred Schutz*, Indiana University Press, Bloomington.
- NISBET, Robert (1976). *Sociology as an Art Form*. Oxford: Oxford University Press.
- OITICICA, Francisco de Paula Leite (1966), "A arte de renda no nordeste", *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, Recife, nº 15, 1966, pp. 9-61.
- ORTIZ, Renato (2010). *Trajetos e Memórias*. São Paulo: Editora Brasileira.
- PAIS, José Machado (1986). *Artes de Amar da Burguesia. A Imagem da Mulher e os Rituais de Galanteria nos Meios Burgueses do Séc. XIX em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- PAIS, José Machado (2008). *Nos Rastos da Solidão. Deambulações Sociológicas*. Porto: Âmbar.
- PAIS, José Machado (2009). *Sociologia da Vida Quotidiana. Teorias, Métodos e Estudos de Caso*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais [Edição brasileira: *Vida Cotidiana: Enigmas e Revelações*. São Paulo: Cortez, 2003].
- PAIS, José Machado (2010). *Lufa-lufa Quotidiana. Ensaios sobre Cidade, Cultura e Vida Urbana*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

POLANI, Michael (1983). *The Tacit Dimension*. Gloucester (MA): Peter Smith.

SCHÜTZ, Alfred (1966). *Collected Papers: Studies in Phenomenological Philosophy*, volume III (editado por Ilse Schutz). La Haya: Martinus Nijhoff.

SCHUTZ, Alfred e Luckmann, Thomas (2001) [1973]. *Las Estructuras del Mundo de la Vida*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.

SENNETT, Richard (2008). *The Craftsman*. New Haven: Yale University Press.

SILVA, José Mário (2010). “A angústia do papel em branco”. In: *Revista Única, Expresso*, de 16 de Outubro de 2010, Lisboa.

SOLER, Luís, *Origens Árabes no Folclore do Sertão Brasileiro*. Florianópolis: Editora da UFSC.

SONTAG, Susan 2004 [1961]. *Contra a Interpretação e Outros Ensaaios*. Lisboa: Gótica.

WEBER, Max (1989) [1922]. *Science as a Vocation* (Ed. Por Peter Lasman e Irving Velody com Hermínio Martins). Londres: Unwin Hyman.

WOLCOTT, Harry F. (2009). *Writting Up Qualitative Research*. Thousand Oaks (Ca): Sage.

WOLCOTT, H. F. (2008). *Ethnography: A Way of Seeing*. Plymouth (UK): Altamira Press.

Artigo recebido em dezembro de 2012 | Aprovado em fevereiro de 2013

Jessé Souza*

EM DEFESA DA SOCIOLOGIA: O ECONOMICISMO E A INVISIBILIDADE DAS CLASSES SOCIAIS**

RESUMO

O texto discute e critica algumas das versões mais importantes da leitura das classes sociais brasileiras contemporâneas segundo um viés “economicista”. Por economicista entende-se a leitura da realidade social quer parte do postulado, seja implícito seja explícito, de que apenas a consideração dos estímulos econômicos já explica o comportamento social em sua totalidade. Tomam-se os trabalhos de Marcio Pochmann e de Marcelo Nerí como exemplos de leitura economicista, na sua versão marxista e liberal respectivamente e critica-se a unilateralidade e superficialidade deste tipo de perspectiva. Na segunda parte do trabalho, contrapõem-se resultados de pesquisas empíricas nacionais com as classes populares brasileiras de modo a se mostrar as vantagens de um entendimento alternativo. A riqueza da herança teórica e empírica da sociologia crítica é o fio condutor para uma percepção mais rica e multifacetada da realidade social.

Palavras-Chave: Classes. Economicismo. Invisibilidade.

IN DEFENCE OF SOCIOLOGY: ECONOMICISM AND THE INVISIBILITY OF THE SOCIAL CLASSES

Jessé Souza

ABSTRACT

The text discusses and criticizes some of the most important readings of contemporary Brazilian social classes from an ‘economicist’ bias. By economicist I mean an interpretation of social reality that sets out from the premise – implicit or explicit – that the consideration of economic stimuli by itself is sufficient to explain social behaviour as a whole. Taking the works of Marcio Pochmann and Marcelo Nerí as examples of such an economicist reading, representing its Marxist and liberal versions respectively, the article criticizes the unilaterality and superficiality of this kind of approach. In the second part of the work, I contrast these with the findings from national empirical studies with the Brazilian popular classes in order to show the advantages of an alternative understanding. The wealth of the theoretical and empirical legacy left by critical sociology provides the framework for a richer and more multifaceted perception of social reality.

Keywords: Classes. Economicism. Invisibility.

* Doutor em Sociologia pela Karl Ruprecht Universität Heidelberg, Alemanha (1991) e livre docência em sociologia pela Universität Flensburg, Alemanha (2006). Realizou estágios pós-doutorais na New School for Social research de Nova Iorque, EUA (1994-1995) e, como Professor visitante, na Universität Bremen, Alemanha (1999-2000). Atualmente é Professor titular de sociologia da UFJF e coordenador geral do CEPEDES/UFJF (Centro de pesquisa sobre desigualdade social). O foco de sua abordagem acadêmica recai sobre a teoria social crítica, voltada para a modernidade central e periférica.

** Agradeço a Maria T. Carneiro e Ricardo Visser pelas críticas e comentários a este texto.



POUR LA DÉFENSE DE LA SOCIOLOGIE : L'ÉCONOMICISME ET L'INVISIBILITÉ DES CLASSES SOCIALES.

Jessé Souza

RÉSUMÉ

Le texte traite et critique quelques-unes des principales versions de la lecture des classes sociales brésiliennes contemporaines selon un biais « économiciste ». Par économiciste il faut comprendre la lecture de la réalité sociale qui part du postulat, soit implicite soit explicite, que seul l'examen des stimulations économiques explique le comportement social dans sa totalité.

Nous avons pris les travaux de Marcio Pochmann et de Marcelo Neri comme exemples de lecture économiciste dans leur version respectivement marxiste et libérale et critiquons l'unilatéralité et la superficialité de ce type de perspective. Dans la seconde partie du travail, nous avons confronté les résultats de recherches empiriques nationales des classes populaires brésiliennes de manière à montrer les avantages d'une autre compréhension. La richesse de l'héritage théorique et empirique de la sociologie critique est le fil conducteur pour une perception plus riche et multiforme de la réalité sociale.

Mots-clé : Classes. Économicisme. Invisibilité.

Jessé Souza

EM DEFESA DA SOCIOLOGIA: O ECONOMICISMO E A INVISIBILIDADE DAS CLASSES SOCIAIS*

O objetivo deste texto é refletir acerca das assim chamadas “classes populares” no Brasil contemporâneo. Toda intervenção no campo das ideias se dá, no entanto, dentro de um contexto já constituído com uma semântica e um conjunto de noções dominantes. Perceber isso é especialmente importante quando se trata da questão mais fundamental para a estrutura e legitimação de toda a ordem social: o tema da produção e reprodução das classes sociais. Não existe questão mais importante para a compreensão adequada de qualquer ordem social posto que: 1) é o pertencimento de classe que nos esclarece acerca do acesso positiva ou negativamente privilegiado a qualquer tipo – material ou ideal – de recurso social escasso; e, 2) dado que a sociedade moderna se legitima na medida em que “aparece” como justa e igualitária, são as justificativas para a desigualdade efetiva entre as classes que formam o núcleo da legitimação social e política que permitem que a sociedade moderna possa ser aceita como justa também pelos injustiçados e humilhados por ela.

Quando dizemos que o pertencimento de classe é a questão mais importante da vida social é porque ela não define apenas o acesso privilegiado a todo tipo de “bem material”, como

* Agradeço a Maria Teresa Carneiro e Ricardo Visser pelas críticas e comentários a este texto.



a compra do carro do ano e do apartamento com varanda. Esse pertencimento pré-decide também o destino dos recursos escassos “ideais” como respeito, autoestima, reconhecimento, “cultura”, prestígio, “charme”, os quais vão permitir, portanto, não só o acesso diferencial a “empregos de prestígio e bons salários”, mas, também, o acesso a certos amigos, à “conquista” bem sucedida de certo tipo de mulher ou de homem, e a tudo aquilo que desejamos e sonhamos acordados ou dormindo todas as 24 horas do dia. Assim, compreender a produção e a reprodução das classes sociais é a “chave mestra” para o desvelamento do “mistério” do funcionamento da sociedade como um todo.

O problema é que o descobrimento do “mistério” acerca do mecanismo de funcionamento da realidade social tem vários e poderosos inimigos. Todos os interesses e poderes que “estão ganhando” têm interesse na reprodução da sociedade injusta e desigual tal como ela é e a legitimam, por exemplo, dizendo que todo privilégio vem da ideologia – da qual trataremos em detalhe mais tarde – do “mérito individual”. Todas as propagandas de cigarro ou carro, todos os “Best Sellers” vendidos como romance, 90% dos filmes de grande bilheteria, todas as telenovelas, além de toda a percepção fragmentada da realidade cotidiana que confunde o principal e o secundário e ficam na superfície de toda real compreensão do mundo social também ajudam para a manutenção da opacidade social.

Mas quem termina por fechar o círculo que constrói a nossa “cegueira” acerca do efetivo funcionamento da sociedade são as “ciências da ordem”, ou seja, as “ciências” que cumprem papel semelhante às propagandas de cigarro, às telenovelas, e à fragmentação da consciência cotidiana. As ciências da ordem perfazem 80% ou 90% do que se passa por ciência, seja no Brasil, seja fora dele. As ciências da ordem “imitam” a “ciência verdadeira” apegando-se aos “artifícios de cientificidade”, exemplarmente a partir da “quantificação da realidade” – afinal, os números lembram exemplarmente as ciências naturais – com equações e gráficos. Mas elas não são “ciências de verdade”, pelo simples fato de que “ciência verdadeira” é apenas a “ciência crítica” desta mesma realidade. Apenas a ciência crítica é capaz de explicitar

todos os conceitos que usa – para não contrabandear noções do senso comum comprometidas com a manutenção da ordem – e, desse modo, ser capaz de “reconstruir a sociedade” no pensamento como um todo. É apenas deste modo que podemos restituir a “compreensibilidade” roubada pelos interesses da manutenção e reprodução de todos os poderes que estão ganhando. A ciência social tem que ser crítica da realidade social senão não é verdadeira. Senão ela apenas reflete e reforça com o “prestígio da ciência” os mesmos preconceitos sociais que produzem e reproduzem a dominação social e sua legitimação.

Minha tese é que o tema da produção e reprodução das classes sociais no Brasil – o tema que poderia estruturar uma concepção verdadeiramente crítica sobre o Brasil contemporâneo – é dominando por uma leitura “economicista” e redutora da realidade social. Por “economicista” eu não imagino – gostaria que fosse ocioso dizer isso, mas infelizmente não é – algo que é atributo de “economistas”. Não estou de modo algum em uma cruzada corporativista que oporia “sociólogos” a “economistas” até porque a maior parte dos meus colegas sociólogos são, eles próprios, ou “economicistas” ou adeptos da desfiguração da realidade social que a fragmentação da disciplina em incontáveis “áreas de interesse” provoca. Mas não são apenas economistas e sociólogos que são economicistas. Toda a realidade social é “economicista” posto que é construída para receber e consumir conhecimento superficial e confundir informação com reflexão.

Iremos escolher dois dos mais eminentes economistas brasileiros para criticar o “economicismo” e perceber suas possibilidades e limites, simplesmente pelo fato de que a economia tornou-se a ciência da ordem “oficial”, inclusive tomando para si temas antes típicos de outras ciências, como o tema das classes e da desigualdade social. Duas razões são decisivas para o novo papel da Economia e dos economistas: 1) a esfera econômica é a esfera social mais “visível” – o que não significa mais importante – nos seus efeitos sobre a sociedade; e, 2) a economia logrou construir para si – a partir de sua formalização matemática consequente – uma “aparência” de cientificidade derivada das ciências naturais.

Certamente a Economia tem muito a contribuir para o esclarecimento da realidade social confusa. Mas ela “aparenta” dar mais coisas do que efetivamente dá. Ela promete coisas que não entrega. Aí temos o “economicismo”: uma visão empobrecida e amesquinhada da realidade, como se fosse “toda” a realidade social. Vamos examinar a obra recente de dois dos mais festejados e reconhecidos economistas brasileiros, os professores Márcio Pochmann¹ e Marcelo Néri², para tentar comprovar nossa hipótese. Se minha hipótese estiver correta, poderemos, na segunda parte deste artigo, a partir da demonstração precisamente daquilo que o “economicismo” esconde ou “não entrega”, reconstruir um diagnóstico mais completo de nossos problemas e desafios do que os que estão disponíveis hoje em dia no debate público brasileiro.

Limites e possibilidades do Economicismo

Ao ler o livro do Prof. Pochmann fui surpreendido com o fato de que este autor, tão sério e competente, ter feito uma alusão³ ao meu livro “Os batalhadores brasileiros: classe média ou classe trabalhadora? UFMG, 2010”, como sendo um daqueles que teriam associado a assim chamada “classe C” ao “conceito de classe média ascendente”⁴. Em consideração à capacidade de interpretação do Prof. Pochmann, eu presumo que ele não leu o livro e sequer atentou ao título, o qual já antecipa o debate precisamente contra essas mesmas interpretações as quais ele me vincula, talvez na ânsia de pôr todos os autores que escreveram sobre o tema em uma mesma gaveta. Não existe uma só vírgula em todo o texto coletivo do livro que possa ter levado Pochmann a essa conclusão. O contrário é o caso. Durante todo o livro

1 Pochmann, Marcio, *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*, Boitempo, 2012.

2 Néri, Marcelo, *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*, Saraiva, 2012.

3 Souza, Jessé et alli, *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora*, Ed. UFMG, 2010.

4 Pochmann, *ibid*, p. 30

construímos o conceito de uma “classe trabalhadora precarizada” em formação, utilizando, para isso, tanto trabalho teórico – de modo a compreender essa formação como ligada a desenvolvimentos recentes do capitalismo internacional –, quanto trabalho empírico qualitativo de trabalhadores do setor de serviços, comércio, agricultura e indústria artesanal de todas as grandes regiões brasileiras. A verdade é que antecipamos em 2010 a conclusão principal do trabalho do próprio Prof. Pochmann dois anos mais tarde: ou seja, em suas próprias palavras, que a suposta classe C na verdade “representa uma reconfiguração de parte significativa da classe trabalhadora”⁵.

Quaisquer que tenham sido os motivos que levaram Pochmann tanto a ter induzido o seu leitor em erro quanto a não reconhecer que sua tese principal já havia sido formulada antes, não quero, aqui, incorrer no mesmo engano. O trabalho de Pochmann, em seu livro recente, representa para mim uma das análises estatísticas mais preciosas acerca de todo o desenvolvimento das relações de trabalho no Brasil contemporâneo. O fato de ter examinado todo o desenvolvimento recente da estrutura das relações de trabalho no capitalismo brasileiro desde os anos 70 permitiu que Pochmann pudesse perceber tendências de desenvolvimento fundamentais para qualquer análise das relações de classe neste período. Assim, o leitor tem uma ideia clara e bem construída acerca de praticamente todas as variáveis importantes das transformações estruturais do capitalismo brasileiro. Exemplos disso são os estudos sobre a evolução da composição setorial das ocupações, a evolução do saldo líquido médio anual das ocupações geradas, além de uma preciosa análise em detalhe acerca da renovação ocupacional da base da pirâmide social no Brasil nos últimos dez anos, que é o aspecto mais aprofundado em todo o livro.

O ponto talvez mais relevante de toda a pesquisa para os nossos fins aqui é a tese de que todo o movimento positivo da pirâmide social brasileira, na primeira década do século XXI, na verdade envolveu postos de trabalho que se encontram na base da pirâmide social. Nesta, os mo-

5 Ibid, p. 123.

vimentos mais importantes indicam a criação de quase dois milhões de ocupações abertas anualmente, em média, para os trabalhadores com remuneração mensal de até 1,5 salários mínimos, e de 616 mil postos de trabalho anuais em média, para a parcela de ocupados pertencentes à faixa de rendimento entre 1,5 e 3 salários mínimos⁶. Na maior parte de seu estudo, Pochmann se dedica a mostrar em maior detalhe o universo ocupacional precisamente desses trabalhadores.

O trabalho de Neri, assim como o de Pochmann, é também o trabalho de um virtuoso no uso de dados estatísticos. A miríade de dados dos órgãos censitários e de pesquisa do governo é tornada compreensível e agrupada de modo a estabelecer relações estatísticas importantes. Estamos tratando aqui com pesquisadores qualificados, inteligentes e de grande inventividade. Afora uma diferença de “tom”, não existe nenhuma diferença substancial entre a análise estatística de Pochmann e a análise de Neri em seu mais recente trabalho que estou usando para fins de contraposição. Ambos, inclusive, louvam os mesmos aspectos principais destes fenômenos recentes que são, para os dois, a expansão do emprego formal com carteira assinada⁷, o potencial de mobilidade ascendente acompanhando de inclusão no mercado de bens e consumo⁸ e a diminuição da abissal desigualdade brasileira⁹. Até os fatores causais dessa mudança são percebidos por ambos do mesmo modo, na medida em que os ganhos de salário real e aumento real do salário mínimo, por um lado, e o sucesso do Bolsa Família e do micro-crédito, por outro lado, são compreendidos como elementos decisivos.

Como a fonte dos dados para os dois é muito semelhante, muito da aparente diferença pode ser esclarecida pelo fato de Pochmann analisar o ganho individual, enquanto a família e seus rendimentos agregados é a unidade básica da análise estatística de Neri¹⁰. Afora

6 Ibid, pag. 19.

7 Pochmann, *ibid*, pag. 38 e Neri, *ibid*, pag. 183.

8 Pochmann, *ibid*, pag. 46 e Neri, *ibid*, pag. 85.

9 Pochmann, *ibid*, pag. 31 e Néri, *ibid*, pag. 59.

10 Pochmann, *ibid*, pag. 19 em diante, e Néri, *ibid*, pag. 81

isso, as análises de ambos possuem os mesmos pontos fortes e fracos: excelente tratamento estatístico dos dados, por um lado, e carência de qualquer força explicativa mais profunda do fenômeno analisado, por outro. A única diferença efetivamente observável é que Pochmann enfatiza o fato de que estamos falando da base, da classe trabalhadora, do “setor de baixo” da população brasileira – ou seja, repete, “sem citar”, o que havíamos dito antes dele – enquanto Neri enfatiza o caráter “mediano” e ascendente deste mesmo grupo. Ainda que o modo como denominamos os fenômenos sociais seja importante, já que a forma como eles são interpretados socialmente depende disso, não basta, no entanto, “denominar” os fenômenos sociais para compreendê-los.

Efetivamente a construção do conceito de uma “nova classe média” por Marcelo Neri carece de qualquer reflexão aprofundada. Neri simplesmente toma o “rendimento médio” como indicador daquilo que ele chama de classe C ou “nova classe média”. Em seguida – imaginando com isso contornar todas as dificuldades desta noção – diz que não está falando de “classe social”, supostamente para tranquilizar os “sociólogos”, mas sim de “classes econômicas”¹¹. O conceito de “classe econômica” é absurdo de fio a pavio, já que ou pressupõe que as determinações econômicas são as únicas variáveis realmente importantes para o conceito de classe – o que eu suponho que seja efetivamente o caso, ainda que o autor não tenha a coragem de admitir¹² – ou, caso contrário, deveria simplesmente se referir a “faixas de renda” e não a “classes”. Esta última opção não é a de Neri, até porque “faixas de renda” não possuem o mesmo apelo no imaginário das pessoas do que “classe”. Ao contrário, Neri usa as tais “classes econômicas” como se fossem “classes sociais” em sentido estrito, já que o ponto decisivo não é o “modo como ele as nomeia”, mas sim o “lugar que elas assumem de fato na sua análise”. E sob este aspecto são elas, as classes sociais, e não as faixas de renda, que

11 Néri, *ibid*, pag. 17.

12 Como as recorrentes menções de Néri ao “bolso como parte mais sensível do corpo humano” deixam entrever. Néri, *ibid*, pag. 17.

são o fundamento central para todas as hipóteses construídas por Neri para “explicar” o Brasil contemporâneo e seus dilemas e desafios.

O problema é que, apesar de sua intenção explícita, a análise de Pochmann não é fundamentalmente diferente da de Neri. Ao contrário, para além das diferenças superficiais já apontadas, Pochmann compartilha de todos os fundamentos essenciais da análise de Neri. Pochmann acrescenta, em relação a Neri, um estudo mais detalhado das “ocupações” que ganharam dinamismo no último momento econômico e confere menos ênfase aos dados de consumo. Assim, poderíamos dizer, utilizando as subdivisões consagradas por Karl Marx acerca da esfera econômica, que Neri pratica um “economicismo” da “distribuição”, enquanto Pochmann pratica um “economicismo” da “produção”. Mas o principal, o “economicismo”, ou seja, a crença explícita ou implícita, de que a variável econômica por si só esclarece toda a realidade social, está presente nos dois autores e contamina todas as suas hipóteses e conclusões.

Assim, ainda que eu concorde com suas críticas, dirigidas provavelmente ao próprio Neri, na introdução do seu livro, não acho que Pochmann acrescente qualquer ponto explicativo decisivo em relação a Neri que possa pô-lo no outro polo do debate brasileiro acerca dessas questões fundamentais. Citemos o próprio Pochmann literalmente:

Em síntese: entende-se que não se trata da emergência de uma nova classe – muito menos de uma classe média. O que há, de fato, é uma orientação alienante sem fim, orquestrada para o seqüestro do debate sobre a natureza e a dinâmica das mudanças econômicas e sociais, incapaz de permitir a politização classista do fenômeno de transformação da estrutura social..¹³.

Assim como para Pochmann, meu interesse maior é precisamente estimular com “meios do esclarecimento científico” a “politização classista” das transformações sociais no Brasil recente. O que não

13 Pochmann, *ibid*, pag. 8

acredito é que o trabalho de Pochmann – malgrado as preciosas “informações” que o tratamento sério e qualificado dos dados estatístico proporciona – tenha efetivamente contribuído de forma substancial para este desiderato. Afinal, não é simplesmente apresentando os dados – ainda que muito bem agrupados e esclarecidos – da estrutura ocupacional que se conhece e se compreende algo relevante acerca da dinâmica das lutas de classe do Brasil contemporâneo.

Esse ponto condensa precisamente todo o balanço crítico que gostaria de fazer da obra desses dois autores: ainda que o tratamento estatístico dos dados, seja no nível da produção, como em Pochmann, seja prioritariamente no nível do consumo, como em Neri, seja extremamente bem feito nos dois casos, proporcionando “informações” valiosas para qualquer “interpretação” que se queira fazer da realidade, em ambos os casos, temos “apenas” isso: informações valiosas para uma “posterior” interpretação. O que os dois autores produzem ajuda a “mapear” um campo “a ser explorado” pelo pensamento reflexivo e interpretativo com o uso de conceitos que permitem, estes sim, problematizar a realidade em toda a sua realidade. Aí estão, em minha opinião, as possibilidades e os limites do “economicismo” e de todo conhecimento estatístico.

Como “informação” preliminar não existe conhecimento mais valioso, tanto que utilizamos, nós mesmos, dados estatísticos de estudos anteriores, tanto do próprio Neri, quanto do próprio Pochmann (e do IPEA), para escolher alguns dos “tipos sociais” de nossa última grande pesquisa qualitativa. Os dados estatísticos permitem o acesso à grandeza e à significação quantitativa dos elementos que informam a transformação dos fenômenos sociais. Daí sua importância fundamental. Interpretar a realidade sem essa ajuda pode ser desastroso. Confundir a apresentação desses dados, no entanto, com uma efetiva “compreensão” da realidade, muito especialmente dos meandros que envolvem a “legitimação do poder simbólico” indispensável para qualquer dominação social bem sucedida – objetivo que parece estar no centro das atenções também de Pochmann – é, para dizer o mínimo, muito ingênuo.

Mas aqui eu não quero apenas “dizer” a crítica. Eu quero enfrentar o desafio de “comprová-la” com o meio típico do debate científico por excelência que é a competição entre argumentos. Isso parece ser óbvio, mas, infelizmente, não o é. Entre nós confunde-se o tempo todo o poder interpretativo dos conceitos com as posições políticas pessoais – ou, ainda pior, as posições partidárias – dos autores que as enunciam com resultados previsivelmente lamentáveis. Por exemplo, Sérgio Buarque, que no seu livro mais importante, “Raízes do Brasil”¹⁴, criou a falsa oposição entre Estado corrupto e mercado virtuoso e o falso tema do “patrimonialismo estatal” como maior problema nacional, construindo as bases ideais modernas de um liberalismo tão cego e perverso quanto o brasileiro, é tido, por ter sido, no final da vida, um dos fundadores do PT, como um escritor “progressista”. O programa do partido liberal/conservador brasileiro mais importante, o PSDB, no entanto, é, no seu núcleo principal de defesa do Estado mínimo e combate às supostas oligarquias patrimoniais, a mais perfeita realização institucional e partidária das ideias de Buarque. Pergunto ao leitor: quem é o Buarque mais relevante, afinal: o cidadão que assinou a ficha de inscrição de um partido de trabalhadores ou o criador de uma ideia que se expandiu por todo o país e se institucionalizou em partidos, órgãos de imprensa, senso comum discutido nas ruas, etc.?

O mesmo poderia ser dito de Raimundo Faoro, outra “vaca sagrada” do nosso panteão de grandes pensadores intocáveis, cuja crítica acirra ódios de muitos como se ele fosse um ente acima dos mortais e acima da crítica. Faoro, na verdade, apenas continuou o trabalho de Buarque e influenciou decisivamente a obra de alguns de nossos pensadores conservadores mais eminentes – aqueles que legitimam com meios pseudocientíficos a reprodução de todos os privilégios injustos – como Simon Schwartzmann, Bolívar Lamounier ou Roberto DaMatta. Eu ainda me lembro, adolescente, da admiração que sentia por Faoro como presidente da OAB na luta pela redemocratização do Brasil. Um liberal/conservador lutando contra uma ditadura pode de-

14 Buarque, Sérgio, *Raízes do Brasil*, companhia das letras, 2003.

monstrar notável coragem pessoal, mas isso não torna as suas ideias “progressistas” ou verdadeiramente críticas.

Mas a confusão entre pessoa e obra é fruto da pouca institucionalização da esfera científica e, portanto, da fragilidade do mundo das ideias entre nós. Ainda hoje, a imensa maioria dos nossos intelectuais pensa que quem tem uma boa ideia deve “realizá-la”, e torná-la “prática” no Estado. Como se houvesse um abismo entre “ideia” e “prática”, quando, na verdade, as ideias são “performativas”, ou seja, elas são em si “ação”, e “pensar” o mundo de modo alternativo, ou contribuir no mundo das ideias para uma percepção crítica deste mundo já é, em alguma medida variável, mudá-lo. É por isso que o debate de ideias científicas é a primeira trincheira da luta política e da luta de classes¹⁵. E aí, o que precisamos é de ideias que tenham o poder de “reconstruir” o mundo no pensamento de outro modo de como ele se apresenta à nossa consciência. A relação entre ciência e política não é externa, como se fossem possíveis “posições progressistas” com conceitos ultrapassados e limitados. Ao contrário, a relação é interna à própria ciência e depende da força argumentativa e do alcance interpretativo de seus conceitos.

Para o leitor atento existe um método infalível de perceber, mesmo não sendo especialista, quando ele está diante de uma perspectiva científica crítica – daquelas que reconstroem o mundo confuso em pensamento, lhe conferindo compreensibilidade – ou diante de uma abordagem menos ambiciosa e passível de ser colonizada pelas noções de senso comum. É que toda abordagem verdadeiramente crítica tem que prestar conta de seus pressupostos. Um exemplo do nosso tema em discussão pode deixar esse ponto central mais claro. Pochmann critica na introdução de seu livro a abordagem de Neri – ainda que não o nomeie diretamente – porque ela seria “incapaz de permitir a politização classista do fenômeno de transformação da estrutura so-

15 A ciência herda boa parte do prestígio das grandes religiões e não existe assunto na esfera pública que dispense a presença de um “especialista científico”. Todas as ideias que movimentam partidos, imprensa, instituições, práticas sociais, foi ou é criação de intelectuais em sentido lato.

cial.... do Brasil”¹⁶. Concordo em gênero, número e grau com a crítica de Pochmann a Neri. Eu só não concordo com que Pochmann faça aquilo que critica, nem com que ele explique adequadamente o que entende por “estrutura social”.

O que é, afinal, “estrutura social” e, mais importante ainda, o que a estrutura social tem a ver com as “classes sociais”? Por que um estudo tão bem feito como o de Pochmann acerca da estrutura ocupacional do Brasil nos últimos 40 anos apresenta limites que o deixam próximo do estudo mais superficial de Neri malgrado a intenção de seu autor? E, ainda, como se pode ir além, na verdade muito além, do que ambos os autores ofereceram? Essas são as três questões as quais quero me dedicar a seguir.

Para ir além do Economicismo

Quais são os pressupostos da análise de Pochmann, que ele não explicita, e quais suas limitações para perceber tanto o tema da estrutura social quanto da luta de classes? Pochmann utiliza em seu estudo noções marxistas centrais e é partir do uso consequente dessas noções que ele pretende vislumbrar a “estrutura social” do Brasil moderno e as relações de classes que ela enseja. A noção central de “capital”, definida por Marx, seguindo David Ricardo, como expressão de “trabalho acumulado”¹⁷, servia a Marx precisamente para compreender a “estrutura social” e a dinâmica de classes por ela criada, para além da vaga e fragmentada ideia que temos dela no senso comum. Capital já era, para Marx, um conceito “relacional”, ou seja, o capital só desenvolve suas virtualidades de apropriação de privilégios em uma “situação social” concreta. Assim, a propriedade dos “meios de produção”, capital fixo, produto ele próprio de trabalho acumulado anterior “morto” e materializado nele, define a classe dos capitalis-

¹⁶ Pochmann, *ibid*, pag. 8.

¹⁷ Marx, Karl, *Das Kapital*, Tomo I, in: Marx-Engels Werke, Volume 23, Berlin oriental 1953.

tas. A classe dos despossuídos dos meios de produção de seu próprio trabalho tem que vender a única mercadoria que possui, o trabalho “vivo”, para ser empregado e explorado pelo capitalista que recebe um algo “a mais” do que investiu, seja pelos meios de produção que adquiriu, seja pelo trabalho que comprou sob a forma salarial.

Também a “qualificação do trabalho” para Marx é um produto de “trabalho acumulado” anterior. Assim, o valor maior pago ao trabalho mais qualificado, na verdade, pagaria o tempo de trabalho investido na sua formação. Essa diferença na “qualidade” do trabalho seria a principal responsável pela estratificação social interna da classe trabalhadora. E é precisamente o estudo das variações estatísticas da estratificação interna da classe trabalhadora brasileira dos últimos 40 anos que perfaz o cerne do trabalho de Márcio Pochmann.

Ainda que Karl Marx tenha sido um autor genial e o pai de toda a ciência social crítica, as ciências sociais não pararam em 1883 quando Marx morreu. Ao contrário, elas se desenvolveram e se sofisticaram – pelo menos a meu ver – a um ponto em que as grandes questões marxistas clássicas puderam ser respondidas de modo muito mais convincente. O conceito central de “capital”, por exemplo, foi desenvolvida por outros autores, como o sociólogo francês Pierre Bourdieu, com um potencial criativo muito mais penetrante, esclarecedor e sofisticado do que seu uso por Marx. Em primeiro lugar, “capital” deixa de ser apenas uma categoria “econômica”, mas passa a incluir tudo aquilo que passa a ser decisivo para assegurar o acesso privilegiado a todos os bens e recursos escassos em disputa na competição social. Ainda que Bourdieu reconheça que o capital econômico é decisivo para assegurar vantagens permanentes nesta disputa, ele não está sozinho.

Para além do capital econômico, uma das maiores descobertas de Bourdieu para a ciência social crítica foi a descoberta da importância, tão central como a do capital econômico, do “capital cultural”. Capital cultural, para Bourdieu, é tudo que aquilo que logramos “aprender” e não apenas os títulos escolares. O “conhecimento”, a “ciência”, já eram fundamentais para Marx, já que a reprodução do capitalismo depende de conhecimento, seja para “qualificar” sua força de trabalho, seja para

auferir ganhos em produtividade em inovações técnicas aplicadas aos meios de produção. Mas Marx era um homem do século XIX e pensava o processo de aprendizado como o de um sujeito “já pronto” que “adiciona” certo tipo de conhecimento à sua “bagagem”, como alguém enche um cesto vazio quando vai à feira do sábado. Nesta concepção, o “conhecimento” se aloja na “cabeça” do sujeito e seu corpo é um mero meio para fazê-lo caminhar e segurar a “cabeça” que envolve seu espírito.

Essa é a concepção “cartesiana” do sujeito, que era alta filosofia no século XVII e que hoje é senso comum e base das ciências da ordem. Tanto que Pochmann e Neri, homens do século XXI, usam essas pré-noções como fundamento não explicitado de seus próprios trabalhos. Eles também partem de homens e mulheres já formados que serão agrupados, seja em diferentes “agrupamentos ocupacionais”, no caso de Pochmann, seja em distintos “grupos de renda”, no caso de Néri. Aonde reside, nessa discussão dos pressupostos da análise, a “cegueira de toda forma de economicismo”? Para mim, reside no fato de não perceber que a faceta mais importante do “capital cultural” é o fato de ele ser uma “in-corporação”, literalmente, “tornar-se corpo”, de toda uma forma de se comportar e de agir no mundo, a qual é “compreendida” por todos de modo inarticulado e não refletido. O “avanço científico” aqui é a superação da oposição entre corpo e espírito, em que o corpo é pensado como “matéria sem vida” e sem “espírito”, em favor de uma concepção em que o corpo é compreendido como um “emissor de sinais” e como prenhe de significados sociais¹⁸. É precisamente esse “avanço científico” que permite perceber o trabalho da gênese e da reprodução das classes sociais e, portanto, da produção diferencial dos seres humanos que ela constitui para além da “cegueira” da percepção unilateral e amesquinhada da determinação econômica seja na produção seja no consumo.

Esse “avanço científico” que implica a percepção de outro tipo de

18 Essa “virada epistemológica” nas abordagens mais sofisticadas das ciências sociais da segunda metade do século XX é, muitas vezes chamada de “revolução Wittgensteiniana”. Ver, por exemplo, Taylor, Charles, *To Follow a Rule*, in: Calhoun, Craig, et alli. (orgs) *Bourdieu: critical debates*, Chicago, 1993.

“capital” fundamental que não apenas o econômico esclarece, inclusive, a própria ação do capital econômico e a sua relação com outras formas de capital. Afinal, o capital econômico jamais está sozinho como a “cegueira economicista” imagina. O ponto decisivo aqui é que os indivíduos são constituídos, em seus limites e possibilidades na competição social, de modo muito distinto dependendo de seu ponto de partida de classe. Esse ponto de partida envolve, basicamente, “três capitais”: o econômico, o cultural e o social. Os dois primeiros são, nas sociedades modernas, os mais importantes.

Assim, uma família de “classe média”, que tem menos capital econômico que a “classe alta”, só pode assegurar a reprodução de seus privilégios – como empregos de maior prestígio e salário seja no mercado seja no Estado – se a família possuir algum capital econômico para “comprar” o “tempo livre” dos filhos, que não precisam trabalhar cedo como os filhos das classes populares, para o estudo de línguas ou de capital cultural técnico ou literário mais sofisticado. Isso mostra a importância do capital econômico mesmo para as classes que não se reproduzem majoritariamente a partir dele, como as classes altas. Ao mesmo tempo, a competição social não começa na escola. Para que possamos ter tanto o “desejo”, quanto a “capacidade” de absorção de conhecimento raro e sofisticado, é necessário ter tido, em casa, na socialização com os pais ou quem ocupe esse lugar, o estímulo “afetivo” – afinal, nos tornamos “seres humanos” imitando a quem amamos – para, por exemplo, a “concentração” nos estudos, ou a percepção da vida como “formação contínua”, em que o que se quer ser no “futuro” é mais importante que o que se é no “presente”.

Os filhos das classes médias, com grande probabilidade, possuem esses “estímulos” emocionais e afetivos, ou seja, possuem esse “capital cultural”, o que irá garantir a sua reprodução de classe como “classe privilegiada” em dois sentidos. Em primeiro lugar, vão chegar como “vencedores” na escola e, depois, no mercado de trabalho e ocupar espaços que as “classes populares” – classe trabalhadora e “ralé” – não poderão alcançar; em segundo lugar, reproduzem também a “invisibilidade” do processo social de produção de privilégios – que

se realizam na privacidade dos lares – e que podem “aparecer”, posto que sua gênese é encoberta, como “mérito individual” e, portanto, como “merecimento” dos filhos das classes médias. Que o “privilégio” apareça como “merecido” é a forma especificamente capitalista e moderna de legitimação da desigualdade social. A “cegueira” do economicismo é, portanto, dupla: ela é cega em relação aos aspectos decisivos que reproduzem todos os privilégios; e é cega, também, em relação à falsa justificação social de todos os privilégios. Em outras palavras, o economicismo é congenitamente “conservador”, posto que joga água no moinho da reprodução no tempo de todos os privilégios injustos, já que ele não possui meios “científicos” de criticar a ideologia do mérito individual.

Mas os limites do economicismo não param aí. O economicismo é incapaz até de perceber adequadamente o próprio capital econômico. A reprodução das classes altas – que têm no capital econômico seu elemento principal na luta pelos recursos sociais escassos – também depende em boa medida de outros capitais. Por exemplo, um rico sem “capital cultural” de alguma espécie – nem que seja aquela espécie de “cultura” que significa saber os novos lugares “in” no Soho em Nova Iorque, o vinho da hora, ou qual ilha no Oceano Índico é agora a legal para se levar a amante – não é levado a sério por seus pares. Ao “rico bronco” estão vedadas não apenas as importantes relações entre o capital econômico e o capital cultural, o qual possibilita a “naturalidade” a “leveza”, o “charme pessoal”, tão importante no mundo dos negócios como em qualquer outro lugar. Mas a ele estão vedadas também as relações com uma terceira forma importante de capital – ainda que secundária em relação aos estudados anteriormente – que é o “capital social de relações pessoais”¹⁹. É este capital que permite aquele amálgama específico entre “interesses e afetos”, tão importantes para a gênese e reprodução das amizades, casamentos e alianças de todo tipo no

19 Bourdieu, Pierre, *A Distinção*, Zouk/Edusp, 2010 e Boike, Rehbein e Fröhlich, Gerhard, Bourdieu Handbuch: Leben, Werke, Wirkung, J.B. Metzler, 2009, pages. 134 e seguintes,

interior de uma classe onde a reprodução dos direitos de propriedade é tão decisiva.

O economicismo é, portanto, cego em relação tanto à “estrutura social”, que implica a consideração de capitais que não se restringem ao econômico, como é cego em vista do ponto verdadeiramente decisivo em relação às classes sociais: a forma “velada” e “encoberta” de como as classes sociais são produzidas e reproduzidas. Se o economicismo é incapaz de perceber a gênese e a reprodução das classes, ele é incapaz – pelas deficiências não das “posições progressistas” pessoais de seus defensores, mas pela superficialidade de seu aparato conceitual – de compreender qualquer fato realmente importante em relação à dinâmica das classes sociais. Ele pode até “falar” de classes sociais, mas sua compreensão deste fenômeno tão decisivo e central difere muito pouco da forma como o senso comum (não) percebe as classes. É isso que permite que Pochmann trate apenas do mundo das ocupações e pense estar oferecendo uma análise verdadeiramente compreensiva das relações de classe no Brasil moderno. É isso que permite também Néri falar de “classes econômicas” – envolvendo apenas faixas de renda e hábitos de consumo - e achar que está “interpretando” as novas relações de classe do Brasil contemporâneo.

Como Pochmann (nem Néri) sequer põe como problema explicar a produção de seres humanos diferencialmente aparelhados, pela herança familiar que é sempre também uma herança de classe – ou seja, a construção do “capital cultural” específico a cada classe social – para a competição social, então o pressuposto de que estamos tratando com um “sujeito genérico”, igual em todas as classes, é inescapável. Por conta disso, a investigação sobre a estrutura ocupacional não diz nada de verdadeiramente relevante acerca da dinâmica de classes do Brasil moderno porque nada se sabe acerca de sua gênese nem de sua reprodução no tempo.

Pochmann não responde – na verdade, nem sequer atenta – para o fato de que a questão principal para o problema que ele próprio quer resolver é a questão acerca do “por que?” precisamente “aquela classe” está condenada a exercer aquele tipo de ocupação e quais são

os fatores que a eternizam nela. Não são as ocupações que criam as classes sociais, como parece pensar Pochmann, mas é o pertencimento a certa classe que pré-decide a “escolha” por certo tipo de ocupação. Mas só um estudo – teórico e empírico – da incorporação dos diversos tipos de “capital cultural” pode esclarecer o tipo específico de socialização que permite, ou melhor, pré-decide, a “escolha” de precisamente àquele tipo de ocupação.

Sem um estudo da “socialização anterior”, que explica a incorporação de certo tipo de capital cultural, tem-se que, necessariamente, pressupor que todos são “iguais”, um “*homo economicus*” que reage sempre do mesmo modo, um “sujeito genérico”, o qual é, no fundo, o sujeito típico do liberalismo clássico – sem passado, sem socialização prévia e, portanto, sem classe – que o economicista engajado compra sem saber. A simples investigação quantitativa do horizonte ocupacional não nos esclarece em nada acerca do que é realmente relevante, ainda que seja uma “informação importante” neste caminho.

O engano de Néri é complementar. Saber que a população brasileira se divide em dadas faixas de renda é uma informação relevante para uma posterior análise das estruturas de classe no Brasil. Mas “apenas” isso. Porque também Néri sequer atenta – a cegueira congênita de toda percepção redutoramente economicista da realidade social – que a questão central para o que ele quer saber – e não sabe – é por que precisamente aquele porcentual de indivíduos logrou ascender a outros patamares de consumo, enquanto outros permaneceram onde estavam. O tamanho do “bolso” é uma informação preliminar relevante, mas sequer toca no principal. A ciência da sociedade tem como sua questão central saber por que as pessoas se comportam diferencialmente²⁰. Se sabemos disso, podemos “analisar” e “interpretar” a sociedade, dizer onde estão seus problemas e para onde ela tende ir. Mas não sabemos um milímetro a mais acerca desta questão se conhecemos a magnitude quantitativa das faixas de renda ou da

20 Essa é a definição clássica de Max Weber e seguida por Bourdieu. Ver Weber, Max, *Wirtschaft und Gesellschaft*, J.C.B. Mohr, 1985, pags. 1/30.

estrutura ocupacional, ainda que essas informações sejam relevantes como informação “preliminar”.

Uma interpretação não economicista das classes populares no Brasil Contemporâneo

Como ir-se além da percepção limitada e superficial do capital econômico e com isso produzir uma percepção verdadeiramente crítica da realidade social brasileira? Esse foi precisamente o desafio que nos propusemos nas duas pesquisas que redundaram em dois trabalhos publicados subsequentemente: um trabalho sobre os “muito precarizados” socialmente, que chamamos provocativamente de “ralé”²¹; e o trabalho sobre os “batalhadores”²², ou seja, os também precarizados socialmente, mas com maiores recursos e possibilidade de ascensão social.

Os dois estudos devem ser analisados de modo combinado: só se pode “compreender” porque alguns brasileiros ascenderam socialmente se compreendemos também as razões que impossibilitaram outros brasileiros de ascender ou de terem tido ascensão menor. Os dois estudos representam, portanto, um esforço de compreender e responder àquela questão central – a única verdadeiramente fundamental – deixada de lado pelo economicismo, seja da produção, seja do consumo: *afinal, o que é que faz com que alguns ascendam e outros não?* Essa é a questão decisiva, posto que apenas ela pode “compreender” e “explicar” as “razões profundas, tanto da ascensão, quanto da marginalidade social”, algo que os dados e números – que são “informações” importantes, mas, jamais, “interpretações” - por si só jamais poderão fazer.

Isso não significa, obviamente, que o conhecimento estatístico não seja fundamental. Pelo contrário, nós construímos nossos “tipos ideais” das classes populares, nas duas pesquisas, com base em conhecimento estatístico, por um lado, e pelo seu “potencial significativo”, por outro

21 Souza, Jessé, et alli, *A ralé brasileira: quem é e como vive*, UFMG, 2009.

22 Souza, Jessé, et alli, *Os batalhadores Brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora*, UFMG, 2010.

lado. Assim, por exemplo, estudamos as empregadas domésticas, no livro da “ralé”, posto que 18% do trabalho feminino à época era trabalho doméstico. Como quase todas elas eram da “ralé”, que no nosso estudo estatístico especialmente encomendado para este livro abrangia 1/3 da população²³, isso significava que mais da metade das mulheres da ralé exerciam alguma espécie de trabalho doméstico. Neste caso, coincidia “significação estatística” e “significação heurística”. Mas nós estudamos, também, os “catadores de papel e lixo”, por exemplo, não porque eles são estatisticamente relevantes, mas porque seu estudo mostra, de modo especialmente “evidente”, ou seja, uma significação “heurística”, destinada a tornar clara a humilhação social, a fantasia compensatória e o abandono dessa classe presente em várias das ocupações mais humilhantes da “ralé”.

Assim, o conhecimento estatístico é um “meio” e não um “fim em si”, posto que está “a serviço” da necessidade “interpretativa”, ou seja, daquilo que vai permitir reconstruir uma realidade que não é visível a olho nu de modo novo e inédito. O que há de novo e inédito no livro da “ralé” e como ele ajuda a compreender melhor a ascensão social de setores significativos das classes populares, enquanto outros ficaram para trás? A meu ver, o que há de novo e inédito no estudo dos desclassificados brasileiros é, antes de tudo, a percepção de que eles formam uma “classe social específica”²⁴, com gênese, reprodução e “futuro provável” semelhante. Tanto o senso comum como a ciência dominante entre nós deixam de perceber essa classe “enquanto classe” ao fragmentá-la ao ponto de torná-la irreconhecível. Mas é possível defini-la, seja na periferia das grandes cidades do Sudeste, seja, por exemplo, no sertão do Nordeste, como a classe social reduzida à “energia muscular”,

23 Souza, Jessé *et alli*, 2009, pags. 463/481.

24 Que não se confunda com os diversos trabalhos sobre a pobreza e os pobres. O trabalho anterior mais importante sobre uma classe de desclassificados entre nós é o clássico de Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes*, Ática, 1978. Neste brilhante clássico da Sociologia brasileira, Florestan termina por confundir raça e classe social o que limita de modo decisivo o alcance de seu trabalho. Para conhecer minha crítica em detalhe, ver Souza, Jessé, *A construção social da subcidadania*, 2ª edição, com prefácio de Axel Honneth, UFMG, pags. 153 e seguintes.

posto que não dispõe – ou não dispõe em medida significativa – das pré-condições para a “incorporação do capital cultural” indispensável no capitalismo moderno para o trabalho no mercado competitivo.

Essa classe é, portanto, “moderna” posto que formada pela incapacidade estrutural na sua socialização familiar – sempre de classe – de dispor dos estímulos afetivos e das pré-condições psíquicas, cognitivas e emocionais que possibilitam a incorporação do “conhecimento útil” necessário à reprodução do capitalismo competitivo. Como o economicismo, arrogantemente míope, parte do indivíduo sem passado, já adulto e igual a todos e, portanto, sem classe, esta questão central sequer é percebida como relevante, ainda que ela vá decidir, inclusive, que tipo de sujeito econômico será criado pelas distintas heranças de classe. O “capital cultural” é constituído por ambas as coisas: tanto as pré-condições afetivas e psíquicas para o aprendizado, quanto pelo aprendizado em si do conhecimento julgado útil. No caso da “ralé”, a carência e o abandono são tamanhos que a questão principal é a da ausência – em maior ou menor medida – dos próprios pressupostos indispensáveis ao aprendizado do papel social de “produtor útil” no contexto da economia competitiva.

É isso também que faz com que essa classe não seja passível de ser confundida com o “lumpenproletariado” marxista, o famoso “exército de reserva do capital”, posto que no capitalismo do tempo de Marx a quantidade de “incorporação de conhecimento” necessária ao trabalhador era mínima, tanto que até crianças podiam realizar o trabalho das tecelagens de Manchester. Com o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, no entanto, a incorporação crescente de conhecimento aos meios de produção exige também que quem opera as máquinas – por exemplo, os robôs da indústria automobilística moderna – também seja “perpassado” por uma certa economia emocional e por conhecimento técnico. O trabalhador moderno do setor competitivo tem que ter “incorporado”, ou seja, tornado “corpo”, reflexo automático e naturalizado, tanto a disciplina e o autocontrole necessário ao “ritmo das máquinas”, como o conhecimento para sua operação bem sucedida.

É esse tipo de “incorporação de capital cultural” que caracteriza as classes trabalhadoras modernas e que reencontramos nos “batalhadores” de nossa pesquisa. A “ralé”, ao contrário – ainda que as fronteiras entre as diversas classes populares na realidade concreta sejam na imensa maioria dos casos muito fluída –, pode ser definida, para fins analíticos, como a classe “abaixo” da classe trabalhadora, posto que é caracterizada, para fins analíticos, pela ausência dos pressupostos acima definidos. Isso não significava, obviamente, que esta classe também não seja explorada. Ela o é de modo inclusive muito mais cruel, já que é jogada nas “franjas do mercado competitivo”, condenada a exercer todos os trabalhos mais duros, humilhantes, sujos, pesados e perigosos. Foram esses “trabalhadores tornados precários” que estudamos durante os quatro anos da pesquisa.

A compreensão da profundidade da exploração sistemática desses trabalhadores pelas classes do privilégio no Brasil – as classes médias que incorporam capital cultural raro e sofisticado, e as classes altas que reproduzem, antes de tudo, capital econômico sob a forma de direito de propriedade – foi, talvez, o nosso principal resultado de pesquisa. Isso implica simplesmente “poder perceber” a “luta de classes” no cotidiano de todos nós, onde ela opera de modo velado, “naturalizado” em “práticas” sociais sem discurso e sem articulação consciente, e, por isso mesmo, muito mais eficazes socialmente.

As classes do privilégio exploram esse exército de pessoas disponíveis a fazer de quase tudo. Desde o moto boy que entrega pizza, ao lavador de carros, ao trabalhador que carrega a mudança nas costas, a prostituta pobre que vende seu corpo para sobreviver, ou o exército de serviçais domésticos que fazem a comida e cuidam dos filhos da classe média e alta que, assim, pode se dedicar a estudos ou trabalhos mais rentáveis. É este tempo “roubado” de outra classe que permite reproduzir e eternizar uma relação de exploração que condena uma classe inteira ao abandono e a humilhação, enquanto garante a reprodução no tempo das classes do privilégio.

“Luta de classes” não é apenas a “greve sindical”, ou a revolução sangrenta nas ruas que todos percebem. Ela é, antes de tudo, o exer-

cício silencioso da exploração construída e consentida socialmente, inclusive por abordagens científicas que – malgrado a intenção, como no caso do prof. Pochmann – não dispõe dos meios “científicos” adequados a essa percepção. Não é a reprodução estatística, por mais bem feita, das ocupações brasileiras que vai “permitir a politização classista do fenômeno de transformação da estrutura social... do Brasil”²⁵ no Brasil como é a intenção do Prof. Pochmann. A percepção da “luta de classes” exige os meios cientificamente adequados a isso. Exige tornar visível a formação e a gênese das classes sociais – e, portanto, do conjunto de capitais que irão pré-decidir toda a competição social por recursos escassos – lá onde elas são constituídas de modo muito específico.

Como as classes estão interrelacionadas, é apenas a percepção de sua gênese e de suas relações específicas de reprodução e exploração – precisamente como procuramos mostrar – que pode aportar conhecimento não visível a olho nu e, portanto, perceber conflitos sistematicamente mascarados. Este é o ponto decisivo. A tese central do livro da “ralé” é que a “luta de classes mais importante” e, ao mesmo tempo, a mais escamoteada e invisível do Brasil contemporâneo é a exploração sistemática e cotidiana dos nossos desclassificados sociais, o que apenas contribui para sua reprodução no tempo. Não existe nenhum “problema real” que seja específico do Brasil e de países em condição semelhante que não advenha do abandono desta classe²⁶.

Usamos o mesmo método no estudo da classe que chamamos de “batalhadores”. Aqui a questão foi tentar perceber como é possível reverter o círculo vicioso de abuso sexual generalizado, instrumentalização dos mais fracos pelos mais fortes, baixa autoestima, baixa capacidade de concentração e autocontrole, etc., que caracteriza o cotidiano de muitas das famílias da “ralé”, e as condenam a uma vida sem futuro e sem esperança. “Ascender socialmente” só é possível a

25 Pochmann, *ibid*, pag. 8.

26 Que se pense na (in)segurança pública, no “gargalo da mão de obra qualificada”, nos problemas da saúde e da educação públicas, etc.

quem logra incorporar as pré-condições que o capitalismo atual pressupõe para a crescente incorporação de distintas formas de conhecimento e de capital cultural como “porta de entrada” em qualquer de seus setores competitivos. A “fronteira” entre “ralé” e “batalhadores” – a qual é sempre fluída na realidade concreta, embora, analiticamente, para efeitos de compreensão, seja importante enfatizar o contraste – está situada precisamente na possibilidade da incorporação pelos batalhadores dos pressupostos para o aprendizado e o trabalho que faltam à “ralé”.

Mas por que falta a uns o que é possível a outros nas fluídas fronteiras das classes populares? A resposta dessa questão exige o passo teórico que tomamos na nossa pesquisa de criticar e complementar o esquema “utilitarista” dos capitais em Bourdieu. Ainda que a versão enriquecida dos capitais em Bourdieu possibilite que se compreenda o “cálculo” e a “estratégia” de indivíduos e classes no capitalismo, o comportamento social não é apenas “utilitário”. As pessoas também precisam dotar sua vida de “sentido”, de onde retiram tanto a autoestima quanto o reconhecimento social para o que são e o que fazem. No estudo das classes populares essa dimensão é fundamental: por que o que se retira dos dominados socialmente não são apenas os “meios materiais”. O domínio permanente de classes sobre outras exige que as classes dominadas se vejam como “inferiores”, preguiçosas, menos capazes, menos inteligentes, menos éticas, precisamente o que reencontramos em todas as nossas entrevistas. Se o dominado socialmente não se convence de sua inferioridade não existe dominação social possível²⁷.

Precisamente para percebermos adequadamente a dor e o sofrimento humanos envolvidos nesta condição, nós acrescentamos – à dimensão bourdieusiana “utilitarista” da teoria dos capitais que não se reduzem ao capital econômico – a dimensão “valorativa” do que as sociedades modernas julgam ser a “boa vida”. É a noção “prática” de “boa vida” que define o que é a “virtude” e, portanto,

27 Essa também é uma tese clássica de Max Weber. Ver Weber, *ibid*, pags. 122/176.

o que perfaz um indivíduo digno de respeito ou de desprezo. Essa dimensão é implícita e não articulada, mas todos nós nos julgamos e julgamos os outros baseados nela as 24 horas do dia. Utilizamos a reconstrução do filósofo social canadense Charles Taylor²⁸, que mostra, como nenhum outro, a relevância dessas categorias que se tornaram “instituições” e, portanto, “prática naturalizada” e irrefletida no mundo moderno. Para Taylor, assim como para Max Weber²⁹, julgamos socialmente uns aos outros baseados nas figuras do “produtor útil” e da “personalidade sensível”. O “efeito de distinção” produzido pela noção implícita de “personalidade sensível” foi a base do estudo mais brilhante de Bourdieu acerca das lutas de classe na França³⁰.

Nos nossos estudos das classes populares brasileiras, procuramos tornar operacional o conceito de “dignidade” do produtor útil. “Dignidade”, aqui, é um conceito “procedural” e não substantivo, ou seja, ele não “é” um “valor moral específico”, mas um “conjunto de características psicossociais incorporadas praticamente” afetivas, emocionais e cognitivas que fazem com que tanto a “autoestima” pessoal, quanto o “reconhecimento” social sejam possíveis. É essa “seleção prática” que qualquer entrevista de emprego no mercado ou qualquer prova de concurso público procura fazer. É a mesma seleção que fazemos todos os dias acerca de quem apertamos a mão ou de quem evitamos até a usar a mesma calçada. Essa dimensão é tão “encoberta” e “escamoteada” quanto a dimensão dos capitais não econômicos. Daí que a realidade social tenha que ser “reconstruída” de modo novo em pensamento para que faça sentido.

As classes populares não são apenas despossuídas dos capitais que pré-decidem a hierarquia social. Paira sobre as classes populares tam-

28 Taylor, Charles, *Sources of the self: the making of modern identity*, Harvard, 1989.

29 As célebres figuras do “especialista sem espírito” e do “hedonista sem coração”, no final do livro sobre a ética protestante, referem-se a papéis sociais muito próximos ao desenvolvidos por Taylor. Ver, Weber, Max, *Die protestantische Ethik und der Geist des kapitalismus*, J.C.B. Mohr, 1948.

30 Bourdieu, Pierre, *A distinção*, Zouk/EDUSP, 2010.

bém o fantasma de sua incapacidade de “ser gente” e o estigma de ser “indigno”, drama presente em literalmente todas as entrevistas. As classes com essa “insegurança generalizada”, como a “ralé” e boa parte dos “batalhadores”, estão divididas internamente entre o “pobre honesto”, que aceita as regras do jogo que o exclui, e o “pobre delinquente”, o bandido no caso do homem, e a prostituta no caso da mulher. A maioria esmagadora das famílias pobres convive com essa sombra e com essa ameaça, como a mãe da prostituta que a sustentava e que dizia à filha em uma discussão: “já fiz de tudo na vida, minha filha, mas puta eu nunca fui”³¹. Como o “estigma da indignidade” ameaça a todos, vale qualquer coisa contra quem quer que seja para se conseguir um alívio momentâneo de tamanha violência simbólica.

Assim, as classes do privilégio não dispõem apenas dos capitais adequados para vencer na disputa social por recursos escassos, mas dispõem também da autoconfiança de quem teve todos os cuidados na família, de quem “sabe” que frequentou a melhor escola, que possui a “naturalidade” para “falar bem” línguas estrangeiras, que conta com as economias do pai para qualquer eventualidade ou fracasso, que conta com “exemplos bem sucedidos” na família. Tudo isso é também fonte de recursos “valorativos” como a “crença em si mesmo”, produto de uma autoconfiança de classe, tão necessária para enfrentar todas as inevitáveis intempéries e fracassos eventuais da vida sem cair no alcoolismo e no desespero, e usufruir do “reconhecimento social” dos outros como algo tão natural como quem respira.

As classes populares, ao contrário, não dispõem de nenhum dos privilégios de nascimento das classes média e alta. A socialização familiar é muitas vezes disruptiva, a escola é pior e, muitas vezes, consegue incutir com sucesso “insegurança” na própria capacidade³², os exemplos bem sucedidos na família são muito mais escassos, quando não inexistentes, quase todos necessitam trabalhar muito cedo e não dispõem de

31 Ver trabalho de Patrícia Mattos em Souza, Jessé et alli, *ibid*, 2009, pags. 173 e seguintes.

32 Ver Trabalho de Lorena Freitas em Souza, Jessé et alli, *ibid*, 2009, pags. 281 e seguintes.

tempo para estudos, o alcoolismo, fruto do desespero com a vida, ou o abuso sexual sistemático são também “sobrerepresentados” nas classes populares. Os efeitos desse ponto de partida acarretam que a incorporação da tríade disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo, que está pressuposta tanto em qualquer processo de aprendizado na escola quanto em qualquer trabalho produtivo no mercado competitivo, seja parcial e incompleto ou até inexistente.

Sem disciplina e autocontrole é impossível, por exemplo, se “concentrar” na escola; daí que os membros da “ralé”, que analisamos no nosso livro anterior sobre essa classe, diziam repetidamente que “fi-tavam” o quadro negro por horas a fio sem aprender. Essa “virtude” não é natural, como pensa o economicismo, mas um “aprendizado de classe”. Por outro lado, sem pensamento prospectivo – ou seja, a visão de que o futuro é mais importante que o presente – não existe sequer a possibilidade de condução racional da vida pela impossibilidade de cálculo e de planejamento da vida pela prisão no “aqui e agora”.

No contexto das classes populares, nosso estudo dos batalhadores se concentrou na determinação das fronteiras que os separam da “ralé”, por um lado, e da classe média verdadeira, por outro. Observamos, por exemplo, fontes importantes de “autoconfiança” individual e de solidariedade familiar baseada na socialização religiosa, temas negados por estudiosos conservadores³³. O tipo de religiosidade pentecostal, crescentemente importante nas classes populares brasileiras, tende a ser, nos “batalhadores”, dominado pelas denominações mais “éticas” – ao contrário da “ralé”, em que predominam as denominações mais “mágicas” do pentecostalismo – em que a “regulação racional da vida cotidiana” e a “crença na própria capacidade” passam a ser o valor máximo³⁴. Isso implica, nos melhores casos, na

33 Ver minha crítica ao trabalho de Lamounier, Bolívar e Souza, Amaury, *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*, Campus/CNI, 2010, em Souza, Jessé et alli, *ibid*, 2010, pags 349 e seguintes.

34 Ver o trabalho de Arenari, Brand e Dutra, Roberto, em Souza, Jessé et alli, *ibid*, 2010, pags. 311 e seguintes.

possibilidade de se conquistar tardiamente estímulos morais e afetivos que, nas classes do privilégio, é dado pelo horizonte familiar em tenra idade. O belo estudo de Maria de Lourdes Medeiros mostra como também a igreja católica no interior do Nordeste pode servir de incorporação de sólida ética do trabalho para muitas famílias³⁵. A religião também pode ser fundamental na redefinição da ética do trabalho de mulheres que o racismo havia condenado ao destino de objeto sexual³⁶.

Assim, do mesmo modo que a não incorporação familiar, escolar e social dos pressupostos de qualquer aprendizado e trabalho moderno é o que produz e reproduz a ralé, os “batalhadores” representam a fração das classes populares que lograram sair deste círculo vicioso. Como as fronteiras aqui são muito fluídas, isso significa que não existe “classe condenada” para sempre. Com condições políticas e econômicas favoráveis, os setores que lograram incorporar, seja por socialização religiosa tardia, seja por pertencerem a famílias comparativamente mais bem estruturadas – malgrado o ponto de partida desvantajoso comum a todas as classes populares – a incorporação das pré-condições para o desempenho do papel social do “trabalhador útil”, podem ascender socialmente.

Além da importância inegável, para classes socialmente tão frágeis, da variável religiosa, procuramos perceber a dinâmica e os efeitos da incorporação, ainda que tardia, familiar e extrafamiliar, dos pressupostos emocionais, afetivos, morais e cognitivos para a “ação econômica racional” nas classes populares. Este é o caminho oposto de toda forma de economicismo que simplesmente “pressupõe” e, portanto, “naturaliza” o “ator econômico universal”, escondendo a “luta de classes” que implica, precisamente, uma incorporação diferencial e seletiva desses pressupostos. A maior parte do livro, inclusive, se dedica a compreender, levando em conta as desvantagens do ponto

35 Ver o trabalho de Maria de Lourdes de Medeiros, em Souza, Jessé et alli, *ibid*, 2010, pags. 199 e seguintes.

36 Ver o trabalho de Djamila Olivério, em Souza, Jessé et alli, *ibid*, 2010, pags.173 e seguintes.

de partida das classes populares: como se aprende, na “prática”, com erros e acertos, por exemplo, a “ser um trabalhador” ou a calcular e a administrar um pequeno negócio de um trabalhador autônomo³⁷? Ou, ainda, na dimensão mais política e social, tentar responder à questão acerca das bases da solidariedade familiar pressuposta nas pequenas unidades produtivas. Ou ainda de como o trabalhador formal, mas, precário, especialmente dos serviços e do comércio³⁸, é tornado refém de uma legitimação de um novo tipo de capitalismo que se expande precisamente para essas áreas do capitalismo moderno³⁹.

O nosso livro tratou da ascensão social, portanto, como um conceito “relacional”. Quando se trata o tema da ascensão de maneira relacional é possível perceber, por exemplo, como a ascensão também traz consigo sofrimento, esforço, assim como o próprio medo de uma possível desclassificação social futura. Se tratamos o tema da ascensão social desta maneira, foi para demonstrar que ascensão não é uma categoria linear de um ponto ao outro, como um “trem social” que se pega de uma classe à outra. Ela não é uma “bala” que vai de um ponto a outro sem encontrar obstáculo. Qualquer entrevista no livro comprova isso. Para levar o conceito a sério, temos que considerar a ascensão social como uma prática em constante reafirmação, um jogo social, cujos participantes são postos à prova a todo o momento com o fantasma da queda social e da desclassificação sempre à espreita.

Mas temos a clara compreensão de que o nosso próprio trabalho foi apenas uma primeira aproximação neste horizonte tão novo e tão desconhecido. Seria muito desejável se os estudos estatísticos bem feitos pudessem ser associados a trabalhos sociológicos mais refinados para os estudos posteriores dos diversos “ambientes sociais”, os “millieus⁴⁰” ou “frações de classe” em movimento na nossa sociedade.

37 Ver o trabalho de Fabrício Maciel em em Souza, Jessé et alli, *ibid*, 2010, pags.173 e seguintes

38 Ver o trabalho de Ricardo Visser, em Souza, Jessé et alli, *ibid*, 2010, pags.61 e seguintes.

39 Ver meu capítulo inicial em Souza, Jessé et alli, *ibid*, 2010, pags.19 e seguintes.

40 Ver, acerca da importância dos diversos “ambientes sociais” ou “millieus” para a reprodução de uma classe social, o livro clássico de Vester, Michael et alli, *Soziale Milieus im Gesellschaftlichen Strukturwandel*, Suhrkamp, 2001.

Apenas assim seria possível perceber e ter uma ideia mais clara dos fatores que estão em jogo, tanto na ascensão, quanto na estagnação ou decadência social dos diversos setores das classes populares brasileiras no atual momento do capitalismo mundial.

O que faz uma concepção “triumfalista” das classes populares no Brasil, como a defendida pelo Prof. Marcelo Néri – onde apenas ascensão social e “felicidade”⁴¹ são percebidos – ser tão cientificamente superficial e politicamente conservadora é precisamente a negação sistemática de sofrimento e da dor do dominado e do humilhado socialmente. Afinal, é apenas conhecendo e reconhecendo a dor e o sofrimento injustos que podemos mitigá-lo. “Enfeitá-lo” e negá-lo é, ao contrário, a melhor maneira de torná-lo eterno. De certo, apenas, a certeza de que um Brasil melhor se faz “olhando nossos problemas e mazelas nos olhos”, difíceis e desafiadores como eles são. Não existe nenhum outro caminho para o aperfeiçoamento individual ou coletivo. A escolha é nossa.

Artigo recebido em março de 2013 | Aprovado em maio de 2013

41 O fato do “habitus”, ou seja, o conjunto dos esquemas de avaliações e percepção do mundo, “incorporado” nos sujeitos, não ser consciente a eles implica que a análise empírica dos sujeitos não pode ter a ingenuidade da pesquisa sobre “felicidade” dos brasileiros citada várias vezes pelo Prof. Néri com tanto ardor. É que, como nota Max Weber, a necessidade primária dos seres humanos não é “dizer a verdade”, mas sim a de “legitimar a própria vida” que levam. Não ter consciência disso é correr o risco de séria ingenuidade acerca da vida social. Antes do “hiphop” e do “Funk”, até Cartola dizia como o “morro” era melhor que o “asfalto”, mais alegre e mais humano. Do mesmo modo, as prostitutas da nossa pesquisa fantasiavam uma vida familiar idílica e só depois, nas entrevistas subsequentes - que faziam parte do método crítico que construímos - é que, por exemplo, o abuso sexual do pai e a competição com mãe ficavam explícitos. O discurso inicial, nesses casos, é sempre uma “fantasia compensatória, uma “necessidade transformada em escolha”, humana, demasiado humana, para quem tem negado, como no caso das classes populares, vários dos fundamentos de uma vida digna que podem proporcionar autoestima e reconhecimento social. O que não é compreensível é uma ciência tão ingênua – o fato de as pesquisas serem “internacionais” parece que funciona como uma espécie de “carteirada” ou “fetiche científico” para nossos pesquisadores - que desconheça esse fato tão básico.

Franz Josef Brüseke*

ARTESANATO DO SABER NA IDEIA DE UNIVERSIDADE: COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS

RESUMO

As universidades contemporâneas são fruto de uma longa tradição: desde as academias platônicas da antiguidade, das primeiras universidades na Idade Média e da reformulação da sua concepção por Schleiermacher e Humboldt no início do século XIX, estendem-se experiências institucionais que colocaram a pesquisa e o ensino, no seu nível mais complexo, no centro das suas atenções. A universidade massificada contemporânea parece em muitos dos seus aspectos incompatível com a ideia inicial de universidade; nesta situação, com a quantificação da qualificação, *rankings* internacionais tentam reordenar o campo da ciência e da formação de jovens cientistas, com resultados por vezes óbvios, por vezes duvidosos. As experiências universitárias brasileiras compartilham a tradição universitária europeia e, por serem tardias, confrontam-se, sobretudo, com os problemas da sua última fase: a universidade em expansão quantitativa.

Palavras-chave: Universidade. Pesquisa. Ensino. Humboldt. *Rankings*.

KNOWLEDGE CRAFT IN THE IDEA OF THE UNIVERSITY: INTERNATIONAL COMPARISONS

Franz Josef Brüseke

ABSTRACT

Contemporary universities are the result of a long tradition: from the Platonic academies of Antiquity, the first universities of the Middle Ages and the reformulation of their design by Schleiermacher and Humboldt at the start of the nineteenth century, institutional experiences were developed that placed research and teaching at their most complex level at the centre of their attentions. The contemporary mass university seems, in many aspects, incompatible with the initial idea of the university: in this new situation, with the quantification of qualification, international rankings attempt to reorder the field of science and the training of young scientists with sometimes obvious and sometimes dubious results. Brazilian university experiences have evolved from the European university tradition and, being more recent, primarily confront the problems of its last phase: the university in quantitative expansion.

Keywords: University. Research. Teaching. Humboldt. *Rankings*.

* Doutor Phil pela Universidade de Münster, Alemanha (1982), com pós-doutorado na Technische Universität Berlin (2012). Foi coordenador de departamento da Volkshochschule Hamm, Alemanha (1982-1987), perito integrado do CIM/GTZ (1987-1990), professor da Universidade Federal do Pará (1987-1997), da Universidade Federal de Santa Catarina (1998-2006). Atualmente, é professor na Universidade Federal de Sergipe, onde atua no PPGS e coordena o grupo de pesquisa Sociedade, Ciência e Técnica. É pesquisador do CNPq e tem como foco de pesquisa a técnica moderna e suas relações com a sociedade contemporânea, tendo publicado diversos livros na Alemanha e no Brasil sobre a temática.



L'ARTISANAT DU SAVOIR DANS L'IDÉE DE L'UNIVERSITÉ COMPARAISONS INTERNATIONALES

Frantz Josef Bruseke

RÉSUMÉ

Les universités contemporaines sont le fruit d'une longue tradition : depuis les académies platoniciennes de l'antiquité, les premières universités du Moyen Âge et de la reformulation de leur conception par Schleiermacher et Humboldt au début du XIXe siècle, les expériences institutionnelles qui ont mis la recherche et l'enseignement à un niveau plus complexe, au centre de toutes leurs attentions, s'étendent. L'université de masse contemporaine semble, par beaucoup de ses aspects, incompatible avec l'idée initiale de l'université ; dans cette situation, avec la quantification de la qualification, les rankings internationaux essaient de réorganiser le champ de la science et de la formation des jeunes scientifiques, avec des résultats tantôt évidents, tantôt douteux. Les expériences universitaires brésiliennes partagent la tradition universitaire européenne et parce que tardives, elles se voient confrontées surtout aux problèmes de sa dernière phase : l'université en expansion quantitative.

Mot-clé : Université. Recherche. Enseignement. Humboldt. Rankings

Franz Josef Brüseke

ARTESANATO DO SABER NA IDEIA DE UNIVERSIDADE: COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS

Precursores: as academias

Quando começa a história das universidades? Apesar do uso do termo “Universidade” já no século XI, parece a sua história mais longa ainda, pois o termo “academia”, que frequentemente se confunde com o termo “universidade”, conhecemos desde a antiguidade grega. Em 387 a.C. Platão, depois do estilo informal e dialogal do seu mestre Sócrates de filosofar (informal, pois este nem tinha escola nem deixou textos escritos com suas ideias), inovou e comprou um terreno, na verdade um pequeno bosque, em Atenas, e construiu lá a primeira academia: Ἀκαδήμεια. O nome academia deriva-se do nome desse bosque, consagrado ao *Heros attico Akademos*. Desde 387 a.C. chamamos, então, os alunos de Platão de “acadêmicos”.

A academia se tornou um lugar *sui generis* do pensamento grego e conseguiu sobreviver dentro da cultura do império romano até a teologia cristã se tornar hegemônica. Até 268 a.C. o currículo abrange as seguintes disciplinas: metafísica, ontologia, teoria do conhecimento, dialética, ética, teoria do estado, geometria, astronomia, cosmologia, física e filosofia teológica. A partir de 268 a.C. começa uma nova fase da academia, cujos líderes (escolares) radicalizam as técnicas da *disputatio* e da



dúvida metódica; críticos dizem que, de forma tardia, venceram os sofistas, que levaram a academia a um ceticismo meramente retórico. Em 86 a.C. os romanos, sob comando de Sulla, devastam o bosque da academia. Com isso, depois de uma tradição de quase 300 anos, a academia sucumbe definitivamente, cujas fundações podemos visitar ainda hoje. No século V temos uma tentativa de reerguer a academia platônica, mas o cristianismo já tinha se tornado religião de Estado e os neo-platônicos, como Proklos, tornam-se um fenômeno importante, todavia isolado, na história do pensamento ocidental. Tentativas de reanimar a ideia da academia platônica conhecemos desde o séc. XV, mas a repetição da história do pensamento grego foi impossível, voltando a antiguidade para a pauta europeia na forma dos seus autores, com Aristóteles em primeiro lugar. Na verdade, esse processo já tinha seu início três séculos antes, com a fundação das primeiras universidades europeias a partir do século XI.

As universidades medievais

A primeira “universidade” foi fundada em Parma, na Itália, no ano 1065. Então num tempo que estamos acostumados de chamar Idade Média¹. Cento e nove anos depois, em 1175, seguem as universidades de Bologna e Modena e, a partir daí, acontecem várias fundações em diferentes países, ou melhor, cidades, da Europa. Pádua (1222), Napoli (1224), Siena (1240), Macerata (1290) na Itália; na França, Paris (1175) e Toulouse (1229); na Espanha, Salamanca (1218), Valladolid (1250); em Portugal, Lisboa (1290) e Coimbra (1290); na Inglaterra, Cambridge (1229), Oxford (1249); na Alemanha, com um certo atraso, Praga (1348), Viena (1365), Heidelberg (1386), Colônia (1388), Erfurt (1392). A Alemanha, por enquanto no fim da fila, conseguiu até o fim do século XVIII fundar quase 50 universidades e assumiu a partir

1 Para uma análise diferenciada da Idade Média, em especial sua cultura intelectual, recomendamos: LE GOFF, Jacques (1957/1995). **Os intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Editora Brasiliense. E, do mesmo autor: LE GOFF, Jacques (1964/2005). **A civilização do ocidente medieval**. Bauru, SP: EDUSC.

daí, na Europa, a liderança no campo da formação acadêmica institucionalizada. Com isso, a Alemanha alcança um número de universidades que ficou praticamente constante até os meados do século vinte. Somente a partir de 1950, com o surgimento da universidade das massas, esse número dobrou mais uma vez.

As primeiras universidades tinham pouco mais do que 200 estudantes e uma dúzia de professores. O século vinte, na sua primeira metade, já conhece universidades grandes com 2000, 3000 ou até 4000 alunos, números que nos parecem hoje minúsculos, pois, não raro, uma universidade ultrapassa atualmente o número de 40000 alunos matriculados. Em todas as estatísticas internacionais podemos identificar esse salto quantitativo: nos EUA, já nos anos 50, e nas duas décadas seguintes em todos os países do mundo. O termo “universidade massificada” ou “universidades das massas” surge e, é hoje uma referência recorrente que sinaliza uma profunda mudança na concepção e realidade daquilo que chamamos universidade.

As primeiras universidades desenvolveram-se num contexto religioso, mais precisamente no contexto da igreja católica. Com isso a faculdade de teologia tinha uma posição de liderança sobre as demais, a faculdade jurídica e a da medicina. Mais tarde surgiu a faculdade das artes liberais, que era, por sua vez, o nascedouro da faculdade da filosofia e das ciências matemáticas e naturais. As universidades sempre oscilaram na sua dependência dos poderes clericais ou estatais e, não obstante, conseguiram com mais ou menos sucesso ter reconhecidas sua autonomia e seu direito à autoadministração. A ideia da liberdade da pesquisa e do ensino era, desde o início, vinculada à ideia da universidade, liberdade que frequentemente era garantida pela própria igreja. Também as formas, digamos didáticas, das universidades dos séculos 12 e 13 eram, surpreendentemente, para alguém que se acostumou de ver nestes séculos a idade das trevas, aberta. *Lectio* e *disputatio*, a leitura com a seguinte disputa sobre o sentido daquilo que foi lido, promoveram a discordância argumentativa e encontravam seus mestres em homens como Tomás de Aquino, professor visitante na Universidade de Paris, e seu contemporâneo Eckart, professor con-

vidado da mesma instituição. Nomes como Abalaerd, Duns Escotus e outros testemunhavam que as universidades medievais tinham luz própria e seus protagonistas, bastante coragem para enfrentar tanto a ignorância humana como doutrinas consagradas.

Muitos dos nossos costumes acadêmicos têm nos séculos 13 e 14 sua origem. Os nossos títulos *magister artium*, o mestre das artes livres, ou o *doctor philosophiae*, o título que também o doutor em sociologia recebe, remontam a esse tempo. E, quem diria, uma defesa de uma tese de doutorado acontece nas formas que herdamos da universidade medieval e da Santa Inquisição, na época frequentemente composta por membros da faculdade de teologia e examinadores externos vindos de Roma ou da metrópole mais próxima. Defendemos uma tese porque estamos sendo questionados ou, por vezes, atacados pelos representantes da doutrina oficial. Defender-se bem era importante nestes tempos, como sabemos; dominar a retórica, a lógica, o *argumentum* e as técnicas da *disputatio* podia decidir sobre seu futuro. A coragem de enfrentar os outros e os poderosos, o *mainstream*, como diríamos hoje, os universitários herdaram dos seus ancestrais, dos acadêmicos. Sócrates, acusado de perturbar a ordem pública e de seduzir os jovens, preferiu aceitar a sentença, o suicídio através do envenenamento, em vez de abdicar das suas teses.

Este compromisso, às vezes beirando o fanatismo; este compromisso que os acadêmicos, os intelectuais, têm com a busca da verdade, com a defesa da tese certa, permeia a história das universidades de forma particular. “A verdade”, termo tão *démodé* nos tempos atuais, persegue os universitários, também quando estes deixam de persegui-la. O mundo da ciência, que ganhou contornos cada vez mais nítidos junto com o desenvolvimento institucional das universidades, não é o mundo da fé, nem da autoenganação e muito menos da mentira. A verdade fascina tanto o religioso como o cientista, mas é para este último uma eterna busca de algo que ele nunca vai alcançar plenamente. Aproximações e probabilidades deixam a verdade transparecer, mas são somente isso: aproximações e probabilidades. Também o correto, que os colegas das ciências exatas por vezes confundem com a verda-

de, não resolve o dilema do nosso universitário. A verdade, essa estrela que guia a caminhada do pesquisador, fica sempre fora do alcance das nossas mãos e das experimentações científicas. A relação que os acadêmicos têm com a verdade é sempre uma relação de busca. Quem começa a defender verdades em vez de teses deixa de ser um acadêmico e torna-se um ideólogo. O ideólogo sabe o certo e promulga isso como se fosse o verdadeiro. O ideólogo sabe que o pré-conceito é sempre dos outros, e coloca a ideia da justiça ou da igualdade no lugar onde o cientista somente opera com a dúvida metódica, herdada de Sócrates e Descartes. Mas assim pode perguntar alguém: a verdade então não existe, ela é relativa, ela é eventualmente uma construção? E assim respondemos: a estrela no firmamento não existe? Ela existe. Existem coisas que nós não alcançamos, mas que existem; existem coisas que nós não construímos, mas que nos antecedem e que nos transcendem. E a verdade é uma dessas coisas, uma estrela, um guia, algo que transcende os fatos e as estatísticas.

Pois as universidades medievais, centros da disputa entre leituras diferentes, entraram com o formalismo da escolástica tardia, no fim do séc. 14, numa fase de declínio que somente o renascimento e a reforma conseguiram superar, para dar lugar a um novo ciclo de certa passividade, no fim do séc. 17 e início do séc. 18, ao ponto que Paolo Rossi (1997/2001), no seu estudo histórico sobre o nascimento da ciência moderna na Europa, pode dizer: “A ciência moderna nasceu fora das universidades...” (ROSSI, 1997-2001, p. 10).

Fundações de universidades de um novo tipo (Kaufmann, 1888; 1896) começaram a superar a estagnação quando a pesquisa empírica, os experimentos e as observações ganharam status privilegiado. Assim, com as universidades de Halle (1694) e Göttingen (1736), onde as ideias do iluminismo marcaram toda uma geração, viu-se o início de uma nova época da história das universidades. O coroamento dessa concepção de universidade, iluminista e científica, é a fundação da universidade de Berlin, em 1810, sob liderança decisiva de Wilhelm von Humboldt.

A universidade de Schleiermacher e Wilhelm von Humboldt

Já em 1808, Friedrich Schleiermacher tinha preparado o terreno com a publicação do seu estudo programático “*Pensamentos ocasionais sobre universidades no sentido alemão*” (SCHLEIERMACHER, 1808), argumentando a favor de uma distinção entre escola, universidade e academia. A escola seria a convivência dos mestres com os aprendizes; a universidade seria a comunidade dos mestres com os *Gesellen* (os aprendizes avançados) e a academia, finalmente, seria a união dos mestres com os mestres. Aí, na academia, é o lugar onde os mestres da ciência produzem obras, que contribuem para o progresso do conhecimento. Somente as obras que trazem novidades deveriam ser expostas a um público maior, deveriam ser publicadas. As escolas, na base dessa hierarquia, devem estar sob liderança de pessoas cientificamente formadas, mas elas mesmas devem se abster da produção científica. Todavia, a escola tem a tarefa nobre de preparar os jovens para a ciência, na medida em que ela apresenta todo horizonte do conhecimento, com suas diversas disciplinas, e introduz, na sua versão ginásial, o pensamento sistemático e abstrato. A matemática e a gramática seriam as disciplinas com a maior vocação para introduzir o aluno no pensamento metódico.

A universidade representa para Schleiermacher a unidade institucional de todas as ciências; ela é o lugar da totalidade do conhecimento. Nela desenvolve-se no estudante a capacidade de pesquisar e de inovar por conta própria. Ainda assim ela é preparo e exercício, não obstante, no nível da ciência contemporânea. Bem no espírito da sua época, i.e. do idealismo alemão, Schleiermacher vê na universidade o lugar do despertar da ideia do conhecer, da consciência da razão como princípio norteador do homem culto (SCHLEIERMACHER, 1808, p. 34). No processo pedagógico revelam-se cada vez mais os talentos e vocações. No início, quando o aluno ainda está em formação dos seus interesses e habilidades, devem ser oferecidas as múltiplas formas do conhecimento para possibilitar escolhas posteriores já mais específicas. Para os alunos e estudantes que não mostram a

vocação e a habilidade científicas deveria ser aberto o caminho, não menos honroso, na direção das artes técnicas ou manuais, tão necessárias para a sociedade como a ciência. A academia, finalmente, é somente para poucos. Schleiermacher recomenda, para a Alemanha de 1808, uma ou no máximo duas dessas academias.

Na época de Schleiermacher existiam nas universidades da Alemanha quatro faculdades, eram elas: a teológica, a jurídica, a da medicina e a filosófica. Os estudantes eram submetidos aos exames finais, correspondendo ao grau de *Magister Artium* e *Doctor*, mas tinham plena liberdade de compor, por conta própria, seu currículo. Apesar dos desvios de conduta frequentes dentre uma minoria dos estudantes que abusaram de tal privilégio, Schleiermacher defende com fervor a liberdade acadêmica, necessária para formar um espírito científico autônomo em cada um. Com a mesma convicção defende a autonomia da universidade em relação ao Estado, independência igualmente importante para garantir o desenvolvimento científico sem restrições, em exercício livre das faculdades científicas. No escrito de Schleiermacher de 1808 anunciam-se as ideias e reformas propostas por Humboldt que deveriam definir os rumos das universidades alemães durante todo século XIX até o início do século XX, com consequências para a ideia e realidade da universidade além das fronteiras da Alemanha, que nesta época, vale lembrar, ainda nem existia como Estado nacional, mas enquanto conglomerado de dúzias de territórios independentes.

Humboldt, o fundador da Universidade de Berlin que carrega até hoje seu nome, representa como ninguém uma ideia da universidade que, apesar de quase irreconhecível nas universidades de massa de hoje, definiu *idealiter* e *realiter* o lugar onde a ciência moderna encontrou um espaço *sui generis*. É conhecido que a reforma humboldtiana não abriu mão do ideário iluminista, situando-se, assim, ainda longe de um racionalismo e materialismo radical que mais tarde tomou conta da maior parte das ciências, que nasceram, não obstante, em outro contexto. Humboldt dedica a sua universidade “Ao Bem, ao Belo e ao Verdadeiro” e, desse modo, compromete a ciência moral-

mente (ao Bem), esteticamente (ao Belo) e filosoficamente, para não dizer transcendentemente (ao Verdadeiro).

Quais eram as principais ideias de Humboldt sobre a universidade?

Humboldt, que nunca visitou uma escola pública ou particular, pois foi educado por professores privados em casa, já falava grego e latim com treze anos de idade. A elas se associaram durante sua vida outras línguas, que estudou sistematicamente, construindo em vários estudos e publicações os fundamentos da linguística contemporânea. Wilhelm von Humboldt era o irmão mais velho de Alexander von Humboldt, um dos mais ilustres pesquisadores da América do Sul, conheceu pessoalmente Goethe e Friedrich Schiller, com quem teve durante anos contatos amigáveis intensos, e foi profundamente moldado pelos ideais do iluminismo. Politicamente pode ser visto como um liberal, pois defendeu na sua atuação administrativa e diplomática a liberdade como a condição fundamental da evolução humana e do progresso da ciência. Sem muito êxito no plano político, pois suas ideias contrastavam com o espírito restaurativo da monarquia prussiana da época, deixou, não obstante, um legado importante: a reforma prussiana do sistema de educação e, no seu topo, a fundação da Universidade de Berlin em 1810.

Seguindo a proposta de Humboldt, foi introduzida a escola elementar de três anos, seguida pelo ginásio com duração de dez anos e que deveria preparar o jovem para a universidade. Central na concepção de Humboldt era manter a universidade livre da influência ou dependência tanto do Estado como das igrejas. Interesses empresariais, também, deveriam ficar longe dessa universidade, comprometida com uma ciência entendida como valor próprio. O ideal de formação e educação de Humboldt (*Bildungsideal*) abrangeu mais do que um mero currículo do conhecimento dos fatos mais importantes ou das técnicas investigativas mais apropriadas; Humboldt almejava uma educação do estudante no espírito científico, comprometido

com a busca da verdade e ideais éticos e estéticos, cujas fontes Humboldt localizava na antiguidade grega e romana. Educação universitária implicava também na formação da personalidade do estudante, na medida em que ele era induzido a absorver a *cultura* dos burgueses da época, que se desempenhavam para superar as restrições dos homens comuns, sejam eles de origem aristocrata ou popular, oferecendo-se como nova elite. Essa elite burguesa agiu na consciência, que estava no topo, porque merecia estar lá. Expandindo essa concepção para a universidade, o mundo empresarial, a carreira militar e praticamente qualquer outro campo da vida social, o desempenho individual tornou-se o critério para sucesso e insucesso da vida individual. Característica dessa concepção, da qual herdamos sem dúvida a valoração positiva do desempenho, era um amálgama de elementos inovadores e ao mesmo tempo conservadores. Entre iluminismo e antiguidade foi construída uma ponte imaginária, que suportou enquanto instituição, e digamos, curiosamente, a marcha vitoriosa das ciências modernas do século XIX e do início do século XX.

Nos tempos de Humboldt, a filosofia tinha se emancipado do seu papel de “servidora da teologia” e se tornou a “mãe das ciências”, criando assim um clima de, diríamos hoje, interdisciplinaridade, que facilitava a evolução das jovens ciências, sejam elas naturais ou humanas. Um breve olhar na formação de grandes nomes das ciências confirma a versatilidade destes em vários campos do saber. Marx (filosofia, economia), Freud (medicina, psicologia), Weber (direito, economia, sociologia) e, como já é notória, a inclinação dos físicos relativistas e quânticos para a filosofia como Heisenberg, Einstein, Born, Planck – todos formados nas universidades humboldtianas.

Sabemos com Weber que as intenções de um ator são uma coisa e os resultados dessa mesma ação são frequentemente outros. Será que a reforma universitária de Humboldt tem um efeito colateral não intencionado? Será que a ênfase e a posição de destaque que Humboldt deu à faculdade de filosofia contribuíram decisivamente para o *boom* da universidade alemão no séc. XIX e para a onda de novidades (inclusive de prêmios Nobel) no início do séc. XX? Será que a autonomia dessa uni-

versidade tanto da igreja como do governo criou a base de uma pesquisa primeiro livre e posteriormente desenfreada, abrindo as portas para todas as possibilidades técnicas? Antes de discutir o ideal da universidade humboldtiana no contexto do nosso tempo, consultando autores como Karl Jaspers, Manfred Eigen, Hans-Georg Gadamer e Jürgen Habermas, queremos deixar claro que Humboldt enfatizava na sua reforma três princípios básicos da universidade, sendo eles: 1) a liberdade da pesquisa e do ensino; 2) a unidade da pesquisa e do ensino; 3) a primazia da educação cultural (*Bildung*) sobre a formação profissional.

A ideia da universidade: Karl Jaspers

Em 1946, Karl Jaspers apresenta uma “ideia da universidade”, que tenta enfrentar a crise, para não dizer a destruição, da universidade alemã durante o “terceiro Reich” (1933-1945). Jaspers reativa a herança humboldtiana, buscando numa argumentação conservadora chão firme para defender a ideia de uma instituição que tinha provado pouco tempo antes sua absoluta incapacidade enquanto defensora da liberdade do pensamento. Para ele, na tradição de Humboldt, a universidade não é o lugar da mera instrução de habilidades técnicas. Como lugar da ciência, a universidade vive de uma postura científica que inclui “a capacidade, a favor do conhecimento objetivo, de suspender as próprias valorações por um momento, de poder abstrair do partido próprio, da própria vontade momentânea, a favor de uma análise imparcial dos fatos” (Jaspers, 1946, p. 34). A educação científica, não obstante, não é um mero treinamento do conhecimento sistemático, ela vai além, para Jaspers, na medida em que a postura científica exige a comunhão de valores. Com outras palavras: a educação científica universitária é formação para a razoabilidade (*Bildung zur Vernunft*). Essa razoabilidade inclui a disposição para a autocrítica, a consciência dos limites e da temporalidade do conhecimento e uma vontade incansável de querer saber. O saber absoluto, todavia, fica fora do alcance desse empreendimento e, não obstante, aquilo que transcende os fatos singulares e os delimitados campos científicos,

ilumina o horizonte da pesquisa e protege-a contra um perder-se na “infinitude das variedades” (JASPERS, 1946, p. 27).

No seu entendimento da universidade Jaspers subordina a pesquisa e o ensino à formação ou educação para uma postura dedicada à busca da verdade, no espírito da razoabilidade. Assim são três as tarefas da universidade: pesquisa, ensino e educação (JASPERS, 1946, p. 38). Sublinhamos: a terceira função é a educação e não a extensão. Com essa ênfase na formação de uma postura (!) científica, Jaspers esperava dar a resposta adequada à experiência totalitária recente, que por um lado mostrou que habilidades técnicas, e a inteligência científica correspondente, podem ser manipuladas para qualquer finalidade, e que o enfraquecimento dos valores humanistas abriu as portas para um desastre civilizatório sem precedentes.

Humboldt, Jaspers e seus críticos face à universidade de massas

No início do século XIX menos do que 1% dos alunos da mesma idade estudavam numa universidade. Essa percentagem cresceu vertiginosamente nas últimas décadas, ao ponto de que hoje, na Alemanha, estudam 39% dos alunos do mesmo grupo etário. Aliás, com equilíbrio entre os dois sexos. A relação entre o número de 38.000 professores e dos quase dois milhões de estudantes é – nesse país onde universidades particulares formam uma exceção – de 1:52, e na área das ciências humanas, de aproximadamente 1:100. Com isso, temos sete vezes menos professores por estudante na área das ciências humanas do que nos tempos de Humboldt. Uma análise do desenvolvimento dos salários dos professores também mostra uma clara tendência: nos anos vinte, um professor universitário ganhava dez vezes mais do que a média dos assalariados; nos anos cinquenta e sessenta, cinco vezes mais; nos anos setenta; 2,5 vezes mais; e hoje, somente 1,6 vezes mais do que a média (HESSE, 2008).

No Brasil, um país com mais do que o dobro da população da Alemanha, temos em 2010 o número de 6,7 milhões de estudantes uni-

versitários, dos quais a grande maioria, a saber 74%, estuda em universidades particulares. No Brasil, cerca de 52.000 professores dão conta de 190.000 estudantes no nível de mestrado e doutorado. O que significa, para o nível de pós-graduação, uma relação de 3,5 professores por aluno; uma relação aparentemente muito melhor do que na Alemanha, que, todavia, precisa ser relativizada, pois o tempo de ocupação dos professores na pós-graduação é somente parcial.

Hans-Georg Gadamer aponta como problema principal das universidades, tanto na Alemanha como em escala mundial, a “explosão das massas” (GADAMER, 1988, p. 10), que transformou radicalmente a existência acadêmica e não encontrou até hoje uma resposta institucional adequada. Neste contexto, o sucessor na cadeira de Karl Jaspers da universidade de Heidelberg e aluno de Martin Heidegger identifica três problemas principais: a) o fim da *universitas scholarum*, da comunidade acadêmica propriamente dita com sua relação estreita entre alunos professores; b) o fim da *universitas literarum*, da unidade e do diálogo entre as diversas ciências, lideradas pela filosofia; e c) o fim da *res publica literaria*, da “vida no mundo das ideias”, dos livros, das bibliotecas, da literatura. Uma solução para esses problemas fica fora do alcance das reflexões de Gadamer. Ele recomenda, todavia, uma redefinição da liberdade acadêmica sob condições das hiperinstituições massificadas e estimula a busca de novos “espaços de liberdade”, onde um pequeno universo acadêmico contribui para a construção de “novas solidariedades” (GADAMER, 1988, p. 22).

Wolf Lepenies vê exatamente na perda da função orientadora da filosofia e da faculdade de filosofia para a universidade algo decisivo e algo especialmente incisivo para a universidade alemã, que de fato afastou-se gradualmente e cada vez mais da sua inspiração humboldtiana. Com uma extraordinária contribuição para várias áreas científicas ainda no início do século XX, o que também se espelha nas estatísticas dos ganhadores do prêmio Nobel, e vinculada a nomes como Einstein, Max Planck, Heisenberg, Max Weber, Martin Husserl e outros, podemos constatar um ruptura sem volta, na década dos anos trinta até os anos cinquenta/sessenta, quando “explodem as massas”

(GADAMER, 1988). O próprio Martin Heidegger, que, em 1927, com a publicação de *Ser e Tempo*, conseguiu mais uma vez elevar a medida da tradição filosófica da Alemanha, tornou-se, na retrospectiva, o último “grande filósofo” alemão com impacto internacional de uma linha que vai de Leibniz, Kant, Schelling, Schopenhauer, Nietzsche, até Husserl e muitos outros; Heidegger, então, pode ser visto como uma expressão involuntária dessa mudança. “A ciência não pensa” é seu lacônico comentário sobre a universidade enquanto empreendimento em que pesquisadores ocupadíssimos, assim diz Heidegger, “fazem demais e pensam de menos”². Pois orientação esperavam seus leitores e alunos em vão, a por ele propagada “autenticidade” era um conceito vazio e assim fraco demais para afirmar valores civilizatórios ocidentais, inclusive acadêmicos, quando mais precisávamos³.

O eclipse da razão (Horkheimer) no século XX tem algo a ver com a expectativa exagerada de que o homem poderia resolver todos os seus problemas racionalmente. Antes do ceticismo de Weber que “jogou água no vinho” desse otimismo, as jovens ciências da sociedade (Condorcet, Comte, Marx) contribuíram muito para uma crença na razoabilidade do homem. A historização, a relativização e a “desnaturalização” são as armas com as quais a ciência desmistificou o mundo. Ela somente esqueceu, concordando com uma colocação de Lepenies, (Lepenies, 1988, p. 63), de aplicar estes instrumentos a si mesma. Que o *mainstream* das ciências sociais comunga com este problema até hoje mostram os grupos de pressão acadêmicos, que denunciam certos fenômenos sociais como sendo meras construções culturais, mas não percebem que eles mesmos e suas “causas justas” são passageiros, de valores somente relativos e estranhos. A sociologia que se ofereceu na fase pós-guerra como substituta da filosofia enquanto disciplina orientadora não conseguiu devolver a unidade à universidade, que se perdeu. A disciplina Sociologia 1, oferecida no Brasil para estudantes de Odon-

2 “Nós fazemos demais e pensamos de menos”. HEIDEGGER, M. (1954/1992); “A ciência não pensa”. HEIDEGGER, M. (1954/1994).

3 Veja a crítica sagaz e por vezes exagerada de Theodor W. Adorno (1964/1969).

tologia, Educação Física e Contabilidade, além de muitas outras, evoca hoje frequentemente a pergunta: porque temos que estudar sociologia?

Para Jürgen Habermas, alguém que tenta, como Karl Jaspers, reerguer a ideia humboldtiana de universidade, não passa de um “espírito defensivo de uma crítica cultural hostil à modernização” (HABERMAS, 1988: p. 141). Para ele, as leis da modernização social também afetam o desenvolvimento das universidades; a consciência tradicional teria somente um valor compensatório. Não obstante, ele afirma, enquanto as universidades ainda mantêm um mínimo de unidade interna e o vínculo com o mundo da vida, “a ideia da universidade não pode estar totalmente morta” (HABERMAS, 1988, p. 149). Principalmente as formas comunicativas, da argumentação científica mesmo, garantiriam os processos de aprendizado na universidade e sua unidade. “As disciplinas científicas constituem públicos disciplinares internos e somente nessas estruturas podem manter sua vitalidade. Os públicos disciplinares juntam-se e se desdobram em eventos abertos para toda a universidade” (Habermas, 1988, p. 169). Habermas, como muitos dos seus colegas, oscila por um lado entre a rendição à tendência dos “sistemas” de envolver a universidade no processo da modernização, massacrando os “mandarins”, os professores catedráticos dos velhos tempos e, por outro lado, entre a esperança de poder encontrar ainda nessa mesma universidade uma comunicação aberta e disputas discursivas com argumentos surpreendentes. “As portas estão abertas, em qualquer momento um novo rosto pode aparecer, um novo pensamento entrar” (HABERMAS, 1988, p. 170).

As universidades brasileiras: indicadores de produtividade

As universidades contemporâneas são fruto de uma longa tradição: desde as academias platônicas da antiguidade, das primeiras universidades na Idade Média e da reformulação da sua concepção por Schleiermacher e Humboldt no início do século XIX, estendem-se experiências institucionais que colocaram a pesquisa e o ensino, no seu nível mais complexo, no centro das suas atenções. A universidade massificada contemporânea parece, em muitos dos seus aspectos, incompatível

com a ideia inicial de universidade; nesta situação, com a quantificação da qualificação, *rankings* internacionais tentam reordenar o campo da ciência e da formação de jovens cientistas, com resultados por vezes óbvios, por vezes duvidosos. As experiências universitárias brasileiras compartilham a tradição universitária europeia e, por serem tardias, confrontam-se, sobretudo, com os problemas da sua última fase: a universidade em expansão quantitativa.

O uso de indicadores para a avaliação de desempenho tem um efeito curioso. Na situação antes da introdução dos indicadores, elas têm sim um certo valor, pois expressam tendências e probabilidades, captadas de forma quantitativa, já que o desempenho, enquanto fenômeno empírico, também deixa rastros quantitativos. Assim, um grande autor produz sempre, com alto grau de probabilidade, um certo número de páginas, exatamente quantificáveis. Também um hospital, eficiente, bem equipado e dispondo de excelentes profissionais, reduz o número de óbitos por mil pacientes ao mínimo; esta relação é exatamente mensurável e enquanto dado estatístico, comparável com o desempenho de outros hospitais. Não obstante, perdem os indicadores seu valor informativo quando são introduzidos com o intuito de gerenciar ou até otimizar o desempenho daquilo que medem.⁴ Na situação *post rem* sabem os atores que estão sendo monitorados quantitativamente e adaptam seu comportamento à nova situação. O professor, que é um bom professor, mas também quer ser um grande autor, começa a produzir um certo número de páginas, pois não é este número de páginas produzidas que caracteriza o grande autor quantitativamente? O resultado é, obviamente, que o pequeno autor e o grande autor vão aparecer na estatística no mesmo nível de produtividade, ao ponto que até o grande autor (que também sabe que está sendo avaliado quantitativamente) começa a escrever mais do que queria. Essa corrida quantitativa aumenta o estresse dos envolvidos, tanto do grande como do pequeno, mas não transforma o último em um autor importante.

4 Charles Goodhart, já em 1975, mostrou essa problemática na área do planejamento macroeconômico (GOODHART, 1975).

Indicadores de produtividade e rankings internacionais

Parece fácil mostrar as consequências por vezes absurdas dos indicadores de produtividade, como estão sendo usados, também, nas universidades brasileiras de hoje. No entanto, o que colocar no lugar deles? Existem indicadores qualitativos? Como posso medir a importância de um artigo, se não através do seu “impacto” medido pelo *citation index*? Como vou qualificar a importância de uma revista em detrimento de outra, se eu não sei que essa é A1 e a outra B2? Como vou argumentar que um programa de pós-graduação é mais importante do que o outro, se não produzo estatísticas da sua produção quantitativa? Como vou saber que uma pessoa sabe mais do que a outra se não estou sendo informado pelo cartão de visita que ela possui título de doutor? Esse título de doutor é, sim, apesar de ser muito antigo, um indicador de qualidade. Quem possui um título de doutor sabe mais do que os outros. Ou alguém se atreve a afirmar o contrário?





















A discussão sobre os indicadores de produtividade se torna mais difícil ainda quando percebemos que, dentre os maiores críticos desses indicadores, encontramos, via de regra, aqueles que têm pouca participação na vida acadêmica. Será que a crítica nasce, nestes casos, da própria incapacidade de alcançar os ideais da academia que ela mesma se impõe? Será que a crítica ao “produtivismo” é um anti-intelectualismo às avessas?

O campo acadêmico é hoje, i.e., em tempos de uma universidade massificada, obscuro, cheio de contradições e cruzado por interesses mais diversos. Não obstante, não queremos fugir de levantar algumas “teses” sobre a situação muito peculiar da universidade brasileira de hoje.

Se consultarmos os rankings das universidades mundiais podemos constatar que, entre os primeiros 50 colocados, encontramos poucas universidades que não sejam anglo-saxônicas. Poucas universidades da Europa continental, menos da Ásia, uma ou outra da América Latina e praticamente nenhuma da África estão no topo. Ampliemos a faixa para as primeiras 300 ou 500 universidades e podemos ver que o continente norte-americano está representado por aproximadamente

igual número de universidades de ponta como o continente europeu, seguido por jovens universidades asiáticas, e por algumas da América Latina. Entre elas sempre a USP e a Universidade Nacional Autônoma do México. Com isso, o Brasil está literalmente fora dos circuitos internacionais acadêmicos, referente à pesquisa e ensino de qualidade.

Tabela 1 – Ranking das melhores Universidades do mundo

<div> <div>Top 100</div> <div>101-200</div> <div>201-300</div> <div>301-400</div> <div>401-500</div> </div>						
World Rank	Institution*	Region	Regional Rank	Country	N	
1	Harvard University	Americas	1			
2	University of California, Berkeley	Americas	2			
3	Stanford University	Americas	3			
4	Massachusetts Institute of Technology (MIT)	Americas	4			
5	University of Cambridge	Europe	1			
6	California Institute of Technology	Americas	5			
7	Princeton University	Americas	6			
8	Columbia University	Americas	7			
9	University of Chicago	Americas	8			
10	University of Oxford	Europe	2			
11	Yale University	Americas	9			
12	Cornell University	Americas	10			
13	University of California, Los Angeles	Americas	11			
14	University of California, San Diego	Americas	12			
15	University of Pennsylvania	Americas	13			
16	University of Washington	Americas	14			
17	University of Wisconsin - Madison	Americas	15			
18	The Johns Hopkins University	Americas	16			
18	University of California, San Francisco	Americas	16			
20	The University of Tokyo	Asia/Pacific	1			

A universidade Jiao Tong, de Shanghai, classifica no seu *ranking* 1000 universidades, dos quais somente 500 entram no grupo da classificação final. O *ranking* existe desde 2003 e é um dos mais diferenciados; não obstante, não é livre de distorções. Nesse contexto, o forte peso atribuído às publicações das revistas *Nature & Science* leva a uma sobrevalorização de artigos na área das ciências exatas e de língua inglesa, em detrimento de publicações em outras línguas e principalmente na área das ciências humanas. A exclusão de institutos de pesquisa não universitários, como o Max-Planck-Institute da Alema-

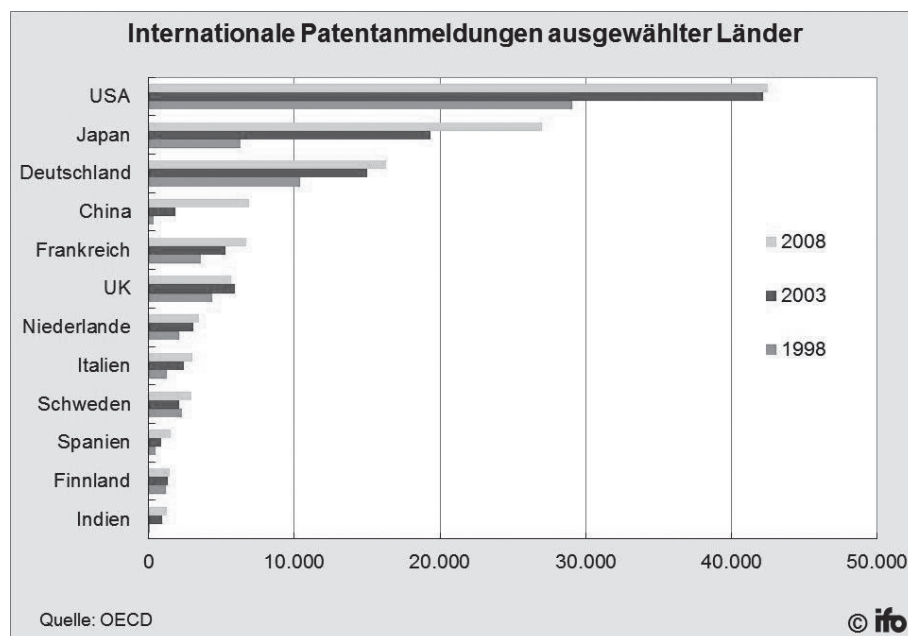
nha, distorce a real distribuição da pesquisa de ponta entre os países.

Outros *rankings* consideram os critérios mais variados e incluem, p.e., o prestígio das universidades dentre os pesquisadores e os estudantes, colecionando “notas” dadas por estes; outros excluem os méritos antigos e se concentram somente no desempenho dos últimos anos; outros destacam a qualidade de ensino em detrimento da pesquisa e medem a facilidade de acesso a bibliotecas, restaurantes universitários e moradia; outros destacam o grau de internacionalização do corpo docente e a demanda internacional pelos estudantes, e assim por diante. As universidades nacionais frequentemente sobem de posição quando grandes jornais ou institutos de pesquisa criam *rankings* das universidades do próprio país; determinados departamentos ou disciplinas também podem subir isoladamente no *ranking*, quando apresentam uma média acima das outras áreas da própria universidade. É necessário, então, cautela e uma análise aguda da metodologia aplicada quando se trata de *rankings* universitários. E uma comparação crítica entre vários *rankings* é sempre indicada. Não obstante, podemos verificar grandes tendências que reencontramos em praticamente todos eles. Primeiro, a supremacia das universidades norte americanas, em especial da Harvard University, quando se trata do topo da lista. Segundo, uma concentração das melhores universidades, quando se trata das primeiras trezentas colocações, na América do Norte e na Europa. Terceiro, a língua inglesa é, hoje, para as universidades, o que o latim era alguns séculos atrás: a língua universal das ciências. Isso significa o seguinte para o corpo docente: quem não publica na língua inglesa está fora dos circuitos acadêmicos mais badalados. Quarto, podemos constatar uma presença crescente de universidades asiáticas, principalmente do Japão, da China e da Coreia do Sul.

A situação de destaque dos norte-americanos se confirma quando usamos outros parâmetros para medir a capacidade inovadora das universidades e de institutos de pesquisa não-universitários, fora do Brasil frequentemente vinculados a grandes empresas. Indicador comum aqui é o número de patentes registradas. Entre os BRICS, somente a

China alcança nível europeu, ainda assim muito atrás dos EUA, do Japão e da Alemanha.

GRÁFICO 1 – Regime internacional de patentes em países selecionados



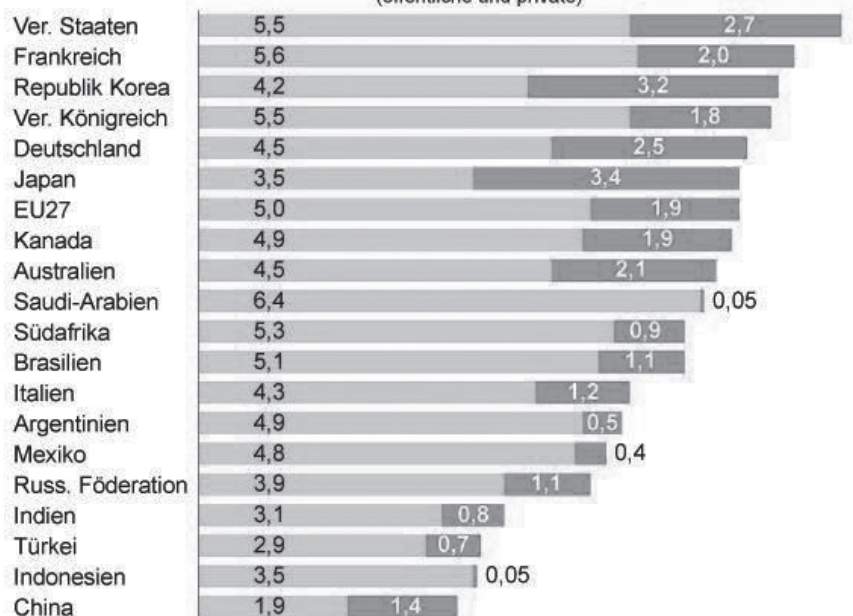
Em outro ponto, frequentemente ouvimos que os problemas no sistema educacional brasileiro resultam dos poucos investimentos no setor. Uma comparação internacional mostra que essa avaliação é incorreta. Conforme se pode observar em alguns dados, o Brasil investe 5,1% do seu PIB na educação. Com isso, o país está à frente da Alemanha e do Japão, e ligeiramente abaixo dos EUA, da França e do Reino Unido. Temos que constatar que o Brasil gasta proporcionalmente tanto para seu sistema educacional quanto os países mais competitivos.

Gráfico 2 – Gastos em educação, pesquisa e desenvolvimento em relação ao PIB

Ausgaben für Bildung, Forschung und Entwicklung 2007

in % des Bruttoinlandsprodukts (BIP)

■ Öffentliche Bildungsausgaben

■ Gesamtausgaben für Forschung und Entwicklung
(öffentliche und private)

Bildungsausgaben für China 1999 und für Türkei, Indien, Russ. Föderation 2006.
F&E-Ausgaben für Indonesien 2005 und für Australien 2006.

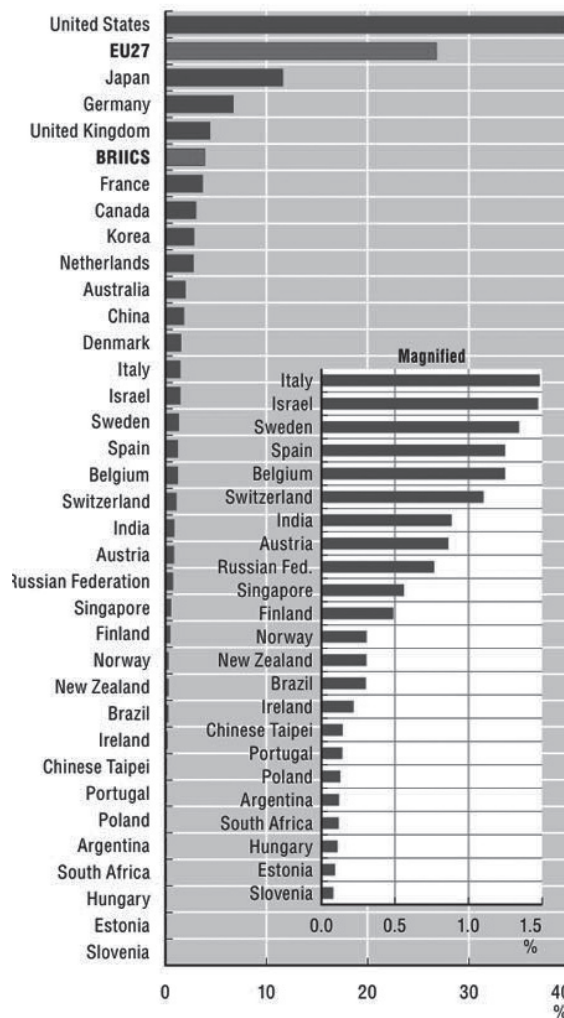
Quelle: UNESCO, EU27: Eurostat.

© Statistisches Bundesamt, Wiesbaden 2010

Não obstante, na área da pesquisa podemos ver um significativo desvio do Brasil no padrão destes países: com 1,1% do seu PIB investido em pesquisa, o país investe menos do que a metade dos EUA, Coreia do Sul, Alemanha e Japão. Assim, concluímos: o Brasil tem um desequilíbrio forte entre gastos destinados à educação e aqueles destinados à pesquisa, o que explica em parte a baixa produção de patentes e novidades.

No campo da biotecnologia, área que deveria interessar ao Brasil por causa da sua superfície arável extraordinária e da sua alta biodiversidade, podemos ver os resultados da falta de investimento em pesquisa, que se encontra, por exemplo, numa posição ligeiramente à frente da Irlanda e um pouco abaixo da Nova Zelândia.

Gráfico 3 – Investimentos em biotecnologia em relação ao PIB



No Brasil, os gastos para pesquisa concentram-se tradicionalmente na mão do Estado. Nos países mais competitivos temos uma forte participação também do setor privado nestes investimentos, o que não constamos no Brasil. Falta então desempenho das empresas brasileiras? Digamos que sim e não, pois o Brasil pratica uma das mais altas taxas do mundo sobre as atividades empresariais, dividida entre vários impostos diretos e indiretos, o que explica em termos a falta de motivação das empresas em contribuir ainda mais para tarefas não

diretamente produtivas. Além do mais, temos no Brasil um empresário acostumado com a forte dependência do orçamento da união, além de ser asfixiado por uma burocracia pouco eficiente, com exceção da bem organizada máquina da receita federal. A baixa taxa de investimento em pesquisa, seja de origem pública ou privada, condena o país a uma situação de imobilidade que não corresponde ao seu lugar de sexta economia mundial.

Esse breve olhar sobre o descompasso entre investimentos altos em educação e os baixos investimentos em pesquisa, com as consequências de ocupar um dos últimos lugares quando se trata do registro de patentes, nos remete novamente às universidades. Parece que Brasil pensa as suas universidades a partir da graduação, lugar do ensino, e não a partir da pós-graduação, lugar do ensino e da pesquisa. O potencial de pesquisadores que o Brasil conseguiu concentrar nos anos 80 e 90 em algumas pós-graduações dos maiores centros urbanos do país está sendo usado muito abaixo do seu potencial, ou já evaporou através de aposentadorias, frequentemente precoces, ou está sendo ocupado sem necessidade no ensino de graduação. Na verdade, a pesquisa no Brasil só funciona bem onde os pesquisadores estão longe da graduação, como na EMBRAPA, no ITA, no INPE, no Museu Emílio Goeldi e em outras poucas instituições desse perfil. A situação se torna dramática quando nos lembramos que a grande maioria dos estudantes brasileiros estuda em instituições particulares, que vegetam academicamente longe de qualquer pesquisa digna desse nome. Sabemos que entre as universidades particulares também existem exceções, como uma ou outra PUC, ou como no caso da antiga Universidade Cândido Mendes com seu IUPERJ, que contribuiu bastante para as ciências sociais no país, até entrar em crise.

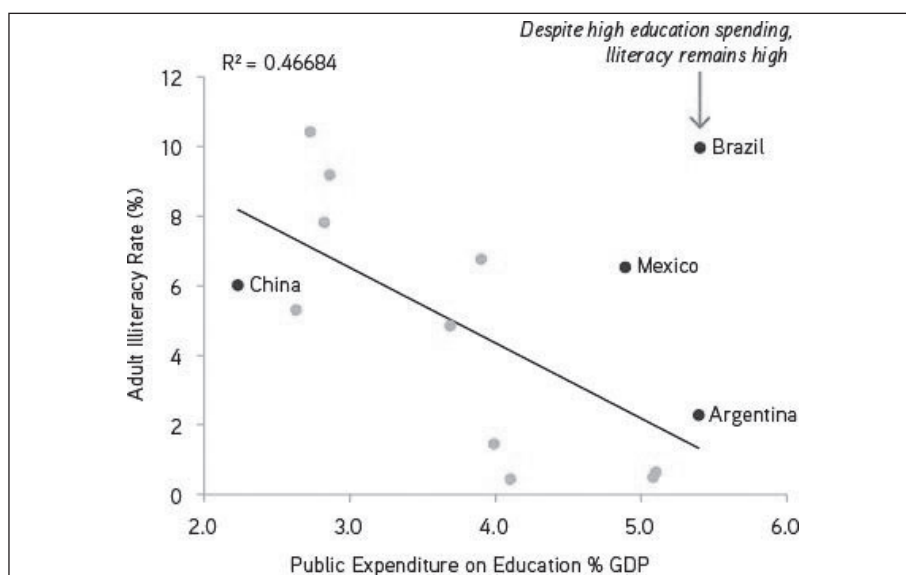
Numa situação em que um país, representado por seu Ministério da Educação e do Ministério da Ciência e Tecnologia, atrai praticamente todos os pesquisadores para o setor estatal, as universidades federais, sem abrir espaço institucional adequado para a pesquisa, não surpreende que os resultados sejam esses: poucas patentes e inovações, poucas citações e pouca presença em circuitos internacionais, e, em compensação, muita redundância e irrelevância.

No campo das ciências humanas enfrentamos, além desses problemas estruturais e institucionais, problemas que têm sua origem no plano curricular dos cursos e da orientação ideológica de muitos dos seus professores, que parecem não conseguir descobrir novidades porque têm sua cabeça estacionada em algum lugar dos anos sessenta ou setenta. As faculdades das ciências humanas na Europa e nos EUA passaram, já no fim da década de setenta, pela “crise do marxismo” e trabalharam-na academicamente, ao passo que seus pares na América Latina ignoraram tal crise e ainda, mesmo depois que essa crise tenha se tornado dramaticamente prática com o desmoronamento da União Soviética e a abertura econômica da China, preferiram repetir velhas crenças em vez de pesquisar novas realidades e perspectivas. A substituição parcial de ideologias marxistas por ideologias mais novas, promovidas por grupos de pressão oriundos do campo da militância feminista, homossexual ou racial, não mudou uma situação caracterizada por estreitamento temático da pesquisa, pobreza de domínio bibliográfico, uso distorcido dos métodos empíricos e alta redundância argumentativa. Ao invés de ser lugar da reflexão sobre a política, as ciências humanas no Brasil, com poucas exceções, tornaram-se palco da política. Assim, não surpreende que os últimos grandes nomes das ciências sociais brasileiras datem dos anos 30 do último século ou tenham, hoje, uma idade além da aposentadoria compulsória. Nas últimas décadas, nada que se destaque.

Um outro aspecto, vinculado com este primeiro, pode eventualmente contribuir mais ainda para a compreensão do dilema em que as universidades brasileiras, e em especial as humanidades, se encontram. Este aspecto tange diretamente ao título que escolhemos para o nosso texto: “a ideia da universidade...”. Parece-me que cada vez menos pessoas sabem o que era ou o que ainda é uma universidade. Pois, até aceitando uma larga escala para definir a suas características desejadas, alguns elementos nunca podem faltar, sem descaracterizar a sua essência por completo. Quem questiona as definições mais clássicas, para não dizer burguesas, da universidade, vai concordar, assim esperamos, pelo menos com isso: a universidade é o lugar da ciência. Essa

ciência ensinada e cultivada na pesquisa é a razão de ser dessa instituição. Quando a ciência e as práticas civilizatórias exigidas por ela não têm mais espaço, podemos chamar de “universidade” algo tantas vezes que nós queiramos, mas esse “algo” nunca vai ser uma universidade. Assim, é estranho dizer isso, temos que expressar claramente que a universidade não é um lugar para analfabetos. Quando ouvimos que existem estudantes que nem dominam sua língua materna, não sabem escrever nem se expressar corretamente, resta somente uma possível reação: redirecionar os analfabetos para cursos de alfabetização. A universidade não é o lugar para isso. E, a propósito do analfabetismo: em comparação internacional os altos gastos para a educação não correspondem com a taxa ainda alta de analfabetos adultos. Como mostram pesquisas comparativas, o Brasil tem quase 10% de analfabetos adultos; o número é perto de 2% na Argentina, que gasta o equivalente ao Brasil no quesito educação, e quase 6% na China, que investe somente pouco mais do que 2% do seu PIB na educação. Resultado: no setor de educação, o Brasil gasta comparativamente muito e gasta mal. Ou existe alguma outra explicação para isso?

Gráfico 4 – Relação entre investimentos em Educação, proporcional ao PIB, e taxa de analfabetismo



A função social da universidade

No contexto da reflexão sobre a universidade e seu papel enquanto instituição de ensino e pesquisa, surge a pergunta: a universidade não tem uma função social? É evidente que, como qualquer outra instituição, a universidade possui uma função social, e essa função é bem específica. Ela consiste basicamente em ser um lugar institucional que assume funções que outras instituições não podem cumprir; ela fornece à sociedade profissionais altamente qualificados que esta necessita para seu pleno funcionamento. Tudo o que uma outra instituição pode resolver não cabe à universidade. Ela, a universidade, é o lugar da ciência e da formação de profissionais que precisam da ciência para exercer adequadamente sua profissão. Assim, é típico para a universidade formar médicos e fazer pesquisa na área da medicina, formar professores de matemática, biologia, filosofia etc., pois esses professores vão ser divulgadores dessas ciências no futuro.

A ânsia de resolver na universidade problemas sociais que vão além dos problemas da ciência e da formação de pessoas em um restrito número de profissões gerou a tendência de sobrecarregar a universidade brasileira e de colocar em risco o adequado exercício da sua função social específica. A já mencionada distorção de pensar a universidade a partir da graduação se juntou com a tendência de tentar resolver problemas que não cabem à universidade, mas, neste caso, ao ginásio ou ao segundo grau. Estamos hoje numa situação em que fazemos frequentemente na universidade o que antigamente aconteceu no segundo grau. Desse modo, a universidade não é o lugar para aprender inglês; o estudo do inglês deve acontecer muito antes, no segundo grau ou até no ensino fundamental, quando o cérebro ainda absorve com facilidade outros idiomas. Na universidade se espera que o estudante já domine a língua inglesa (e não somente ela), para poder ir além do alcance da sua língua materna nos seus estudos bibliográficos e, eventualmente, em intercâmbios internacionais futuros.

É necessário tirar uma parte do peso das universidades, que tentam sem sucesso compensar deficiências das etapas anteriores do

sistema de ensino. Está na hora de devolver para o ensino fundamental e para o ensino médio os problemas cuja solução tem aí o seu lugar. Sem um excelente segundo grau, não existem universidades que mereçam esse nome. É incompreensível para um observador externo que o governo do Brasil aumente o número de vagas nas universidades sem garantir candidatos competentes para elas e, então, fazer das universidades o palco de políticas compensatórias que somente camuflam as deficiências do sistema educacional que precede a universidade.

Lógico e necessário seria começar com uma reforma pré-escolar abrangente, que se estenda naturalmente para o ensino básico, para percorrer o ensino médio e para nos dar os frutos na hora do vestibular. Que isso demore quinze anos ou mais? Sim, demora, mas é dessa forma que países com mais desvantagens iniciais do que o Brasil resolveram seus problemas.

Além de transferir para as universidades parte das tarefas do segundo grau e, em sequência, para a pós-graduação as tarefas da graduação, as universidades sofrem de outra sobrecarga oriunda de um entendimento distorcido de formação profissionalizante ou técnica. A universidade não é o lugar da profissionalização técnica aquém do nível das engenharias. Para a profissionalização técnica, as sociedades contemporâneas dispõem de escolas e cursos específicos, com alguns elementos teóricos e muitos exercícios na prática, inclusive com a participação na rotina empresarial ou artesanal. Provavelmente estamos aqui frente a um problema central: o Brasil carece de uma forte tradição artesanal, ao ponto que até a palavra portuguesa “artesanal” nos remete às feiras turísticas onde ambulantes vendem o artesanato. Mas não estamos falando sobre vasos de barro ou chapéus de palha. O artesão, o construtor das catedrais medievais, é o elemento-chave no processo do desenvolvimento (técnico) das sociedades contemporâneas. Onde ele existe, e ele existe também fora da Europa, como no Japão, desenvolvem-se sociedades técnica e economicamente em pouco espaço de tempo. O Brasil não tem clareza sobre suas deficiências no plano das competências técnicas e, em consequência, dá

erroneamente ênfase a uma formação universitária abstrata, que aparentemente resolve tudo. Na realidade, não se conquista em muitos cursos de graduação nem competência teórica e nem competência técnica. A universidade então, para poder exercer as suas funções específicas, precisa devolver as expectativas de ser o lugar da profissionalização técnica e deixar claro que outras instituições e práticas profissionalizantes são necessárias para formar os artesões de hoje. Estes técnicos podem ter a certeza que são, no mínimo, tão importantes para a sociedade quanto os cientistas.

Referências

ADORNO, Theodor W. (1964/1969), *Der Jargon der Eigentlichkeit*. Frankfurt: Suhrkamp.

EIGEN, Manfred. (1988), *Die Deutsche Universität – Vielfalt der Formen, Einfalt der Reformen*. In: EIGEN et al. *Die Idee der Universität. Versuch einer Standortbestimmung*. Berlin: Springer-Verlag, p. 73-112.

EIGEN, Manfred et. al. *Die Idee der Universität – Versuch einer Standortbestimmung*. Berlin, Heidelberg: Springer-Verlag, 1988.

GADAMER, Hans Georg. (1988), *Die Idee der Universität- gestern, heute, morgen*. In: EIGEN et al. *Die Idee der Universität. Versuch einer Standortbestimmung*. Berlin: Springer-Verlag, p. 1-22.

GOODHART, Charles. (1975), *Problems of Monetary Management: The UK Experience*. Reserve Bank of Australia.

HABERMAS, Jürgen. (1988), *Die Idee der Universität – Lernprozesse*. In: EIGEN et al. *Die Idee der Universität. Versuch einer Standortbestimmung*. Berlin: Springer-Verlag, p. 139-173.

HEIDEGGER, Martin. (1954/1994), *Die Frage nach der Technik*. In: HEIDEGGER, M. *Vorträge und Aufsätze*. Stuttgart: Neske.

HEIDEGGER, Martin. (1954/1992), *Was heisst Denken?* Tübingen: Max Niemeyer.

HESSE, Jan-Otmar. (2008), *Deutscher Historikertag*, Dresden: Anais, p. 107.

HUMBOLDT, Wilhelm von. (2008), *Sobre a Organização Interna e Externa das Instituições Científicas Superiores em Berlim*. In: CASTILHO, F.; SOARES, A. G. T. *O Conceito de Universidade no projeto da Unicamp*. Campinas: Editora da Unicamp. (Tradução de Fausto Castilho)

JASPERS, Karl. (1946), *Die Idee der Universität*. Berlin: Springer Verlag.

KAUFMANN, Georg. (1888 e 1896), *Geschichte der Deutschen Universitäten*. Stuttgart: Cotta'sche Buchhandlung, II volumes.

LE GOFF, Jacques. (1957/1995), *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo: Editora Brasiliense.

LE GOFF, Jacques. (1964/2005), *A civilização do ocidente medieval*. Bauru, SP: EDUSC.

LEPENIES, Wolf. (1988), *Die Idee der deutschen Universität – ein Blick von aussen*. In: EIGEN et al. *Die Idee der Universität. Versuch einer Standortbestimmung*. Berlin: Springer-Verlag, p. 41-72.

ROSSI, Paolo (1997/2001). *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Bauru, SP: EDUSC.

SCHLEIERMACHER, (2006), Friedrich. *Gelegentliche Gedanken über Universitäten in Deutschem Sinn*. Berlin: Realschulbuchhandlung, 1808/1909. Reprint: Adamant Media Corporation.

SOUZA, Jesse. (2000), *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora da UNB.

Artigo recebido em março de 2013 | Aprovado em maio de 2013

Ilse Scherer-Warren*

REDES E MOVIMENTOS SOCIAIS

PROJETANDO O FUTURO

RESUMO

Este artigo tem dois objetivos principais: inicialmente, discutir como surgiram e se desenvolveram na sociologia e nas ciências humanas brasileiras estudos sobre movimentos sociais através das abordagens das redes sociais e quais seus principais encaminhamentos teóricos; em segundo lugar, desenvolver uma proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais contemporâneos, especialmente situados no Sul global e, em particular na América Latina. Para tanto remeteu-se às contribuições dos estudos descoloniais e das redes sociais, examinando como esses podem se complementar, cooperando mutuamente para a construção de novas sínteses ou modelos interpretativos das diversas modalidades do ativismo contemporâneo.

Palavras-Chave: Redes. Movimentos Sociais. Interpretação. Ativismo.

NETWORKS AND SOCIAL MOVEMENTS PROJECTING THE FUTURE

Ilse Scherer-Warren

ABSTRACT

This article has two main objectives: firstly to discuss how studies of social movements emerged and developed in Brazilian sociology and human sciences through analyses of social networks and what the main theoretical advances have been; secondly to develop a theoretical-methodological proposal for the analysis of contemporary social movements, especially those situated in the global South and in particular Latin America. In the process the article refers to contributions from studies of decolonization and from social networks, examining how these can complement each other, cooperating mutually towards the construction of new syntheses or interpretative models of the diverse modalities of contemporary activism.

Keywords: Networks. Social Movements. Interpretation. Activism.

* Doutora em Sociologia pela Université de Paris X, Nanterre (1973), com pós-doutorado na Universidade de Londres (1986-87). Pesquisadora Visitante na UNB (2004-05) e professora adjunto na UFRJ (1974-81). Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia especiais, atuando principalmente nos seguintes temas: movimentos sociais, redes, cidadania, globalização, ações coletivas, democracia, participação, exclusão e inclusão social, direitos humanos e multiculturalismo



RÉSEAUX ET MOUVEMENTS SOCIAUX PROJETANT L'AVENIR

Ilse Scherer-Warren

RÉSUMÉ

Cet article a deux objectifs principaux : tout d'abord, traiter la manière dont ont surgi et se sont développées en sociologie et dans les sciences humaines brésiliennes, les études sur les mouvements sociaux à partir des approches en termes de réseaux sociaux et quels en sont leurs principaux cheminements théoriques. Ensuite, développer une proposition théorico-méthodologique pour l'analyse des mouvements sociaux contemporains, principalement ceux situés dans le Sud global et en particulier en Amérique latine. Pour cela, nous présentons les études de la décolonisation et des réseaux sociaux, en examinant comment ils peuvent se compléter et coopérer mutuellement à la construction de nouvelles synthèses ou modèles interprétatifs des diverses modalités du militantisme contemporain.

Mot-clé: Mouvements sociaux. Interpretation. Activisme.

Ilse Scherer-Warren

REDES E MOVIMENTOS SOCIAIS PROJETANDO O FUTURO

Os estudos sociológicos sobre os diversos movimentos sociais no Brasil, desde seus primórdios, tiveram trajetórias bastante especializadas, cada uma apontando particularidades de seus objetos de estudo. Assim, temos sociologias para os movimentos messiânicos, camponeses, operários, sindicais, urbanos, rurais, gênero, raça e etnias, geracionais, juventude, ecológicos, religiosos, culturais, saúde, educação, contra a violência e pela paz, pela democracia e vários outros desdobramentos em sub-temáticas¹. Vários dossiês temáticos também têm divulgado essas trajetórias analíticas.

Porém, esses enfoques temáticos no século passado tiveram, frequentemente, alguns encontros na escolha das abordagens teóricas, com destaque, inicialmente, para o marxismo (e os vários pós e neomarxismos)²; após, a teoria dos novos movimen-

1 Uma síntese de algumas dessas abordagens temáticas pode ser encontrado em Gohn, Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo, 2010.

2 Em estudos anteriores detalhei algumas dessas abordagens, vide especialmente Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica, Ed da UFSC, 1983, 1a. ed. e Redes de movimentos sociais, Ed. Loyola, 1993, 1a. ed.



tos sociais³, as abordagens institucionalistas⁴ e, mais recentemente, as análises numa perspectiva das redes sociais. Essa última vem a ser examinada no presente texto.

O estudo dos movimentos sociais numa perspectiva ou metodologia de análise de redes, na sociologia e/ou nas ciências sociais brasileira, começou a ter algum destaque na literatura apenas nas últimas décadas do século XX, ocasião em que passa também a ser utilizada no discurso político de atores dos próprios movimentos sociais. É nessa direção que trabalhamos na elaboração do primeiro livro nesse assunto no Brasil (SCHERER-WARREN, 1993)⁵, que buscou retratar novas formas de organização da sociedade civil. Observou-se que na prática e na teoria ocorria, naquele momento, uma transição da valorização política, ideológica e interpretativa das organizações de base (*grassroots organizations*), tanto por parte dos movimentos populares, de seus mediadores e intérpretes, rumo ao desenvolvimento de um discurso sobre a relevância política das articulações, intercâmbios e formação de redes temáticas e organizacionais (*network organizations*) (SCHERER-WARREN, 1993, p. 9) mais amplas, seja nos planos regionais e nacionais, como no nível transnacional.

Lavalle et al. (2004, p. 44) observaram que justamente nesse período havia um refluxo dos estudos dos movimentos:

3 Os primeiros estudos sobre os novos movimentos sociais na América Latina, podem ser conferidos nas obras: Scherer-Warren, I & Krischke, P (orgs.), *Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*, 1987; Calderón, F e Santos, M. (comp.), *Los conflictos por la constitución de un nuevo orden*, 1987; Santos, B de S, *Pela mão de Alice*, 1995, dentre outros.

4 O enfoque no “institucionalismo” brasileiro, diferentemente da respectiva abordagem americana nos movimentos sociais, tem um legado histórico de reflexões críticas e emancipatórias, o qual de acordo com Pereira, 2007, a partir da década de 50, tem como representantes desse pensamento vários intelectuais brasileiros, como P. Freire, A. Teixeira, D. Ribeiro, M. Gadotti, D. Saviani, M. Tragtenberg e C. Brandão. Um resgate detalhado dessas contribuições merece ser feito no campo das teorias dos movimentos sociais.

5 Em 2011 foi publicada a 5a. Edição do Livro *Redes de Movimentos Sociais*, pela Edições Loyola.

Por exemplo, se considerados todos os números publicados nas décadas de 1980 e 1990 das revistas Dados, Novos Estudos, Lua Nova, Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS) e Boletim de Informações Bibliográficas (BIB), a produção voltada para a análise dos movimentos sociais cai pela metade entre o primeiro e o segundo período, passando de 20 para 10 artigos. (p. 44-5)⁶

Registraram, porém, que novos desafios analíticos surgiam, pois havia modificações relevantes nas formas de organização da sociedade civil:

Na busca dos movimentos, a pesquisa deparou-se com outro tipo de ator de recente criação, também caracterizado por sua notável centralidade e capacidade de interlocução no campo dos atores da sociedade civil: as articuladoras...⁷ Por certo, se trata de inovação institucional das mais relevantes, pois mostra a capacidade da sociedade civil para orientar o processo da sua diferenciação interna de modo a incrementar os alcances da ordenação de ações de representação de interesses no seu seio. (LAVALLE et al., 2004, p. 53)

Detalhando essa nova abordagem, Acioli (2007) destaca que a análise dos movimentos sociais no Brasil, a partir de uma perspectiva de suas organizações em rede, compreendia três usos para a categoria redes sociais: metafórico, analítico e tecnológico:

-
- 6 Lavallo et al. acrescentam que: “Pesquisadores comprometidos de longa data com a temática dos movimentos sociais continuaram com suas agendas de pesquisa, ver, por exemplo: Scherer- Warren, Ilse. Redes de movimentos sociais. Scherer- Warren, Ilse. “Movimentos sociais em cena: ... e as teorias, por onde andam?”. Contudo, os movimentos sociais saíram de cena do debate sociológico mais amplo” (p. 44)
- 7 Articuladoras não raro são rotuladas como ONGs, mas a diferenciação entre ambos os tipos de ator não apenas é pertinente em termos sociológicos, como também empiricamente sustentável mediante a análise de atributos simples ou de medidas próprias à análise de redes. Exemplos de articuladoras incluídas na amostra são: Abong – Associação Brasileira de ONGs; Rebraf – Rede Brasileira de Entidades Assistenciais Filantrópicas; Rede Nacional Feminista de Saúde de Direitos Sexuais e Reprodutivos; Cooperapic – Cooperativa de Associações de Promoção à Cidadania. (p. 46).

A abordagem metafórica estaria voltada à filosofia de rede ou ainda a uma aproximação conceitual; uma analítica centrada na metodologia de análise de redes, e, uma tecnológica, cuja preocupação está voltada para as redes de conexões, para as possibilidades que se colocam em relação às interações possíveis na sociedade através de redes eletrônicas, de informações, interorganizacionais (p. 1).

Em relação a essas abordagens, a autora busca exemplos de sua ocorrência em estudos de pesquisadores diversos. Para a abordagem *metafórica*, inicialmente associada a estudos antropológicos, coloca que “A ideia que permeia a metáfora de redes, é a de indivíduos em sociedade, ligados por laços sociais, os quais podem ser reforçados ou entrarem em conflito entre si” (ACIOLI, *ibid*, p. 3).

Já para o estudo da emancipação cidadã através do trabalho teórico, a partir de um olhar sobre a prática política e na forma de constituição dos atores sociais em sujeitos críticos, Misoczky (2009) afirma que a abordagem metafórica de rede pode auxiliar na formulação de um saber crítico, a partir do seguinte procedimento discursivo e interpretativo:

Um caminho para a libertação da noção de redes é, portanto, o retorno à metáfora, recurso discursivo que possibilita a revelação de multiplicidades, deslocamentos e rupturas. [...] Para que a noção de redes possa ser usada de modo coerente quando os objetos de estudos forem movimentos sociais de contestação à reprodução dos ordenamentos do sistema do capital é preciso que ela própria seja libertada das amarras das abordagens teóricas produzidas por esses mesmos ordenamentos e para sua perpetuação. (p. 1175)

Recorrendo a Milton Santos, Aciole acrescenta, ainda, que as redes teriam um movimento dialético de oposições, confronto e alianças - incluindo os sistemas de poder. Seriam virtuais e reais; técnica e

sociais; as vezes estáveis, mas também dinâmicas; incluindo em si mesmas um movimento social de dinâmicas ao mesmo tempo locais e globais e integrando e desintegrando territórios. (p. 7) Portanto, Santos já nos apresenta um modelo interpretativo que busca passar das metáforas a uma metodologia de análise do movimento de organização dos espaços e de construção de territórios que são sempre mediados pelo poder.

Sobre a abordagem *analítica*, Aciole (2007, p. 7) recorre a um de nossos trabalhos (SCHERER-WARREN, 1993, p. 10), onde é afirmado que “a análise em termos de redes de movimentos implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo”⁸. Aqui merece ser acrescentado que para a análise dos movimentos sociais em rede a sociologia, numa perspectiva mais interdisciplinar, pode se valer de pelo menos uma triple dimensão analítica (vide, dentre outros, SCHERER-WARREN, 2005a, b; 2012a, b):

- a *espacialidade* (com territorialidades de novos tipos, virtuais e presenciais e as conexões entre ambas), ou conforme coloca Machado (2007, p. 279): “... nas relações sociais mediadas por computadores, os conflitos e processos de mudança reverberam e se difundem nas redes telemáticas até alcançar o cotidiano das pessoas e ‘conquistar’ suas mentes.” Isso permite não apenas a visibilidade mediática dos atores coletivos, mas a construção de ideários e propostas políticas trans-organizacionais e trans-locais).
- a *temporalidade* (com comunicação em rede em tempo real, mas que permite a conexão e diálogo de tempos sociais distintos, com resgate de elementos culturais tradicionais e que facilita uma releitura associada a críticas pós e/ou anticoloniais ou pós e/ou anti teorias da modernidade). A ‘tradição’, o ‘presente’ e o ‘futuro’ nos movimentos sociais podem e estão sendo traduzidos frequentemente

8 Voltaremos a essas formulações no decorrer desse texto.

num ideário comum de mudança social, mas revisto, reatualizado, ritualizado e politizado, conforme examinaremos mais adiante).

- a *sociabilidade* (que através de redes, especialmente as de caráter político, permite conectar vários tipos de relações e vínculos sociais, dos mais primários aos secundários, com elos fortes ou fracos, do cotidiano à esfera pública⁹. Do ponto de vista dos movimentos sociais, a organização em redes permite a reafirmação de formas de sociabilidades históricas, de criação de novas formas de sociabilidades trans-identitárias – por exemplo, articulando discursivamente as opressões de classe, raça e gênero e outras - para a construção de utopias emancipatórias, na cultura e na política).

Gohn, com ampla produção na área dos movimentos sociais, recentemente (2008 e 2010) incluiu a temática das redes em suas considerações analíticas: “Rede e mobilização social são duas categorias de destaque que compõem o novo dicionário sociopolítico. Elas têm sido utilizadas pelos analistas, por lideranças de movimentos sociais e pelos formuladores das políticas...” (2008, p. 452), mas reconhece também seu uso como um novo instrumento de análise dos movimentos sociais e das respectivas formas de atuação na esfera pública:

Nas ciências sociais, o uso de redes sociais também é antigo, embora tenha sido revigorado nos últimos tempos como instrumento de análise e articulação de políticas sociais (Fontes, 2006; Lavallo et al., 2006; Marques, 2003, 2007) ou redes de mobilizações e movimentos sociais na sociologia, tais como em Villasante (2002) e Scherer-Warren, (1993, 1999, 2007). (GOHN, 2010, p. 33).

9 Para um detalhamento dessa perspectiva de análise das redes sociais, vide o livro de Fontes, 2012, em que o autor alerta que não interessa à análise de redes o comportamento individual, mas como indivíduos interagem com outros se posicionando numa estrutura reticular (p. 188).

Por fim, o uso *tecnológico* é considerado, por Acioli (2007), como um dos mais discutidos atualmente e nesse campo inclui o “núcleo de tecnologias da informação - redes de informações, redes de conexões ou redes temáticas, redes interorganizacionais, ou seja, grupos que utilizam o termo rede no sentido de meio de acesso a informações” (p. 8).

A ênfase na análise do uso instrumental das novas tecnologias pela sociedade em geral e, em particular, pelos movimentos sociais é uma das que mais tem se destacado na literatura científica no campo das humanidades. Machado (2007, p. 278-9) contribui nessa direção:

Vários atores sociais surgem e se formam apoiados em redes e sub-redes menores, espécies de células “dormentes”, que podem ser ativadas a qualquer momento, segundo uma lógica relacionada a elementos identitários, valores e ideologias. Trata-se de um jogo em que as múltiplas identidades sociais, interesses e ideias se articulam e se combinam com grande dinamismo em torno de objetivos e fins específicos e determinados... Com o aumento do uso das tecnologias de informação e comunicação, tais repertórios são cada vez maiores. Experiências, modelos sociais, valores e signos são cada vez mais difundidos, confrontados e compartilhados, criando um amplo horizonte de transformação simbólica e social.

Moura e Silva (2008, p. 51) também observam a possibilidade que essas tecnologias oferecem para o uso de novos instrumentos metodológicos para a análise da atuação de atores sociais no campo da participação político-institucional:

o campo de estudos sobre sociedade civil e, mais especificamente, sobre as relações entre os atores sociais e o campo político-institucional ainda apresenta uma ampla agenda de investigação empírica e elaboração teórico-metodológica a ser desenvolvida. É como contribuição para esse desenvolvimento, que possibilite um avan-

ço dos futuros estudos a partir do significativo acúmulo de conhecimento já produzido até o momento, que a abordagem das redes, seja por meio do conceito de redes de políticas, seja por meio da metodologia de análise de redes sociais, parece apresentar-se como instrumento útil e fértil para os pesquisadores brasileiros.

O uso instrumental da categoria de redes sociais é muito recorrente nos estudos empíricos das ciências sociais, especialmente tendo em vista a análise do potencial político dessas novas formas de mobilização. Nessa direção, Rigitano (2003, p. 8), com base num estudo empírico, acrescenta que o *ciberativismo* contribui para o desenvolvimento e empoderamento de um novo tipo de ativismo:

A apropriação das novas tecnologias, como a Internet, por essas organizações em rede faz surgir uma nova forma de ativismo: o ciberativismo. As possibilidades que surgem com essa emergência do ativismo digital são inúmeras. A partir da atuação de indivíduos e grupos em rede e na Rede, é possível ampliar as reivindicações; difundindo informações e discussões em busca de apoio para uma causa; organizando e mobilizando para ações on-line e off-line; invadindo páginas de “inimigos” e congestionando servidores. Pelo exemplo na organização e atuação do Centro de Mídia Independente (objeto de análise da autora) é possível identificar que a Internet se constitui uma peça-chave para o novo ativismo.

Ainda sobre esse tipo de ativismo, Carvalho e Paes e Silva (2012), com referência à Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), destacam como a categoria redes sociais, além de operar como um relevante instrumento teórico para os movimentos sociais, possui um sentido instrumental e prático nas redes atuais, implicando numa nova forma de organização das lutas, conforme relato abaixo:

A RBJA e os movimentos que dela participam estariam inseridos na produção de uma alternativa à globalização neoliberal através

da luta contra a exclusão e a discriminação que empreendem em diferentes localidades do país, a nível nacional e internacional, levando a que temáticas como território, identidade, práticas culturais etc. sejam abordadas e desenvolvidas a várias escalas e sob diferentes perspectivas (p. 1).

Portanto,

as redes constituem-se não somente em um importante instrumento teórico, mas em uma forma de articulação que viabiliza e fomenta o descentramento das lutas, a horizontalidade e a multiplicidade, bem como a contingência da diversidade, sem se descuidar dos limites enfrentados por toda forma de organização social. A RBJA é uma estrutura predominantemente marcada pela horizontalidade, pela não hierarquização e pela ausência de uma centralidade organizacional, privilegiando o pluralismo e a diversidade das culturas (CARVALHO e PAES E SILVA, 2012, p. 1).

Nessa mesma direção, deve ainda ser destacada a eficácia em termos de mobilização pública via listas virtuais para uma advocacia em relação a demandas mais universais, como no exemplo abaixo:

A entidade internacional Avaaz, organização não-governamental que realiza campanhas em diversos países, entregou no Palácio do Planalto nesta quinta-feira um abaixo-assinado com 1,9 milhão de assinaturas, coletadas no mundo todo, pedindo à presidente Dilma Rousseff que vete o projeto de lei do Código Florestal. O documento foi entregue pelo diretor de campanhas da Avaaz, Pedro Abramovay, aos ministros Gleisi Hoffmann (Casa Civil), Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência) e Izabella Teixeira (Meio Ambiente). (Demétrio Weber, maio de 2012).¹⁰ (citação da página web está na nota de rodapé n. 10)

10 Vide: <http://br.noticias.yahoo.com/ong-entrega-1-9-milh%C3%A3o-assinaturas-c%C3%B3digo-florestal-150713591.html> Acesso: Jan. 2013.

Sem esgotar o assunto, esses são alguns dos passos trilhados até o momento para a análise e prática dos movimentos sociais a partir de uma perspectiva das redes sociais, no Brasil. A seguir, examinaremos alguns desafios para os estudos futuros sobre as redes de movimentos sociais no mundo contemporâneo.

Olhando para o futuro: os novos desafios para a análise das redes de movimentos sociais

Se na era em que predominaram os estudos temáticos de movimentos sociais específicos, conforme ressaltamos no início deste texto, houve a recorrência a certos paradigmas teóricos bastante reconhecidos e hegemônicos na sociologia ocidental para o estudo dos movimentos sociais – os quais transitaram do marxismo aos neo e pós marxismos e pós estruturalismos, das teorias da subjetividade e simbólicas às teorias dos novos movimentos sociais, das teorias da mobilização de recursos e das oportunidades políticas de participação às várias teorias sobre a participação institucional dos movimentos sociais ou outros atores da sociedade civil¹¹ –, diversamente, as teorias das redes para a análise dos movimentos sociais se concentraram em boa medida no esclarecimento conceitual da categoria rede social, ou na definição de instrumentos metodológicos para a análise empírica das redes, na linha do que foi debatido no item acima.

Em estudos anteriores, especialmente os mais recentes¹², tenho me dedicado a pensar sobre a possibilidade de um caminho teórico-metodológico para a interpretação do agir dos movimentos sociais a

11 Para uma síntese dessas trajetórias teóricas no Ocidente e sua penetração no Brasil, vide o livro de Gohn, *Teoria dos movimentos sociais*, 1997.

12 Vide essa trajetória de esforço teórico, especialmente em meus livros: *Redes de movimentos sociais*, 1993; *Cidadania sem fronteiras*, 1999; *Redes emancipatórias*, 2012b e tres textos recentes: *Para uma abordagem pós-colonial e emancipatória dos movimentos sociais*, 2011a; *Redes de movimiento y territorios: las mediaciones entre lo global y lo local*, 2012a e *Redes e incidência nas políticas públicas: entre as singularidades e as universalidades*, 2012c.

partir do Sul global e, mais especificamente, a partir do caso brasileiro¹³. Para enfrentar o desafio teórico mencionado, retomarei algumas dessas ideias, tentando revê-las, atualizá-las e avançar nessa jornada, não de forma solitária, mas apoiada especialmente na literatura crítica do Sul latino-americano sobre o tema.

Iniciarei revendo alguns pressupostos da “redução sociológica”, de Guerreiro Ramos (1996), precursor dos estudos pós-coloniais na América Latina¹⁴, que poderão contribuir para a construção de um pensamento social descolonizador e emancipatório:

- “A redução sociológica é um processo de conhecimento e uma atitude metódica, que busca dar conta dos significados mais profundos da realidade social... invertê-los com o fim de fazer do conhecimento uma ferramenta para a emancipação social.” (FILGUEIRAS, 2012, p. 353).¹⁵
- Nessa direção, uma sociologia dos movimentos sociais deveria subverter os conhecimentos colonizados acríticos que reproduziram por séculos o sistema de dominação econômica, política e cultural na América Latina, avaliando o enredamento desses subsistemas na reprodução social.
- “A realidade social é dotada de sentido, e são suas conexões de sentido que estabelecem as significações sociais... [trata-se de] absorver essas valorações com o objetivo de compreender melhor os vínculos que os fenômenos sociais guardam entre si.” (FILGUEIRAS, *ibid*, p.354).
- Trata-se de buscar nas formações identitárias dos movimentos em redes – particularmente a partir de suas leituras das condições de classe, de gênero e raciais/étnicas, que representam

13 Trata-se de abordagens preliminares, sobre as quais pretendo continuar a elaboração, especialmente através da colaboração e dos debates no Núcleo de Pesquisa de Movimentos Sociais (NPMS/UFSC).

14 Tomaremos por base a síntese analítica construída na “Resenha temática: Guerreiro Ramos, a redução sociológica e o imaginário pós-colonial”, por: Fernando de Barros Filgueiras, 2012.

15 Tópicos baseados na obra de RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

significações fundantes do sistema das desigualdades sociais na América Latina – a possibilidade de estabelecer *cadeias de equivalência* (cf. LACLAU, 2006 e 2011) entre seus discursos emancipatórios particularizados, na direção da construção formações trans-identitárias e de ideários transversais.¹⁶

- “O mundo que conhecemos e em que agimos é o âmbito em que os indivíduos e os objetos se encontram numa infinita e complicada trama de referências... A atividade interpretativa proporcionada pela sociologia deve dar conta de uma noção de mundo em que os objetos do conhecimento não estão dissociados do sujeito que procura interpretá-los”. (FILGUEIRAS, *ibid*, p. 354).
- Nessa direção, a sociologia dos movimentos sociais deveria avaliar criticamente a construção de um pensamento social hegemônico na América Latina, e no Brasil em particular, e sua relação ou não com os vários saberes subalternos existentes e que foram contestatórios e de resistência aos sistemas de dominação.
- “Ramos estipula que o objeto de estudo não pode estar desligado de seu contexto... sobretudo pela cultura, a qual estabelece o conteúdo de sentido... ela [a sociologia] é uma ciência que se insere nos suportes coletivos da realidade social.” (FILGUEIRAS, *ibid*, p. 354).
- Portanto, a perspectiva de análise da cultura, e das dimensões simbólicas e da construção das subjetividades coletivamente construídas, conforme tratadas pelas “teorias dos novos movimentos sociais”, deveriam ser revisitadas, mas agora a partir de uma perspectiva descolonizadora.
- “O trabalho do sociólogo é inserido na sociedade em que ele vive... e a sociologia só é possível em uma sociedade que assuma sua autoconsciência como processo coletivo.” (FILGUEIRAS, *ibid*, p.354).

16 Vide desdobramentos dessa reflexão em Scherer-Warren, 2012c. Voltaremos a essa questão, mais adiante.

- Poderíamos, aqui, acrescentar a importância de ser definido a que “autoconsciência coletiva” o sociólogo está se referenciando, a dos saberes hegemônicos tradicionais ou a saberes libertários que operam em nome da igualdade, da diversidade e da justiça social.
- “A redução sociológica não se opõe à transplantação de conceitos e categorias [universais] fundamentais ao conhecimento sociológico, mas exige que eles sejam submetidos a critérios de seletividade. Conceitos e categorias importados devem ser reinterpretados pela cultura nacional, de forma a adequá-los ao seu conteúdo de sentido.” (FILGUEIRAS, *ibid*, p. 354).
- Cabe, portanto, promover uma sociologia que não deixe de dialogar com o Ocidente (Norte Global), mas que promova cada vez mais o diálogo Sul-Sul e que, sobretudo, reescreva as histórias de suas civilizações através de saberes descolonizados e que resgate os saberes dos movimentos emancipatórios.
- “A atitude redutora precisa ser justificada e baseada em esforços elaborados de reflexão, mostrando as razões pelas quais se fundamenta. A redução sociológica é, antes de tudo, um método para o conhecimento do social, que deve ser auto-referido à cultura que o cerca”. (FILGUEIRAS, *ibid*, p. 355).
- Enfim, o legado de Ramos inspira a construção de uma sociologia dos movimentos sociais reflexiva, que busque uma reflexão descolonizada, um pensamento autônomo, mas comprometido com processos culturais e políticos emancipatórios, representativos de minorias em situações históricas de subalternidade. Nessa direção, passaremos a desenvolver um marco interpretativo, sempre provisório, para a análise das redes de movimentos sociais que se inspire e dialogue com as abordagens pós, neo e/ou descoloniais.

As perguntas de partida para a elaboração de uma proposta de investigação sobre os movimentos sociais no contexto atual de suas relações com outros atores da sociedade nacional (no caso tendo como

referência privilegiada o Brasil), nas relações Sul-Sul (centrando-se na América Latina) e nas relações Sul-Norte globais (especialmente no ocidente), giram em torno das seguintes dimensões analíticas:

1. Como examinar e avaliar o contexto histórico em que os movimentos contemporâneos estão inseridos, e de como se referenciam ao passado, presente e futuro de suas experiências de vida e reagem e/ou fazem a leitura dessas várias temporalidades?
2. Como as reações movimentalistas se transformam em representações discursivas identitárias e como nas interações políticas intermovimentos articulam discursivamente essas representações, criando identidades transversais e formando redes de movimentos?
3. Como as redes de movimento articulam demandas e ideário de mudanças (materiais, simbólicos e de empoderamento), construindo novos projetos societários e de projeções para o futuro da sociedade?
4. A partir dessas relações transidentitárias e pluriorganizacionais, o que é ser movimento social hoje e quais as dimensões analíticas a serem contempladas na investigação?

Em relação à primeira questão – *o contexto histórico dos movimentos sociais* – os estudos pós-coloniais são uma ferramenta relevante, na medida em que fazem a crítica da colonização do saber ocidental, na academia e nas culturas subalternas. Essa crítica vem sendo elaborada por um conjunto considerável de pesquisadores, tanto do Sul como do Norte globais, recaindo em variados aspectos da remanescência de formas de poder neocolonial nos diversos territórios do mundo globalizado, especialmente na América Latina, ilustrando-se com alguns exemplos emblemáticos:

- O da existência de um sistema-mundo, entendido como sistema histórico que, segundo Wallerstein (2007), é uma rede integrada de processos econômicos, políticos e culturais, mas que não deveria ser reduzido a um universalismo único (no caso o europeu), e sim numa troca dialética que permite uni-

versalizar valores particulares e particularizar valores universais (entre diferentes territórios nacionais) numa espécie de “rede de universalismo universais”.

- Ou seja, como “colonialidade do poder”, que Quijano (2005) define como um processo histórico¹⁷, em que a construção da nação e, sobretudo, do Estado-nação foi conceitualizada contra a maioria da população (índios, negros e mestiços), e cujo poder ainda exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania, a nação... e cuja perspectiva de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete, como foi a imposição de uma ideologia de “democracia racial” que mascarou a verdadeira discriminação e a dominação colonial sobre os negros, como no Brasil, na Colômbia e na Venezuela.
- Ou ressaltando uma episteme para a mudança, como a ideia de transmodernidade, que, segundo Dussel (2005), deve ser a negação do mito da modernidade ocidental e a descoberta de sua face oculta, a partir de um outro olhar: o mundo periférico colonial, o índio sacrificado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas etc.
- Ou, ainda, como “pensamento crítico de fronteira”, que, para Mignolo (2003), é a resposta epistêmica do subalterno enquanto retórica emancipatória da modernidade. Mais recentemente, seu livro “The Darker Side of Western Modernity” (2011), foi descrito como uma obra em que Mignolo “explains that decoloniality requires delinking from the colonial matrix of power underlying Western modernity to imagine and build global futures in which human beings and the natural world are no longer exploited in the relentless quest for wealth accumulation”¹⁸.

17 Cf. Grosfoguel (2012, p. 347), “o colonialismo global seria um período de colonialidade do poder ou de relações sociais coloniais sem administradores coloniais. ... e as condições histórico-sociais de possibilidade dos últimos 50 anos (1945-2002) de colonialidade global são os 450 anos de colonialismo global (1492-1945)”.

18 Vide: <https://www.dukeupress.edu/Catalog/ViewProduct.php?productid=17105> Acesso: Jan. 2013.

- Ou por meio da relevante síntese, que contempla esses autores e pensamentos descolonizadores (cf. acima), feita por Grosfoguel (2008 e 2012), a qual propõe uma nova episteme, conceitos e linguagem que permitam “explicar o complexo enredamento das hierarquias de gênero, raciais, sexuais e de classe existentes no interior dos processos geopolíticos, geoculturais e geoeconômicos do sistema-mundo colonial/moderno...” (2008, p. 131);
- Seja, enfim, através de inúmeros outros autores do Norte e do Sul Global, críticos do legado colonial¹⁹ e também por meio de grupos subalternos e de seus movimentos emancipatórios²⁰.

Do ponto de vista de uma política emancipatória dos atores coletivos e movimentos sociais, vale à pena acrescentar alguns exemplos que podem ser referenciados a pensamentos e epistemologias descoloniais propostas por Grosfoguel (2008 e 2012), que o autor denominou de “cumplicidade subversiva”: estas estratégias políticas não ocidentais vêm sendo praticadas por diferentes movimentos sociais e sujeitos subalternos mundo afora, como os movimentos sociais porto-riquenhos, martiniquenses, indígenas, afro-americanos, afro-caribenhos, afro-brasileiros, islamitas feministas, zapatistas, as mães da Praça de Maio, os ocupafábricas e os piqueteiros na Argentina, entre outros sujeitos localizados no lado subalterno da diferença colonial. (2012, p. 352).

Grosfoguel cita ainda, como exemplo paradigmático de uma estratégia de “cumplicidade subversiva” de um pensamento descolonizador, a atuação de Martin Luther King, quando esse tomou o discurso hegemônico da “igualdade” e o ressignificou, estendendo-o a territórios inconcebíveis para o pensamento eurocêntrico (como estender a

19 Para destacar algumas publicações de ampla divulgação: Franz Fanon, 1952 e 1961; Stuart Hall, 2003; Paul Gilroy; Boaventura de Souza Santos, 2006; Carlos Moore, 2007, Sergio Costa, 2006a e 2006b, Paulo Henrique Martins, 2012 e várias coletâneas como as organizadas por Castro-Gomez et al., 1998; Epistemologias do Sul (Revista Crítica de Ciências Sociais), 2008; Revista Estudos de Sociologia, 2010, dentre outras.

20 A análise sobre alguns desses movimentos pode ser encontrada em Carlos Gadea, 2004; Breno Bringel, 2010, Marilise Reis 2010; Marilise Matos, 2010; Domitila Cayres, 2012; Scherer-Warren, 2011a e 2012b; dentre outros.

igualdade a sujeitos negros, latinos e indígenas nos Estados Unidos). Outro exemplo de descolonização seria os neozapatistas, quando tomam o discurso da “democracia” e o ressignificam a partir das tradições indígenas locais com a noção de ‘mandar obedecendo’ ou ‘somos todos iguais porque somos todos diferentes’... “O pensamento descolonial seria uma subversão interna do lado subordinado da diferença colonial ... Teríamos que nos abrir ao diálogo inter-epistêmico e conceber o projeto da esquerda como transmoderno, descolonial com sentidos pluriversos ...” (2012, p. 355). Para uma transgressão a esse pensamento e episteme, o autor, em palestra (BERLIM, 2011), faz a crítica à tradição “fundamentalista eurocêntrica” das ciências sociais, as quais construíram um pretenso universalismo a partir do particularismo da visão do sexo masculino, de cor branca, europeu, produtor de uma episteme racista e sexista, denominada por autores do pós-colonialismo de “West and the Rest”²¹ (o “Ocidente e o Resto” do mundo).

Sobre esse ponto, Sergio Costa (2006b, p. 121), acrescenta:

A desconstrução da dicotomia Rest/West (é) a releitura pós-colonial da história moderna, busca reinserir, reinscrever o colonizado na modernidade, não como o outro do Ocidente, sinônimo do atraso, do tradicional, da falta, mas como parte constitutiva essencial daquilo que foi construído, discursivamente, como moderno. Isso implica desconstruir a história hegemônica da modernidade, evidenciando as relações materiais e simbólicas entre o “Ocidente” e o “resto” do mundo, de sorte a mostrar que tais termos correspondem a construções mentais sem correspondência empírica imediata. Esse é o projeto perseguido pelo historiador indiano da Universidade de Chicago, Dipesh Chakrabarty.

21 Para uma análise a respeito, vide Sérgio Costa, “Deprovincializing” sociology: the post colonial contribution , Rev. Bras. Ci. Soc. Vol.3, São Paulo 2007.

Catherine Walsh (apud OLIVEIRA e CANDAU, 2010, p. 7), inspirando-se em Frantz Fanon (1983), irá relacionar colonialismo à “não-existência” do sujeito subalternizado, em outras palavras, “... negar ao outro todos os atributos de humanidade, e obrigar as pessoas que ele domina a perguntar-se: em realidade quem eu sou?” (FANON apud WALSH, 2005, p. 22). Portanto, a colonialidade referencia-se e consolida-se no *poder*, no *saber* e no *ser*²², e essas são dimensões relevantes para pensarmos os movimentos sociais através de uma epistemologia descolonial e uma metodologia de análise de redes, conforme veremos a seguir.

Em relação à segunda questão – *sobre as transformação dos discursos identitários em identidades transversais nas redes de movimentos* –, buscaremos examinar como se dão as articulações discursivas que permitem criar “cadeias de equivalência” (Laclau, 2011) entre subalternidades identitárias de classe, raça/etnia, gênero etc, originalmente construídas de forma distintas e referenciadas em materialidades e simbologias também diferenciadas.

Ernesto Laclau (2006 e 2011), referindo-se a possibilidades de políticas emancipatórias no mundo contemporâneo, prevê que demandas distintas, ainda que referidas a particularidades de diferentes segmentos sociais, podem construir em comum um discurso mais amplo de contestação ou enfrentamento ao sistema, na medida em que “elas passam a estabelecer entre si uma *relação de equivalência*” a qual, ao desenvolver propostas mais amplas e duradouras em torno de um ator coletivo, pode estabelecer uma cadeia de equivalência ou uma “*razão populista*”²³ (Ibid, 2006, p. 23). Por sua vez, grupos coletivos de ativistas que vivenciam diversos tipos de exclusão e/ou subalternidade (de gênero, étnica, econômica ou outra), ao construírem um discurso emancipatório articulado em torno de uma contestação em comum a um regime social considerado com opressor e/o excludente ao conjunto de suas identidades, poderão vir a formar uma rede de movimento social.

22 Conforme Oliveira e Candau, 2010, p. 9, esses são conceitos centrais dentro do projeto decolonialidade, de investigação do grupo “Modernidade/Colonialidade”, do qual Walsh faz parte, juntamente com vários dos autores acima citados.

23 No sentido de ser “povo”.

A pesquisa de Marilise Reis (2011) nos ajuda a exemplificar os pressupostos aqui mencionados. Trata-se de uma pesquisa que deu origem à sua tese de doutoramento, sobre a Rede de Mulheres Afro-Latino-Americanas, Afro-Caribenhas e da Diáspora (RMAAD)²⁴. Dentre outros, a autora (2011, p. 108) destaca, em primeiro lugar, a existência da dinâmica da construção de identidades transversais numa situação de uma rede de redes multi-organizacionais diversificadas:

Esses movimentos, ao extrapolarem fronteiras simbólicas e territoriais, vêm constituindo, na América Latina e no Caribe, identificações múltiplas por meio de uma “afrodiasporicidade” que se configuraria, não em torno de estruturas identitárias fixas, rígidas e territorializadas, mas em modelos discursivos e de ação política baseados em estruturas de identificações múltiplas, fronteiriças e desterritorializadas.

Como vem se constituindo esse movimento em rede, diferenciando-se de estratégias movimentalistas tradicionais, transitando de políticas uni-identitárias para políticas com articulações discursivas de uma maior diversidade (raça, gênero, classe, geracional)? A autora observa que, se no passado o “movimento esteve baseado em categorias como etnicidade e identidade, quase sempre exclusivistas, masculinas e localizadas territorialmente, no momento atual, aponta para formas de organização pautadas em identificações híbridas e em formas discursivas múltiplas, muito mais simbólicas e dispersas em rede” (REIS, 2011, p. 124). A seguir acrescenta que a inserção da participação juvenil e o caráter transnacional da rede são outros fenômenos crescentes na América Latina:

24 Conforme Reis (2011, p. 113), “em 1992, foi constituída a Rede de Mulheres Afro-latino-americanas, Afro-caribenhas e da Diáspora, mesmo dia em que foi criado o dia Internacional da Mulher Afro-latino-americana e Afro-caribenha. Essa rede reúne organizações de 25 países da América Latina e Caribe e nasceu para atuar contra o racismo, a discriminação, a homofobia, a lesbofobia e contra todas as formas de exclusão.

Na articulação para o combate ao racismo, a Rede destaca as alianças estratégicas com outros movimentos sociais, a implementação do Plano de Ação de Durban e o aumento da participação da juventude no movimento de mulheres negras. (p. 114) ... No que tange a dinâmica transnacional que compõe a RMAAD, esta está caracterizada primeiramente pelas múltiplas conexões que constituem se nesse território, e depois, pelos objetivos, perspectivas e princípios que dão base para o desenvolvimento das ações políticas da rede em rede. (p. 116)

Conclui, enfim, que é o distanciamento dos essencialismos e exclusivismos de identidade e a tomada de consciência dessa experiência comum, ou seja, essas revivescências, que apontam para o surgimento do diálogo dessa Rede com a abordagem pós-colonial e que ajuda a compor a sua contra narrativa e a sua estética diaspórica. (2011, p.118).

Isso nos remete à nossa terceira questão – *como as redes de movimento articulam demandas e ideário de mudanças (materiais, simbólicos e de empoderamento)*, construindo novos projetos societários e de projeções para o futuro da sociedade? Uma dessas possibilidades pode ser observada na combinação do diálogo estratégico construído através de redes movimentalistas pluriorganizacionais apoiados numa episteme e em narrativas descolonizadoras. No exemplo da RMAAD, Reis (2011, p. 119) observou que:

Ao retomar-revisar-deslocar, a contra narrativa da diáspora da RMAAD se insere na perspectiva crítica das obras portadoras de um discurso de caráter pós-colonial, porque propõe que façamos uma releitura da colonização, concebendo-a como parte de um processo transnacional e transcultural global o que implica, como consequência, reescrever as anteriores grandes narrativas, próprias do período colonial, tendo como lócus enunciativo a situação de diáspora vivenciada pelas populações africanas.

Mas como fazer a transição de epistemes, até a pouco hegemônicas na leitura sobre e pelos movimentos sociais (teorias de classe, uni-identitárias, etc.), para uma teoria que articule a diversidade discursiva de movimentos sociais em rede? De acordo com as propostas políticas descolonizadoras apresentadas acima, essa emancipação discursiva deverá ser feita a partir da desconstrução de epistemes eurocentradas hegemônicas e na compreensão de contra narrativas críticas de redes emancipatórias. Um dos grandes desafios é de como articular os conhecimentos e saberes acadêmicos com os saberes populares advindo dos movimentos sociais. Boaventura Santos (2008) propõe a “ecologia de saberes” como forma de aproximação desses dois campos, que pode ser tratada através de dois recursos: o trabalho de tradução intercultural, que pode ser feito através de “sinais, símbolos, conjunturas, enigmas, pistas, perguntas, paradoxos, ambiguidades, etc (2008, p. 29); e a artesanania das práticas, que ocorre quando lutas contra a discriminação conduzem a uma ecologia de saberes produzidos por diferentes movimentos sociais: feministas, antirracistas, de orientação sexual, de direitos humanos, indígenas, afrodescendentes etc., e efetua a passagem de uma política de movimentos sociais para uma política de intermovimentos sociais (2008 p. 30-31), em outras palavras, a uma política de rede de movimentos²⁵.

Nessa direção, Mohanty (apud MATOS, 2010, p. 77) propõe uma política feminista trans ou intercultural que se esforçasse por construir as conexões entre o feminismo acadêmico e as organizações políticas anticapitalistas e poscoloniais. Já para Marlise Matos (op. cit, 2010), uma teoria crítico-emancipatória feminista deveria ser pensada em torno dos eixos estruturantes da justiça social (a igualdade e a diferença), com “uma renovada ênfase em fronteiras interseccionais, transversais e transdisciplinares entre gênero, raça, sexualidade, classe e geração (no jargão de Fraser: nas *transfronteiras*) ... (e) com a ne-

25 Para uma definição detalhada e extensiva da categoria “rede de movimentos sociais”, consultar Scherer-Warren, 2012b.

cessidade de transversalização do conhecimento e a transversalidade na demanda por direitos (humanos) e justiça social” (Ibid, p. 86-7).

Em pesquisa sobre fóruns e redes interorganizacionais da sociedade civil (SCHERER-WARREN, 2012b), constatou-se que há aspectos substantivos marcantes, decorrentes da experiência de vida dos atores, que são frequentemente lembrados e retomados nas articulações discursivas que vão gradativamente configurando e dando significados políticos compartilhados nas redes de movimentos sociais. Dentre esses se destacam três dimensões que animam os protestos, a definição das demandas e os ideários ou utopias emancipatórias: a da vida material, a simbólica e do empoderamento político.

Os movimentos sociais, ao atuarem na forma de redes interorganizacionais através da troca de saberes, vão formando relações de equivalência discursiva (Laclau, 2011), os quais, mesmo face à sua diversidade e diferenças, elaboram pontos de encontro para seus projetos de mudança social, assim sendo²⁶:

Primeiro, em relação às condições materiais de existência, com base na desigualdade, pobreza, segregação espacial, qualidade de vida etc., as singularidades dos diversos movimentos passam a ser lidas a partir de processos histórico-estruturais de exclusão e de desigualdade mais amplos, como ocorre com as leituras pós ou neo-coloniais²⁷, ou através de críticas descolonizadoras (Martins, 2012), e, desta forma, vão construindo um discurso compartilhado ou uma ecologia dos saberes, configurando novas formas de ser movimento.

Segundo, as articulações discursivas nas redes também permitem a construção de nexos entre as condições materiais estruturantes de uma sociedade e a leitura das condições simbólicas na reprodução social (discriminações, estigmas, desvalorização pessoal e coletiva etc.), ressignificando-as politicamente e produzindo novas subjetividades e ideários emancipatórios através dos sujeitos dessas ações.

26 Sobre essa parte vide maiores desdobramentos em Scherer-Warren, 2012b e 2012c.

27 Vide outros desdobramentos em Martins & Scherer-Warren, 2011.

Por exemplo, em nossa na pesquisa²⁸, constatou-se que as mulheres indígenas e negras inicialmente desenvolveram uma crítica ao sistema em relação às suas singularidades na opressão, porém, a partir do encontro nas redes de movimentos, perceberam equivalências em torno de suas origens identitárias coloniais e dos respectivos mecanismos de exclusão social, passando assim a formar uma cadeia de significados políticos, que denominaram de “aliança de parentesco”²⁹ entre as mulheres negras e indígenas, em outras palavras, um pacto histórico referente a um mesmo legado colonial ou, conforme Grosfoguel (2008), uma “cumplicidade subversiva”. Essa aliança ou cumplicidade após se estendeu a uma rede mais ampla, a Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB)³⁰.

Terceiro, sobre as condições políticas de exclusão (subcidadania, des-poderamento, precariedade na participação política etc.), o tripé - ações sobre as condições materiais estruturantes dos processos de exclusão social e cultural, sobre a necessidade de se trabalhar para mudanças nas mentalidades e simbologias e sobre a urgência em se ter organizações políticas mais inclusivas sem deixar de serem politicamente críticas -, observou-se que nos discursos e nas práticas dos fóruns e redes pesquisados estão sendo estabelecidas relações de equivalência entre as três dimensões citadas acima e que os discursos emancipatórios compartilhados geram emblemas para uma democratização dos processos de inserção da sociedade civil nas políticas de Estado, tais como: autonomia política dos sujeitos em relação à participação institucional, democratização da esfera pública e participação representativa dos movimentos, promoção dos direitos humanos não observados e criação de novos direitos que incidem em transformações na vida material, cultural e da inclusão através da participação na política institucional.

28 Projeto AMFES (As múltiplas faces da exclusão social), UFSC/CNPq, que deu origem ao livro de Scherer-Warren, 2012b, o qual inclui pesquisa empírica que serve de apoio às teorizações aqui apresentadas.

29 Vide maiores detalhes sobre resultados políticos dessa aliança em Scherer-Warren, 2008, 2012b.

30 Outros detalhes sobre esse desdobramento de identificação no interior da AMB encontram-se em Scherer-Warren, 2012b.

Quanto à última questão - *o que é ser movimento social hoje?* - iniciaremos lembrando que, na sociedade contemporânea, da informação, *os formatos organizacionais das ações coletivas* também desempenham um papel decisivo para as articulações discursivas dos movimentos sociais, isto é, a existência de um formato de organização em redes³¹ deve ser tratada também como uma prática política, exemplificando: como uma pré-condição para que o movimento possa desenvolver uma cadeia de equivalência de múltiplos projetos particularizados. Portanto, a rede movimentalista caracteriza-se por seu significado político, o que nos permite teoricamente tratá-la como um “frame” organizacional³², ou seja, ela contém uma lógica de movimento que se expressa em:

- O que é “*ser*” um movimento em rede? Define-se hoje por seu caráter *multi-identitário*, incluindo frequentemente sujeitos de subredes ou, pelo menos, o reconhecimento das demandas e/ou simbologias de organizações feministas, grupos étnicos e antirracistas, classistas, geracionais, pacifistas, ecologistas, da economia solidária etc e de redes *pluriorganizacionais*, incluindo as organizações populares de base, como associações civis e movimentos locais; as entidades mediadoras, como os fóruns da sociedade civil, ONGs, centros de educação popular; e práticas mobilizatórias públicas mais amplas, como os protestos, passeatas, manifestações, e as novas formas de mobilizações através das redes virtuais etc. É a articulação discursiva dessas subredes numa proposta emancipatória mais ampla e minimamente integrada em torno de ideários comuns para a mudança o que vem a constituir uma rede de movimento social propriamente dito, no mundo contemporâneo.
- Como se constitui o seu “*saber*” enquanto movimento em rede? O “saber” se constitui através das articulações discursivas trans-

31 Para uma análise detalhada sobre a organização dos movimentos sociais em redes no Brasil, ver Scherer-Warren, 2012a e 2012b.

32 Podemos concluir que o *frame* organizacional vai além de seu caráter operacional, ele “refere-se genericamente a forma pela qual os atores coletivos organizam e expressam os significados da ação coletiva” (cf. Prudencio, 2011).

versais dos diversos elos que compõem a rede, cuja dialógica na diversidade permite a construção de novas dimensões cognitivas, tais como a *desfundamentalização* de particularismos e/ou a criação de *universalismos sempre abertos* à sua reconstituição; o *descentramento* das identidades fechadas, criando *ideários multi ou pluri-identitários*; transitando de *essencialismos ao interculturalismo ou transculturalismo* e promovendo relações *dialógicas* para a produção de *práxis movimentalistas emancipatórias e descolonizadas*, conforme já examinado acima.

- Como se constrói o “*empoderamento*” através das redes? As estratégias que contribuem para o empoderamento organizacional vinculam-se aos tipos de práticas articulatórias que as relações e as dinâmicas da atuação de redes possibilitam, tais como: articular discursivamente as redes presenciais (organizações e movimentos territorializados) com as redes virtuais (facebook, twitter, e-mails etc), o que permite potencializar a visibilidade de suas demandas; articular indivíduos (simpatizantes) e o coletivo (militantes), ampliando a base de apoio ao movimento; enredar o local, o nacional e o global, podendo produzir um efeito bumerangue (Keck & Sikkink, 1998), que é a possibilidade de organizações locais acionarem redes transnacionais, se fortalecendo para após negociar com os poderes nacionais; aproximar sujeitos (militantes e intelectuais) do Sul e do Norte globais, que visam articular e promover saberes e projetos para um futuro emancipatório e descolonizado, enfim, dando visibilidade aos sujeitos invisíveis.

Por fim, poderíamos perguntar se não será na aposta em uma articulação e diálogo de diversos saberes, entre redes sociais que se complementam – as quais vão de sujeitos e movimentos sociais de lutas emancipatórias à contribuição de mediadores e intérpretes desses saberes, dentre os quais poderemos incluir o sociológico –, que um futuro quiçá mais igualitário, com maior respeito às diferenças e com mais justiça social, poderá ser construído.

Referências

ACIOLI, Sônia. (2007), *Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito*. Londrina: Inf.Inf, v. 12.

BRINGEL, Breno. (2010) Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. Dossiê: *Descolonialidade e novos giros epistemológicos*. *Revista Estudos de Sociologia*, Número Especial: PPGS – ALAS, v. 16, n. 2, p. 185-215.

CALDERÓN, F. e SANTOS, M. (comp.). (1987) *Los conflictos por la constitución de un nuevo orden*. Buenos Aires: CLACSO.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; MENDIETA, Eduardo y PORRÚA, Miguel Angel (eds). (1998), *Teorias sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate..* In: <http://ensayo.rom.uga/critica/teoria/castro/> Acessado em julho 2009.

CARVALHO, Lidiane de; PAES E SILVA, Lays Helena (2012), *O ambiente e a teoria das redes: a perspectiva da Justiça Ambiental*. RBJA Lisboa: PAP0068_ed. Pdf – Slide 1.

CAYRES, Domitila Costa. (2011), *Ensaando aproximações de gênero e raça a luz do olhar pós-colonial*. REALIS – Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais, v. 1, n. 2.

COSTA, Sérgio. (2006a), *Dois Atlânticos*. Teoria Social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: UFMG.

_____. (2006b), Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol.21 n. 60, supl. 60. São Paulo: fev. pp. 117-134.

DUSSEL, Enrique. (2005), Europa, modernidade e eurocentrismo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro . pp. 55-70. In: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Dussel.rtf>> acessado em julho de 2009.

FANON, Frantz. (1983), *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Rio de Janeiro: Fator.

_____. (1968), *Os condenados da Terra*. Trad. José Lourênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FONTES, Breno Augusto. (2012), *Redes sociais e poder local*. Recife: Ed. Universitária UFPE.

FRASER, Nancy. (2007), Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*, v. 15, n.2. Florianópolis: mai/aug.

FILGUEIRAS, Fernando de Barros. (2012), Resenha temática: Guerreiro Ramos, a redução sociológica e o imaginário pós-colonial, *Caderno CRH*. vol.25, n. 65. Salvador: mai/aug.

GADEA, Carlos A. (2004), *Acciones colectivas y modernidad global*. El movimiento neozapatista. Toluca-México: Ed. Uaem.

GILROY, Paul. (2001), *O Atlântico Negro*. Modernidade e dupla consciência. São Paulo, Rio de Janeiro: Ed. 34/Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

GOHN, M. Da Glória. (2010), *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis: no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Editora Vozes.

_____. (2008), Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina, *Caderno CRH*.

_____. (1997), *Teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola,

GOHN, M. da Glória & BRINGEL, Breno M. (Orgs.). (2012), *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes.

GROSFOGUEL, Ramón. (2012), Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos: v. 2, n. 2, jul-dez, pp. 337-362.

_____. (2008), Para descolonizar os estudos de economia, política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, mar.: 115-147.

_____. (2013), In: *You Tube: Decolonizing the University*. 2nd Decolonial Days, Berlin 2011. Acesso em jan.

HALL, Stuart. (2003), *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte/Brasília: UFMG/UNESCO.

LACLAU, Ernesto. (2006) Inclusão, exclusão e a construção de identidades. In: AMARAL, Jr. Aécio; BURITY, Joanildo (orgs.). *Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social*. São Paulo: Annablume, p. 21-37.

_____. (2011) *Emancipação e diferença*. Coordenação e revisão técnica: Alice C. Lopes e Elizabeth Macedo. Rio de Janeiro: EdUERJ.

LAVALLE, Adrián G.; CASTELLO, Graziela e BICHIR Renata M. (2004), Quando novos atores saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais . *Política & Sociedade*, n. 5, out.

KECK, M., SIKKINK, K. (1998), *Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics*. Ithaca and London: Cornell University Press.

MACHADO, Jorge A. S. (2007), Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, no 18, jul./dez. p. 248-285.

MARQUES, E. (2007), Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo. São Paulo: USP/FFLCH [Tese de livre-docência].

_____. (2003), *Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume/Fapesp.

MARTINS, Paulo Henrique. (2012), *La decolonialidad de América Latina y la heterotopía de una comunidad de destino solidaria*. Buenos Aires: Fundación CICCUS; Buenos Aires: Estudios Sociológicos Editora.

MARTINS, Paulo Henrique & SCHERER-WARREN, Ilse (eds.). (2011), Dossiê: Descolonialidade e novos giros epistemológicos. *Revista Estudos de Sociologia*, Número Especial: PPGS – ALAS, v. 16, n. 2.

MATOS, Marlise. (2010), Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global. *Rev. Sociologia Política*. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun.

MIGNOLO, Walter. (2011), *The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options*. Duke University Press.

_____. (2003), *Histórias Globais/projetos Locais*. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG.

MISOCZKY, Maria Ceci. (2009), Abordagem de redes no estudo de movimentos sociais: entre o modelo e a metáfora. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: 43(5):1147-1180, set./out.

MOHANTY, C. T. (2003), *Feminism Without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity*. Durhan: Duke University.

MOORE, Carlos. (2007), *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições.

MOURA, Joana Tereza Vaz de & SILVA, Marcelo Kunrath. (2008), Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, número suplementar: 43-54 ago.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de & CANDAU, Vera Maria Ferrão. (2010), Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educ. rev.* [online]. vol.26, n.1, pp. 15-40.

PEREIRA, William Cesar Castilho. (2007), Movimento institucionalista: principais abordagens, *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. UERJ, RJ: v. 7, n. 1, p. 10-19, abr.

PRUDÊNCIO, Kelly Cristina de Souza. (2011), *Mídia e esfera pública contemporânea: ação política na internet*, Congresso da SBS, Curitiba. Acesso em out. 2011 Disponível em: www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=194&Itemid=171.

QUIJANO, Anibal. (2005), Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO. pp. 227-278.

RAMOS, Alberto Guerreiro. (1996), *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

REIS, Marilise L. M. dos. (2011), Vozes e políticas da diáspora na América Latina e Caribe: A Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora como movimento transnacional afrodiaspórico. *Revista Brasileira do Caribe*, São Luis, v. XI, n. 22. jan-jun, p. 101-131

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2008), A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascoal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, mar. p. 11-43

_____. (1995), *Pela mão de Alice*. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez.

SCHERER-WARREN, Ilse. (2012a), Redes de movimiento y territorios: las mediaciones entre lo global y lo local , *Escenarios XXI* , Año III, Núm 14. Sep.-Oct.

_____. (2012b), *Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos*, 2012, Curitiba: Ed. Appris.

_____. (2012c), Redes e incidência nas políticas públicas: entre as singularidades e as universalidades. In: Paulo Henrique Martins e Cibele Rodrigues (orgs.). *Fronteiras abertas da América Latins*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

_____. (2011a), Para uma abordagem pós-colonialismo e emancipatória dos movimentos sociais. In: Ilse Scherer-Warren e Lígia Helena Hahn Lüchmann (orgs.). *Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina*. Florianópolis: Editora UFSC.

_____. Redes da sociedade civil: advocacy e incidências possíveis. In: Cássio Martinho...[et al.]. *Vida em rede: conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade*. Barueri, SP: Instituto C&A, 2011b.

_____. (2008), Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?. In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 2, n. 54, set./dez.

_____. (2007), Redes sociais e de movimentos. Ministério do Meio Ambiente. *Encontros e caminhos – Vol. 2: Formação de educadoras (es) ambientais e coletivos de educadores*. Brasília, p. 325-332.

_____. (2005a), Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério L. L. da (Orgs.). *Redes, sociedade e território*. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

_____. (2005b), *Redes sociales y de movimientos en la sociedad de la información*. In: *Rev. Nueva Sociedad*, Caracas, n. 196, mar. /abr.

_____. (1999), *Cidadania sem fronteiras – ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec.

_____. (1998), SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais em cena: ... e as teorias por onde andam?* *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPED, número 9, set/dez.

_____. (1993;2011), *Redes de movimentos sociais*. São Paulo, Edições Loyola, 1a. ed e 5a. ed.

_____. (1984), *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis, Ed. Da UFSC.

SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo (Eds.). (1987), *Uma revolução no cotidiano*. Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo, Brasiliense.

VILLASANTE, T. (2002), *Redes e alternativas – Estratégias e estilos criativos na complexidade social*. Petrópolis: Vozes.

WALLERSTEIN, Immanuel. (2007), *O universalismo europeu: a retórica do poder*. Trad. Batriz Medina. São Paulo: Boitempo.

Artigo recebido em fevereiro de 2013 | Aprovado em abril de 2013

César Barreira*

VIOÊNCIA DIFUSA, MEDO E INSEGURANÇA: AS

MARCAS RECENTES DA CRUELDADE

RESUMO

O debate sobre violência está presente em todos os espaços sociais, repercutindo de modo diferente nas pessoas e instituições universitárias, sociais, políticas, econômicas, além dos meios de comunicação. O tema trona-se, assim, um desafio para os especialistas de interpretar a nova configuração deste fenômeno, ancorado em largas manifestações e práticas, classificadas como violentas. Atenta-se, do ponto de vista teórico-metodológico, à necessidade de se construir social e culturalmente o fenômeno da violência, nas pesquisas concernentes à violência e aos conflitos sociais, considerando ser esse fenômeno intensivamente permeado pelo modismo e em razão dos apelos da sociedade. Este artigo tenta dar conta de aspectos diferentes que circulam à órbita da temática, tendo como suporte ou inspiração os debates ocorrentes no Brasil, incorporando algumas reflexões já encetadas por mim em outros trabalhos.

Palavras-Chave: Violência. Conflito Social. Manifestações. Práticas.

DIFFUSE VIOLENCE, FEAR AND INSECURITY: THE RECENT MARKS OF CRUELTY

César Barreira

ABSTRACT

The debate on violence permeates all social spaces, with a range of different impacts on people, universities, and other social, political and economic institutions, as well as communications media. The issue thus poses a challenge to specialists looking to interpret the new configurations of this phenomenon, rooted in large-scale manifestations and practices classified as violent. From the theoretical-methodological viewpoint, the article focuses on the need to socially and culturally construct these phenomena in studies of violence and social conflicts, recognizing that the issue is intensely affected by fluctuations in public opinion and the demands of society. I examine various aspects of the topic, supported or inspired by the debates taking place in Brazil, and incorporating some reflections already initiated by myself in other works.

Keywords: Violence. Social Conflict. Manifestations. Practices.

* Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1987), com pós-doutorado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales - Paris (1990) e pós-doutorado pelo Instituto de Ciências Sociais - Lisboa (2008). Professor Titular em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, coordena o Laboratório de Estudos da Violência da UFC. Pesquisador do CNPq, foi Diretor da ANPOCS (1986-1988), Secretário Executivo (1997-2001) e Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS (2001-2003). Foi professor visitante na Universidade Lumière Lyon 2 (2000) e Diretor Geral da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (2011-2012). Atua nas Linhas de pesquisa: Sociologia da violência e dos conflitos sociais; Segurança Pública e Sociedade; Poder e processos sociais agrários.



VIOLENCE DIFFUSE, PEUR ET INSÉCURITÉ: LES MARQUES RÉCENTES DE LA CRUAUTÉ

César Barreira

RÉSUMÉ

Le débat sur la violence est présent dans tous les espaces sociaux, ayant une répercussion différente sur les personnes et les institutions universitaires, sociales, politiques, économiques, ainsi que sur les moyens de communication. Le thème est ainsi, un défi pour les spécialistes qui doivent interpréter la nouvelle configuration de ce phénomène, ancré dans de larges manifestations et pratiques, classées comme violentes. On s'intéresse, du point de vue théorico- méthodologique, à la nécessité de construire socialement et culturellement le phénomène de violence, dans les recherches concernant la violence et les conflits sociaux, en considérant que ce phénomène est intensément traversé par la mode et les demandes de la société. Cet article tente de rendre compte des différents aspects qui circulent autour de la thématique, en prenant comme support ou inspiration les débats qui se produisent au Brésil, et en incorporant quelques-unes des réflexions que j'ai déjà engagées dans d'autres travaux.

Mots-clés : Violence. Conflit social. Manifestations. Pratiques

César Barreira

VIOLÊNCIA DIFUSA, MEDO E INSEGURANÇA: AS MARCAS RECENTES DA CRUELDADE

É possível assinalar, hoje, o fato de que o debate sobre violência está presente em todos os espaços sociais. A partida de futebol entre as seleções do Brasil e do Chile, no dia 24 de abril de 2013, trouxe um dado inusitado, mas bastante contemporâneo. A equipe brasileira entrou em campo portando uma faixa que expressava: “Por um mundo sem armas, sem drogas, sem violência e sem racismo”. De jogos de futebol, passando por programas de televisão às conversas em locais de trabalho, a palavra *violência* despertou interesse em todos, repercutindo de modo diferente nas pessoas e instituições universitárias, sociais, políticas, econômicas, além dos meios de comunicação¹. Este aspecto exprime o desafio para os especialistas de interpretar a nova configuração deste fenômeno, ancorado em largas manifestações e práticas, classificadas como violentas. Este artigo tenta dar conta de aspectos diferentes que circulam à órbita da temática, tendo como suporte ou inspiração os debates ocorrentes no Brasil, incorporando algumas reflexões já encetadas por mim em outros trabalhos. Os debates acerca do assunto já foram motivo de vários compêndios e balanços analíticos a res-

1 Esta temática foi abordada em uma coletânea organizada por Élcio Batista e por mim (BARREIRA e BATISTA, 2011).



peito do estado da arte na contemporaneidade brasileira². São ensaios gestados e elaborados por diferentes motivos, privilegiando categorias analíticas diversificadas, mantendo, no entanto, um caráter acumulativo de um campo temático, possibilitando um acurado acompanhamento da produção acadêmica neste setor do conhecimento.

Esta reflexão está voltada, principalmente, para o entendimento dos significados das práticas classificadas como violentas, bem assim das experiências de insegurança individual e riscos patrimoniais que ensejam a existência de medos sociais.

Ponto destacado em trabalhos anteriores (BARREIRA, 2008), por exemplo, refere-se à necessidade, sempre presente, de constituir, social e culturalmente, o fenômeno da violência. Se esta percepção teórico-metodológica é em grande parte sacramentada nas Ciências Sociais, que partem das representações como forma de elaboração da vida social, nas pesquisas concernentes à violência e aos conflitos sociais ela se torna crucial, considerando-se ser esse fenômeno intensivamente permeado pelo modismo e em razão dos apelos da sociedade.

Ao longo do tempo, os estudos conduziram-se cada vez mais para o trato respeitante à violência com suporte nos valores. As pesquisas possibilitaram o entendimento de formas diferentes de expressão da violência nas sociedades contemporâneas, trazendo à cena diversas configurações de conflitos sociais e um variado quadro de enfrentamento ou administração de embates interpessoais e políticos (BARREIRA, 2008).

É possível expressar que minhas primeiras incursões ao tema o trabalharam em seu caráter mais radical, imprimindo ênfase aos crimes de pistolagem ou crimes de mando (BARREIRA, 1998), bem como aos assassinatos em geral. Isto me conduziu à formulação de um *continuum* entre conflito e violência, o qual, posteriormente, decidi rever

2 Auferem destaque as revisões criteriosas e abrangentes de Sérgio Adorno (1993), Alba Zaluar (1999), Roberto Kant de Lima, Michel Misse e Ana Paula Miranda (2000), Renato Lima (2011) e Sérgio Adorno e César Barreira (2010).

com apoio em um enfoque privilegiando os valores que concedem sentido às práticas de delito e às contravenções.

O recorte, assentado nos os valores, fundamenta-se teoricamente nas reflexões de Simmel (1992), quando acentua a expressão indutível e sociológica do conflito, na medida em que ele é parte fundamental das relações sociais. O autor evidencia a ideia de que toda sociedade necessita de uma quantidade simultânea de harmonia e de desarmonia, amor e ódio, atração e repulsão, negando a existência de situações absolutamente harmônicas indutoras de “pura união”. Os elementos dissociadores ódio e inveja, miséria e cobiça, são também uma via para a unidade. Para ele, o ato de explicitar uma alteração já é uma distensão das forças adversárias. As reflexões de Simmel conferem elementos de inspiração para se pensar como e em quais situações os embates são vividos, sentidos ou explicitados como violentos.

Um aspecto, neste passo evidenciado, é que a temática violência/conflito recebe força na produção acadêmica no Brasil, principalmente, nas quatro últimas décadas, configurando-se em significativo apelo social e com âncora na luta pelos direitos sociais, políticos e econômicos, o que demarca, em boa medida, uma especificidade³.

O panorama político dos desacatos aos direitos humanos e a fragilidade de cidadania, bem como as desigualdades sociais, impulsionaram, em boa parte, esses estudo⁴. Em decorrência de uma simbiose entre crescimento da violência e de apelos sociais, a ilusão do saber imediato (BOURDIEU, 1989) dá ensejo à necessidade de que esta te-

3 O movimento feminista, por exemplo, que de começo tinha como temática a desigualdade social, passou a ocupar-se com as denúncias de violência contra as mulheres. O movimento negro, o movimento de trabalhadores rurais e aqueles de bairros e favelas passaram a situar a violência no centro das atenções. Ao lado dos movimentos sociais, as entidades voltadas para a luta por direitos humanos ocuparam lugar importante na denúncia da situação dos presídios, da violência contra crianças e adolescentes pobres e a recorrência do uso da tortura, por parte dos órgãos de segurança pública.

4 Os estudos atinentes, com algumas exceções, não ocupavam, anteriormente, um lugar central nos trabalhos e nas pesquisas acadêmicas. Nesta perspectiva, é importante reaver alguns autores, como, por exemplo: Gilberto Freyre (1999), Antônio Candido (1975), Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997), Maria Isaura Pereira de Queiroz, Edgar Carone (1969) e Rui Facó (2009), dentre outros.

mática seja constituída com todo o rigor e imaginação sociológica, com escopo de superar os modismos e a tentação de resposta às demandas sociais.

O ensaio, nesta perspectiva, tentará refletir não só com procedência nos trabalhos já referidos, a respeito do estado da arte, mas considera também como norte alguns eixos analíticos: a violência difusa, ações intensas classificadas como “crueldade” e as novas práticas de sociabilidade, permeadas de medo e insegurança.

Cenários recentes e difusos da violência

A violência não é fenômeno de pouco tempo! Esta afirmação ou máxima está presente em conversas informais, bem como nos embates acadêmicos. A constatação é difundida, em alguns contextos, haja vista a busca de possíveis explicações históricas, servindo também para naturalizar o fenômeno. Sob o espectro institucional, o discurso acerca da recorrência de atos violentos objetiva relativizar ou minorar a ineficácia das práticas estatais, como também exprimir uma tranquilidade ou paz social, em oposição à insegurança reinante. É fundamental ressaltar, entretanto, aquilo que confere especificidade histórica à violência, configurado no fato de que se referem às formas atuais de suas manifestações, provocando mudança nas abordagens sociológicas e, principalmente, configurando novas práticas de sociabilidade.

Para Gilberto Velho (1996, p. 10), no livro *Cidadania e Violência*:

A vida social, em todas as formas que conhecemos na espécie humana, não está imune ao que se denomina, o senso comum, de violência, isto é, o uso agressivo da força física de indivíduos ou grupos contra outros. Violência não se limita ao uso da força física, mas a possibilidade ou ameaça de usá-la constitui dimensão fundamental de sua natureza.

Atualmente é mais plausível a possibilidade ou ameaça de serem praticados atos violentos, em diferentes contextos e em diversificadas

situações, envolvendo um complexo cada vez mais amplo de sujeitos ou agentes sociais. Os lugares seguros e pessoas menos vulneráveis às práticas classificadas como violentas passam por uma quadra de indefinição⁵. As vulnerabilidades sociais granjeiam outras dimensões, pois os “lugares perigosos” e as “vítimas preferenciais” se fazem cada vez mais complexos. Os contornos de segurança são sempre mais tênues e indefinidos, mesmo que não se possa negar a existência de “vítimas e lugares preferenciais” de práticas violentas; conquanto os lugares e vítimas sejam delimitados pelo cinturão de pobreza.

As notícias jornalísticas deixam transparecer a vulnerabilidade dos transeuntes, a crueldade das ações, bem como a imprevisibilidade das práticas delituosas, como mostra a reportagem do Diário do Nordeste, Fortaleza, (12/02/2011):

“Jovem é baleado e bandidos impedem socorro”. [...] voltava do trabalho na linha Planalto Ayrton Senna/Parangaba. Quando o ônibus passou pelo Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira (IPPOO) I, no Itaperi, dois adolescentes que estavam no veículo anunciaram o assalto. Um deles estava armado com revólver e acabou atirando em Webster. Foi um único tiro, acima do lado esquerdo do peito. Segundo testemunhas, o jovem nem chegou a reagir. A única coisa que teria feito foi olhar para os assaltantes. Ainda de acordo com depoimentos de testemunhas, os assaltantes impediram que a vítima fosse socorrida. Quando Webster foi levado para atendimento médico, já era tarde. O jovem de 16 anos, que matou e que confessou ter atirado na vítima. “Atirei porque ele (Webster) veio pra cima, reagiu”, afirmou. O adolescente disse ainda que está arrependido do crime. “Tava no ônibus indo para a casa de uma sobrinha. Na hora, me deu uma ‘doida’ e resolvi assaltar.” Os casos recentes envolvendo

5 Na antessala de um consultório médico, uma senhora relata, com muita indignação, um assalto sofrido por uma empregada doméstica após receber o seu salário. Logo em seguida, outra senhora interfere, dizendo: “hoje é assim mesmo, os marginais roubam e matam não importa a quem!”.

assaltos a ônibus têm deixado passageiros assustados. Somente esta semana, três jovens foram assassinados durante assaltos a transportes coletivos na Capital. O caso de ontem impressiona pela crueldade dos assaltantes.

O “difuso” relaciona-se, claramente, com a possibilidade de que todos, independentemente de sexo, idade ou classe social, possam ser vítimas de práticas classificadas como violentas, presentes em diversificadas situações sociais. O senso comum é perspicaz e irônico, quando propala este lado “democrático” da violência.

Um tipo de homicídio que se propaga amiúde é o uso dos matadores de aluguel nas resoluções de conflitos interpessoais, configurando, claramente, esta violência difusa. As pesquisas que há algum tempo levo a efeito sobre matadores de aluguel e os crimes de pistolagem (BARREIRA, 2009) conduziram-me a perceber que a grande incidência dessas práticas não é mais no meio rural, ocorrendo principalmente nas grandes cidades. A forma difusa, tal como acontece, aponta um vasto campo de enfrentamento ou administração de pequenas rixas, como brigas de vizinhos e desavenças familiares, incluindo também a administração das disputas políticas e econômicas que definiam anteriormente, em quase sua totalidade, os motivos das contratações dos matadores de aluguel.

Cotidianamente são veiculadas, em jornais, cenas de violência urbana, explicitando a participação de pistoleiros, bem como os seus motivos impulsionadores:

A polícia registrou, entre segunda, 10, e quarta-feira, 12, três crimes contra comerciantes com características de pistolagem, ocorridos na Grande Fortaleza. O último deles aconteceu no Henrique Jorge, quando Antônio Cleonildo de Amorim foi morto a tiros de revólver no bar de sua propriedade. Testemunhas dizem que dois homens estavam em uma moto. (O Povo, Fortaleza, 14/10/2005).

A ampliação do universo das ações praticadas no interior dos crimes por encomenda, com sensível inserção nos conflitos inter-

personais, redefine espaços sociais e econômicos para as principais personagens do sistema de pistolagem. Tais práticas me levaram a refletir no tocante às novas configurações das práticas dos matadores de aluguel no âmbito das relações conflituosas.

Os crimes de aluguel, até a década de 80 do século XX, estavam, em grande parte, circunscritos às disputas pela representação política e às questões de terra, mediadas, em bom quinhão, por “brigas de família”. A terra e o voto apareciam como os grandes ingredientes ou feitos elementos definidores do uso da pistolagem (BARREIRA, 1998).

No universo simbólico dos crimes de mando, são configurados dois aspectos: o desaparecimento dos “grandes matadores”, conhecidos pelas “proezas” e dezenas de crimes cometidos, e, atualmente, a proliferação de pistoleiros. A multiplicação de “profissionais” confirma o discurso dos órgãos de segurança, afirmando que “hoje qualquer piranguero é pistoleiro”⁶.

Os pistoleiros surgem e vão ampliando suas ações, naturalmente, nas fissuras de um desordenado monopólio da violência. Os espaços para administração de conflitos interpessoais, políticos e econômicos, que ultrapassam as práticas institucionais, contribuem para a consolidação de uma violência difusa.

A atuação dos matadores de aluguel, nas resoluções dos conflitos interpessoais e de terceiros, evidencia um cotidiano que configura a violência difusa. Nos conflitos interpessoais, como acentuei a pouco, o quantitativo de vítimas é bem mais amplo, podendo atingir um vizinho, uma companheira, um devedor, tendo como fado impulsionador a condição de desafeto do mandante, possível parte de uma cadeia de vingança.

Na realidade hoje, é importante destacar o fato de que não somente os mandantes e os matadores de aluguel são objeto de mutações, mas também as vítimas, não mais adstritas às disputas políticas e agrárias. Essas vítimas vão se configurando como tais, em um contexto contem-

⁶ “Piranguero” é usado no sentido bem explícito de reles, desprezível e mesquinho.

porâneo, marcado por uma violência difusa no qual se destaca a ação dos matadores de aluguel.

A temática da violência e dos conflitos é cada vez mais instigante, diversificando-se, tornando-se mais complicada e obtendo novas configurações. A violência juvenil, em diferentes situações de classe social, a que se adiciona o tráfico de drogas, ocupa dilatado espaço no terreno de práticas e discursos. O assassinato do índio Galdino, por exemplo, ocorrido em Brasília, em 1997, envolvendo jovens de classe média-alta, ampliou a reflexão sobre a violência juvenil por outro patamar, com novos contornos sociais, sendo incorporados aos estudos outros setores sociais, antes restritos aos trabalhos com jovens negros e habitantes das periferias das grandes cidades. Os estudos respeitantes às práticas juvenis compreendidas como violentas, nas escolas públicas e particulares, tomam, também, um lugar importante nas análises específicas.

O tráfico de drogas agora surge como o grande responsável pelo aumento dos homicídios e pela insegurança reinante, em especial, nos cenários urbanos. A título de exemplo, os órgãos de segurança pública do Ceará apontam o fato de que 90% dos homicídios ocorridos, atualmente, no Estado estão diretamente ligados ao comércio de substâncias ilícitas. Esse tráfico carrega graves problemas no cenário urbano.

Um deles está no fato de os jovens passarem a ser o “braço armado” dos grandes traficantes nas resoluções ou enfrentamentos dos conflitos sociais, principalmente em litígios de cobranças de dívidas.

“Polícia bota na cadeia assassinos que matam em nome do tráfico”. A prisão, na última quarta-feira, de um jovem de 24 anos, no bairro Ellery, pode levar a Polícia Civil, através da sua Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), a esclarecer, pelo menos, 20 assassinatos ocorridos na zona Oeste de Fortaleza desde outubro do ano passado. Prisões como estas estão sendo realizadas pela PM, com o apoio dos organismos de Inteligência, no sentido de estancar a onda de homicídios

na Capital cearense e em sua região metropolitana. Desde o início do ano, os setores de Inteligência da Polícia Militar auxiliam a Polícia Civil nas investigações para a captura de bandidos apontados como matadores a serviço do tráfico de drogas. Em geral, são jovens recrutados pelos traficantes de cada bairro para executar os viciados que estão com dívidas ou outros traficantes que tentam tomar o controle dos pontos de vendas de drogas nos bairros da periferia de Fortaleza” (Diário do Nordeste, Fortaleza, 08.04.2013).

A arma de fogo não configura, hoje, somente um instrumento letal, mas também a sua posse delimita um aspecto de poder para o grande traficante e para o jovem que a manipula (SÁ, 2010). A grande circulação de arma de fogo, mesmo com as políticas de desarmamento, bem assim com o crescimento das apreensões, por parte dos órgãos de segurança pública, delimita, em boa parte, o aumento das taxas de homicídios. Esse tipo de arma e o comércio de drogas ilícitas configuram, em boa medida, o apanágio do cenário, atualmente, dos homicídios.

Evidencio o fato de que o aumento da violência e das taxas de homicídio não pode ser explicado apenas pelo tráfico de drogas, pois o fenômeno se insere em um cenário mais amplo, que passa, necessariamente, pela forma de enfrentamento dos conflitos sociais e, mais, especificamente, pela resolução dos embates interpessoais na sociedade brasileira, bem como pela ausência de uma política de segurança pública nacional, mas eficiente e também racional. Um aspecto importante, nestes enfrentamentos, é a substituição da arma branca pelo armamento de fogo como instrumento do crime⁷. Tal substitui-

7 Os depoimentos dos profissionais da área da saúde são bastante elucidativos destas mudanças. Para estes, de dez casos que envolviam vítimas de agressões físicas, que entravam nos postos de saúde, das áreas periféricas da cidade de Fortaleza, até a década de 1980, nove ocorrências tinham como instrumento a arma branca e somente um era fruto de arma de fogo. Hoje é literalmente o inverso, sendo nove casos que envolvem a arma de fogo e somente um tem como instrumento a arma branca.

ção não só, demonstra o aumento deste tipo de expediente letal, como também a mortalidade das ações.

Um dado relevante, neste cenário, é a diminuição da faixa etária das vítimas destas agressões, apontando, cada vez mais, para a entrada precoce dos jovens no mundo do crime, como agressor e, principalmente, como vítima⁸, deixando transparecer, novamente, a vulnerabilidade do jovem neste âmbito de violência difusa.

No interior desta simbiose entre arma, droga ilícita e resolução violenta dos conflitos interpessoais, os massacres constantes nas grandes cidades tomam um lugar alarmante, alvo de desmedida preocupação⁹. Ocorrem massacres que envolvem membros de uma mesma família, mas também grupos de crianças e adolescentes. Hoje, não são mais mortes anunciadas, e sim massacres propagados, que não passam por nenhum aspecto de legalidade ou negociação, reproduzindo-se à margem da lei, aparecendo do modo mais cruel possível. Se estes morticínios têm como fulcro comum, para os órgãos de segurança pública, a disputa por pontos do comércio de drogas, as suas repetições ganham, por parte dos meios de comunicação social, uma auréola de banalização da vida, ensejando, no seio da população, uma indignação social. Estas cenas dão azo a um discurso a favor do uso da força ilícita policial: “bandido, marginal tem que ser morto” ou “bandido bom é bandido morto”. As chacinas são também ampliadas, em um cenário de violência difusa, para os mendigos e os moradores de rua. A exclusão social, imposta a uma grande faixa da sociedade, é substituída pela exclusão física, uma inversão de valores em que os pobres, os mendigos, não têm mais direito à vida.

8 Segundo alguns profissionais da área da saúde, até o final do século passado, o atendimento era realizado em pessoas de mais de 30 anos. Atualmente, eles socorrem, com grande incidência, nos postos médicos, principalmente das áreas periféricas das grandes cidades, pessoas (jovens) de mais de 14 anos.

9 Auferem nacional visão pública, noticiados pelos meios de comunicação, os massacres ocorridos na cidade de São Paulo.

A crueldade e a ampliação de categorias analíticas

O aumento ou a repetição das trucidações, que envolvem componentes de uma mesma família e, principalmente, a escalada crescente de práticas de latrocínios, ampliam as categorias analíticas deste campo. Se, antes, o moto contínuo era entre conflito social e violência, atualmente é configurada uma nova manifestação, denominada “crueldade”. Esta categoria, com intenso componente nativo, representa os crimes perpetrados fora de uma lógica explicativa ou de uma justificação social (ARENDT, 2000). São ações que se reproduzem sem justificativa no campo dos valores: os hegemônicos e os de contravenção. Alguns crimes violentos, como, por exemplo, os de honra, de vingança associados a disputas familiares, são passíveis de uma elaboração no interior da axiologia social, instituindo razões, agentes e verdades em questão. Já os delitos classificados como de crueldade são, em princípio, situados à margem de um universo justificador, reforçando também a ideia de uma violência difusa no âmbito da explicação sociológica¹⁰.

Os crimes, classificados como de crueldade, descortinam outra perspectiva sociológica, diferente das análises cristalizadas nas Ciências Sociais, que visualizavam as ações violentas com base em vítimas crianças, mulheres e idosos, percebidas como preferenciais e vulneráveis.

Os crimes de crueldade estão recorrentemente nos programas televisivos e matérias jornalísticas, de ordem geral de mídia, envolvendo latrocínios, quando a vítima já rendida, havendo inclusive entregado os seus pertences é, em seguida, executada. Como explicar a crueldade dessas ações que escapam ao diagnóstico weberiano da racionalidade?

10 Ganham notoriedade os assassinatos em série, ocorridos, principalmente, nos Estados Unidos, mas também no Brasil. São assassinatos envolvendo, geralmente, crianças em Escolas, por um livre atirador.

Adolescentes confessam ter matado garota”. Crueldade. Esse foi o termo usado pela Polícia para explicar o motivo do assassinato da adolescente Andreza Kelly do Nascimento, 15, encontrada morta por estrangulamento, no início da manhã de ontem, na Unidade de Recepção Luis Barros Montenegro, no bairro Olavo Bilac. Em depoimento à delegada Iolanda Fonseca, da Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), duas das três adolescentes que se encontravam no mesmo quarto de Andreza confessaram o crime, inclusive com todos os detalhes de como foi praticado. Uma ação extremamente cruel. A confissão do crime ocorreu durante o interrogatório. “Elas mataram por pura maldade”, resumiu o diretor do DPE. De acordo com o depoimento das duas garotas, o motivo teria sido o fato de que elas haviam jurado de morte outra adolescente com quem haviam brigado no Centro Educacional Aldacir Barbosa, no bairro Antônio Bezerra. Como a “inimiga” não foi transferida, elas juraram matar quem chegasse no quarto delas. Uma das garotas tampou a boca de Andreza com as mãos, enquanto a outra a esganou também com as mãos. Para ter a certeza de que a vítima estava morta, elas ainda disseram no depoimento ter usado um lençol para enforcá-la. Depois, retiraram um pedaço de azulejo da parede e riscaram as costas da Andreza para se certificarem da morte. (Diário do Nordeste, Fortaleza, 28/10/2008).

Diariamente são estampadas notícias, como esta, nos principais jornais, retratando crimes violentos, com a distinção da crueldade. A destacada marca das matérias é o espetáculo, demarcando todos os elementos para se tornar um fato jornalístico – escandaloso, cruel ou inusitado.

As matérias se enquadram nos “episódios cuja repercussão justifica-se – como diz Elisabeth Rondelli – pela revelação de outras questões que não estão propriamente neles”. (1998, p. 146). O conteúdo dos jornais nos possibilita montar uma tipologia de práticas violentas e confrontos interpessoais com suporte em aspectos diferentes: natu-

reza do conflito, pessoas envolvidas, relações de aproximação, lugares onde ocorreram as práticas, armas utilizadas etc.

Importa, nesse sentido, ressaltar como um dos eixos referenciais de análise a produção da violência como dimensão inseparável das representações estabelecidas em seu nome (WIEVIORKA, 1997). São representações, socialmente elaboradas, veiculadas pelos *media*, contribuindo para a reprodução de linguagens da violência (RONDELLI, 1998).

Jovem é encontrado degolado no Vila Velha”. Um jovem de 20 anos, viciado em droga, acusado de homicídios e envolvido com uma gangue foi morto de maneira cruel no bairro Vila Velha. Otaciano Martins dos Santos era conhecido por Cãozinho do Inferninho. O corpo dele foi encontrado degolado com os olhos furados, dedos decepados e orelhas cortadas e deu entrada, ontem de madrugada, na Perícia Forense. Para a Polícia, Otaciano foi torturado antes de ser executado. O caso está sendo apurado pela Delegacia do 17º Distrito Policial (Vila Velha). A Polícia ainda não sabe quem foram os executores. Sabe-se então que era jurado de morte por uma gangue da Alameda dos Jardins também no Vila Velha”. (O Povo, Fortaleza, 15/07/2012)

Impõe-se chamar a atenção, neste ponto, para o fato de que é um crime, classificado como cruel, ou delimitado, simplesmente, como “ação de crueldade”, em vez de ser definido moralmente, com origem nos sujeitos envolvidos, privilegia a forma como é perpetrado. Trata-se de uma taxionomia que não se contrapõe a uma definição sociológica da violência, no entanto, justapõe aspectos do senso comum e o dado espetacular da configuração de um fato jornalístico.

Medo e Insegurança: novas práticas de sociabilidades

A visibilidade e o aumento da violência e da criminalidade no Brasil e, especialmente, nas grandes metrópoles, mais recentemente nas *media* e até em pequenas cidades, provocam sensação intensiva de insegurança e medo. Existe preocupação nos estudos acadêmicos em detectar possível relação entre o sentimento de insegurança e o nível de violência. Isto não é plausível. Considero importante esta reflexão, por trazer elementos necessários para o alcance do que é o *medo*, o *medo social* e o que representam as distintas respostas individuais e/ou coletivas elaboradas e legitimadas perante a sensação de temor.

Em pesquisa realizada em Fortaleza, sobre Juventude e violência, um jovem habitante da periferia da cidade, analisando esta vivência com o medo, acentua preocupado: “viver com medo é viver pela metade” (BARREIRA et alii, 1999). Esta comoção de intranquilidade e insegurança configura, em grande parte, as nossas práticas de sociabilidades e passa a fazer parte do nosso cotidiano, alimentado, diariamente pelos meios de propagação coletiva¹¹.

É crescente o destaque, nos estudos sociológicos, da busca de compreensão do medo como aspecto intrínseco do campo da violência, bem como das práticas sociais contemporâneas.

Luzia Fátima Baierl assinala que o medo,

Como sentimento, relaciona-se com os sentidos, com a faculdade ou habilidade que os sujeitos possuem de perceber, analisar e classificar as coisas no mundo real. Ou seja, um conjunto de cenas, imagens, situações e fatos cotidianos despertam sentimentos de alegria, felicidade, ira, paixão, medo, raiva, tristeza, amor, compaixão, esperança, etc. Alerta para sentimentos prazerosos ou de espreita e de medo. Diz respeito às formas como as pessoas são afetadas em relação a cenas, situações e acontecimentos (2004, p. 38).

11 Para Barry Glassner, “Toda análise da cultura do medo que ignore a ação da imprensa ficaria evidentemente incompleta” (2003, p.33).

Tuan (2005)¹², analisando este fenômeno, colado às reações neuro-fisiológicas enfatiza no fato de que o medo é

[...] um sentimento complexo, no qual se distinguem claramente dois componentes: sinal de alarme e ansiedade. O sinal de alarme é detonado por um evento inesperado no meio ambiente. [...] Por outro lado, a ansiedade é um pressentimento de perigo quando nada existe nas proximidades que justifique o medo. (2005, p. 10).

Para Tuan (2005), nossas “mentes férteis” produzem curiosidades em que o conhecer leva a mais descobertas, geradoras de mais medo.

É importante destacar, no entanto o fato de que as práticas contemporâneas de sociabilidades levam em consideração as ações de se prevenir e de fugir do perigo, tendo como parâmetro o não conhecido. A admisão aos espaços e códigos sociais desconhecidos leva à insegurança e ao medo, ensejando ansiedades e pânico. Os espaços sociais passam a ser codificados: seguro – inseguro, tranquilo – perigoso. Nesta perspectiva, o medo é um sinal de alerta que previne as pessoas acerca de perigos, mas é também um elemento propulsor de ansiedades e ações irracionais.

Na inteligência de Baierl, “estudar o medo é avaliar como ele é produzido de maneira singular-coletiva em contextos sociais e individuais historicamente situados”. (2004, p. 48). A autora analisa os medos sociais como um tipo de “medo construído socialmente, [...] que tem sua gênese na própria dinâmica da sociedade. Medo *produzido e construído em determinados contextos sociais e individuais, por determinados grupos ou pessoas*”. (p. 48).

De acordo com Matos Junior,

[...] os medos sociais não podem ser pensados como categorias estáticas, mas como sentimentos relacionados às noções de es-

12 Agradeço a Clodomir Matos Júnior a indicação desses dois autores.

paço e tempo que apresentam diferentes matrizes geradoras. [...] Os medos socialmente e diferencialmente construídos, suas distintas afetações nos indivíduos e coletividades e sua qualidade enquanto sentimento nos leva a perceber que os mesmos não podem ser confundidos com suas reações sociais. (2009, p. 107).

Barry Glassner, analisando “histórias inacreditáveis e estatísticas exageradas”, exprime a noção de que,

[...] se o mistério sobre pânicos infundados inclui o fato de como eles são vendidos a pessoas que sofrem perigos reais com os quais se preocupar, no caso de temores mais justificáveis a questão é um pouco diferente. Nós temos de ter preocupações com a criminalidade, o consumo de drogas, o abuso de crianças e outras calamidades. A questão é: como nos atrapalhamos tanto sobre a verdadeira natureza e extensão desses problemas? (2003, p. 75).

É válido dizer que o sentimento de insegurança e de medo é uma prática social universalmente constituída. Esta prática, no entanto, é elaborada tendo como substrato o tempo e o espaço. Nesta perspectiva, sua intensidade se configura a partir de situações concretas vividas, em contextos e vulnerabilidades sociais, tal como observou Irllys Barreira (2011):

O medo na cidade pode ser visto como a incapacidade de dominar os códigos de convivência. A forte demanda feita de vigilância, feita às instituições, está presente em vários discursos e denúncias da população. A certeza do ir e vir, que caracterizava a crença no funcionamento das atividades cotidianas é gradativamente substituída pela sensação de vulnerabilidade. (2011, p. 99).

A relação entre violência e medo é representada como um *moto continuo* entre violência/medo/violência. Nas relações sociais, constituídas pela égide da insegurança e do medo, é destacado o fato de que

a violência propicia um medo e este impulsiona mais violência. Neste diapasão, configura-se um círculo vicioso em que a grande meta coletiva, na busca da volta à normalidade social, é romper com este círculo. A este círculo, hoje, é aportada mais complexidade, passando ele a ser analisado como uma espiral, na medida em que a violência proporciona um medo, que se transmuta na necessidade de mais controle e normas mais rígidas, deixando transparecer novas formas de dominação e poder. Estas relações mais complexas socialmente, resultado da existência de práticas violentas e medos, trazem como resultado diferentes formas de manifestações de violência, de mais difícil compreensão e mais custosa situação e controle. As bases de sustentação, no sentido weberiano, ficam sempre mais complexas e de laboriosa extensão. Se o primeiro passo para domar determinadas práticas é o controle e o entendimento de suas bases de sustentação, o fenômeno da violência é revestido de uma capa protetora praticamente intransponível.

Nesta perspectiva efetiva-se

[...] uma pluralidade de normas sociais, algo mais do que o próprio pluralismo jurídico, levando-nos a ver a simultaneidade de padrões de orientação da conduta muitas vezes divergentes e incompatíveis, como, por exemplo, a violência configurada como linguagem e como norma social para algumas categorias sociais, em contraponto àquelas denominadas de normas civilizadas, marcadas pelo autocontrole e pelo controle social institucionalizado. (TAVARES DOS SANTOS, 1999, p. 21).

A violência difusa e a sensação de insegurança que marcam profundamente as relações sociais na contemporaneidade portam novas práticas de sociabilidades, bem como outros cenários urbanos. As sociabilidades, atualmente, em grande parte são conduzidas e delimitadas pelo medo e pela sensação de insegurança prevalente. A violência está adestrando os comportamentos sociais, delimitando o que é possível e o impossível, o permitido e o negado, o proibido e

o aceito socialmente. As classificações morais dos lugares perigosos são cada vez mais crivadas de cuidados e proibições, intensivamente constituídas e baseadas em preconceitos, estigmas e estereótipos. Vivencia-se um momento de negação de uma atitude *blasé*, nomeada por Simmel, caracterizada por um comportamento distraído, indiferente e contemplativo. Hoje o comportamento é assinalado pela atenção e pelo cuidado. A visão atenta e vigilante, bem como o andar preocupado, configura o comportamento da pessoa moderna, contrária à atitude *blasé*, mesma forma que o cantado e decantado *flâneur*, de Charles Baudelaire.

Neste campo, tem saliência a ampliação de práticas juvenis que passam a ser divisadas como atos delituosos, passíveis de punição. A intolerância fornece os contornos de práticas diferentes que alçam à grandeza de ações criminais.

Na lição de Michel Misse (2006), a sujeição criminal arrima-se na:

[...] transgressão, cuja criminalização é socialmente justificável, desliza para a subjetividade do transgressor e para sua individualidade, reificando-se socialmente como caráter ou enquadrando-o num tipo social negativo. Essa noção parece-me tanto mais interessante quanto maior for a capacidade do poder de definição de antecipar (ou prever) a adequação da incriminação a um indivíduo e de construí-lo como pertencente a um tipo social. Amplia-se a sujeição criminal como uma potencialidade de todos os indivíduos que possuam atributos próximos ou afins do tipo social acusado. (2006, p.175).

O não respeito à diferença, a intolerância e os preconceitos pautam os espaços de “sociação”, no sentido de Simmel, com o diferente sendo representado como perigoso. Os cenários urbanos são objeto de profundas mudanças em suas estéticas visuais. Os muros altos, as cercas elétricas e as grades pesadas padronizam as arquiteturas urbanas. O diferente é homogeneizado, buscando-se uma segurança privada da família ou individual. É a proteção da vida e do patrimônio

que norteia as ações individuais. Estas proteções, em nome de uma segurança, também definem novas práticas de convivências sociais. O medo e a sensação de insegurança permanente levaram as pessoas a posições extremas de busca pelo isolamento e proteção pessoal.

A edificação de condomínios fechados e a elevação dos muros, além da contratação de serviços privados de segurança, passaram a responder a muitos dos anseios das classes médias e altas. Estas “alternativas” são muitas vezes criticadas pelo comodismo e pela ausência de responsabilização individual, em face da situação de crise das formas de convivência social solidárias. As práticas individualistas e as saídas coletivas são confrontadas, bem como as opções particulares e públicas.

Tavares dos Santos (1999) destaca, em suas análises sobre a emergência do fenômeno da violência e os limites da formação política da Modernidade, uma nova morfologia do social

[...] produzida pelo processo de formação da sociedade global que apresenta múltiplas dimensões, as quais podem ser assim sintetizadas: produziram-se, além da metamorfose das classes sociais, outras transversalidades na produção da organização social, tais como as relações de gênero, as relações raciais, as relações entre grupos culturais e entre dispositivos poder-saber. (1999, p. 20).

Na sua compreensão,

Desenha-se um espaço social constituído por estruturas, posições e trajetórias de agentes, portanto, complexo e multidimensional. [...] Multiplicaram-se as formas de organização dos grupos sociais, para além dos interesses socioprofissionais, mediante as infindáveis possibilidades de associações, em torno de interesses e de objetivos variados. [...] Desencadeiam-se processos variados de formação e de consolidação do tecido social, por grupos que organizam conflitivamente seus interesses particulares e se articulam em poliformes contratos de sociabilidade. (1999, p. 20).

Nesta perspectiva, são apontadas profundas mudanças nas principais instituições responsáveis pelos processos de socialização, como a família e a escola. Tais instituições são alvo de intensos processos de desinstitucionalização.

É fato que as estatísticas demonstram um crescimento significativo, no Brasil, das taxas de criminalidade em geral e, sobretudo, das relativas aos assassinatos.

É importante para se refletir sobre o fenômeno da violência o fato de que as sociedades ditas “civilizadas” reduziram acentuadamente os crimes que atentam contra a vida – o número de assassinatos é praticamente insignificante, por exemplo, nos países escandinavos –, além de conseguirem estabilizar os crimes contra o patrimônio.

No caso da sociedade brasileira contemporânea, a questão fundamental para a análise de um possível comportamento violento é o fato de existir uma tendência delineada de aumento dos índices gerais de criminalidade, tanto para os crimes contra a vida, quanto para aqueles lesivos ao patrimônio, para os últimos 20 anos.

Alguns elementos para pensar a violência difusa

As taxas elevadas de homicídios, bem como os índices de delitos contra o patrimônio, ao que adito a intensa sensação de insegurança e medo, situam na ordem do dia a temática da violência e, especialmente, o vivenciar de uma violência difusa. O volume de perguntas, com uma boa parte sem resposta, intranquiliza a população brasileira, dando concretude a uma possível “cultura do medo”.

Quais são as consequências sociais e psíquicas para as pessoas socializadas com a perpetuação deste quadro de insegurança e medo? Que razões impedem o estabelecimento de um processo de pacificação social?

São perguntas difíceis de responder ou explicar de modo plausível. Foram, em grande parte, no entanto, estas questões que provocaram o interesse de um conjunto diversificado de instituições sociais, políticas e econômicas, em especial, os laboratórios, núcleos e institutos

vinculados às universidades, para empreender pesquisas empíricas a respeito do problema do crescimento da violência e suas conexões com a sensação de insegurança e medo.

Toda uma produção de conhecimento baseada em dados quantitativos e qualitativos foi ativada para tentar compreender e explicar o fenômeno da violência e suas conexões com o campo social; uma produção que avança ou aponta para algumas conclusões, podendo ser destacado o fato de que a causalidade da violência jamais decorre de um só fator, mas sempre de um conjunto de determinantes fatores em contextos precisos, social e culturalmente. Um dado novo e bastante explosivo coincide com as diferentes manifestações de práticas de uma violência difusa, as quais produzem barreiras sociais e reforçam os estigmas, tendo como resultado a criação de outras bases de sociabilidades, configurando o intolerável, o perigoso e, principalmente, o incontrolável.

A sensação de insegurança e o medo social no Brasil têm profunda relação com o crescimento dos homicídios e da criminalidade, com a configuração de uma violência difusa, mesmo mantendo o quadro de existência de “vítimas preferenciais” e a classificação de “crueldade” das práticas criminosas. O cenário violento tem, no entanto, uma relação direta, também, com a ampliação do espectro da criminalização de práticas sociais. Colhe, neste plano, uma dimensão paradigmática deste fenômeno a criminalização de práticas juvenis.

O termo “difuso”, trabalhado no artigo, permite qualificar, fundamentalmente, o fenômeno da violência na contemporaneidade, assumindo uma dimensão polifônica, direcionando para uma “sensação difusa de insegurança”, bem como para “difusos medos sociais”. O difuso configura claramente o incontrolável e o imponderável.

O difuso medo social perfaz também intransponíveis barreiras sociais, atingindo diretamente os princípios de cidadania. É importante não negar, entretanto, o fato de que está sendo gestada, no Brasil, uma sociedade mais consciente dos seus direitos, com princípios de cidadania e ampliação dos direitos sociais e políticos.

Finalizando, é importante destacar a ideia de que a compreensão sociológica da violência exige não situá-la em oposição ou polo ex-

tremo à pacificação; nem a visão de um provisório *continuum*, que supõe o seu fim, com origem nalgum momento; tampouco a versão de uma polaridade sociológica que associa a violência a qualquer forma de “a-normalidade”. O conceito de violência difusa agrega-se a uma necessidade de entender a radicalidade dos conflitos na sociedade contemporânea.

Referências

ADORNO, Sérgio. (1993), A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. IN: BIB. *Boletim Bibliográfico e Informativo em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 35, p. 3-24.

ARENDT, Hannah. (2000), *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

BAIERL, Luzia Fátima. (2004), *Medo Social: da violência visível ao invisível da violência*. São Paulo: Cortez.

BARREIRA, César. ADORNO, Sérgio. (2010), A Violência na Sociedade Brasileira. In *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: sociologia/* Coordenador Geral Carlos Benedito Martins; Coordenador de área Heloisa Helena T. de Souza Martins – São Paulo: ANPOCS.

BARREIRA, César. (2009), Tueurs à gages et conflits interpersonnels dans le Brésil urbain: d anciennes pratiques reconsidérées. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. 1, p. 315-337

BARREIRA, César. (2008), *Cotidiano Despedaçado - Cenas de uma violência difusa*. São Paulo: Pontes Editora.

BARREIRA, César. (1998), *Crimes por encomenda: a pistolagem no cenário brasileiro*. Coleção Antropologia da Política, Rio de Janeiro, Ed. Relume Dumará.

BARREIRA, César e et al. (1999), *Ligado na galera – juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza*. Brasília: Edições UNESCO Brasil.

BARREIRA, Irllys. (2011), A cidade e o medo. IN: *(in)Segurança e Sociedade – treze lições*. Campinas: Editora Pontes.

BARRY, Glassner. (2003), *Cultura do Medo*. São Paulo: Francis.

BOURDIEU, Pierre. (1989), *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL.

CÂNDIDO, Antônio. (1975), *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.

CARONE, Edgar (1969), *A Primeira República*. São Paulo, Ed. Difusão Européia do Livro.

FACÓ, Rui. (2009), *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

FRANCO, Maria Sylvia C. (1997), *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Fundação editora da UNESP.

FREYRE, Gilberto. (1999), *Casa Grande e Senzala*, Rio de Janeiro / São Paulo, ed. Record.

KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula. (2000), Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. BIB. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 50, p. 45-123.

LIMA, Renato, S. (2011), *Entre Palavras e Números: violência, democracia e segurança pública no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial.

MATOS JUNIOR, Clodomir. (2008), *Violencia, Cidadania e Medo: vivencias urbanas em Fortaleza*. Universidade Federal do Ceará: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, (Mimeo).

MISSE, Michel. (2006), *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

QUEIROZ, Maria I. (1977), P. *Os Cangaceiros*. São Paulo, Duas Cidades Editora.

RONDELLI, Elizabeth. (1998), Imagens da Violência: práticas discursivas. *Revista de Sociologia da USP: Tempo Social*. v.10, nº 2, São Paulo.

SÁ, Leonardo (2010), Damasceno de. Guerra, *Mundão e Consideração. Uma etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Universidade Federal do Ceará, (mimeo).

SIMMEL, Georg. (1992), *Le Conflit*. Paris, Éditions Circé.

TAVARES dos SANTOS, José Vicente. (1999), Novos processos sociais globais e violência. *São Paulo Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 3, Sept. .

TUAN, Yi-Fu. (2005), *Paisagem do Medo*. São Paulo: UNESP.

VELHO, Gilberto. (1996), Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. IN: *Cidadania e violência*, Gilberto Velho e Marcos Alvito (Org.). Rio de Janeiro: editora UFRJ :editora FGV.

WIEVIORKA, Michel. (1997), O novo paradigma da violência. Revista de Sociologia da USP: *Tempo Social*. v. 9, nº 1, São Paulo.

ZALUAR, Alba. (1999), Um debate disperso: Violência e crime no Brasil da redemocratização. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 13, n.3, p. 03-17, 1999.

Artigo recebido em janeiro de 2013 | Aprovado em março de 2013

Paulo Henrique Martins*

REVISITANDO OS FUNDAMENTOS DAS MODERNIDADES PERIFÉRICAS: DÁDIVA, MERCADO E PACTO COLONIAL

RESUMO

As particularidades das modernidades nas atuais sociedades pós-coloniais na América Latina se explicam a partir da análise do caráter paradoxal dos pactos coloniais. Tais paradoxos resultam da variedade de lógicas instituintes do imaginário sócio-histórico da colonização, em particular aquelas da dádiva e do interesse mercantil, que influíram sobre os processos de desenvolvimento periféricos. Diríamos que a colonialidade contribuiu com seu próprio artesanato para a configuração da sociedade global e que ela continua sendo importante para entender certas particularidades do desenvolvimento do capitalismo e das possibilidades de reação altersistêmicas ao capitalismo no sistema-mundo.

Palavras-Chave: Modernidade. Colonialidade. Artesanato. Sociedade Global.

REVISITING THE FOUNDATIONS OF PERIPHERAL MODERNITIES: GIFTS, MARKETS AND THE COLONIAL PACT

Paulo Henrique Martins

ABSTRACT

The specific forms assumed by modernity in contemporary postcolonial societies in Latin America can be explained through an analysis of the paradoxical nature of colonial pacts. These paradoxes result from the variety of logics informing the sociohistorical imaginary of colonization, in particular those of the gift and market interest, which have heavily influenced processes of peripheral development. We could say that coloniality contributed its own craft to the configuration of global society and that it continues to be important in terms of understanding specific features of the development of capitalism and the possibilities for altersystemic responses to capitalism within the world system.

Keywords: Modernity. Coloniality. Craft. Global Society.

* Doutor em Sociologia - Université de Paris I (Pantheon-Sorbonne) (1980 e 1991) com Pós-doutorado na Universidade de Paris-Nanterre (2001); É Professor Titular de Sociologia da UFPE e atual Presidente da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS) (2011-2013). É Vice-Presidente da Associação Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (MAUSS) e Coordenador do NUCEM (Núcleo de Cidadania e Processos de Mudança (UFPE). É pesquisador do CNPq e temem produção acadêmica na área de Sociologia, particularmente nas áreas de Teoria Sociológica e Estudos Pós-Coloniais, Estudos sobre a Dádiva; Sociologia da Saúde e Sociologia do Poder.



REVOIR LES FONDEMENTS DES MODERNITÉS PÉRIPHÉRIQUES: DON, MARCHÉ ET PACTE COLONIAL

Paulo Henrique Martins

RÉSUMÉ

Les particularités des modernités dans les sociétés postcoloniales actuelles de l'Amérique latine s'expliquent à partir de l'analyse du caractère paradoxal des pactes coloniaux. De tels paradoxes résultent de la variété des logiques instituant de l'imaginaire sociohistorique de la colonisation, en particulier celles du don et de l'intérêt mercantile qui ont influencé les processus de développement périphériques. Nous dirons que la colonialité a contribué avec son propre artisanat à configurer la société globale et qu'elle reste encore importante pour comprendre certaines particularités du développement du capitalisme et des possibilités de réactions alter systémiques au capitalisme dans le système monde

Mots-clés : Modernité. Colonialité. Artisanat. Société globale

Paulo Henrique Martins

REVISITANDO OS FUNDAMENTOS DAS MODERNIDADES PERIFÉRICAS: DÁDIVA, MERCADO E PACTO COLONIAL

Lógicas da colonização e choques culturais

Nossa reflexão sobre as modernidades em sociedades como as latino-americanas e a brasileira no interior do sistema-mundo (Wallerstein, 2004, 2011) se baseia no desenvolvimento recente das teses pós-coloniais e descoloniais (DUSSEL, 1993 e 2005; LANDER, 2005; QUIJANO, 2000 e 2005; MIGNOLO, 2005, SANTOS, 2008; GROSGOUEL, 2010), que apontam para a importância de se rever a sociedade global a partir de uma pluralidade de contextos (pós-colonialidade) e de se desconstruir os mitos e crenças que fundam o eurocentrismo como esfera teleológica do desenvolvimento humano (descolonialidade). Enfim, as Ciências Sociais têm o desafio de entender as particularidades e diferenças de modelos de desenvolvimento e de experiências de modernidades nos territórios periféricos e este texto objetiva trazer algumas reflexões nesta direção a partir das singularidades dos processos coloniais. As teses descoloniais ou *decoloniales*¹,

1 O termo decolonial se inspira daquele francês *décolonial*. A. Quijano prefere usar este termo à descolonial que, no seu entender, está limitado por um entendimento cronológico do colonial. Diferentemente, o termo decolonial expressa mais claramente a noção de desconstrução, que também revela a força da filosofia francesa contemporânea de Foucault, Derrida, Deleuze e outros nas abordagens pós-coloniais. Neste texto, logo, quando falamos de



em particular, avançam na crítica radical à utopia moderna do crescimento econômico ilimitado, recusando a ideia da colonização como um processo unidirecional produzido pela expansão do movimento eurocêntrico. O reconhecimento da diferença não é um valor secundário, mas, ao contrário, um passo decisivo para se entender as variadas e conectadas formas de organização das modernidades-mundo.

Um dos primeiros autores a se posicionar explicitamente sobre o assunto foi o palestino E. Said (1979), quando demonstrou que a orientalização foi uma perspectiva construída pelo Ocidente para explicar a presença do diferente num contexto de dificuldades do europeu em lidar com a força da cultura “oriental”. De fato, tal reconhecimento do diferente se realizou na ótica da dominação colonial e por uma hierarquia axiológica que coloca em lugar prioritário os atributos do eurocentrismo – como aqueles da pretensa superioridade da raça branca, da dominação masculina, do cristianismo e do racionalismo cartesiano – sobre os atributos de culturas não europeias. Outros autores, desde então, passaram a trabalhar com a tese das múltiplas modernidades (Eisenstadt, 2001; Quijano, 2005; Schmidt, 2006), buscando diferenciar ocidentalização e modernidade e compreender os diferentes processos de modernização do sistema-mundo.

O reconhecimento da existência de diversos modos de tecer o moderno dentro do processo de Ocidentalização do mundo é muito relevante para se entender as novas modalidades de questionamento e de reorganização da vida social neste contexto de reajustes do sistema global. Há um texto emblemático para ilustrar esta complexidade da emergência do moderno a partir da consideração do elemento colonial, a saber, *1492. O encobrimento do Outro: a origem do mito da modernidade*, escrito por E. Dussel. Neste livro, o autor questiona a tese de que a modernidade é um fenômeno exclusivamente europeu, buscando demonstrar a importância da relação dialética entre europeu e o

pós-colonial, estamos nos referindo não a uma cronologia depois da colônia, mas a um pensamento crítico que visa desconstruir a colonialidade, seguindo uma tendência em expansão nos estudos pós-coloniais (Martins, 2012).

não europeu. Dussel propõe, então, a afirmação de uma alteridade do Outro, de modo a incluir aqueles que foram negados pelo processo colonial e sugere igualmente se pensar a *transmodernidade* como projeto mundial de libertação (DUSSEL, 1993: 187).

Falar de múltiplas modernidades implica de imediato adotar noções estratégicas como aquelas de tradução (conversão ou adaptação de ideias e imagens entre lógicas culturais diversas), zonas de contato (espaços de confrontação e de negociação entre atores pertencentes a imaginários sociais e históricos diferentes) ou hibridismo (mescla de elementos culturais diversos), que vêm sendo divulgadas por pensadores pós-coloniais (Bhabha, 2010; Santos, 2008), contribuindo para repensar as teorias dos conflitos a partir dos “choques culturais” introduzidos pela colonialidade. Os momentos fundadores da colonização planetária nos permitem ver a importância sócio-histórica desses choques culturais que tiveram lugar em diversas zonas de contatos² abertas pela conquista da Ásia, África e América, e como tais choques contribuem para o entendimento da pluralidade de modernidades emergentes nos últimos séculos. Estes choques culturais influenciaram fortemente a direção da colonização: os mecanismos de produção de identidades e de valorização de etnias e gêneros, a formação do poder burocrático colonial, a constituição das hierarquias de reconhecimento, a apropriação e distribuição dos territórios e das riquezas naturais e humanas. Os momentos iniciais da fundação do pacto colonial revelam, em especial, a complexidade dos elementos religiosos, culturais, linguísticos, políticos e econômicos que intervieram na construção social da realidade e que explicam as especificidades interculturais de cada situação concreta.

2 Segundo o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, a teoria pós-colonial não pode limitar a definição da noção de zona de contato aos encontros de totalidades culturais como o fazem diversos autores. É preciso também, explica ele, trabalhar com as diferenças culturais particulares e compreender que estas, em um determinado espaço-tempo, podem entrar em competição para dar sentido a certa orientação de ação (Santos, 2008: 130).

A intensidade e o ritmo dos choques culturais variaram paralelamente à diversidade das experiências coloniais e à intensidade do confronto ideológico que daí resultou. As ações colonizadoras em regiões como a China, a Índia, o Egito, o Havaí e o Brasil mostram a presença de choques culturais e econômicos comuns que se referem contraditoriamente ao discurso da uniformização planetária do Ocidente, o qual, para alguns, transformou-se em uma máquina social sem controle (LATOUCHE, 1989). A ideia de múltiplas modernidades tem relação, logo, com a reação do Outro encoberto pelo Ego europeu (DUSSEL, 1993), que se revelou por reações bastante diferentes ao projeto de ocidentalização, obedecendo às particularidades históricas de cada sociedade e cada cultura. Há, logo, dois movimentos paralelos a serem registrados que explicam a dialética das modernidades plurais: o do impacto da conquista eurocêntrica sobre as culturas locais a partir da lógica de colonialidade, e, no lado contrário, aquele das reações e impactos culturais inversos das periferias sobre o centro, o que alterou inclusive a configuração cultural deste a partir da introdução de especiarias, gastronomias, tecnologias e referências culturais diversas.

Cada contato cultural entre europeus e não europeus desencadeou experiências peculiares de intercâmbios materiais e reconhecimentos ritualizados; de hibridismos que são conectados, mas cujos elementos nem sempre são redutíveis entre si. Tomemos apenas um caso do processo colonial, o da “América Latina”, cuja enunciação é uma violência semântica contra os povos originários ao eleger o navegante Américo Vespúcio e a etnia dos ladinos como marcas territoriais e políticas (Martins, 2012). Assim, em algumas situações do processo da colonização ibérica no novo território inicialmente chamado de “Índias” – antes de tornar-se “América Latina” –, o impacto colonizador consistiu na eliminação – por meio de violência física ou violência cultural – de séries inteiras de populações indígenas, como foi verificado em países como Argentina, Chile e Brasil. Em outras situações, entretanto, como nos Andes peruano, equatoriano e boliviano, ou na Guatemala e no México, os autóctones conseguiram preservar suas

memórias e tradições, apesar da violência colonizadora, e isto constitui hoje um fator importante de mobilização política e cultural. Em outras partes do planeta, sobretudo no contato com civilizações antigas e consolidadas, como Índia, China e Japão, os europeus enfrentaram dificuldades importantes para a expansão colonial. Caso emblemático é o dos portugueses no Japão, onde foram rechaçados inúmeras vezes pelas nobrezas militares locais, sem conseguirem estabelecer, por conseguinte, as bases da colonização ibérica naquela região asiática. Em cada um desses momentos, o que se verificou foi o deslizamento semântico do conceito de Europa no movimento de estruturação do sistema “centro-periferia” (DUSSEL, 2005, 47).

A seguir, vamos nos deter na apreciação da colonização na América Latina para poder compreender mais de perto algumas particularidades do processo de colonialidade. Esta reflexão não tem apenas valor heurístico, sendo importante para se compreender a natureza do poder e da dominação na atualidade das sociedades pós-coloniais na região.

A aventura colonial nas “Índias”: dádiva, religião e mercado

Os primeiros encontros entre os conquistadores ibéricos e as comunidades originárias dos territórios das “Índias” são muito relevantes para se entender os sentidos da colonização nesta parte do mundo que chamamos de América Latina. A aventura colonial encerra informações que são muito importantes para a compreensão teórica do pacto colonizador nessas sociedades do Sul e tais informações podem ser sintetizadas em três noções centrais: dádiva, religião e mercado.

Para melhor entender a importância desta teorização sobre a natureza das novas zonas de fronteiras fundadas pelo impacto colonial, é preciso integrar uma abordagem mais aprofundada das relações de força aqui presentes, a qual apenas pode ser compreendida através da análise dos sistemas de troca e de dádiva, como discutiremos mais à frente. Através da dádiva podem-se identificar os choques culturais que refletem as presenças de dois imaginários antagonistas: por um

lado, o imaginário racionalista europeu, baseado na separação ontológica entre Homem e Natureza;³; por outro lado, o imaginário expressivo e holístico dos povos originários, que identifica uma relação orgânica entre o ser humano e a natureza ambiental e espiritual. Neste último imaginário, Cultura e Natureza são categorias ontológicas que se misturam e nele o ser humano apenas organiza sua identidade no mundo enquanto for capaz de interagir dialogicamente com os demais seres vivos, como as plantas e os animais. Ou seja, não há separação ontológica entre cultura e natureza e, por isso, há um sistema simbólico integrado e muito expressivo, formado por diversas classes de seres que interagem ritualmente na organização do mundo. O ser humano constitui, neste imaginário, apenas uma dessas classes de seres (VIVEIROS DE CASTRO, 2004).

Nossa hipótese é, assim, que não se pode compreender a verdadeira importância sócio-histórica do contato cultural⁴ fundador do pacto colonial na América Latina caso não superemos dois reducionismos

3 Esta representação dualista ainda tão viva hoje no imaginário europeu moderno foi resultado da concepção cristã de um mundo organizado a partir da separação *a priori* entre, por um lado, deus – que havia criado as coisas – e o homem (humano) – que havia sido criado por deus, mas que não era deus – e, por outro, a natureza – que não era uma expressão divina mas que poderia ser objeto de manipulação pelo divino através do homem (Lander, 2005: 24-25). Não é nosso objetivo aqui aprofundar esta discussão crítica do dualismo ontológico da cultura europeia e de seu objetivismo científico, pois isto já foi feito diversas vezes por vários autores, e de forma magistral por Merleau-Ponty em seu *Phénoménologie de la Perception* (Merleau-Ponty, 1945). Nos limites da abordagem pós-colonial que discutimos aqui, desejamos simplesmente sublinhar que esta dualidade constitutiva do imaginário europeu influenciou decisivamente o choque cultural na aventura colonial. As zonas de contato então estabelecidas foram abaladas por olhares e sorrisos, mas também por expressões coléricas, agressões físicas e ações sanguinárias. A questão era saber como dar continuidade a uma aventura, a do Ocidentalismo, que iria influenciar os destinos de todos aqueles implicados.

4 Não podemos esquecer igualmente a importância de Roger Bastide na exploração dessas zonas de contato. Suas pesquisas consagradas às relações interétnicas e aos fenômenos religiosos afro-brasileiros foram decisivas para problematizar uma etnologia que praticava a “superstição do primitivo”. Ver sobre este assunto os textos do colóquio sobre Roger Bastide, ocorrido em Cerisy-la-Salle em 1992 (Laburthe-Tolra, 1994). Do mesmo modo, não podemos negligenciar a contribuição de M. Weber para a construção de enfoques multi-históricos e pós-coloniais com sua tese das múltiplas racionalidades da ação social, permitindo entender que a realidade é constituída por várias lógicas que não são redutíveis entre si (Weber, 1979; Kalberg, 2010).

teóricos. O primeiro reducionismo procura limitar o processo colonizador na América Latina a um empreendimento econômico e exportador, desvinculado dos elementos culturais e históricos particulares. Esta leitura limitada da realidade negligencia o que nos ensinaram Mauss e Polanyi sobre as relações complexas da economia com outras determinações sociológicas e antropológicas e também sobre o entendimento da economia de mercado como um fato cultural historicamente delimitado⁵. A aventura colonizadora não pode ser compreendida apenas pelas abordagens econômicas tradicionais propostas pela sociologia europeia, que tem privilegiado as determinações mercantilistas na organização do processo de colonização. Porém, também é importante não cair em outra leitura simplificada, na qual se substitui a determinação econômica por qualquer outra determinação monodimensional, como é o caso do estruturalismo lévi-straussiano, que substitui o determinismo materialista pelo determinismo cultural e simbólico. Todo determinismo tende ao essencialismo, negligenciando o valor instituinte da ação humana ou as “lutas dos homens”, termo usado por C. Lefort na crítica a estruturalismo ainda no ano de 1951 (LEFORT, 1979).

Outro reducionismo ideológico representa o momento colonizador como o confronto entre uma civilização pretensamente avançada e uma série de sociedades “selvagens” e inferiores, cujas imagens excitaram os primeiros conquistadores e alimentaram o imaginário eurocêntrico durante séculos. Este raciocínio leva à conclusão perversa sobre a unilateralidade da modernidade que já denunciávamos no início do artigo, a saber, a de que a modernidade é sempre europeia e que a formação das sociedades coloniais foi, sobretudo, o resultado direto da força civilizadora dos conquistadores. No entanto, esta conclusão superficial não resiste ao confronto com a realidade empírica que nos é revelada pelas narrativas da colonização. Naqueles momen-

5 Segundo Mauss (1999) e Polanyi (1944), a operação mercadológica é sempre determinada por fatores culturais, tanto nas sociedades tradicionais, quanto nas sociedades modernas.

tos iniciais da colonização planetária, foram observados impactos significativos de caráter intercultural em várias partes do globo. Isto é testemunhado, por exemplo, por M. Sahlins, ao descrever o contato entre os ingleses comandados pelo Capitão Cook e os indígenas do Havaí (SAHLINS, 2003), ou por T. Todorov, em sua análise do confronto entre espanhóis e populações ameríndias (TODOROV, 1988).

Na América Latina, a força militar dos conquistadores certamente contribuiu para a fragmentação dos sistemas sociais locais, incluindo os de civilizações mais avançadas, como os astecas, no México, e os incas, no Peru. No entanto, essa fragmentação não implicou automaticamente a eliminação dos sistemas sociais, culturais e religiosos locais. Estes sobreviveram de diversas maneiras aos impactos culturais e militares exógenos, seja pela busca de preservar o espírito da tradição, como observamos nos povos do altiplano boliviano e peruano, seja por experiências sincréticas e híbridas, que são bastante visíveis nas manifestações artísticas e religiosas e nas tecnologias do cuidado. O reconhecimento do valor político e cultural destas reações é hoje exaltado na escola colombiana de sociologia por autores que propõem uma ecosofia da sabedoria, ou seja, o propósito de repensar o mundo da vida a partir da valorização da festa e da dissidência estética, as quais ressignificam as formas sociais coloniais em novas lutas da cidadania (RESTREPO, 2010).

No desenvolvimento deste artigo é, então, importante apresentar as interpretações teóricas reducionistas para melhor compreender a natureza complexa das relações entre capitalismo e colonização, entre lógica mercantilista e lógica simbólico-religiosa da dominação colonial. Nesta direção, observamos que as realidades das zonas de contatos foram palcos de gestos de amizade rapidamente substituídos por gestos de protestos e de recusa do outro e vice-versa. Ou seja, se num primeiro momento o modelo de dominação implantado pelos conquistadores obedecia a uma pluralidade de lógicas, num segundo momento ela se desdobrou em um movimento de tensões e conflitos, revelando a luta pela hegemonia do modelo cristão-mercadológico europeu. Em suma, a colonialidade evoluiu nas tensões entre dádiva, religião e mercado.

A dificuldade dos estrangeiros europeus em aceitar os rituais sacrificiais das etnias locais teve sua contrapartida histórica nas resistências e nas tentativas de preservar memórias e tradições. Pesquisas revelam a importância das resistências políticas e culturais ao poder colonial por parte das populações originárias ou adaptadas. Na dança, na música, na religião, na preservação de memórias ou de rituais secretos e comunitários reproduzidos em aldeias indígenas ou em antigos “quilombos” se observa a presença atualizada da tradição não-ocidental. Do mesmo modo, economias não monetárias baseadas na reciprocidade e na dívida, que existiam antes da chegada dos conquistadores, também continuam a se reproduzir hoje, como mostra Emília Ferraro a partir do caso equatoriano (FERRARO, 2004)⁶.

A complexidade deste contexto do pacto fundador do processo colonial exige, assim, a adoção de uma perspectiva teórica mais complexa, que facilite entender os rumos das modernidades periféricas entre o interesse mercantil, por um lado, e a variedade de motivos culturais e de reações políticas que estiveram presentes e que se reproduzem nas zonas de contato e nos espaços de tradução semiológicos, por outro. Neste sentido, entendemos que a crítica pós-colonial se enriquece com o diálogo mais amplo com a abordagem antiutilitarista que sugere considerar a relação entre motivações econômicas e não econômicas (CAILLÉ e CHANIAL, 2010). A associação da crítica desde o Norte com aquela desde o Sul (MARTINS, 2012) facilita se formularem soluções teóricas interessantes para o alargamento da base analítica do processo de colonialidade. Aqui, é preciso lembrar que o paradigma da dádiva permite a síntese destas abordagens, na medida em que facilita a compreensão da pluralidade de motivos para a ação

6 No campo acadêmico, pode-se dizer que as interpretações utilitaristas e econômicas restritivas do processo colonizador – agricultura de exportação, formação da burocracia colonial, trabalho escravo, entre outros – são importantes, mas muito limitadas para explicar a complexidade do imaginário sócio-histórico da colonização. Os esforços de aculturação dos locais sempre geraram reações contrárias importantes, como vemos hoje com os movimentos sociais e culturais que questionam profundamente o eurocentrismo, como os movimentos indígenas e ambientalistas.

na própria descrição da troca de bens e da circulação de objetos que constituem o “fato social total”. Assim, a dádiva aparece como central para esta revisão teórica, na medida em que ajuda a ressituar a troca mercantil em um quadro de troca “total” mais largo e regido por uma série de razões que ultrapassam a lógica econômica (MAUSS, 1999).

O paradigma da dádiva e a crítica teórica ao evento colonial

O paradigma maussiano da dádiva (GODBOUT e CAILLÉ, 1992; CAILLÉ, 2000, 2005 e 2009; GODBOUT, 2000 e 2007; MARTINS, 2005 e 2008) aparece como uma abordagem decisiva para a desconstrução teórica do pacto colonial e para fazer avançar a crítica descolonial. Os estudos sobre a dádiva permitem a organização de uma abordagem transdisciplinar da ação que nos leve a considerar a empresa colonial como algo mais complexo que o simples interesse mercantilista. O paradigma da dádiva permite revelar as características do pacto colonial originado a partir do choque entre o imaginário eurocêntrico do conquistador e o imaginário cosmocêntrico das populações autóctones e revela, também, a importância deste pacto para o entendimento do pós-colonial hoje. Para que a dádiva seja integrada como uma referência teórico-metodológica central neste esforço de esclarecimento das origens míticas da colonização, é preciso demonstrar que o pacto colonial ainda constitui uma violência epistêmica contra as culturas locais, independentemente dos contextos históricos particulares. Essa violência, explica Castro Gomes (2005), é a negação da diferença, que foi justificada por uma norma religiosa (o bem cristão contra o mal pagão) e uma norma econômica (o interesse mercantil e monetário contra a economia de troca não monetária).

O sistema da dádiva valoriza a moral do interesse para a valorização da prática social, mas o inscreve num campo mais amplo de motivações que inclusive incluem modos diversos de interesse (materiais, políticos, psicológicos, espirituais) e sentidos também variados (interesse por mim e interesse pelo outro), ampliando o entendimento do processo de associação. Ela explica que esta redução sistemática

da prática social ao único jogo do interesse utilitário é insustentável, pois tal reducionismo deixa escapar, definitivamente, o essencial daquilo que importa aos humanos já que “é porque aspiram mais a ser reconhecidos que a acumular que os homens não são redutíveis à figura utilitarista do *homo economicus*” (CAILLÉ, 2009: 5). Esta capacidade de compreender que a ação humana é regida por diversas determinações paradoxais (interesse x desinteressamento⁷ e obrigação x liberdade) nos convida a ver no processo colonial um campo ampliado de construção discursiva, que combina fatores econômicos imbricados com outros culturais e religiosos. E, ao nos debruçarmos sobre os rituais do pacto fundador, percebemos de imediato que a dívida foi a condição necessária para organizar o contato cultural entre os europeus e os povos originários. Os diversos rituais estabelecidos nas zonas de contato inicialmente figurados pelas trocas de facas e anzóis por penas coloridas de pássaros tropicais ou por milho e outros alimentos, foram decisivos para se criar um espaço de tradução de ideias e de promoção de diálogo entre as partes. Mas a revelação dos rituais sacrificiais veio a constituir mais tarde um impedimento não traduzível entre os antagonistas, abrindo o caminho para a repressão militar e religiosa conduzida pelos conquistadores contra as populações locais.

7 Na apresentação do artigo de A. Caillé, intitulado “O Dom entre Interesse e “Desinteressamento”, que foi lançado na coletânea Polifonia do Dom, organizada por P. H. Martins e R. Campos (Editora, da UFPE, 2006), os organizadores explicam já no rodapé inicial que a palavra *désintéressement*, em francês, significa desprendimento de todo interesse pessoal. Os termos mais próximos para representá-la no português são altruísmo, generosidade e desprendimento. A palavra desinteresse, no nosso vernáculo, é, porém, ambígua, pois tanto significa desprendimento e generosidade como falta de interesse. Para contornar a dificuldade que seria gerada por esta última interpretação, nos defrontamos com duas alternativas: uma delas usar a palavra desprendimento que se aproxima do sentido original do termo, em francês. Mas nesse caso, perde-se algo que é fundamental para se compreender o pensamento neomaussiano de Alain Caillé, a saber, que embora tal desprendimento revele uma certa espontaneidade desinteressada, ele continua, todavia, de algum modo vinculado ao interesse – , não mais apenas o interesse em (instrumental), mas o interesse por (outro). Assim, para preservar o sentido original do termo decidimos empregar o neologismo *desinteressamento*, de modo a permitir ao leitor compreender a carga semântica da expressão original.

O paradigma da dádiva tem um papel importante na reinterpretação das modernidades, uma vez que contribui para destacar os elementos simbólicos, a diversidade dos motivos do comportamento humano e a pluralidade de racionalidades que intervieram no imaginário colonialista e que se reproduzem ainda hoje. A associação do paradigma da dádiva com as teorias pós-coloniais (MARTINS, 2010) permite igualmente uma maior compreensão teórica do processo colonizador na medida em que desmascara o mito da superioridade cultural da Europa (alvo da crítica pós-colonial) e o mito da anterioridade absoluta das determinações econômicas na colonização (alvo da crítica antiutilitarista) para revelar esta complexidade geopolítica do panorama mundial. Esta abordagem ajuda a entender como os pactos de poder e dominação geraram sentimentos de inferioridade entre os povos oprimidos nas sociedades coloniais, os quais ainda hoje se reproduzem nas práticas culturais dos subalternos. A releitura dos fatores econômicos com variáveis mais amplas, tendo em conta os fatores simbólicos, morais, culturais e religiosos, abre um novo olhar sobre a natureza dos sistemas de dominação coloniais e pós-coloniais, tanto na perspectiva histórica como sociológica e antropológica. Esta releitura esconde também certo interesse arqueológico, pois se trata de desenterrar os vestígios do próprio mito colonial para revelar as tradições que foram perdidas, abandonadas ou reprimidas.

A desconstrução crítica da cultura capitalista e colonial requer, por conseguinte, uma compreensão mais complexa tanto de sua significação imaginária e moral – escondida por trás do discurso econômico (crítica antiutilitarista) –, quanto dos motivos que levaram as sociedades oprimidas a reagir para preservar suas memórias e tradições (crítica pós-colonial). Certamente, isso exige uma reinterpretação dos acontecimentos para captar signos e informações que nos pareçam decisivos para o entendimento da passagem de um primeiro momento de simetria relacional e de ritualizações amigáveis entre os grupos antagonistas para um segundo momento assimétrico, no qual prosperaram as guerras, os extermínios e as políticas de subalternização. Assim, se a lógica mercantilista explica a ambição materialista dos

europeus, ela absolutamente não esclarece a intensidade da guerra e a crueldade da dominação escravagista que se materializou em um segundo momento. A mercantilização não explica, por exemplo, as extremas desigualdades sociais de hoje, que mascaram preconceitos variados de etnia e gênero. As desigualdades sociais e econômicas escondem, de fato, dispositivos racistas coloniais atualizados pelo poder colonial e que buscam separar os brancos dos não brancos (negros e povos originários). Há dispositivos racistas que foram organizados para valorizar etnicamente os conquistadores, assim como há políticas religiosas discriminatórias implicadas em impor o universalismo do deus cristão sobre outras divindades não cristãs.

O racismo que justifica a desigualdade econômica e social se revela por uma abordagem descolonial – desconstrucionista e reconstrucionista nas perspectivas da teoria e da prática da dádiva – que articula antiutilitarismo e pós-colonialismo⁸. É preciso denunciar com os teóricos pós-coloniais a visão excessivamente eurocêntrica da modernidade, que contribui para naturalizar a dominação colonial pela hierarquia “racial” que separou colonizadores brancos, de um lado, e colonizados não brancos, de outro⁹. Pois este racismo ajudou, explica-nos Quijano (2005), a fundar a dominação mercantil e marcou a complexidade do

8 E. Lander explica que o trabalho de desconstrução constitui um esforço extraordinário introduzido pelos teóricos pós-coloniais em diversos espaços e a partir de diversas possibilidades temáticas: a crítica feminista, os *subaltern studies*, a crítica africana da modernidade, a crítica latino-americana da colonialidade, entre outros (Lander, 2005: 23). A estas teorias é preciso somar a produção do MAUSS (Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais), que foi fundado em 1981. Tal crítica inspira vastamente a construção deste texto.

9 Neste sentido, é preciso notar a existência de uma série de pesquisas em curso neste momento, cujo objetivo é a desnaturalização do eurocentrismo. É importante constatar que muitas dessas críticas são produzidas a partir da crítica teórica de diversas experiências colonizadoras como aquelas da Ásia (Said, 1979; Chatterjee, 2008; Spivak, 2005), da África (Memmi, 1985; Fanon, 1965; Gilroy, 1993) e da América Latina (Schlosberg, 2004; Lander, 2005; Quijano, 2005; Escobar, 2008), entre outras. Isso é importante a fim de desnaturalizar a crença, partilhada entre os economistas e os sociólogos da modernização, de que a experiência do colonizador seria, por princípio, superior às experiências dos colonizados. Essas novas teorizações estão trazendo um novo entendimento da modernidade e da relação entre capitalismo e colonialismo, o que é importante para o aprofundamento da crítica do capitalismo como modelo cultural e moral.

processo colonial, a qual dificilmente pode ser explicada pelos modelos abstratos dos economistas e sociólogos da modernização. É preciso considerar, com os antiutilitaristas, que a crítica do capitalismo não deve limitar-se à denúncia da simplificação da racionalidade utilitarista e calculista voltada para o processo mercantil.

O entendimento da complexidade das múltiplas modernidades nascidas do contato entre europeus e não europeus exige que se integre uma crítica moral importante da lógica da acumulação capitalista, de modo a se revelar os mecanismos patológicos que estão presentes na mentalidade do homem egoísta. Para esses autores, a crítica anticapitalista deve começar a partir do interior, desde seus fundamentos morais e ideológicos utilitaristas. Assim, a teoria antiutilitarista da ação avança em várias direções para iluminar, a partir da crítica moral do capitalismo, aspectos importantes das sociedades modernas relacionados às motivações objetivas e subjetivas para a ação. Tais motivações atravessam igualmente os planos do trabalho, da organização fabril, da burocracia, da família, da política, da religião, entre outros (CHANIAL, 2008).

A teoria antiutilitarista da ação, inspirada na dádiva e também reforçada pelo entendimento da realidade enquanto um emaranhado de múltiplas conexões causais que exigem um interminável trabalho de modelagem das racionalidades (Weber, 1979; Kalberg, 2010), permite visualizar a complexidade das trocas de bens simbólicos e materiais entre os conquistadores e as populações locais. Ela facilita explicar como essas trocas evoluíram em duas direções: de um lado, a repulsão à dádiva comunitária sacrificial que compunha a vida espiritual dos ameríndios; de outro lado, a emancipação da dádiva patrimonialista inspirada na tradição feudalista europeia, que foi a base do Estado colonial que se organizou ao longo do processo colonial.

O pensamento crítico, pós-colonial e antiutilitarista, centrado na dádiva, tem que considerar os elementos externos e internos do pacto colonial para emancipar sua crítica moral. Deve considerar as conexões entre os fatores históricos, linguísticos, religiosos e culturais que condicionaram a colonização como um acontecimento histórico e globalizado, com uma variedade de arranjos que explicam as múltiplas faces

da modernidade. Este entendimento *descolonial* das particularidades do choque cultural, econômico e militar do poder colonizador sobre a constituição específica de cada sociedade colonial é fundamental para sinalizar o caráter autoritário dos pactos de poder estabelecidos e as características das reações anticoloniais durante o processo de ocidentalização do mundo, desde o início e até hoje.

Assim, além da busca desenfreada do capitalismo mercantil por riquezas naturais – ouro, prata e madeira –, verificou-se, igualmente, no plano da subjetividade um progressivo processo de negação radical da condição humana dos indígenas pelos conquistadores, sendo esta a base da emergência de um poder autoritário colonial. As religiosidades do Outro foram progressivamente recusadas por diversas razões, sendo uma das mais importantes a recusa dos europeus à presença da dádiva sacrificial humana e do canibalismo. A rejeição radical do Outro na América Latina – sobretudo povos originários e africanos adaptados – foi a condição para o surgimento daquilo que Quijano chamou de “colonialidade do poder”, ou seja, uma violência epistêmica útil para a organização de uma hierarquia de dominação ao mesmo tempo religiosa e mercantilista. Através dessa hierarquia, os modernos europeus promoveram as diferenças raciais entre europeus, negros, índios e mestiços (Quijano, 2005: 228), distinguindo entre eleitos e subalternos, escravos e não escravos. Ao mesmo tempo, estavam lançadas as bases para outros processos de tradução do moderno, que passavam a incluir o diferente, o excedente, o barroco, revelados pelo pluralismo religioso, pelas resistências culturais, pelas memórias e saudades que marcam as modernidades periféricas.

Origens da modernidade na América Latina: entre dádivas e anti-dádivas

O momento da conquista é central para a compreensão dos traços característicos do pacto fundador da colonização, particularmente as expectativas e os sentimentos dos protagonistas das zonas de contato.

Os relatos da época revelam que a ambição mercantilista se justificava na crença religiosa e a expectativa de redescoberta do paraíso perdido era algo que inflamava os sonhos dos conquistadores. Assim, o termo *novas Índias*, por exemplo, não é neutro, revelando a importância da metáfora “Índia” no imaginário mercantilista, militar e religioso europeu. A abertura de novas rotas pelo oeste parecia decisiva para encurtar o caminho até a Índia e seu imaginário de especiarias. Neste contexto, a palavra *Brasil* é a síntese de uma expectativa mítica bastante forte entre os navegadores da época¹⁰, e que era um motivo importante para viajar por regiões desconhecidas. Podemos, assim, propor que os contornos do pacto colonial foram traçados em dois momentos. Inicialmente, os conquistadores e os nativos fizeram circular presentes de forma recíproca. Em uma segunda etapa, os conquistadores reprimiram e rejeitaram as culturas e as comunidades locais.

Primeiro momento do pacto instituinte da modernidade periférica: admiração e perplexidade

As diferenças ontológicas entre os imaginários ameríndio e europeu foram minimizadas em um primeiro momento pelo fascínio da novidade e pela necessidade de estabelecer as bases da nova zona de fronteira. Mas este fascínio já era, ele próprio, a primeira expressão de um choque cultural que seria seguido por vários outros. Nesta primeira fase, os conquistadores acreditavam na redescoberta do paraíso

10 A palavra *Brazil* oculta a presença de um mito muito difundido à época da pré-colonização e que evoca a existência de um mundo bem-aventurado. As tradições fenícias e irlandesas tinham consagrado a existência das ilhas da Bem-aventurança, que se encontrariam a oeste do mundo conhecido. Os fenícios as chamavam *Braaz* e os monges irlandeses, *Hy Brazil* (Chauí, 2000). Entre 1325 e 1483, os mapas registravam a *Insulla de Brazil* a oeste dos Açores. A carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal quando da chegada da frota comandada por Pedro Álvares Cabral em 1500 reflete este clima de admiração naturalista associado à ambição mercantilista dos conquistadores: “Vista desde o mar, esta terra nos parece muito grande e é cheia de florestas. Nesta terra, não podemos saber ainda se há ouro, prata ou qualquer outra coisa de metal ou de ferro. Mas a terra parece ter um clima agradável com ventos frios e temperados como aqueles de Entre-Douro e Minho” (CASTRO, 2009: 115).

cristão perdido, e os indígenas, com sua nudez e espontaneidade, se enquadravam perfeitamente no mito original¹¹.

A perplexidade estava por toda parte nos primeiros contatos dos viajantes com os nativos. Os relatos da chegada dos portugueses ao Brasil confirmam a admiração dos mesmos pelo ambiente paradisíaco em que estes povos indígenas viviam. A ambição capitalista e o espírito militar se misturavam ao sentimento religioso¹². O escrivão do rei, Pero Vaz de Caminha, que estava na frota de Pedro Álvares Cabral, que chegou a Porto Seguro em 1500, exclamou: “eles não são circuncidados, mas apesar disso eles são como nós” (CASTRO, 2009: 97).

Nesses momentos iniciais, as generosidades escondiam expectativas diversas. O imperador Montezuma, no México, por exemplo, tinha sentimentos bastante ambivalentes em relação aos recém-chegados. Por um lado, ele temia a ameaça deste acontecimento; por outro lado, ele os saudava, porque a tradição falava do retorno do antigo rei Quetzalcóatl (MAHN-LOT, 1990: 34)¹³. Os próprios europeus temiam a experiência do desconhecido. Era preciso ser prudente – do ponto de vista militar – e respeitoso – do ponto de vista dos sentimentos cristãos face à descoberta do paraíso. Diversos registros relatam esta descoberta.

No caso brasileiro, Pero Vaz de Caminha, escrivão do rei de Portugal, sublinha que, quando os portugueses atravessaram um rio (em uma praia ao sul do atual estado da Bahia), os autóctones se misturaram a eles de uma forma muito natural. “Então eles (os povos locais) ofereciam arcos e flechas e manifestavam seu desejo pelos capuzes de linho ou por qualquer outra coisa a ser dada”, diz ele (Castro, 2009: 101). De

11 Diversas vezes, o imperador asteca Montezuma enviou seus representantes aos espanhóis de Cortéz para lhes oferecer presentes e assim lhes perguntar se os estrangeiros eram a encarnação de Quetzalcóatl, cujo retorno era esperado desde tempos imemoriáveis (Mahn-Lot, 1990: 34).

12 Pero Vaz de Caminha conta que as pessoas eram tão inocentes e despidas de crenças, que se poderia rapidamente convertê-los ao cristianismo se aprendêssemos sua língua (Castro, 2009:111)

13 Esta crônica sobre o retorno dos deuses também foi observada no caso da chegada dos ingleses ao Havaí. O capitão Cook foi inicialmente saudado como um deus ancestral aos olhos dos religiosos locais (Sahlins, 2003: 10). Depois, passou a ser questionado entrando em conflitos que o levaram à morte.

sua parte, o holandês Hans Staden lembra que os índios trouxeram muitos alimentos, produtos de caça e pesca, que eles trocaram por anzóis (HANS STADEN, 2009: 51). No caso do México, os historiadores confirmam eventos similares. O imperador Montezuma, por exemplo, enviou, diversas vezes, emissários com presentes, especialmente joias, aos conquistadores espanhóis e pediu a seus artistas para fazerem retratos dos navios e dos marinheiros (MAHN-LOT, 1990: 31-33).

No entanto, à medida que os rituais religiosos indígenas foram sendo desvendados, os europeus passaram da simpatia à antipatia, da dádiva à antídádiva, da presumida inocência ao condenável “pecado mortal”. De fato, a bíblia de Jerusalém nos explica que se inicialmente houve um estado de inocência original, este foi violado pelo pecado, o que foi punido pelo deus colérico. A descoberta dos rituais de sacrifício dos ameríndios pareceu confirmar esta hipótese, e um dos fatos que mais contribuíram para anular a imagem paradisíaca foi o canibalismo, que é mais conhecido como antropofagia. Este ritual de devoração do corpo humano foi observado em diversos lugares, como entre os Bunderwurs da Índia *central*, os Papua da Nova Guiné e em várias tribos do novo continente americano. É uma prática muito antiga na história da humanidade. Aliás, a devoração da carne humana ou não humana não era algo particular aos ameríndios. Goya, no seu célebre quadro “Saturno devorando a un hijo”, relembra esta tradição mítica grega em que Chronos (Saturno na tradição romana), criador do tempo, devorava seus filhos, cumprindo assim a função simbólica da devoração de tudo que existe, inclusive o ser humano, pelo tempo¹⁴.

14 Certamente todas as formas de canibalismo e também de devoração de seres vivos deveriam ser interditadas, favorecendo uma cultura mais ecológica. Infelizmente, a cultura gastronômica europeia contribuiu para naturalizar a devoração a tal nível que hoje fica difícil se encontrar restaurantes vegetarianos. Porém, no que diz respeito à questão do canibalismo sacrificial indígena, o que intriga não é somente a reação anticanibalista, mas a atitude autoritária e reacionária dos colonizadores face às culturas locais. Eles atacaram e rejeitaram fortemente as tradições culturais indígenas em nome do deus cristão, e a recusa do dom sacrificial deu lugar a um massacre militar e a uma repressão religiosa de grandes proporções. Não podemos minimizar este fato, pois esta rejeição está na base da cultura secular da humilhação dessas nações e também em reações culturais e políticas importantes neste momento no continente latino-americano.

O cristianismo substituiu o sacrifício humano pelo sacrifício de animais, como vemos nas narrativas de Moisés e, mais adiante, o elemento sacrificial, na tradição católica, passou a ser representado pelo uso do vinho substituindo o sangue do inocente sacrificado (Cisto). No fundo, este ritual sacrificial revela a presença de um complexo sistema de dádivas pelo qual os seres humanos buscam dar aos deuses suas provas de lealdade e coragem em troca de proteção física contra os inimigos e contras os flagelos naturais como secas e inundações. O horror da Europa cristã face ao sacrifício pagão certamente remete a padrões arcaicos. Mas o fato é que eles se viram moralmente atingidos pela descoberta deste tipo de ritual sacrificial, que revelava uma lógica de dom agonístico, e começaram a enxergar os nativos como indivíduos sem alma.

Os conquistadores acharam terrível a possibilidade de um ser humano ser sacrificado em uma competição agonística em que o troféu era a canibalização do inimigo. Mas para além de seu caráter repulsi-vo (para a cultura cristã), há no ritual antropofágico um aspecto sacrificial relevante a ser considerado, pois, como explica Caillé, o sacrifício é a possibilidade de encenar uma “causalidade propriamente simbólica que afirma a sua primazia sobre a causalidade física” (CAILLÉ, 2000: 138). Se aceitarmos essa primazia, veremos que por trás desse ritual há uma celebração do poder dos vencedores, dos guerreiros mais fortes, que contribuía para atualizar o antagonismo cultural pre-va-lescente e os modos de celebração da experiência religiosa.

O fato é que a revelação dos rituais antropofágicos gerou reações por parte dos conquistadores e dos religiosos jesuítas que acompanhavam as frotas. Os relatos atribuídos a um viajante holandês, Hans Staden (2007), que aportou como aventureiro em meados do século XVI, sugerem a importância de se entender a antropofagia, no Brasil, pela perspectiva da dádiva, pela importância da demonstração da coragem neste mundo para se obter a proteção dos deuses. Explica aquele viajante que os seres humanos sacrificados eram, em geral, aqueles inimigos mais combatentes e corajosos e não os mais fracos, não se devorando o corpo do inimigo covarde, pois, acreditavam eles,

a devoração lhes permitiria receber a alma do inimigo valoroso. Havia, então, aqui, algo de respeito e admiração pelo outro e também a crença que esta alma nobre viria enriquecer a força espiritual e física dos devoradores. Este exemplo nos revela a complexidade das zonas de contato e das traduções dos esquemas simbólicos dos antagonistas no jogo da colonização. A associação entre religião e dádiva é, assim, fundamental para explicar os dispositivos de reconhecimento mútuo instalados inicialmente pelos dois lados através das trocas de presentes e de signos destinados a estabelecer um diálogo intercultural nas zonas de contatos da colonização e para explicar certos traços atuais das populações subalternas.

A partir desses testemunhos, podemos concluir que este primeiro momento revela uma tensão ambígua de reconhecimento mútuo a qual foi materializada por gestos simpáticos e por presentes que escondiam presságios, temores, mas também obrigações (religiosas) e interesses (mercantilistas). Logo, estas trocas de presentes não eram totalmente desinteressadas, mas revelavam também as obrigações religiosas com relação à significação do desconhecido nas zonas de contato. Deste ponto de vista, os dois lados estavam interessados na criação de códigos de tradução linguísticos a fim de canalizar os choques culturais e poder construir um diálogo e um conhecimento recíproco. Tratava-se de organizar alianças possíveis entre universos culturais muito diferentes. Assim, a troca inicial de presentes foi impulsionada por esta curiosidade de conhecer uns aos outros, de como regular o contato cultural, como dialogar com o desconhecido. Mas quando essas trocas ultrapassaram os limites permitidos pelos choques culturais, passou-se da paz à guerra.

Segundo momento do pacto instituinte da modernidade periférica: a traição da confiança

O segundo momento de instituição do pacto colonizador se revela pela intransigência dos cristãos em relação ao que eles consideravam “paganismo”, que é uma interpretação equivocada, pois toda cultura

humana conhecida tem uma inspiração no sagrado. Ou seja, na prática havia o confronto de imaginários religiosos distintos: um cristão, o outro, não-cristão. Frei Vicente do Salvador (2008), que escreveu, em 1627, tratado importante sobre a história do Brasil, narra um fato curioso, o de um nativo que foi pego dando bênçãos com o ritual católico da água benta e que, por isso, foi deportado para os calabouços do reino de Portugal. O que horrorizou os padres foi a ousadia de um indivíduo sem alma tentar imitar rituais próprios a indivíduos com almas. Assim, a guerra religiosa e militar conduzida pelos estrangeiros contra os nativos se fez pelas armas, mas também pela cruz, ou seja, pelas estratégias de conversão dos locais ao cristianismo, o que escondia representações etnocêntricas e hierárquicas e a recusa do imaginário holístico ameríndio¹⁵. Para os europeus, o sacrifício humano, muito difundido entre os indígenas, era um limite intransponível. A descoberta destas práticas nos rituais ameríndios levou os recém-chegados a reações emocionais e punitivas e à busca de destituir os autóctones de sua condição de humanos¹⁶.

Progressivamente, a lógica colonialista mudou de direção. Ao ritual sazonal e limitado do sacrifício humano ameríndio opôs-se o ritual ilimitado da vingança e do terror. Por conseguinte, a negação da dádiva agonística e sacrificial resultou na produção de uma cultura autoritária que existe ainda hoje (CHAUI, 2000) e que reduz os “outros” a seres inferiores e subordinados e que marca a organização do poder colonial e patrimonial. A zona de contato inicialmente criada de modo espontânea pelas trocas de presentes e gentilezas foi pro-

15 Sobre esta hierarquia moral nascida neste instante fundador, Marilena Chauí explica que ela se legitima em uma teoria do direito natural que considera o mundo um produto de um deus legislador e supremo que organizou os seres hierarquicamente, segundo seu grau de perfeição e de poder. Consequentemente, a escravidão dos negros e dos índios foi um resultado “natural” da separação entre deus e os diabos na ordem colonial do mundo (Chauí, 2000: 63-66).

16 Entre os ocidentais, o sacrifício tornou-se o efeito acidental ou desejado de ações de racionalização e de planificação de um mundo perigoso por excelência. Suprimiu-se sua dimensão mágica e ritual para reforçar seu lado utilitarista: sacrifica-se ou não o outro em função dos interesses do mercado ou dos dogmas morais que condicionam a vida social e cultural.

gressivamente substituída pela ação militar e religiosa voltadas para a destruição das culturas nativas. Assim, a história da colonização é, por toda parte, uma história de massacres, torturas e humilhações. Tudo isso feito em nome do deus cristão e do deus capitalista.

Os nativos, que foram representadas inicialmente como pagãos angelicais, foram ressignificados no imaginário dos conquistadores como pagãos diabólicos. O sentimento de bondade se transformou em um sentimento de rejeição, de tal modo que a lógica militar e mercantilista passou a redefinir o papel do cristianismo na aventura colonial e na organização das modernidades periféricas. O desdobramento dos acontecimentos impactou também sobre o pacto colonizador envolvendo militares e religiosos. Assim, progressivamente, a Igreja Católica teve de se adaptar à lógica militar da colonização para preservar seu espaço de poder.

Os nativos, por sua vez, responderam aos conquistadores dentro dos limites tecnológicos e militares possíveis. Passou-se da paz à guerra e a empresa colonial entrou numa fase de repressão das culturas locais pelas forças estrangeiras visando a construir um sistema de dominação de base hierárquica e patrimonialista. O segundo momento foi marcado então por um choque cultural de grande amplitude que abalou o itinerário da colonização ao longo dos séculos. A recusa pelos europeus do sistema cosmogônico e da dádiva agonística ameríndia - que era o cimento da vida comunitária local - significou, na prática, a traição da confiança mútua que havia sido esboçada em um primeiro momento. Os locais tampouco entenderam a insistência dos conquistadores em forçá-los a adorar o deus cristão, rejeitando seus rituais e crenças, e as práticas sincréticas revelam as tentativas de manter suas tradições nos limites possíveis do imaginário colonial e pós-colonial.

Tudo isto confirma o interesse da discussão da passagem de um primeiro momento de reciprocidade positiva através de presentes, a um momento de saques e escravização dos povos indígenas e de repressão de seu sistema simbólica e cultural que marcou a história da colonialidade até os dias atuais. Os eventos confirmam, sobretudo, o entendimento que a empresa colonial não pode ser reduzida à mera

motivação econômica, exigindo um entendimento mais complexo do pacto social e cultural que funda o processo colonizador, pois há uma relação direta entre crença religiosa, interesse mercantil e poder político na organização da colonialidade ibérica.

Além do reconhecimento da importância de uma abordagem multidisciplinar da colonialidade é particularmente relevante lembrar que o pacto colonial resultou numa hierarquia moral, em que os colonizadores passaram a ser os organizadores do processo civilizatório e os colonizados ficaram na condição de populações humilhadas a serviço da empresa mercantil. A humilhação cultural é um elemento que impede a emergência da cidadania republicana como a conhecemos, pois retira do indivíduo a possibilidade de ter voz e vez. Por isso, ainda precisamos realizar algumas reflexões sobre o tema da traição antes de concluir para entendermos mais claramente como a dádiva originária comunitária foi subvertida, dando lugar a uma lógica colonial que é estruturalmente perversa.

Esta operação de eliminação da dádiva original pela traição por parte dos conquistadores pode ser exemplificada por três relatos: a traição do imperador asteca Montezuma pelo espanhol Cortéz, no México; a traição do inca Atahualpa pelo espanhol Pizarro, no Peru; e a traição das comunidades Tupiniquim e Tupinambá pelos franceses e portugueses, no Brasil.

A traição da confiança teve lugar em toda parte. Em Tenóchtitlan, hoje Cidade do México, os espanhóis foram acomodados como convidados do imperador na casa de seu pai. Mas, em seguida, Cortéz fez de Montezuma seu prisioneiro, obrigando-o a jurar lealdade ao rei Carlos V e a dar-lhe os tesouros imperiais. Em Cajamarca, no Peru, Pizarro convidou Atahualpa para uma reunião. Quando este chegou ao local do encontro, o conquistador aprisionou Atahualpa e forçou-o a enviar emissários para os quatro cantos do império para coletar ouro e prata. Tanto em um caso como no outro, a covardia dos conquistadores foi mascarada pela indignação moral.

No caso mexicano, a prisão de Montezuma foi precedida por manifestações de indignação de Cortéz diante da presença de instru-

mentos diabólicos no templo sagrado. No caso do Peru, o dominicano Valverde quis forçar Atahualpa a aceitar a fé cristã no momento em que este se encaminhava ao encontro de Pizarro. Segundo relatos, o imperador inca recusou a ordem, jogou a Bíblia por terra e, em seguida, foi acusado de sacrilégio. Neste momento, os soldados que se encontravam escondidos surgiram, mataram sua guarda e o fizeram prisioneiro (MAHN-LOT, 1990: 40 e 53). No Brasil, os portugueses e os franceses jogaram com a lógica do canibalismo, incentivando os índios a sacrificar os prisioneiros do campo inimigo. Fazia-se o jogo da traição para se apropriar mais facilmente das riquezas naturais e para explorar mão de obra indígena. Essas traições permitiram a criação de outro tipo de dom, cristão e aristocrático, hierárquico e exclusivo.

Note-se que a traição da confiança - que significa a rejeição da dádiva tradicional -, foi seguida pela instituição de mecanismos de humilhação e de destruição das tradições, traços culturais e crenças coletivas da comunidade. Essa traição também nos permite compreender a natureza das ações repressivas dos colonizadores ao longo dos séculos, por um lado, e a intensidade das forças sociais que buscam libertar-se neste momento de repressão cultural, simbólica e política, por outro lado. É preciso considerar o fato de que o pacto colonial e a expansão territorial da dominação mercantilista tiveram lugar após o surgimento de uma espécie de dádiva desigual ou perversa, pela qual os traidores se tornaram novos doadores e os traídos, donatários. A perversão da dádiva é a operação em que o falso donatário inicial (o conquistador, no caso latino-americano) se torna doador legal, construindo um novo sistema de doação a partir da apropriação unilateral e traiçoeira dos recursos materiais e simbólicos (terras, plantas, minerais etc.) e pelo uso da força física para submeter o outro. A perversão se materializa em dois registros: a escravidão do antigo doador legítimo e a substituição da confiança pela humilhação como valor central do processo de colonização. O dom patrimonial perverso está na origem de uma cultura de inferioridade que ainda hoje marca grandemente a vida das populações subalternas nessas regiões que

foram obrigadas a dar suas riquezas, seus corpos e suas vidas para reproduzir um sistema de mando que lhes era estranho.

Pela traição da confiança e a rejeição do dom comunitário, aqueles que não tinham nenhuma terra, os europeus, surgiram como os proprietários e aqueles que eram possuidores de terras, os povos originários, tornaram-se seus escravos e subalternos. No caso latino-americano, esta passagem sinaliza a formação das elites crioulas e mestiças, que foram responsáveis pela criação de sistemas de dominação autoritários ao longo dos séculos.

Conclusão

Para finalizarmos nossa reflexão, gostaríamos de lembrar que a efetivação de uma crítica teórica descolonial, ao mesmo tempo anti-utilitarista e pós-colonial, e inspirada na dádiva que esclareça os fundamentos sociológicos das modernidades múltiplas nas antigas periferias, deve considerar alguns pontos.

Primeiramente, a criação de zonas de contatos no momento da conquista foi inicialmente possível graças ao sistema de dádivas, isto é, de trocas de presentes, gentilezas e gestos amistosos entre os europeus e os povos originários, o que reforça a tese de que a primeira lógica instituinte da vida social é a livre associação entre os seres humanos. A dádiva existe em toda parte, lembra-nos Mauss (1999), e este momento de colonização é um exemplo concreto do valor desta afirmação. Os choques culturais do momento inaugural da colonização revelaram os contatos inevitáveis entre diferentes imaginários sócio-históricos: o holístico ameríndio, de um lado, e o imaginário dualista cristão, de outro. Estes choques explicam especialmente o jogo e as tensões existentes entre três lógicas que estão presentes nas origens do pacto colonizador e do processo de modernização periférico: a lógica mercantilista, a lógica da dádiva patrimonial, baseada na dívida hierárquica cristã, e aquela do dom agonístico e comunitário, baseado na dívida sacrificial ameríndia. Os relatos nos mostram a presença de um dom pagão agonístico e comunitário, de um lado, e um dom e cristão e aristocrático,

do outro, em permanente tensão até os dias de hoje, interferindo sobre a organização do poder estatal e sobre a apropriação e distribuição das propriedades e riquezas coletivas.

Em seguida, é necessário enfatizar que o pacto colonial foi estabelecido em dois momentos: inicialmente, o conquistador estava encantado pela descoberta do paraíso perdido cristão, que era uma referência simbólica do imaginário da colonização; depois, os europeus rapidamente abandonaram a hipótese simpática do paraíso perdido e atacaram as populações locais para subalternizá-las. Esta readaptação das táticas dos colonizadores cristãos lhes permitiu conciliar o objetivo econômico e o objetivo espiritual da colonização. Podia-se matar, escravizar e humilhar sem problemas de consciência moral, pois tratava-se de aplicar um certo “direito natural” forjador de uma hierarquia moral que separa homens de almas (cristãos) e homens sem alma (não cristãos), o que leva a diferentes níveis de valorização e reconhecimento moral dos indivíduos e grupos sociais.

É preciso também deixar claro que, na perspectiva da dádiva, esta passagem do momento paradisíaco ao momento da humilhação significou uma traição da confiança dos povos indígenas pelos conquistadores, o que tem impacto sobre o caráter racista da miscigenação, que marca a manifestação da modernidade periférica nesta área de colonização. A quebra de confiança rompeu com a troca espontânea de dádivas e abriu caminho à fase mais cruel da colonização na América Latina, quando os colonizadores reprimiram o dom comunitário agnóstico e sacrificial que ali existia para impor a lógica cristã e mercantil. Mas este processo adquiriu feições complexas devido às reações anticoloniais e também por causa das traduções particulares que os povos originários e outros escravizados fizeram da cultura do dominador, reinaugurando manifestações estéticas e políticas particulares.

Para concluir, devemos lembrar que, em lugar do dom comunitário rejeitado, os conquistadores impuseram um sistema de dádiva patrimonialista hierárquico, dedicado a beneficiar os aliados do Rei (de Portugal e Espanha) e a Igreja Romana. Trata-se de uma dádiva perversa, pois sua afirmação foi feita através da repressão dos sistemas

culturais e religiosos tradicionais, através da apropriação da riqueza e da terra, e pela subalternização das populações locais. Através da dádiva patrimonial, os colonizadores tomaram o lugar dos autóctones como doadores da aventura colonial. E as populações locais, que eram os doadores de fato, tornaram-se donatários.

Por isso, podemos concluir que a apropriação dos bens dos autóctones (riquezas naturais, materiais e culturais) pelos conquistadores inaugurou a implantação de um dom menor, patrimonialista, que foi fundamental para a organização das relações patriarcais de dominação e para o estabelecimento do poder colonial, em primeiro lugar, e do Estado moderno, posteriormente. Assim, o forte elemento de desigualdade presente nas sociedades latino-americanas é, em larga medida, influenciado por uma hierarquia moral que funda uma distância tida como intransponível no interior da lógica colonial. Porém, a sociedade global, reorganizando as modernidades centrais e periféricas em um campo transnacional, no dizer de Dussel (1979), tem contribuído para reações alter-sistêmicas importantes, que apontam para a ruptura do pacto colonial fundador e para a emergência de novos pactos que valorizam a multiplicidade de expressões identitárias e as lutas sociais por reconhecimento e por igualdade nos planos nacional e transnacional.

Referências

BHABHA, H. (2010), *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG.

Caillé, A. (2000) *Anthropologie du don: le tiers paradigme*. Paris: Desclée de Brouwer.

_____(2005), *Dé-penser l'économique: Contre le fatalisme*. Paris: La Découverte/MAUSS.

_____(2009), *Théorie anti-utilitariste de l'action: fragments d'une sociologie générale*. Paris: La Découverte.

Caillé, A. e Chanial, P. (2010), Préface: Comment peut-on (ne pas) être weberien? In: Kalberg, S. *Les idées, les valeurs et les intérêts*. Paris: La Découverte/MAUSS.

Cairo, H. e Grosfoguel, R. (2010), *Descolonizar la modernidad, descolonizar Europa. Un diálogo Europa-América Latina*. Madrid: IE-PALA.

Castro, S. (2009), *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Porto Alegre: L&PM.

Castro-Gomes, S. (2005), Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la “invención del otro” In E. Lander (Org.); *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso.

Chanial, P. (2008), *La société vue du Don: Manuel de sociologie anti-utilitariste appliquée*. Paris: La Découverte/MAUSS.

Chatterjee, P. (2008), *La nación em tiempo heterogêneo y otros estudios subalternos*. Buenos Aires: Siglo XXI/CLACSO.

Chauí, M. (2000), *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Dussel, E. (1993), 1492. *O encobrimento do Outro: a origem do mito da modernidade*. Petrópolis: Vozes.

_____(2005), Europa, modernidade e eurocentrismo. In: E. Lander (Org.); *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso.

Eisenstadt, S.N. (2001), Modernidades Múltiplas. In: *Sociologia, problemas e Práticas*, n.º 35, pp. 139-163

Escobar, A. (2008), *Territories of difference: place, movements, life, redes*. Duke University: Durham and London.

Fanon, F. (1965), *Peau noir, masques blancs*. Paris: Editions du Seuil.

Ferraro, E. (2004), *Reciprocidad, Don y deuda. Formas y relaciones de intercâmbios em los Andes de Ecuador: la comunidad de Pesillo*. Quito: Flacso Equador.

Gilroy, P. (1993), *The black atlantic. Modernity and double conscience*. Cambridge MA: Harvard University Press.

Godbout, J. e Caillé, A. (1992), *L'esprit du don*. Paris: La Découverte.

Godbout, J. (2000), *Le don, la dette et l'identité*. Paris: La Découverte.

____ (2006), *Ce qui circule entre nous: donner, recevoir, rendre*. Paris: Seuil.

Grosfoguel, R. (2010), Descolonizar los uni-versalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial. In: Cairo H and Grosfoguel R (Eds.) *Descolonizar la modernidad, descolonizar Europa: un diálogo Europa-América*. Madrid: IEPALA, pp. 147-170.

Hans Staden (2007), *Duas viagens ao Brasil: primeiros registros sobre o Brasil*. Porto Alegre: L&PM.

Kalberg, S. (2010), *Les idées, les valeurs et les intérêts*. Paris: La Découverte/MAUSS.

Laburthe-Tolra, P. (1994), *Roger Bastide ou le réjouissement de l'abîme*. Paris: Harmatan.

Lander, E. (2005), Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: E. Lander (Org.); *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso.

Latouche, S. (1989), *L'occidentalization du monde*. Paris: Agalma/La Découverte.

Lefort, C. (1979), A Troca e a Luta dos Homens. In: *As Formas da História*: Brasiliense, São Paulo, 21-35.

Mahn-lot, M. (1990), *A conquista da América Espanhola*. Campinas: São Paulo. (Edição francesa original: *La conquête de l'Amérique Espagnole*. Paris: PUF, 1974).

Martins, PH (2005), A Sociologia De Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação IN *Revista Crítica de Ciências Sociais*. , v.73, p.45 – 66.

____ (2008), De Lévi-Strauss a M.A.U.S.S. – Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais: o itinerário do dom IN *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.23, n.66, fevereiro de 2008, PP. 105-130.

____ (2012), *La decolonialidad de América Latina y la heterotopía de una comunidad de destino solidaria*. Buenos Aires: Ediciones CIC-CUS/ Estudios Sociológicos Editora.

Martins, PH e Campos, R. (2006), *Polifonia do dom*. Recife: Editora da UFPE.

- Mauss, M. (1999), *Sociologie et anthropologie*. 8a edição. Paris: PUF.
- Memmi, A. (1985), *Portrait du colonisé, précédé de portrait du colonisateur: et d'une préface de Jean-Paul Sartre*. Paris: Gallimard.
- Merleau-Ponty, M. (1945), *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard.
- Mignolo, W. (2005), *The idea of Latin America*. Blackwell Publishing. Malden/Oxford.
- Polanyi, K. (1944), *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Nova York: Farrar & Rinehart, Inc
- Quijano, A. (2000), El fantasma del desarrollo en América Latina. In: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol.6, n.2 mayo-agosto, pp.73-90.
- _____. (2005), Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: E. Lander (Org.); *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso.
- Restrepo, G. (2010), Economia, crematística y ecosofía. In: *Estudios de Sociología. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE*. pp.57-72.
- Sahlins, M. (2003), *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Said. (1979), *Orientalism*. Columbia University.
- Santos, BS (2008), *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2ª. Edição. São Paulo: Cortez Editora.
- Schmidt, V.H. (2006), Multiple Modernities or Varieties of Modernity? In: *Current Sociology*. Vol. 54 no. 1, p. 77-97
- Schlosberg, J. (2004), *La crítica posoccidental y la modernidad*. Quito: Universidad Simon Bolivar/Ediciones Abya-Yala/Corporación Editorial Nacional.
- Spivak, G. (2005), Can the subaltern speak? In: Aschroft, B., Griffiths, G. et Tiffin, H. (organiseurs) *The post-colonial studies reader*. 2. Edition. London and New York: Routledge.
- Todorov, T. (1993), *A conquista da América. A questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes.

Vicente do Salvador, Frei. (2008), *História do Brasil: 1500-1627* (em português). Curitiba: Juruá, 2008. 356 p. (edição revista por Capistrano de Abreu em 1918)

Viveiros de Castro, E. (2004), Le don et le donné: trois nano-essais sur la parenté et la magie. In. *Ethnographiques*. N. 6 – novembre (<http://www.ethnographiques.org/2004/>)

Wallerstein, I. (2004), *World-Systems Analysis: An Introduction*. Durham, North Carolina: Duke University Press.

_____. (2006), *European Universalism: The Rhetoric of Power*. New York: New Press.

_____. (2011), *The modern world-system iv : centrist liberalism triumphant (1789-1914)*, Berkeley-Los Angeles-London : University of California Press.

WEBER, M. (1979), *Max Weber. Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática.

Artigo recebido em maio de 2013 | Aprovado em julho de 2013

Irllys Barreira*

O TRABALHO INTELECTUAL SOB A ÓPTICA DO ARTESANATO E A CIDADE COMO CAMPO DE PESQUISA

RESUMO

A ideia de tomar a cidade e suas potencialidades de registro em forma de arquivo, tendo como referência o conceito de artesanato intelectual de Wright Mills, fundamenta o objetivo deste artigo. A articulação entre artesanato e espaço urbano supõe pensar a cidade como um imenso potencial de criação de arquivos nos quais se propagam experiências cotidianas associadas a processos micro ou macrosociais. O texto apresenta reflexões sobre o sentido de artesanato intelectual de Wright Mills, cotejando suas ideias com a experiência pessoal de pesquisa da autora, realizada no contexto urbano. O princípio do artesanato intelectual permite também refletir sobre as condições atuais do trabalho acadêmico do sociólogo.

Palavras-Chave: Espaço Urbano. Artesanato Intelectual. Wright Mills.

INTELLECTUAL WORK FROM THE VIEWPOINT OF CRAFT WORK AND THE CITY AS A RESEARCH FIELD

Irllys Barreira

ABSTRACT

The idea behind this article is to approach the city as an archive, taking as a reference point Wright Mills's concept of intellectual craftsmanship. The connections between craft and urban space allow us to consider the city's immense potential for creating archives in which everyday experiences associated with micro or macrosocial processes are propagated. The text presents explores Wright Mills's notion of intellectual craftsmanship, combining his ideas with my own personal research experience, conducted in an urban context. The principle of intellectual craftsmanship also enables a reflection on the current conditions of the academic work of sociologists.

Keywords: Urban Space. Intellectual Craftwork. Wright Mills.

* Doutora em Sociologia pela USP (1988), com Pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris, 1990) e no Instituto de Ciências Sociais ICS da Universidade de Lisboa (2008). É professora titular de sociologia do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará e pesquisadora do CNPq. Prioriza em suas pesquisas o estudo dos rituais, práticas políticas e valores sócio-culturais em diferentes contextos. Atualmente, é a Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS (2011-2013)



LE TRAVAIL INTELLECTUEL SOUS L'OPTIQUE DE L'ARTISANAT ET LA VILLE COMME CHAMP DE RECHERCHE

Irllys Barreira

RÉSUMÉ

L'idée de prendre la ville et ses potentialités de registre sous la forme d'archive, ayant comme référence le concept de l'artisanat intellectuel de Wright Mills, fonde l'objectif de cet article. L'articulation entre artisanat et espace urbain suppose penser la ville comme un immense potentiel de création d'archives dans lesquelles se propagent des expériences quotidiennes associées au processus micro ou micro sociaux. Le texte présente des réflexions sur le sens de l'artisanat intellectuel de Wright Mills confrontant ses idées avec l'expérience personnelle de recherche de l'auteur, réalisée dans le contexte urbain. Le principe de l'artisanat intellectuel permet aussi de réfléchir aux conditions actuelles du travail académique du sociologue.

Mots-clés : Espace urbain. Artisanat intellectuel. Wright Mills.

Irllys Barreira

O TRABALHO INTELECTUAL SOB A ÓPTICA DO ARTESANATO E A CIDADE COMO CAMPO DE PESQUISA

No momento em que estudante de ciências sociais, nos idos de 1970, li o texto de Wright Mills denominado artesanato intelectual em sua obra, *A imaginação sociológica*, tomei suas reflexões de forma mais pragmática: lições sobre o como fazer para realizar uma investigação sociológica. Só posteriormente percebi que o artesanato não era exclusivamente uma forma de organizar o material empírico, constituindo-se também na afirmação de uma perspectiva metodológica e teórica associada a um regime de trabalho e um tempo. O sentido do artesanato intelectual em Wright Mills como arquivo especializado da produção acadêmica supõe a sociologia como um ofício, um senso útil para a aplicação do método e da teoria como partes interdependentes de uma totalidade.

Uma releitura sobre o sentido de artesanato intelectual em Wright Mills, cotejando suas ideias com a experiência pessoal de pesquisa da autora, realizada em contextos urbanos parece interessante, evidenciando proximidades e distanciamentos nas formas de construção de arquivos que se efetivam ao longo do tempo.

A perspectiva do artesanato intelectual como exercício do labor acadêmico permite também refletir sobre as condições atuais do trabalho de investigação do sociólogo. O artigo inicia



com a apresentação do pensamento de Mills sobre o artesanato intelectual, expondo em seguida a elaboração de arquivos tendo a cidade como referência. Reflete, finalmente, sobre as condições atuais de elaboração do trabalho acadêmico.

Mills e a tecelagem dos arquivos na prática artesanal

O autor relaciona vida e trabalho como práticas indissociáveis, considerando que a atividade intelectual é, sobretudo, uma laboriosa construção processual, impondo aos seus interlocutores dedicação e organização. O sociólogo teria o cuidado com a mente e com a tessitura das ideias, comum nos escritores que, ao contrário do homem moderno, valorizam as menores experiências, guardando-as em seu artefato memorial para transformá-las em texto. A ideia de artesanato emerge, portanto, na reflexão de Mills como central e fundante para o fazer permanente do intelectual, que alia passado e presente como pontas unidas pelo fio da experiência cotidiana.

No sentido de conferir praticidade às suas ideias, Mills sugere ao sociólogo a construção de um arquivo no qual seriam escritas elaborações sistemáticas, sob a forma de um diário, sendo este veículo de inscrição da necessária e permanente reflexão que acompanha a tarefa acadêmica. O arquivo expressaria a junção entre o que o intelectual está fazendo e o que está vivenciando na condição de sujeito inscrito em um tempo e espaço. Permitiria a captura de pensamentos marginais, ou ainda prematuros, servindo de controle para evitar repetições no trabalho. Trechos anotados, conversas e sonhos, enfim, escritos vários acerca de situações observadas serviriam de material para o exercício cotidiano da reflexão.

A relevância intelectual das anotações estaria, portanto, associada a uma experiência direta e permanente. O pensamento, ao ser cultivado em forma de escrita, faria com que vivências aparentemente insignificantes ganhassem densidade. Sempre que experimentamos, dizia Mills, sensações significativas sobre acontecimentos ou ideias, devemos registrá-las e, ao fazer isso, tornamos as formulações expres-

sivas e conectadas de modo produtivo. Dessa maneira, seria cultuado o hábito de escrever, pois, dizia ele, para que o pesquisador torne viva a atividade intelectual “não é possível manter desembaraçada a mão”. A escrita desenvolveria a capacidade de explicitação das ideias, viabilizando a experiência guiada no circuito entre mão e cabeça que configura a experiência artesanal.

O arquivo, composto de anotações teóricas e assuntos provenientes de fontes variadas, fundamentou-se, por outro lado, na crítica de Mills dirigida àqueles que não punham um espírito crítico diante de informações já catalogadas. Contra a suposta evidência dos registros, o caráter sociológico da pesquisa deveria englobar sucessivos estudos capazes de relativizar os dados de visibilidade imediata. Percepções gerais sobre aspectos interessantes do tema em foco incluiriam observações sobre suas formas de expressão e tendência histórica.

Opondo-se à dissociação entre o dado empírico e a pesquisa teórica, o autor propunha uma análise baseada na história das ideias. Crítico da pesquisa empírica separada da reflexão teórica, o autor centrava seus ataques ao “empirismo abstrato” que caracterizava, sobretudo, o arcabouço teórico de Talcott Parsons. Mills constatou que o bom trabalho na ciência social não poderia ser feito apenas com investigação empírica claramente delineada. Pensando a pesquisa como processo, o autor afirmava que a decisão sobre o que estudar, tendo por base um conjunto de registros, não poderia ser tomada enquanto o material não fosse retrabalhado sob o prisma de hipóteses gerais. Hipóteses a serem construídas por cada investigador, segundo sua experiência e formação teórica.

Percorrendo leituras, anotações e questionamentos, Mills indagava a respeito do modo como a imaginação poderia ter seu livre curso. Uma imaginação instrumentalizada seria transformada em registro de ideias ou dados, sem a exclusão das inúmeras possibilidades de abordagem de um tema. Crítico do que nomeava empirismo abstrato, Mills não abdicava do saber sociológico que diferenciava, por exemplo, o intelectual e cientista social, do jornalista.

A imaginação sociológica capacitaria seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo de inscrição dos acontecimentos e seu significado para a vida íntima e carreira exterior de inúmeros indivíduos. (MILLS, 1969, p. 11). Consistiria a imaginação sociológica na capacidade de passar de uma perspectiva pontual a outra mais abrangente e estabelecer uma visão da sociedade em sua totalidade: as articulações possíveis entre biografia e história. Seria no curso da imaginação sociológica fundamentada em uma solidez teórica que se ligariam fatores aparentemente desconexos da vida cotidiana.

A imaginação sociológica teria uma dimensão cumulativa, sendo fruto de um trabalho feito na combinação e adensamento de ideias. Trabalho também realizado por meio de pesquisa feita nos arquivos, dotada de certa aleatoriedade: as pastas contendo informações poderiam ser misturadas sob novos conteúdos, viabilizando o emergir repentino de temas não subordinados a um planejamento prévio.

A busca das palavras e o registro dos vários sentidos a elas atribuídos, as muitas possibilidades de classificação e a construção de tipologias, baseadas em subtemas, permitiriam operacionalizar a imaginação à moda de um caleidoscópio. Nesse modo de organizar os dados entrariam como parte da pesquisa os dicionários, discursos provenientes de várias fontes e interlocuções e pontos de vista classificados em categorias capazes de emprestar visibilidade a esquemas ainda não evidentes no curso inicial da investigação.

Os diagramas enquanto modelos prévios de organização das informações permitiriam pensar com maior clareza dados inicialmente desconexos, sendo as classificações categóricas elaboradas segundo características comuns à gramática cruzada da imaginação. A comparação, por contraste, auxiliaria na formulação de tipologias, isolando pontos comuns e classificando perspectivas diferentes. A exposição de percepções antagônicas facilitaria também a visualização de convergências e nuances importantes na descrição e delimitação dos objetos de investigação.

Além do mais, pontuava sabiamente Mills, seria importante contrastar pontos de vista de forma a colher os vários ângulos possíveis no

tratamento de um objeto. Nesse sentido, estar a par da literatura sobre a questão em foco e saber identificar os “adversários” e “amigos” detentores de todos os pontos de vista existentes sobre uma temática em julgamento seria de grande relevância.

O controle de uma escala tipológica, na condição de preceder às estatísticas, estaria submetido ao crivo da imaginação do pesquisador, sempre crítico na busca de sobrepor as ideias aos números. A título de exemplo, indagava Mills: “que aspectos deveriam ter as aldeias analfabetas, considerando-se uma população de trinta milhões de habitantes?” (MILLS, 1969, p. 231)

A dimensão cultural incrustada nos dados empíricos permitiria eliminar a exclusividade conferida à informação estatística; esta sempre subordinada ao curso da imaginação e das evidências históricas.

No propósito de compreensão dos elementos antecedentes dos dados empíricos, Mills propunha a comparação de casos segundo uma escala temporal. Considerava importante direcionar o olhar para o momento histórico da ocorrências de questões da pesquisa no curso da civilização, tendo em vista a busca de chaves para o entendimento sociológico.

A intelegibilidade e a clareza seriam também fundamentais no decurso do trabalho intelectual. O autor criticava tanto o jargão sociológico como o culto à escrita difícil. Afirmava assim a importância de levar em conta, de antemão, a que público o texto se dirigia, imaginando a necessidade de um discurso dotado de interlocução, não feito exclusivamente para os pares.

A ideia do trabalho intelectual como labor, daí o sentido metafórico do artesanato, consistiria no exame e reexame de um arquivo feito de anotações e rascunhos que conformariam um pequeno mundo organizado com base em tópicos e temas. O intelectual artesão deve “viver nesse mundo construído e saber o que é necessário: ideias, fatos, ideias, números, ideias (....) Assim descobriremos e descreveremos fixando os tipos para a ordenação do que foi descoberto” (MILLS, 1969, p. 239).

O caráter relacional dos itens e os sentidos acionados no decurso do registro de situações e experiências formariam uma espécie de modelo

funcional. “Pensar e lutar para impor ordem e ao mesmo tempo abarcar o maior número possível de aspectos” (MILLS, op. cit, p.240). Por esse motivo, postulava o autor sobre a necessidade do tempo de elaboração das ideias, tendo em vista não ser possível parar de pensar sobre um tema demasiadamente cedo, antecipando a maturação dos dados. Tampouco deixar que o pensamento continuasse sem uma diretriz temporal, indiferente à necessária sistematização periódica de conteúdos. O próprio amadurecimento das ideias conduziria à descoberta do tempo ideal de organização e exposição pública do conhecimento acumulado.

As formulações de Mills não podem ser tomadas como um manual de metodologia, considerando-se que a imaginação sociológica de cada pesquisador conduziria o curso de sua investigação. Tampouco essa imaginação assumiria a condição de virtude pessoal do pesquisador, sendo a sociologia uma ciência explicativa do funcionamento do mundo social a exigir fundamentação teórica interpretativa dos fatos sociais.

A ideia de artesanato intelectual insurgiu-se também contra a rigidez das metodologias convencionais. Tecer os fios do pensamento supunha que a teoria e metodologia se curvassem diante da prática experiente do artesão. A tessitura desses fios exigiria também a inserção dos registros de ambientes microsociais em totalidades mais abrangentes. A sociologia viabilizaria o pensamento comparado fundado nas estruturas sociais do qual emergiria a articulação entre biografia e história.

A autonomia moral e política da produção sociológica estaria também fundada na construção de um arquivo não submetido a agendas institucionais. Sob a força da imaginação e do compromisso, o arquivo seria um produto da experiência permanente do fazer intelectual.

As ideias de Mills possuem também pontos de semelhança com a perspectiva de investigação em Becker (1993), para quem é importante “um modelo artesanal de ciência, na qual cada trabalhador produz as teorias e métodos necessários para o trabalho que está sendo feito” (BECKER, 1993, p. 12). Insurgindo-se contra uma perspectiva de pesquisa à moda de um receituário, Becker também valorizava a orgânica conexão entre dados empíricos e explicação teórica.

As ideias de Mills inspiraram muitos intelectuais, servindo hoje de referência para se pensar sobre as formas contemporâneas de construção de arquivos de pesquisa, considerando-se a vigência de constrangimentos temporais e as disposições institucionais que interferem nas possibilidades e limites do fazer artesanal.

Tendo por base a cidade como espaço potencial de registro de experiências cotidianas, exponho, a seguir, o modo com fui construindo um arquivo de pesquisas na área urbana. São arquivos que delimitam o modo como venho alimentando investigações, tomando a cidade como palco fundamental de anotações e registros sistemáticos. A experiência fornecerá subsídios importantes a uma reflexão posterior sobre as formas contemporâneas de produção do conhecimento na área de ciências sociais.

A cidade como palco de arquivos

O espaço urbano como local onde se propagam experiências cotidianas associadas a processos micro ou macrosociais constitui um imenso potencial de registros de pesquisa

Apresento meu arquivo com base em dois subconjuntos, assim classificados: *rituais da política na cidade* e *cidade como apresentação e representação*. Trata-se de informações sistematizadas ao longo do tempo, que foram se configurando sem planejamento prévio, sendo organizadas na medida em que um conjunto de leituras conjugava-se a investigações mediadas por suportes institucionais.

O olhar inspirador de Mills permite-me revisitar arquivos que foram embalados por circunstâncias variadas. O percurso delineado entre um sentido aleatório e outro mais diretivo conduziu a organização de registros e publicações cujos conteúdos serão apresentados a seguir.

Rituais da Política na cidade

O conjunto de informações voltadas para o registro de eventos e/ou rituais associados a dinâmicas eleitorais deu origem ao arquivo que

teve o espaço urbano e a política como pano de fundo. Considerei que, no momento das eleições, os rituais de campanha operavam no contexto urbano por meio de delimitações espaciais que davam contorno às disputas. As zonas de *reconhecimento* e *pertencimento* de candidatos efetivavam, em plano mais amplo, a materialização metafórica da “política em movimento”. A que “saía do centro urbano, percorrendo as ruas”, construindo neste trajeto atos de legitimação no sentido de Weber (1994).

Constatei também nas anotações sobre os rituais que suas marcas no espaço citadino, cada vez mais frequentes, englobavam, além de processos de disputa eleitoral, distintos formatos. Seria possível classificar os rituais sob o prisma da contestação, da competição e da consagração de esferas instituídas do poder. As expressões de protesto, notabilizadas em marchas¹, caminhadas e outras manifestações, apontavam a visibilidade como um dos elementos estratégicos de afirmação de demandas e interações estabelecidas entre distintos atores sociais no espaço público.

Na ocasião de construção desses arquivos, a rede de pesquisa articulada ao Pronex denominada Antropologia da Política² influenciou a abordagem e catalogação das informações, apontando os rituais e eventos como chaves de leitura para interpretar as formas de exibição pública de práticas políticas associadas a linguagens e manifestações simbólicas.

O registro dos rituais na cidade era, sobretudo, evocativo de lugares. A presença da política no contexto urbano não ocorreria sem a existência de um conjunto de significações transmutadas em ícones citadinos: o centro da cidade como lugar de marcação de eventos, os

1 Sobre o uso de marchas como expressão simbólica, ver Alencar Chaves, (2000).

2 O Núcleo de Antropologia da Política (Nuap/Pronex), direcionou seus objetivos na análise das interseções entre a “política”, percebida de modo *nativo*, associada a outros domínios da vida social e cultural, incorporando etnografias de eventos, situações, rituais, dramas e processos sociais. O Nuap/Pronex, sob coordenação geral do Professor Moacir Palmeira (Museu Nacional/UFRJ) teve diversificada inserção institucional, permitindo a publicação periódica de livros contendo o produto final de várias pesquisas.

bairros populares como espaço de visitação dos políticos e a construção potencial de “clientelas”, evocadas no momento de realização de comícios.

A cidade como contexto no qual as coisas “eram vistas”, porque memorizadas e ressignificadas por meio de narrativas jornalísticas, constituiu, no registro das informações catalogadas, um palco de múltiplos rituais presentes na vida contemporânea. Tratava-se de um espaço de consagração de práticas políticas ou expressão do que designei de *panorama móvel das campanhas políticas* (BARREIRA, 1998).

Os registros organizados em diferentes segmentos enfocaram campanhas eleitorais em várias conjunturas, separadas segundo uma base de leitura de jornais e programas televisivos, nos quais foram catalogados discursos, comícios, caminhadas e outros eventos.

As campanhas políticas em suas ritualidades foram indutoras de concepções sobre a cidade presentes em classificações (*cidade saudável, cidade democrática, cidade dividida* etc.). Também práticas que expressavam, de modo visível, a ocupação dos espaços: a política *caminhando*, se fazendo massa, realizando a ideia de conquista como simbologia afirmadora do poder.

Nessa configuração, a periferia da cidade, ou seja, os bairros populares, eram constantemente nomeados como locais de “esquecimento” por parte dos políticos, tornando a presença de potenciais representantes, nas diversas campanhas, uma espécie de promessa de inversão da situação. Tal como acontecia nos povoados de cidades interioranas, segundo o trabalho de pesquisa de Heredia e Palmeira (1995)³, os bairros da periferia das metrópoles representavam, nas situações observadas, espaços de aglutinação de demandas, virando espécies de “centro” da disputa eleitoral.

Em termos de organização dos dados, considerei o momento das campanhas como constituição de um novo traçado geográfico que ligava simbolicamente as zonas afastadas de áreas urbanas centrais. Os ônibus,

3 PALMEIRA, M. e HEREDIA, B. “Os comícios e a política de facções”. *Anuário Antropológico/94*. Rio de Janeiro: 1995.

que transportam os animadores de campanha, saindo dos comitês ou do centro da cidade, as caminhadas e os eventos exemplificaram o reordenamento de percursos configurados por essa geografia eleitoral.

Minhas reflexões de pesquisa voltaram-se principalmente para a análise dos rituais da política, observando os momentos eleitorais sob a perspectiva dos valores e símbolos que subsidiam as práticas de representação. A análise dos rituais encontrou fundamentos na percepção de que eventos que ocorriam no cotidiano das manifestações políticas não constituem meros adornos. Antes de tudo, integram o “fazer política”, reproduzindo elos entre o que costuma ser designado de *poder e sociedade*.

Elegendo a importância do hiato que os processos políticos tentam recuperar no tempo das escolhas eleitorais, as anotações do arquivo voltaram-se para analisar o conjunto de alegorias e encenações expressivas de estratégias próprias da dinâmica eleitoral. Estratégias que permitiam, nesses momentos especiais, atualizar valores, classificar e assinalar distinções, presentes não só no campo da política brasileira, mas também em outras esferas da vida social.

A classificação de rituais segundo lugares e de acordo com formas de apresentação, especificidades dos eventos de campanha, inaugurações, visitas e reuniões formatou um conjunto de dados com possibilidades de explorações diversas. Uma leitura dos ritos urbanos permitiu observá-los como atos de construção simbólica da cidade e da política. Nesse sentido, os rituais políticos na cidade e os rituais da cidade encontraram espaços de complementaridade, compondo um arquivo de múltiplas entradas e possibilidades analíticas⁴.

A cidade como apresentação representação

A cidade como apresentação e representação constituiu um recorte de pesquisa que emergiu como desdobramento do arquivo anterior.

4 Parte significativa desse material de pesquisa foi publicada no livro *Chuva de Papeis, ritos e campanhas eleitorais no Brasil*, Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1998.

As alusões à cidade, presentes em momentos eleitorais municipais, já haviam sinalizado um primeiro olhar sobre o espaço urbano como instância de representação discursiva. No âmbito de campanhas políticas, os candidatos prometiam benefícios para a cidade, sendo esta apresentada por meio de imagens que se opunham, balizadas pela concorrência. Uma das maneiras de falar da cidade referia-se ao aspecto problemático da vida urbana, acompanhado de críticas à desigualdade ou à ineficácia de serviços públicos, além da carência de moradia. Contrária a essa versão, postulantes a cargos de representação ligados à situação apresentavam a cidade modificada por intervenções realizadas e obras que “necessitavam de continuidade”. Um passado problemático e/ou um futuro promissor pareciam compor a lógica discursiva de pleiteantes municipais, interessados em expor estratégias de persuasão e adesão⁵.

Um segundo momento de incursão no tema da cidade como objeto de discursos e representações caracterizou-se pela constatação de que as imagens alusivas à cidade poderiam integrar um escopo mais abrangente e menos recortado ao tempo da política. Emergiu dessa percepção um novo conjunto de hipóteses e possibilidades analíticas voltadas para pensar a cidade como objeto de discursos e memórias variadas no tempo.

Elegendo o tema “narrativas da cidade” como chave de leitura, contendo representações diversas sobre o espaço urbano, não restritas ao momento eleitoral, a pesquisa incorporou inicialmente visões de intelectuais, jornalistas e gestores sobre as transformações de contextos citadinos.

A cidade como local indutor de representações teve outros acréscimos teóricos e empíricos realizados com base na observação da maneira como o passado e o presente eram evocados em propostas de valorização do patrimônio, com acenos à criação de zonas de preservação histórica em Fortaleza.

5 Explorei essa ideia em pesquisa sobre campanhas eleitorais municipais da qual resultou o artigo Barreira, Irllys (1997), *A cidade em close up- imagens e apropriações do espaço em campanha eleitoral*.

Os registros sobre Berlim, em 2001, conferidos pela bolsa de estudos Capes/DAAD, auxiliaram na definição de um escopo de investigação. A capital da Alemanha, marcada no passado pela contingência de disputas ideológicas entre memórias, permitiu uma incursão interessante sobre o tema das narrativas. Apresentar Berlim aos visitantes no momento de abertura da Alemanha para o restante da Europa, após a queda do muro, ensejou discursos que passaram a fazer parte das estratégias de exportação de imagens, enriquecendo a temática de investigação. Esta, agora voltada para entender o modo como cidades eram apresentadas aos outros, os turistas.

A construção de arquivos contendo guias, *sites*, postais, e discursos tendo como chave de leitura o tema denominado por “narrativas de cidades” prosseguiu com novos acréscimos, tendo como suporte o acordo Capes/Cofecub, realizado em 2001/2002, entre a Universidade Federal do Ceará e Université Lumière Lyon II (França). A investigação em Lyon voltou-se para analisar a construção da imagem da cidade, acompanhada dos processos de requalificação viabilizados em seu centro histórico. As narrativas registradas na ocasião atentaram para a apresentação desse espaço urbano como expressão regional do patrimônio, significativo na história do Continente Europeu.

Em Lisboa, um estágio de pós-doutorado efetivado em 2008, por um período de seis meses, permitiu acrescentar e consolidar informações sobre as “narrativas da cidade” percebidas em diferentes dimensões. Impressos sobre a cidade (antigos guias e roteiros), assim como representações elaboradas por turistas, percepções sobre bairros específicos da capital portuguesa explicitadas por moradores (Alfama) deram fortes subsídios para o desenvolvimento das investigações anteriores.

A participação na rede Brasil-Portugal de estudos urbanos⁶ envolvendo a Universidade de Coimbra, a Universidade Federal de Sergipe e UFC consolidou um espaço institucional de amadurecimento teóri-

6 A rede de pesquisa foi coordenada por Carlos Fortuna do CES da Universidade de Coimbra e Rogério Proença Leite da Universidade Federal de Sergipe.

co das ideias da pesquisa, viabilizando troca de reflexões e experiência entre pesquisadores.

As práticas de apresentação da cidade e os discursos orquestrados em torno de uma racionalidade turística passaram, assim, a inspirar um lugar de pesquisa mais direcionado, agregando-se, aos poucos, a incursões feitas em minha própria cidade, Fortaleza. O que parecia uma organização de dados feita de forma pontual integrou um conjunto articulado de registros capaz de dar densidade ao arquivo.

A chave de leitura interpretativa da cidade, feita com base no conceito de narrativa, também subsidiada pela bolsa de pesquisa do CNPq, traduziu, portanto, a uma investigação de longa duração, entremeada por intervalos que, longe de arrefecerem a sistematização das observações, foram acrescentando, ao longo do tempo, novos subsídios analíticos.

A pesquisa direcionando o olhar para a apresentação de cidades por meio de narrativas e o modo como elas sedimentavam usos e interferências no espaço urbano, associando-se a processos culturais e políticos, constituiu a principal forma de organização e sistematização das informações.

O material foi organizado em três eixos analíticos. O primeiro deles foi baseado no exame de guias, catálogos e folhetos turísticos indicativos do modo como as cidades eram apresentadas. Retóricas da espacialidade, de natureza mais ou menos utilitária, associadas a estilos literários, compuseram um conjunto de narrativas voltadas para a apresentação de espaços urbanos.

A circularidade entre narrativas e suas apropriações nativas consistiu no registro de discursos elaborados sobre as cidades por visitantes e profissionais dedicados à prática de roteiros turísticos. A ideia de circularidade permitiu aglutinar tanto a ritualidade dos roteiros de visita, como a produção e difusão de imagens iconográficas, a exemplo de cartões postais em Fortaleza.

A terceira classificação do material pesquisado incluiu momentos contextuais significativos de construção de narrativas. Neles foram enfocados experiências concretas de efervescência de discursos base-

ados na defesa de espaços urbanos “ameaçados”, contendo alusões a políticas de preservação de patrimônio. A visibilidade de situações peculiares postas no cenário público por diferentes atores sociais, incluindo a imprensa e a elaboração de programas de preservação, propiciava a observação de narrativas permeadas de representações sobre o passado, presente e futuro. “Bairros históricos”, em tal configuração, assumiam um caráter de metonímia, virando a expressão de uma totalidade cidadina.

Considerarei na reflexão sobre o material da investigação a economia interna dos materiais impressos (linguagem, destinatário e autoria), verificando a construção literária de roteiros expressivos das narrativas de cidades.

A exposição genérica desses arquivos que subsidiaram parte significativa de minhas pesquisas não pretende de forma alguma erigir-se em modelo, sobretudo supondo-se que a organização de qualquer material de investigação compõe-se de circunstâncias, interesses e possibilidades efetivas de incorporação de dados segundo fontes teóricas variadas. Em tal perspectiva, as experiências individuais, os aportes teóricos e as oportunidades institucionais interferem fortemente no exercício da investigação.

Se a diversidade de registros encontra-se associada à experiência e trajetória individual da pesquisadora, é importante também pensar sobre a cidade como tela de referencia teórica e empírica: um imenso laboratório de práticas sociais que inspirou o saber sociológico desde seus primórdios. A cidade pensada como totalidade é, na realidade, a conjunção de dinâmicas históricas, sendo considerada uma rede de interações ou projeção no espaço de relações sociais⁷. Os cenários urbanos singularizam trocas, sociabilidades, inserção e exclusão, assim como zonas fronteiriças de sociabilidade (Simmel, 1971). Os processos de troca, as transações efetivadas em vários contextos da vida urbana e as experiências de sociabilidade no espaço público ofe-

7 Tal como pensou Lefebvre (2000) sobre a dinâmica da vida urbana na sociedade moderna.

recem condições para o registro de investigações nas quais vão estar presente processos culturais de diferentes ordens.

Os arquivos aqui expostos sinalizaram também o fato de que as cidades são objeto de discursos caracterizados por formulações diversas e tentativas de conceber o espaço urbano dotadas de sentido, totalidade e pluralidade. Apontaram a recriação e construção do espaço urbano em sua expressão simbólica, contribuindo para formar imagens de cidades associadas a cronologias, apropriações do passado e práticas culturais e políticas.

Seja na condição de registro de processos macrossociais, ou vivências cotidianas que supõem lugares, atores e dinâmicas específicas, a cidade pode ser percebida como um imenso laboratório de inscrições de eventos na qual se torna possível a prática artesanal do fazer sociológico. Fazer que se encontra atualmente submetido a oportunidades institucionais, constrangimentos temporais e experiência individual do pesquisador. O artesanato intelectual move-se nesse campo relacional complexo.

O artesanato intelectual hoje: Tempo, oportunidade e tensões institucionais

O exame dos registros de pesquisa apresentados suscita uma reflexão sobre as condições atuais de produção intelectual, atentando para as possibilidades e os modos efetivos de construção de arquivos. É importante ressaltar que a produção de investigação em formato de rede expressa atualmente uma forma de elaboração articulada do conhecimento, implicando em trocas, interações contínuas e possibilidades de acumulação do saber especializado. Este, menos baseado no sentido de originalidade individual e mais fundamentado no amadurecimento progressivo de ideias que se processam coletivamente.

Os seminários, congressos e outros eventos que caracterizam hoje a forma de produção e difusão do conhecimento na área de ciências sociais apontam para a elaboração permanente de sínteses de investigação, supondo potencialidades de arquivos em permanente alimentação.

Trata-se da vigência de um conjunto de oportunidades não isenta de restrições de ordem institucional.

Revedo meus arquivos posso observar que as demandas institucionais dos financiadores impuseram prazos, nem sempre condizentes com o fazer artesanal, oferecendo, por outro lado, oportunidades ricas de pesquisa. Sob o crivo de um tempo institucional associado a pautas de editais e relatórios, o artesanato também teceu seus fios. Emaranhados, por vezes, mas cumulativo e bastante socializado em redes de investigação. A perspectiva de um pesquisador mais coletivo que se comunica em redes vem conferindo ao conhecimento uma difusão ímpar, auxiliando na feitura e registros de classificações de informações.

Percebe-se também, no âmbito da construção do saber, uma tendência à especialização do conhecimento sob a influência dos espaços profissionais e instituições que demandam especializações e competências. Nesse sentido, o grande desafio é aliar os conhecimentos específicos com a história construída das ciências sociais e seus múltiplos enriquecimentos. Os cientistas clássicos da área de ciências sociais foram ricos analiticamente porque ampliaram suas reflexões para além do estoque disponível de investigação.

Talvez um dos grandes dilemas postos hoje para as ciências sociais seja a possibilidade de associar a cumulatividade do conhecimento com as ofertas institucionais que simultaneamente definem oportunidades de acesso, mas, ao mesmo tempo, pontuam a agenda do pesquisador. A permanência do pensamento crítico que singularizou as ciências sociais desde os seus primórdios pode se tornar vulnerável face alguns dos constrangimentos institucionais que implicam na indução de temáticas.

O modo atual de produção do conhecimento traz também mudanças na pesquisa, muitas vezes orientada por um ideal de utilidade. Nas últimas décadas, já percebemos, nos formulários dos pareceristas de projetos de pesquisa, indagações sobre a aplicabilidade do conhecimento como um dos requisitos positivos na avaliação dos mesmos. Trata-se de uma aplicabilidade que pode sugerir uma direção utilitá-

ria, nem sempre condizente com as formas de investigação das ciências sociais. Nessa direção, Bruno Latour (1994; 1997) refere-se, por exemplo, à existência de redes sociotécnicas que se articulam a um conjunto complexo e múltiplo de pesquisadores, cientistas, técnicos das agências financiadoras, empresários e membros da sociedade que interferem na formulação e construção de problemas. Se esse fato esteve mais historicamente presente nas ciências exatas e naturais, hoje constitui também uma demanda presente na área de ciências sociais. Impõe-se, nesse contexto, a reflexão sobre a autonomia do conhecimento, assim como a disputa por hegemonia no espaço do saber científico.

É importante mencionar que a percepção de Mills sobre o trabalho acadêmico, segundo a lógica do fazer artesanal, opunha-se também à dimensão pragmática da investigação. Segundo Mills, uma das piores coisas que acontecem ao cientista social é só sentir a necessidade de escrever um projeto de investigação por ocasião de solicitação de fundos. Também referia-se Mills, de forma negativa, ao que denominava de empirismo abstrato: a pesquisa submetida aos parâmetros da técnica que imprimiria uma forma e um ritmo de produção. Em oposição, Mills convocava o domínio da maturidade de pensamento exigida no tratamento dos processos complexos da vida social. Trata-se de pensar sobre o tempo como um dos elementos definidores da produção intelectual.

Tempo e artesanato

As experiências individuais e as oportunidades institucionais interferem hoje fortemente no exercício da investigação, criando tensões entre as exigências da difusão da pesquisa e a maturação das informações.

Nesse sentido, vale a pena refletir sobre a temporalidade na produção intelectual. O sentido de artesanato pressupõe a dimensão laboriosa do fazer em tempo lento, a tessitura de atos avessos à condição de reprodução em série. Nessa perspectiva, a pesquisa se aproximaria da arte, evidenciando uma autoria, ou trabalho dotado de individualidade.

A tecelagem, já evocada por Benjamin⁸ para pensar sobre a prática da narrativa, remete a um outro momento da história no qual a escuta, o trabalho e o seu produto transitavam em um circuito interdependente. Em concepção semelhante, readaptada ao tempo presente, Sennett (2012) tendo por base a figura do artífice, analisa a produção baseada no artesanato, afirmando o vínculo substancial entre mão e cabeça capaz de auxiliar no desenvolvimento de habilidades sofisticadas: o amadurecimento no hábito e no aprendizado lento⁹. O argumento do autor é o de que o animal laborens é também capaz de pensar, estando o pensamento e o sentimento conectados ao processo do fazer.

A habilidade artesanal “designa um impulso humano básico e permanente, o desejo de um trabalho bem feito por si mesmo (SENNETT, p.19)”, construindo o elo entre polos supostamente antagônicos, como a mente e o corpo, o pensamento e a ação, a teoria e a prática. Supõe, concretamente a prática artesanal o trato com o meio ambiente, a engenharia e o conjunto amplo de práticas sociais no mundo contemporâneo. O tecelão antigo, exemplificado em Hefesto, deus dos artífices, encontraria uma expressão moderna nos usuários de programas de computação com código aberto (Linux), capaz de viabilizar uma participação pública da comunidade baseada na busca de qualidade e acesso.

O sistema operacional Linux poderia, na percepção de Sennett, ter ajudado Wright Mills em seu propósito de valorização da participação da comunidade na experimentação do trabalho artesanal. Tomando a metáfora da oficina, Sennett pensa na possibilidade de funcionamento de laboratórios científicos sob o prisma da colaboração, no qual pessoas de diferentes habilidades trabalhariam em função de problemáticas comuns.

8 Ver Benjamin, Walter, *Magia e Técnica, Arte e Política* (1986).

9 O paradoxo dos danos que o homem inflige a si mesmo nas coisas que produz, a exemplo da bomba atômica e do mito de Pandora, são retomados pelo autor, considerando a capacidade de repensar as coisas materiais e suas práticas concretas de forma não dicotômica. Criticando a supremacia da fala e do pensar sobre o trabalho em Hanna Arendt, Sennett fundamenta seu argumento na capacidade de se fazer bem as coisas, sob a óptica do trabalho artesanal (Sennett, *O Artífice*, 2012).

Pensar o trabalho intelectual sob a ótica do artesanato traz enormes desafios considerando as condições efetivas de elaboração da pesquisa e as descontinuidades entre o tempo de investigação, de exposição e de escrita. Mills referia-se, por exemplo, à necessidade de construção de marcadores temporais importantes. Trata-se da separação entre o que designava “contexto da descoberta”, ainda marcado pela individualidade do pesquisador, e “contexto da apresentação” submetido a uma forma coletiva e objetiva de difusão da investigação.

É importante ressaltar que o texto de Mills sinaliza uma temporalidade. O momento no qual o intelectual ruminava suas ideias um pouco mais afastado das premências atuais provenientes de “desencaixes” entre tempo e espaço, para usar uma expressão de Giddens (1991), suscitados por demandas de trabalho condicionadas a avaliações institucionais.

O arquivo contemporâneo do intelectual é composto de atividades didáticas, participação em seminários, congressos e demandas múltiplas. Trata-se de experiências que imprimem uma velocidade nem sempre compatível com a suposta maturação das ideias. O fazer artesanal é atualmente submetido a uma agenda na qual escritos vivem a descontinuidade das exigências de exposição e publicação.

Por outro lado, o momento da escrita do texto de Wright Mills sobre o artesanato intelectual precede ao uso sistemático do computador, hoje instrumento cotidiano utilizado no trabalho intelectual. A forma de elaboração e classificação de arquivos sugeridos por Mills pode potencialmente materializar-se na organização dos dados de pesquisa com o auxílio da informática, permitindo maior agilidade às notas de pesquisa segundo critérios amplos de classificação.

No entanto, se hoje temos a posse fácil da máquina e, com isso, “ganhamos tempo”, as formas de produzir também exigiram uma velocidade que, muitas vezes, esbarra no momento necessário de maturação. Os editais que impõem a feitura de projetos submetidos a cronogramas e as avaliações de produtividade parecem tornar anacrônicas as ideias de Mills a respeito da maturação teórica. Trabalhamos hoje com ritmo e agilidades nem sempre conformados ao registro

permanente e crítico das experiências cotidianas produzindo alguns desencaixes. Percebo o desencaixe em vários planos: o tempo da escrita e o tempo da difusão do conhecimento; a descontinuidade entre atividades do trabalho acadêmico que impedem a alimentação contínua de arquivos; enfim, a separação entre as obrigações didáticas, a escrita, a pesquisa e as atividades referentes ao cumprimento de funções técnicas e burocráticas. É importante ressaltar que arquivos são perpassados por esses desencaixes acomodados por estratégias de aproveitamento de oportunidades nem sempre viabilizadas¹⁰.

Em tais condições, não seria exagerado afirmar a existência de um modo de produção do conhecimento que é indissociável das demandas institucionais, pondo em evidência uma relação complexa entre a ampliação de oportunidades de financiamento e as tensões da avaliação segundo exigências permanentes de produtividade.

A escrita sociológica contemporânea constitui a afirmação de um campo de saber próprio de um mundo cada vez mais movido pela tecnologia e regido pelo prisma das oportunidades. Se as ciências sociais do início do século XX emergiam em uma dinâmica propositiva, hoje a autonomia das ciências sociais efetiva-se em um contexto diferente, criando outras problemáticas mais complexas do que aquelas a que Weber (1968) referia-se quando buscava diferenciar o mundo intelectual do mundo político.

Visando a preservação de autonomia do conhecimento, Bourdieu (1989) refletiu na mesma direção sobre a necessidade de preservação de um específico campo do saber das ciências sociais, fundamental para o desenvolvimento do conhecimento na área. Em seu escrito sobre o ofício do sociólogo (Bourdieu, 1999), sem se ater à ideia mais concreta de elaboração de um arquivo, apresentou uma teoria prática da sociologia conjugada ao questionamento sobre as imagens do senso comum e as rupturas necessárias com o profetis-

10 Falo, por exemplo, da possibilidade de ministrar cursos sobre temas de pesquisa, da apresentação de trabalhos de investigação em congressos e das formas de tentar fazer coincidir os processos de maturação e escrita de arquivos submetidos aos calendários de financiamento e avaliação de produtividade.

mo. As dificuldades de exercício do ofício estariam justo na distância entre o que se impõe como óbvio e o que deve ser reformulado sobre o crivo da reconstrução do problema sociológico.

As complexidades contemporâneas do trabalho acadêmico suscitam um ordenamento da difícil equação que polariza estrangimentos de agendas e oportunidades institucionais. A vigência de redes interativas do conhecimento constitui um ganho evidente propiciado pelos apoios institucionais.

A postura teórica e metodológica de Wright Mills tornou-se clássica, sendo também de uma atualidade surpreendente, convocando a uma reflexão crítica sobre o modo de se fazer sociologia, desde suas potencialidades heurísticas. Se a perspectiva de artesanato em Mills supõe uma maneira ideal de produção do conhecimento, não totalmente condizente com os tempos atuais, as referências fundamentais sobre o cultivo permanente da sensibilidade e o modo de organização das ideias permanecem como bússola. Uma indicação e alerta para se pensar sobre o fazer cotidiano do cientista social.

Referências

ALENCAR CHAVES, Christine (2000) *A Marcha Nacional dos Sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / NuAP, Coleção Antropologia da Política.

BARREIRA, Irllys Alencar F. (1998), *Chuva de Papéis*. Relume Dumará. Rio de Janeiro.

BARREIRA, Irllys Alencar F. (1997), “*A cidade em close up-imagens e apropriações do espaço em campanha eleitoral*.”

BENJAMIN, Walter. (1986), *Magia e Técnica, Arte e Política*. Col. Obras escolhidas, Trad. S. P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense.

BOURDIEU, Pierre. (1989), *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean Claude; PASSERON, Jean Claude (1999), *A profissão do sociólogo, preliminares epistemológicos*. Vozes: Petrópolis.

GIDDENS, Anthony. (1991), *As conseqüências da modernidade*. Unesp: São Paulo.

LATOUR, B. e WOOLGAR, S. (1997). *A vida de laboratório: a produção dos fatos, científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

LATOUR, B. (1994), *Jamais fomos modernos:ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: editora 34.

LEFEBVRE, Henri. (2000), *La production de L'espace*. Paris: Anthropolos.

MILLS, C, Wright. (1969), *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar editores.

PALMEIRA Moacir; HEREDIA Beatriz. (1995), “Os Comícios e as Políticas de Facções”. Rio de Janeiro: *Anuário Antropológico*, n. 94.

SENNETT, Richard. (2012), *O artifice*. Rio de Janeiro: Record.

SIMMEL, Georg. (2001), “A metrópole e a vida mental” in Fortuna Carlos (org), *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras- Portugal: Celta.

_____. (1986), *Sociología 2 Estudios sobre las formas de socialización*. Madrid: Alianza Editorial.

WEBER, Max. (1986), *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix.

_____. (1994), *Economia Y Sociedad, Esbozo de Sociologia Comprensiva*. México: Fondo de Cultura Economica, V.1.

Artigo recebido em fevereiro de 2013 | Aprovado em abril de 2013

Resumos/Abstracts/ Resumes

MALES PRIVADOS, SOCIOLOGIA PÚBLICA: O LEGADO DE WRIGHT MILLS

Gabriel Cohn

RESUMO

O Artesanato Intelectual era a bandeira brandida por Mills em defesa de uma ciência social capaz de enfrentar aquilo que um autor que ele conhecia muito bem designava como “o semblante severo da época” sem cair nas perversões burocráticas, tecnocráticas e teorocráticas (se me permitem o deselegante neologismo) às quais oferecia combate. Artesanato, contudo, não é trabalho solitário. Sua marca não é o isolamento e sim a individualidade formada no exercício cuidadoso da criatividade. Cuidadoso, neste contexto, refere-se não apenas ao esmero na execução da obra, na *craftmanship* tanto prezada por Mills, mas também ao desvelo na atenção ao objeto, que não pode ser negligenciado em nome de alguma forma de narcisismo acadêmico.

Palavras-Chave: Artesanato intelectual. Wright Mills. Sociologia Pública.

PRIVATE UNEASE, PUBLIC SOCIOLOGY: THE LEGACY OF WRIGHT MILLS

Gabriel Cohn

ABSTRACT

Intellectual Craftsmanship was the concept paraded by Mills in his defence of a social science capable of responding to what one author he knew very well called “the severe semblance of the period” without succumbing to the bureaucratic, technocratic and theorocratic (if the reader will pardon this inelegant neologism) distortions his approach looked to confront. Craftwork, however, is not a solitary activity. It is marked not by isolation but by an individuality formed in the careful exercise of creativity. Careful, in this context, refers not only to the skill in fashioning the work, the craftsmanship so highly valued by Mills, but also the concern to remain attentive to the object, something that cannot be neglected in the name of some kind of academic narcissism.

Keywords: Intellectual Craftsmanship. Wright Mills. Public Sociology.

MAUX PRIVÉS, LA SOCIOLOGIE PUBLIQUE, L'HÉRITAGE DE WRIGHT MILLS

Gabriel Cohn

RÉSUMÉ

L'artisanat intellectuel était l'étendard brandit par Mills pour la défense d'une science sociale capable d'affronter, ce qu'un auteur qu'il connaissait très bien, désignait comme « l'aspect sévère de l'époque » sans tomber dans les perversions bureaucratiques, technocratiques et théocratiques (si je puis me permettre ce néologisme peu élégant) auxquelles il offrait le combat. L'artisanat, cependant, n'est pas un travail solitaire. Sa marque n'est pas celle de l'isolement, mais celle de l'individualité formée dans l'exercice attentif de la créativité. Attentif, dans ce contexte ne se réfère pas uniquement au soin de l'exécution de l'œuvre, à la craftmanship si chère à Mills, mais aussi au zèle de l'attention à l'objet, qui ne peut être négligé au nom d'une quelconque forme de narcissisme académique.

Mots-clés: Artisanat intellectuel. Wright Mills. Sociologie publique.

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E À PESQUISA EMPÍRICA DA SOCIOLOGIA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Soraya Vargas Côrtes

RESUMO

A Sociologia é uma das disciplinas constitutivas do campo interdisciplinar de análise de políticas públicas. Nesse sentido, a proposta da presente reflexão é apresentar, inicialmente, três dimensões analíticas para as quais a Sociologia oferece contribuição teórica para o campo das políticas públicas. Entre estas, aquelas que examinam o papel, nas sociedades contemporâneas, dos grupos sociais, dos imperativos cognitivos e normativos e das instituições e estruturas sociais. Em seguida, propõe-se apresentar evidências de como a questão das políticas públicas está presente no centro da agenda de pesquisas da Sociologia no Brasil.

Palavras-Chave: Sociologia. Política Pública. Análise.

THEORETICAL CONTRIBUTIONS AND EMPIRICAL RESEARCH IN SOCIOLOGY ON PUBLIC POLICIES

Soraya Vargas Côrtes

ABSTRACT

Sociology is one of the disciplines making up the interdisciplinary field of analysis of public policies. This in mind, the article firstly presents three analytic dimensions where Sociology offers a theoretical contribution to the

field of public policies. These include examining the role of social groups in contemporary societies, as well as those of cognitive and normative imperatives and social institutions and structures. Next the text presents evidence of how the questions of public policies is found at the centre of the research agenda of Sociology in Brazil.

Keywords: Sociology. Public Policy. Analysis.

DES CONTRIBUTIONS THÉORIQUES ET RECHERCHES EMPIRIQUES DE LA SOCIOLOGIE AUX POLITIQUES PUBLIQUES

Soraya Vargas Côrtes

RÉSUMÉ

La sociologie est une des disciplines constitutives du champ interdisciplinaire de l'analyse des politiques publiques. Dans ce sens, notre réflexion est de présenter, initialement, trois dimensions analytiques pour lesquelles la sociologie offre une contribution théorique dans le domaine des politiques publiques. Parmi ces dernières, celles qui examinent le rôle dans les sociétés contemporaines, dans des groupes sociaux, des impératifs cognitifs et normatifs ainsi que dans des institutions et structures sociales. Ensuite, présenter des preuves de la manière dont la question des politiques publiques est présente au centre de l'agenda de recherche de la sociologie au Brésil.

Mots-clés: Sociologie. Politique publique. Analyse.

REFLEXÕES SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA BRASILEIRA

Tom Dwyer

RESUMO

Um dois custos da globalização cultural é o de termos que nos comunicar com o outro. Por toda parte se entende o diálogo entre cientistas como uma necessidade para o desenvolvimento de ciências mais robustas e de um mundo menos fragmentado. A opção de internacionalização pela via da língua inglesa levou à incomunicação nas ciências sociais. A abertura de novas frentes de internacionalização da sociologia que não se comunica nem em português (como no meio lusófono), nem em espanhol ou “portunhol” (como nas relações com a Espanha e América Latina), nem em inglês (como na globalização ampla), abre novas possibilidades de interlocução. Este artigo discute esses processos e aponta para uma reflexão acerca da necessidade de ampliação dos níveis de internacionalização.

Palavras-Chave: Internacionalização. Sociologia brasileira. Produção científica.

REFLECTIONS ON THE INTERNATIONALIZATION OF BRAZILIAN SOCIOLOGY

Tom Dwyer

ABSTRACT

One of the costs of cultural globalizations is that we have to communicate with the other. Everywhere dialogue between scientists is understood to be a necessity for the development of more robust sciences and a less fragmented world. The option to internationalize through the English language has led to a lack of communication in the social sciences. The development of new alternative forms of internalizing sociology that are not communicated in Portuguese (as in the Lusophone environment) or in Spanish or 'Portunish' (as in the relations between Spain and Latin America) or indeed in English (as in globalization more broadly) affords new possibilities for interlocution. This article discusses these processes and points to a reflection on the need to expand the levels of internationalization.

Keywords: Internationalization. Brazilian Sociology. Scientific Production.

RÉFLEXIONS SUR L'INTERNATIONALISATION DE LA SOCIOLOGIE BRÉSILIENNE

Tom Dwyer

RÉSUMÉ

Un des coûts de la mondialisation culturelle est celui de communiquer avec l'autre. Partout, le dialogue entre scientifiques est compris comme une nécessité pour le développement de sciences plus robustes et d'un monde moins fragmenté. L'internationalisation par la langue anglaise conduit à la non communication dans les sciences sociales. L'ouverture de nouveaux fronts d'internationalisation de la sociologie qui ne communique ni en portugais (comme dans le monde lusophone), ni en espagnol ou « portugol » (comme dans les relations avec l'Espagne et l'Amérique Latine), ni en anglais (comme dans le monde globalisé), permet de nouvelles possibilités d'interlocution. Cet article traite de ces processus et montre l'intérêt d'une réflexion sur la nécessité d'étendre les niveaux d'internationalisation.

Mots-clés : Internationalisation. Sociologie brésilienne. Production scientifique.

TRABALHO E OS DESAFIOS DA PESQUISA SOCIOLÓGICA

José Ricardo Ramalho

RESUMO

Discutir o trabalho na sociedade contemporânea é condição essencial para qualquer análise sociológica sobre processos de mudança social. Crises recentes do sistema de produção capitalista, a introdução de novos mecanismos de controle do trabalho e de organização nas empresas, o uso de tecnologias da informação, a submissão das atividades econômicas à lógica de um mercado globalizado, resultaram em alterações significativas nas formas de emprego assalariado e na disseminação de ocupações marcadas por atipicidade e precariedade. A proposta do texto é identificar e problematizar os principais desafios de interpretação e as principais fronteiras colocadas para a sociologia (do trabalho) nesse novo contexto e sugerir uma revisão de enfoques e de temas de pesquisa.

Palavras-Chave: Trabalho. Sociologia. Interpretação.

LABOUR AND THE CHALLENGES OF SOCIOLOGICAL RESEARCH

José Ricardo Ramalho

ABSTRACT

Discussion of labour in contemporary society is an essential condition for any sociological analysis of processes of social change. Recent crises in the capitalist production system, the introduction of new corporate mechanisms for controlling labour and organization, the use of information technologies, the subjection of economic activities to the logic of a globalized market, have resulted in significant alterations to the forms of paid work and the spread of occupations involving irregularity and uncertainty. The text seeks to identify and problematize the main interpretative challenges and the principal frontiers posed for a sociology of labour in this new context and suggests a review of research approaches and topics.

Keywords: Work. Sociology. Interpretation.

LE TRAVAIL ET LES DÉFIS DE LA RECHERCHE SOCIOLOGIQUE

José Ricardo Ramalho

RÉSUMÉ

Parler du travail dans une société contemporaine est la condition essentielle pour n'importe quelle analyse sociologique sur les processus de changement social. Les récentes crises du système de production capitaliste, l'introduction de nouveaux mécanismes de contrôle du travail et de l'organisation dans les entreprises, l'utilisation de technologies de l'information, la soumission

des activités économiques à la logique d'un marché mondialisé a entraîné des changements significatifs des emplois rémunérés et la dissémination d'occupation atypiques et précaires. La proposition du texte est d'identifier et de problématiser les principaux défis de l'interprétation et les principales frontières placées par la sociologie (du travail) dans ce nouveau contexte et de suggérer une révision de cibles et de thèmes de recherche.

Mots-clés : Travail. Sociologie. Interprétation.

O COTIDIANO E A PRÁTICA ARTESANAL DA PESQUISA

José Machado Pais

RESUMO

Na prática artesanal de pesquisa, o que se reclama é de uma sensibilidade sociológica atenta às experiências da vida cotidiana. O paralelo com a produção artesanal é exemplificado ao se explorarem os *segredos de almofada* das rendeiras de bilros. O social situado, com a sua trama de interações, é a *almofada* de afazeres da Sociologia da vida cotidiana, em que se *sentam* os rendilhados da vida social. As tramas da criatividade passam por uma aprendizagem processual e reflexiva, conjugando imaginação sociológica com rigor metodológico. Quem cria aprende com o que vai criando. Assim acontece na produção artesanal da Sociologia, em que o conhecimento é resultado de artes de pensar, de questionar e de fazer, cuja matéria-prima é uma espécie de barro social. Em sua forma mais bruta e realista, esse barro é o cotidiano. Com ele se bilram textos e ideias.

Palavras-Chave: Cotidiano. Prática. Social. Trama. Artesanato

EVERYDAY LIFE AND THE CRAFTING OF RESEARCH

José Machado Pais

ABSTRACT

In the research craft, what is demanded is a sociological sensibility attentive to the experiences of everyday life. The parallel with craftwork is exemplified in the exploration of the *cushion secrets* of bobbin lace makers. The situated social world, with its web of interactions, is the *cushion* of tasks of a Sociology of everyday life on which the laced designs of social life are *seated*. The weavings of creativity involve a processual and reflexive apprenticeship, combining sociological imaginations with methodological rigour. The person creating learns from what they are creating. This is what happens in the crafting of Sociology, where knowledge results from the arts of thinking, questioning and making, the primary material of which is a kind of social clay. In its rawest and most realist form, this clay is the everyday. With it researchers lace texts and ideas.

Keywords: Everyday Life. Practice. Social. Weaving. Craftwork.

LE QUOTIDIEN ET LA PRATIQUE ARTISANALE DE LA RECHERCHE

José Machado Pais

RÉSUMÉ

Dans la pratique artisanale de la recherche, une sensibilité sociologique attentive aux expériences de la vie quotidienne est nécessaire. Le parallèle avec la production artisanale est illustré par l'exploration des secrets de coussin des dentellières. Le social situé, avec sa trame d'interactions, c'est le coussin des activités de la sociologie de la vie quotidienne sur lequel s'assoient les entrelacs de la vie sociale. Les trames de la créativité passent par un apprentissage processuel et réflexif, conjuguant imagination sociologique et rigueur méthodologique. Qui crée apprend en créant. C'est ainsi dans la production artisanale de la sociologie où la connaissance est le résultat des arts de penser, questionner et faire et dont la matière première est une espèce d'argile sociale. Dans sa forme la plus brute et réaliste, cet argile est le quotidien. Avec lui se tisse textes et idées.

Mots-clés : Quotidien. Pratique . Sociale.Trame.Artisanat

EM DEFESA DA SOCIOLOGIA: O ECONOMICISMO E A INVISIBILIDADE DAS CLASSES SOCIAIS

Jessé Souza

RESUMO

O texto discute e critica algumas das versões mais importantes da leitura das classes sociais brasileiras contemporâneas segundo um viés “economicista”. Por economicista entende-se a leitura da realidade social quer parte do postulado, seja implícito seja explícito, de que apenas a consideração dos estímulos econômicos já explica o comportamento social em sua totalidade. Tomam-se os trabalhos de Marcio Pochmann e de Marcelo Nerí como exemplos de leitura economicista, na sua versão marxista e liberal respectivamente e critica-se a unilateralidade e superficialidade deste tipo de perspectiva. Na segunda parte do trabalho, contrapõem-se resultados de pesquisas empíricas nacionais com as classes populares brasileiras de modo a se mostrar as vantagens de um entendimento alternativo. A riqueza da herança teórica e empírica da sociologia crítica é o fio condutor para uma percepção mais rica e multifacetada da realidade social.

Palavras-Chave: Classes. Economicismo. Invisibilidade.

IN DEFENCE OF SOCIOLOGY: ECONOMICISM AND THE INVISIBILITY OF THE SOCIAL CLASSES

Jessé Souza

ABSTRACT

The text discusses and criticizes some of the most important readings of contemporary Brazilian social classes from an 'economicist' bias. By economicist I mean an interpretation of social reality that sets out from the premise – implicit or explicit – that the consideration of economic stimuli by itself is sufficient to explain social behaviour as a whole. Taking the works of Marcio Pochmann and Marcelo Nerí as examples of such an economicist reading, representing its Marxist and liberal versions respectively, the article criticizes the unilaterality and superficiality of this kind of approach. In the second part of the work, I contrast these with the findings from national empirical studies with the Brazilian popular classes in order to show the advantages of an alternative understanding. The wealth of the theoretical and empirical legacy left by critical sociology provides the framework for a richer and more multifaceted perception of social reality.

Keywords: Classes. Economicism. Invisibility.

POUR LA DÉFENSE DE LA SOCIOLOGIE : L'ÉCONOMISME ET L'INVISIBILITÉ DES CLASSES SOCIALES.

Jessé Souza

RÉSUMÉ

Le texte traite et critique quelques-unes des principales versions de la lecture des classes sociales brésiliennes contemporaines selon un biais « économiciste ». Par économiciste il faut comprendre la lecture de la réalité sociale qui part du postulat, soit implicite soit explicite, que seul l'examen des stimulations économiques explique le comportement social dans sa totalité.

Nous avons pris les travaux de Marcio Pochmann et de Marcelo Neri comme exemples de lecture économiciste dans leur version respectivement marxiste et libérale et critiquons l'unilatéralité et la superficialité de ce type de perspective. Dans la seconde partie du travail, nous avons confronté les résultats de recherches empiriques nationales des classes populaires brésiliennes de manière à montrer les avantages d'une autre compréhension. La richesse de l'héritage théorique et empirique de la sociologie critique est le fil conducteur pour une perception plus riche et multiforme de la réalité sociale.

Mots-clé : Classes. Économicisme. Invisibilité.

ARTESANATO DO SABER NA IDEIA DE UNIVERSIDADE: COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS

Franz Josef Brüseke

RESUMO

As universidades contemporâneas são fruto de uma longa tradição: desde as academias platônicas da antiguidade, das primeiras universidades na Idade Média e da reformulação da sua concepção por Schleiermacher e Humboldt no início do século XIX, estendem-se experiências institucionais que colocaram a pesquisa e o ensino, no seu nível mais complexo, no centro das suas atenções. A universidade massificada contemporânea parece em muitos dos seus aspectos incompatível com a ideia inicial de universidade; nesta situação, com a quantificação da qualificação, *rankings* internacionais tentam reordenar o campo da ciência e da formação de jovens cientistas, com resultados por vezes óbvios, por vezes duvidosos. As experiências universitárias brasileiras compartilham a tradição universitária europeia e, por serem tardias, confrontam-se, sobretudo, com os problemas da sua última fase: a universidade em expansão quantitativa.

Palavras-chave: Universidade. Pesquisa. Ensino. Humboldt. *Rankings*.

KNOWLEDGE CRAFT IN THE IDEA OF THE UNIVERSITY: INTERNATIONAL COMPARISONS

Franz Josef Brüseke

ABSTRACT

Contemporary universities are the result of a long tradition: from the Platonic academies of Antiquity, the first universities of the Middle Ages and the reformulation of their design by Schleiermacher and Humboldt at the start of the nineteenth century, institutional experiences were developed that placed research and teaching at their most complex level at the centre of their attentions. The contemporary mass university seems, in many aspects, incompatible with the initial idea of the university: in this new situation, with the quantification of qualification, international rankings attempt to reorder the field of science and the training of young scientists with sometimes obvious and sometimes dubious results. Brazilian university experiences have evolved from the European university tradition and, being more recent, primarily confront the problems of its last phase: the university in quantitative expansion.

Keywords: University. Research. Teaching. Humboldt. *Rankings*.

L'ARTISANAT DU SAVOIR DANS L'IDÉE DE L'UNIVERSITÉ COMPARAISONS INTERNATIONALES

Frantz Josef Bruseke

RÉSUMÉ

Les universités contemporaines sont le fruit d'une longue tradition : depuis les académies platoniciennes de l'antiquité, les premières universités du Moyen Âge et de la reformulation de leur conception par Schleiermacher et Humboldt au début du XIXe siècle, les expériences institutionnelles qui ont mis la recherche et l'enseignement à un niveau plus complexe, au centre de toutes leurs attentions, s'étendent. L'université de masse contemporaine semble, par beaucoup de ses aspects, incompatible avec l'idée initiale de l'université ; dans cette situation, avec la quantification de la qualification, les rankings internationaux essaient de réorganiser le champ de la science et de la formation des jeunes scientifiques, avec des résultats tantôt évidents, tantôt douteux. Les expériences universitaires brésiliennes partagent la tradition universitaire européenne et parce que tardives, elles se voient confrontées surtout aux problèmes de sa dernière phase : l'université en expansion quantitative.

Mot-clé : Université. Recherche. Enseignement. Humboldt. Rankings

REDES E MOVIMENTOS SOCIAIS PROJETANDO O FUTURO

Ilse Scherer-Warren

RESUMO

Este artigo tem dois objetivos principais: inicialmente, discutir como surgiram e se desenvolveram na sociologia e nas ciências humanas brasileiras estudos sobre movimentos sociais através das abordagens das redes sociais e quais seus principais encaminhamentos teóricos; em segundo lugar, desenvolver uma proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais contemporâneos, especialmente situados no Sul global e, em particular na América Latina. Para tanto remeteu-se às contribuições dos estudos descoloniais e das redes sociais, examinando como esses podem se complementar, cooperando mutuamente para a construção de novas sínteses ou modelos interpretativos das diversas modalidades do ativismo contemporâneo.

Palavras-Chave: Redes. Movimentos Sociais. Interpretação. Ativismo.

NETWORKS AND SOCIAL MOVEMENTS PROJECTING THE FUTURE

Ilse Scherer-Warren

ABSTRACT

This article has two main objectives: firstly to discuss how studies of social movements emerged and developed in Brazilian sociology and human sciences through analyses of social networks and what the main theoretical advances have been; secondly to develop a theoretical-methodological proposal for the analysis of contemporary social movements, especially those situated in the global South and in particular Latin America. In the process the article refers to contributions from studies of decolonization and from social networks, examining how these can complement each other, cooperating mutually towards the construction of new syntheses or interpretative models of the diverse modalities of contemporary activism.

Keywords: Networks. Social Movements. Interpretation. Activism.

RÉSEAUX ET MOUVEMENTS SOCIAUX PROJETANT L'AVENIR

Ilse Scherer-Warren

RÉSUMÉ

Cet article a deux objectifs principaux : tout d'abord, traiter la manière dont ont surgi et se sont développées en sociologie et dans les sciences humaines brésiliennes, les études sur les mouvements sociaux à partir des approches en termes de réseaux sociaux et quels en sont leurs principaux cheminements théoriques. Ensuite, développer une proposition théorico-méthodologique pour l'analyse des mouvements sociaux contemporains, principalement ceux situés dans le Sud global et en particulier en Amérique latine. Pour cela, nous présentons les études de la décolonisation et des réseaux sociaux, en examinant comment ils peuvent se compléter et coopérer mutuellement à la construction de nouvelles synthèses ou modèles interprétatifs des diverses modalités du militantisme contemporain.

Mot-clé: Mouvements sociaux. Interpretation. Activisme.

VIOLÊNCIA DIFUSA, MEDO E INSEGURANÇA: AS MARCAS RECENTES DA CRUELDADE

César Barreira

RESUMO

O debate sobre violência está presente em todos os espaços sociais, repercutindo de modo diferente nas pessoas e instituições universitárias, sociais,

políticas, econômicas, além dos meios de comunicação. O tema trona-se, assim, um desafio para os especialistas de interpretar a nova configuração deste fenômeno, ancorado em largas manifestações e práticas, classificadas como violentas. Atenta-se, do ponto de vista teórico-metodológico, à necessidade de se construir social e culturalmente o fenômeno da violência, nas pesquisas concernentes à violência e aos conflitos sociais, considerando ser esse fenômeno intensivamente permeado pelo modismo e em razão dos apelos da sociedade. Este artigo tenta dar conta de aspectos diferentes que circulam à órbita da temática, tendo como suporte ou inspiração os debates ocorrentes no Brasil, incorporando algumas reflexões já encetadas por mim em outros trabalhos.

Palavras-Chave: Violência. Conflito Social. Manifestações. Práticas.

DIFFUSE VIOLENCE, FEAR AND INSECURITY: THE RECENT MARKS OF CRUELTY

César Barreira

ABSTRACT

The debate on violence permeates all social spaces, with a range of different impacts on people, universities, and other social, political and economic institutions, as well as communications media. The issue thus poses a challenge to specialists looking to interpret the new configurations of this phenomenon, rooted in large-scale manifestations and practices classified as violent. From the theoretical-methodological viewpoint, the article focuses on the need to socially and culturally construct these phenomena in studies of violence and social conflicts, recognizing that the issue is intensely affected by fluctuations in public opinion and the demands of society. I examine various aspects of the topic, supported or inspired by the debates taking place in Brazil, and incorporating some reflections already initiated by myself in other works.

Keywords: Violence. Social Conflict. Manifestations. Practices.

VIOLENCE DIFFUSE, PEUR ET INSÉCURITÉ: LES MARQUES RÉCENTES DE LA CRUAUTÉ

César Barreira

RÉSUMÉ

Le débat sur la violence est présent dans tous les espaces sociaux, ayant une répercussion différente sur les personnes et les institutions universitaires, sociales, politiques, économiques, ainsi que sur les moyens de communication. Le thème est ainsi, un défi pour les spécialistes qui doivent interpréter la nouvelle configuration de ce phénomène, ancré dans de larges manifestations et pratiques, classées comme violentes. On s'intéresse, du point de

vue théorico- méthodologique, à la nécessité de construire socialement et culturellement le phénomène de violence, dans les recherches concernant la violence et les conflits sociaux, en considérant que ce phénomène est intensément traversé par la mode et les demandes de la société. Cet article tente de rendre compte des différents aspects qui circulent autour de la thématique, en prenant comme support ou inspiration les débats qui se produisent au Brésil, et en incorporant quelques-unes des réflexions que j'ai déjà engagées dans d'autres travaux.

Mots-clés : Violence. Conflit social. Manifestations. Pratiques

REVISITANDO OS FUNDAMENTOS DAS MODERNIDADES PERIFÉRICAS: DÁDIVA, MERCADO E PACTO COLONIAL

Paulo Henrique Martins

RESUMO

As particularidades das modernidades nas atuais sociedades pós-coloniais na América Latina se explicam a partir da análise do caráter paradoxal dos pactos coloniais. Tais paradoxos resultam da variedade de lógicas instituintes do imaginário sócio-histórico da colonização, em particular aquelas da dádiva e do interesse mercantil, que influíram sobre os processos de desenvolvimento periféricos. Diríamos que a colonialidade contribuiu com seu próprio artesanato para a configuração da sociedade global e que ela continua sendo importante para entender certas particularidades do desenvolvimento do capitalismo e das possibilidades de reação altersistêmicas ao capitalismo no sistema-mundo.

Palavras-Chave: Modernidade. Colonialidade. Artesanato. Sociedade Global.

REVISITING THE FOUNDATIONS OF PERIPHERAL MODERNITIES: GIFTS, MARKETS AND THE COLONIAL PACT

Paulo Henrique Martins

ABSTRACT

The specific forms assumed by modernity in contemporary postcolonial societies in Latin America can be explained through an analysis of the paradoxical nature of colonial pacts. These paradoxes result from the variety of logics informing the sociohistorical imaginary of colonization, in particular those of the gift and market interest, which have heavily influenced processes of peripheral development. We could say that coloniality contributed its own craft to the configuration of global society and that it continues to be important in terms of understanding specific features of the development of capitalism and the possibilities for altersystemic responses to capitalism within the world system.

Keywords: Modernity. Coloniality. Craft. Global Society.

REVOIR LES FONDEMENTS DES MODERNITÉS PÉRIPHÉRIQUES: DON, MARCHÉ ET PACTE COLONIAL

Paulo Henrique Martins

RÉSUMÉ

Les particularités des modernités dans les sociétés postcoloniales actuelles de l'Amérique latine s'expliquent à partir de l'analyse du caractère paradoxal des pactes coloniaux. De tels paradoxes résultent de la variété des logiques instituant de l'imaginaire sociohistorique de la colonisation, en particulier celles du don et de l'intérêt mercantile qui ont influencé les processus de développement périphériques. Nous dirons que la colonialité a contribué avec son propre artisanat à configurer la société globale et qu'elle reste encore importante pour comprendre certaines particularités du développement du capitalisme et des possibilités de réactions alter systémiques au capitalisme dans le système monde

Mots-clés : Modernité. Colonialité. Artisanat. Société globale

O TRABALHO INTELECTUAL SOB A ÓPTICA DO ARTESANATO E A CIDADE COMO CAMPO DE PESQUISA

Irllys Barreira

RESUMO

A ideia de tomar a cidade e suas potencialidades de registro em forma de arquivo, tendo como referência o conceito de artesanato intelectual de Wright Mills, fundamenta o objetivo deste artigo. A articulação entre artesanato e espaço urbano supõe pensar a cidade como um imenso potencial de criação de arquivos nos quais se propagam experiências cotidianas associadas a processos micro ou macrossociais. O texto apresenta reflexões sobre o sentido de artesanato intelectual de Wright Mills, cotejando suas ideias com a experiência pessoal de pesquisa da autora, realizada no contexto urbano. O princípio do artesanato intelectual permite também refletir sobre as condições atuais do trabalho acadêmico do sociólogo.

Palavras-Chave: Espaço Urbano. Artesanato Intelectual. Wright Mills.

INTELLECTUAL WORK FROM THE VIEWPOINT OF CRAFTWORK AND THE CITY AS A RESEARCH FIELD

Irllys Barreira

ABSTRACT

The idea behind this article is to approach the city as an archive, taking as a reference point Wright Mills's concept of intellectual craftsmanship. The connections between craft and urban space allow us to consider the city's immense potential for creating archives in which everyday experien-

ces associated with micro or macrosocial processes are propagated. The text presents explores Wright Mills's notion of intellectual craftsmanship, combining his ideas with my own personal research experience, conducted in an urban context. The principle of intellectual craftsmanship also enables a reflection on the current conditions of the academic work of sociologists. Keywords: Urban Space. Intellectual Craftwork. Wright Mills.

LE TRAVAIL INTELLECTUEL SOUS L'OPTIQUE DE L'ARTISANAT ET LA VILLE COMME CHAMP DE RECHERCHE

Irlys Barreira

RÉSUMÉ

L'idée de prendre la ville et ses potentialités de registre sous la forme d'archive, ayant comme référence le concept de l'artisanat intellectuel de Wright Mills, fonde l'objectif de cet article. L'articulation entre artisanat et espace urbain suppose penser la ville comme un immense potentiel de création d'archives dans lesquelles se propagent des expériences quotidiennes associées au processus micro ou micro sociaux. Le texte présente des réflexions sur le sens de l'artisanat intellectuel de Wright Mills confrontant ses idées avec l'expérience personnelle de recherche de l'auteur, réalisée dans le contexte urbain. Le principe de l'artisanat intellectuel permet aussi de réfléchir aux conditions actuelles du travail académique du sociologue.

Mots-clés : Espace urbain. Artisanat intellectuel. Wright Mills.

CONTENTS

BRAZILIAN JOURNAL OF SOCIOLOGY Of The Brazilian Society of Sociology

05	Editorial Irllys Barreira
13	Private unease, public sociology: the legacy of Wright Mills Gabriel Cohn
35	Theoretical contributions and empirical research in Sociology on public policies Soraya Vargas Côrtes
57	Reflections on the internationalization of Brazilian Sociology Tom Dwyer
89	Labour and the challenges of sociological research José Ricardo Ramalho
107	Everyday life and the crafting of research José Machado Pais
129	In defence of Sociology: economicism and the invisibility of the social classes Jessé Souza
159	Knowledge craft in the idea of the university: international comparisons Franz Josef Brüseke
187	Networks and social movements projecting the future Ilse Scherer-Warren
219	Diffuse violence, fear and insecurity: the recent marks of cruelty César Barreira
243	Revisiting the foundations of peripheral modernities: gifts, markets and the colonial pact Paulo Henrique Martins
275	Intellectual work from the viewpoint of craftwork and the city as a research field Irllys Barreira
297	Resumos/Abstracts/ Resumes
312	Contents
313	Sommaire

SOMMAIRE

RBS-REVUE BRÉSILIENNE DE SOCIOLOGIE
Société Brésilienne de Sociologie-SBS

05	Préface Irlys Barreira
13	Maux privés, la sociologie publique: l'héritage de WRIGHT MILLS Gabriel Cohn
35	Des contributions théoriques et recherches empiriques de la sociologie aux politiques publiques Soraya Vargas Côrtes
57	Réflexions sur l'internationalisation de la sociologie brésilienne Tom Dwyer
89	Le travail et les défis de la recherche sociologique José Ricardo Ramalho
107	Le quotidien et la pratique artisanale de la recherche José Machado Pais
129	Pour la défense de la sociologie : L'économisme et l'invisibilité des classes sociales. Jessé Souza
159	L'artisanat du savoir dans l'idée de l'université: Comparaisons internationales Franz Josef Brüseke
187	Réseaux et mouvements sociaux projetant l'avenir Ilse Scherer-Warren
219	Violence diffuse, peur et insécurité: les marques récentes de la cruauté César Barreira
243	Revoir les fondements des modernités périphériques: don, marché et pacte colonial Paulo Henrique Martin
275	Le travail intellectuel sous l'optique de l'artisanat et la ville comme champ de recherche Irlys Barreira
297	Resumos/Abstracts/ Resumes
312	Contents
313	Sommaire

NORMAS PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS À REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

A Revista Brasileira de Sociologia – RBS publica artigos em Ciências Sociais, e preferencialmente em Sociologia. Os textos devem refletir a produção acadêmica e científica acerca da realidade brasileira e mundial contemporâneas. As matérias veiculadas na Revista deverão incluir artigos de natureza acadêmica e didática, registrando eventuais reedição de textos clássicos, literatura comentada sobre assuntos variados, textos de metodologia e reflexão sobre conceitos ou autores, hoje imprescindíveis ao profissional do ensino médio e superior. Nessa dinâmica interativa de produção e difusão do conhecimento as edições do periódico destacarão conteúdos voltados para pensar dinâmicas sócio-econômicas, dilemas da sustentabilidade e experiências inovadoras de gestão de recursos, com vistas a contribuir para melhor entendermos a dinâmica das atuais transformações no mundo contemporâneo.

A Revista é semestral e aceita proposta de Dossiês. Considerando a desejada manutenção do alto padrão de qualidade e especialidade do periódico, todos os artigos a serem publicados deverão ser recebidos mediante chamada pública. Tanto os artigos submetidos em fluxo contínuo quanto aqueles que integrarão dossiês deverão ser avaliados pelo sistema de pares.

O envio espontâneo de qualquer colaboração implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais à RBS. A revista não se obriga a devolver os originais das colaborações enviadas.

* * *

- Os artigos submetidos devem ser inéditos e devem assim permanecer durante a avaliação. Devem ser enviados para o e-mail

revista@sbsociologia.com.br. Os artigos não devem ultrapassar 50 mil caracteres com espaço, incluindo a bibliografia. O artigo deve ter resumo de 900 caracteres com espaço e 3 (três) palavras-chaves. Deve acompanhar, em arquivo separado, Nome completo do(s) autores(s), titulação, vínculo institucional, endereço.

- Propostas de Dossiês devem ser enviadas com a apresentação da temática, sua relevância e abrangência para o campo dos estudos sociológicos. A proposta deve vir acompanhada dos dados dos proponentes: nome completo do(s) autores(s), titulação, vínculo institucional, endereço.
- Artigos aprovados para publicação devem ser enviados resumo, título do artigo, e palavras-chaves em português, inglês e Francês. Caso tenham figuras (imagens e/ou gráficos), estas devem ser enviadas separadamente, numeradas na sequência em que aparecem e com indicação clara ao longo do texto dos locais em que deve ser incluídas. As figuras devem preferencialmente ser em formato TIFF (sem compressão) e resolução de 300dpi no tamanho final pretendido para a impressão. Largura máxima: 12 cm; altura máxima: 16 cm (ou 1417x1890 *pixels*).
- As remissões bibliográficas no corpo do texto ou referencias após citações a autores, devem seguir a forma (Autor, data) ou (Autor, data, página), como nos exemplos: (MILLS, 1960) ou (BENJAMIM, 1987,p. 205). Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, eles são diferenciados por uma letra após a data: SIMMEL, 1965a), (SIMMEL, 1965b) etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

LIVROS:

TOURAINÉ, A. (1981), *The voice and the eye: An analysis of social movements*. Cambridge: Cambridge University Press.

ARTIGOS:

FELD, S.L. (2002), "On the emergence of social norms". *Contemporary Sociology*, v. 31, n. 6, pp. 638-640.

COLETÂNEAS:

INGRAM, H.; SCHNEIDER, A. L.; DELEON, P. (2007), "Social construction and policy design". In: SABATIER, P. A. (org.). *Theories of the policy process*. Cambridge, MA: Westview Press.

TESES ACADÊMICAS:

FORTUNA, Carlos. (1988), *Threading Through: Cotton Production, Colonial Mozambique and Semiperipheral Portugal in the World-Economy*. Tese de Doutorado. State University of New York – Binghamton.

Acesse o site e a versão eletrônica da RBS:

<http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/>